

REVISTA

LGBT
AÇÃO

Nº 1

COR

UNIVERSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL



COR LGBTQIA+
Curitiba, n. 1, v. 1, jul/2021
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor
de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR,
80020-300

ISSN 2764-0426

Revista COR LGBTQIA+. – v. 1, n. 1 (jul. 2021)-. Curitiba,
2021-.

Semestral.

Endereço eletrônico: <https://corlgbti.wordpress.com>

ISSN 2764-0426.

1. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e
transgêneros - Periódico.

CDU 342.7

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB-9/1626



A Revista COR LGBTQIA+ é uma publicação de periodicidade semestral, dedicada à pautar questões de gêneros e sexualidades, tratando de temas e pautas urgentes para a construção da resistência e da atuação política ativa e combativa dentro do movimento LGBTQIA+.



CURADORIA

ANGELA FONSECA | ISABEL CECCON IANTAS | KLEIRE ANNY PIRES DE SOUZA | LEANDRO GORSDORF | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA



CONSELHO EDITORIAL

LEANDRO GORSDORF | ANABELLA PAVÃO | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA



PROJETO GRÁFICO

LUÍSA DE FREITAS LOPES



COMITÊ CIENTÍFICO

ANA HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CLARINDO EPAMINONDAS DE SA NETO | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DENISON MELO DE AGUIAR | DHYEGO CAMARA DE ARAÚJO | EDUARDO LIMA | ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | GUILHERME GOMES FERREIRA | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | ISABEL CECCON IANTAS | JACQUELINE RIBEIRO CABRAL | JAQUELINE CARVALHO | JEAN COSTA SANTANA | KENJI THEODORO KARAZAWA TAKASHIMA | KLEIRE ANNY PIRES DE SOUZA | LIGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO | DAVID DE OLIVEIRA | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | MURILO SOUZA ARRUDA | NIZAR AMIN SHIHADDEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RENAN QUINALHA | THABATA VIEIRA ARECHAVALLETTA



AVALIADORES AD HOC

CHALINI TORQUATO GONÇALVES DE | ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO | JAQUELINE GOMES DE JESUS | MICHELLY SANTOS DE CARVALHO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

ENSAIOS 12

'O Aquenda me deu forças pra enfrentar': a importância dos coletivos universitários de diversidade sexual na permanência universitária de pessoas LGBT (p. 13 - 28)

"Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso, mesmo": sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade (p. 29 - 37)

Vivências e (re)existências universitárias pelos direitos LGBTQIA+ (p. 39 - 54)

'Aqui a gente faz política com afeto!': 'Interseccionalidade' e 'afeto' na construção da 'nossa forma de fazer política' de negros universitários (p. 56 - 81)

Perturbar e existir: pixo, gênero e sexualidade (p. 84 - 99)

Populações LGBTI na academia: reflexões sobre as universidades públicas brasileiras e sua relação com a precariedade (p. 101 - 106)

VISUALIDADES | LITERATURA 108

Companhia de Teatro da UFPR (p. 109 - 123)

Rogério Melo (p. 124 - 137)

Ué Prazeres (p. 138 - 141)

Lívia Bittencourt Auler (p. 142 - 153)

Marina Persegani (p. 154 - 167)

169 **RELATOS**

Mayra Ribeiro (p. 171 - 173)

Beatriz Caminha (p. 174 - 176)

Tâmara Nery e Diego Rocha (p. 177)

Theo Luna (p. 178 - 180)

Ludmilla Brasil (p. 181 - 183)

Organização COR (p. 184 - 186)

189 **INDICAÇÕES**

Onde está a pesquisa LGBTQ+ no Brasil? (p. 190 - 194)

197 **ROTAS**

Angela Fonseca e Leandro Gorsdorf (p. 198 - 204)

207 **ENTREVISTAS**

Introdução: Movimentos homossexuais e vivências públicas (p. 208 - 209)

Edward Macrae (p. 210 - 225)

Luma Nogueira de Andrade (p. 226 - 245)

Paula Évelyn Silveira Barbosa (p. 246 - 256)

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO DA REVISTA COR LGBTQIA+: UNIVERSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL LGBTI+

Nas ruas, nas praças, quem
disse que sumiu; aqui está
presente o movimento
estudantil.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO COR LGBTQIA+

Data: 28/10/2020

Local: plataforma virtual

Presentes: Leandro Franklin Gorsdorf, Isabel Ceccon Iantas, Marina de Fátima da Silva, Luísa de Freitas Lopes.

Pauta:

1. Informes
2. Apresentação da 1ª Edição da Revista COR LGBTQIA+

• APRESENTAÇÃO E OBJETIVO

Aos 28 dias do mês de outubro de 2020, por meio de plataforma digital, reuniram-se os membros da equipe COR LGBTQIA+, para debater a criação de uma Revista capaz de pautar questões de gêneros e sexualidades, tratando de temas e pautas urgentes para a construção da resistência e da atuação política ativa e combativa dentro do movimento LGBTQIA+.

Para tornar isso possível, formamos e estamos formando um grupo de professoras, professores, militantes, pesquisadoras, pesquisadores e estudantes que tenham interesse em desenvolver e publicizar conteúdos feitos por e para a comunidade LGBTQIA+.

Os ambientes acadêmicos ainda são ambientes hostis e de exclusão de parte significativa da comunidade LGBTI+, por isso, mais do que nunca, é importante a construção de espaços que não só debatam gênero e sexualidade, como também abram as portas para a participação de toda a comunidade. Em razão da própria constituição do grupo organizador inicial, outro recorte temático para a revista é ela ser direcionada, preferencialmente mas não exclusivamente, para o campo do Direito e das Políticas Públicas.

A ideia da Revista COR LGBTQIA+ é, principalmente, servir de veículo para divulgação de pesquisas e trabalhos relacionados ao tema, rompendo as diversas barreiras impostas. Com a conjuntura atual de perseguições e ataques, a ideia é criar um espaço de liberdade de expressão de pensamento para estudantes, professoras e professores e militantes do Brasil, construindo um projeto coletivo que sirva de instrumento de produção de conhecimento e de transformação política.

Para cada edição da revista haverá a composição de uma curadoria, que organizará convites a ativistas, artistas e pesquisadores, bem como pensar o edital de chamamento aberto e a identidade visual para cada tema a ser abordado.

A Revista COR LGBTQIA+ está estruturada nas seguintes seções:

ENSAIOS: textos que expõem ideias e pontos de vista do autor sobre determinado tema, buscando originalidade no enfoque, sem, contudo, explorar o tema de forma exaustiva.

ROTAS: proposições de ações e intervenções artísticas, políticas e/ou pedagógicas que possam ter potencial multiplicador.

ENTREVISTAS: conversas e diálogos com pessoas militantes e/ou pesquisadores/as na temática da curadoria.

INDICAÇÕES: sugestões para os vários sentidos: leituras, vídeos, filmes, ações políticas, músicas, receitas.

RELATOS E TESTEMUNHOS: narrativas coletivas e/ou individuais de instituições, coletivos e/ou grupos sobre determinadas experiências de subjetivação ou de organização de demandas de (r)existência.

VISUALIDADES: partilha de materiais artísticos e culturais que retratam, exploram e extrapolam imageticamente o tema da curadoria.

A periodicidade da REVISTA COR LGBTQIA+, inicialmente, será semestral. Partindo da ideia de estudantes membros do grupo COR LGBTQIA+, o primeiro tema escolhido para representar o início do projeto é: UNIVERSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL LGBTI+. A primeira edição irá tratar da importância da construção e da organização do movimento estudantil LGBTI+, dos diálogos com as universidades, dos eventos e passeatas e da pesquisa acadêmica.

• EDITORIAL

A primeira edição da Revista COR LGBTQIA+ com a temática UNIVERSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL LGBTI+ tem como objetivo principal debater e divulgar pesquisas e trabalhos sobre a construção do movimento LGBTQIA+ dentro da academia e sua relação com o ambiente universitário.

O primeiro ensaio da edição é de autoria de Elder Luan dos Santos Silva, intitulado **‘O Aquenda me deu forças pra enfrentar’: a importância dos coletivos universitários de diversidade sexual na permanência universitária de pessoas LGBT**. Esse ensaio discute a relação que estudantes LGBT do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia estabeleceram com os coletivos acadêmicos, em especial os coletivos de diversidade sexual, durante parte de suas trajetórias formativas.

O segundo ensaio se chama **“Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso mesmo”:** **sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade**, de autoria de Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti, Robelânia dos Santos Gemaque e Natasha Mendonça Nogueira. Nele debate-se a impossibilidade de existir uma educação politécnica em uma escola unitária sem discutir diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual.

O terceiro ensaio foi elaborado pelo Núcleo TransUnifesp, tendo sido escrito por Ísis Gois, Danilo Fagundes, Caetano Goulart, Bruna Gabriela Ribaldo, Bruno Henrique Rocha, Jéssica Moura Ribeiro, Magnus Régios Dias-da-Silva e Denise Leite Vieira. Com o título **Vivências e (re)existências universitárias pelos direitos LGBTQIA+**, o ensaio retrata a situação atual de evasão e dificuldade de acesso às universidades pelas pessoas LGBTQIA+.

O quarto ensaio intitula-se **'Aqui a gente faz política com afeto!': 'Interseccionalidade' e 'afeto' na construção da 'nossa forma de fazer política' de negros universitários**, de autoria de Stephanie Pereira de Lima. O tema tratado é a emergência de formas atuais de ação coletiva em universidades públicas brasileiras, em que a categoria interseccionalidade surge como fundamental e, por esse motivo, o corpo e os afetos tomam centralidade na política das organizações.

O quinto ensaio foi elaborado por Vinicius Santos Almeida, intitulado **Perturbar e existir: pixo, gênero e sexualidade**, trazendo reflexões acerca das pixações como movimento político LGBTQIA+. Esse ensaio ainda traz elementos visuais demonstrando a importância do pixo.

Por fim, o sexto ensaio foi elaborado por Carolina Langnor, intitulado **Populações LGBTI na academia: reflexões sobre as universidades públicas brasileiras e sua relação com a precariedade**, debatendo o diálogo entre a construção da universidade pública e os corpos dissidentes LGBTs.

Dentro da seção rotas, o trabalho intitulado **Criação da (In)disciplina curricular "Direito e Sexualidade"**, produzido por Leandro Gorsdorf e Angela Fonseca, traz o roteiro de criação da matéria Direito e Sexualidade no currículo da faculdade de direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

A seção indicações possui o trabalho produzido por Isabel Ceccon lantas, chamado **Onde está a pesquisa lgbti+ no Brasil?**, no qual se analisam os grupos de pesquisa com a temática gênero e sexualidade registrados no CNPq.

Foram realizadas três entrevistas: com **Edward MacRae**, sobre a construção do movimento homossexual no Brasil; com **Luma de Andrade**, a respeito de sua trajetória como pesquisadora, sendo a primeira doutora e docente universitária travesti; e com **Paula Évelyn Silveira Barbosa**, com relação à criação do Arquivo Lésbico Nacional. Essa produção foi chamada de **Movimentos homossexuais e vivências públicas**, de autoria de Kleire Anny Pires de Souza e Isabel Ceccon lantas.

A seção visualidades contém os trabalhos fotográficos produzidos por **Marina Persegani**, retratando manifestações e atos organizados pelo movimento estudantil. Ainda, fotografias, produzidas por **Livia Bittencourt Auler**, que registram a presença de mulheres lésbicas em paradas e manifestações de rua. A seção também traz o trabalho de **Rogério Melo**, com fotografias de Carlos Rodrigues, intitulado **Fazendo a lôca em uma gongação dos gêneros um bafo de (re)existência**. Há também o trabalho de **Ué Prazeres**, intitulado **Apagamento**,

tratando das tentativas de apagamento e pagamentos simbólicos dos corpos transvestigeneres. Por fim, a **CIA de Teatro da UFPR**, apresenta seu trabalho **MANIFESTO.1**, produzido para a participação do grupo na programação do Mês do Orgulho LGBTQIA+ da UFPR.

A seção de relatos de experiência e testemunhos conta com a participação de **Bia Caminha**, descrevendo seu envolvimento com a política. **Ludmila Oliveira Matos Brasil Fernandes**, pautando a história do movimento estudantil LGBTQIA+. **Mayra Ribeiro**, com seu relato intitulado **Eu sempre destaquei que a minha deficiência é só um detalhe**. Os **membros do COR LGBTI**, descrevendo sua experiência com a organização do I Congresso Online de Resistência LGBTI+, em 2020. **Theo Frederico de Lima Luna**, denunciando sua experiência como primeira pessoa trans a ter seu nome social respeitado na Universidade Federal de Santa Catarina. E o grupo **Vale PCD**, perfil também no Instagram, com o trabalho intitulado **Experiências da PCD/LGBTQIAP+ nas universidades**.

A construção dessa edição e reunião de tantos trabalhos incríveis demonstrou a necessidade de se pesquisar e produzir dentro da temática UNIVERSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL LGBTI+. Infelizmente, ainda são questões de difícil acesso e de pouco aprofundamento dentro da academia, o que também é denunciado nos trabalhos publicados nesta edição.

• PROJETO GRÁFICO

O projeto gráfico foi pensado a partir dos elementos que caracterizam a produção e existência das pessoas LGBTQIA+. Interrupções, imagens disruptivas, elementos que ocupam o espaço da página e marcam sua presença. Também propõe que cada edição tenha uma COR e, quando vistas em conjunto, nos lembrem das cores de nossas bandeiras - e como não caminhamos a sós, é o coletivo que nos dá força.

• CONCLUSÃO

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata, deixando como principais encaminhamentos:

- Publicação da 1ª edição da Revista COR LGBTQIA+;
- Convidar todas/todos/todes aqueles que possuam interesse em construir este projeto, seja enviando trabalhos ou participando de sua organização na Comissão Científica ou nas futuras curadorias.

CONTATO:

E-mail: cor.lgbti@gmail.com

Instagram: <https://www.instagram.com/cor.lgbti/>

Facebook: <https://www.facebook.com/cor.lgbti>

Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UCkaYc3FdHF>

[IpUglqbxITLNA](https://www.youtube.com/channel/UCkaYc3FdHF)

Wordpress: <https://corlgbti.wordpress.com/>

Issuu: <https://issuu.com/corlgbtqia>

ENSAIOS

‘O *Aquenda* me deu forças pra enfrentar’: a importância dos coletivos universitários de diversidade sexual na permanência universitária de pessoas LGBT

Elder Luan dos Santos Silva¹

RESUMO: Os coletivos e movimentos estudantis têm, historicamente, atuado coletivamente nos conflitos nas universidades, em atividades acadêmicas, e em agendas políticas tradicionais dos movimentos sociais. Os coletivos atuam na denúncia política e epistemológica das lógicas de subalternização existentes no ensino superior, emergindo um novo tipo de conhecimento mais comprometido e engajado com a transformação social. Nesse artigo discuto a relação que estudantes LGBT do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia estabeleceram com os coletivos acadêmicos, em especial os coletivos de diversidade sexual, durante parte de suas trajetórias formativas. A partir da investigação realizada, é notório que a participação das estudantes LGBT nesses coletivos contribuiu diretamente com a construção da sua permanência universitária e afiliação estudantil, assim como com os processos de aceitação e vivência da sexualidade que, não raro, tem acontecido no espaço universitário.

PALAVRAS-CHAVE: diversidade sexual; gênero; sexualidades; universidade.

OS COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E O ENFRENTAMENTO DA LGBTFOBIA

No Brasil, o primeiro programa que marca a luta contra práticas discriminatórias e violências contra a população LGBT é o Brasil sem Homofobia (BSH), ação desenvolvida em 2004 pela Presidência da República e impulsionada pelas Conferências Nacionais LGBT realizadas entre 2008 e 2016.

O programa tinha como objetivo garantir a cidadania de pessoas LGBTs, a partir do combate à violência e discriminação, e da equiparação de direitos. Antes disso, porém, em 2002, temos, segundo resalta Melo et al (2012), o primeiro marco relativo à formulação de políticas públicas para a população LGBT, que foram as menções relativas à orientação sexual no Programa Nacional de Direitos Humanos 2: entre as 518 ações, cinco delas

¹Doutorando em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo, Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Historiador, membro do Gir@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação e bolsista do Projeto CAPES-COFECUB Gênero Ameaça(n)do.

sugeriam a garantia do direito à liberdade, opinião e expressão de orientação sexual, e dez delas referiam-se a garantia de direitos à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais. Melo et al (2012) destacam que os movimentos sociais encontram receptividade no governo Lula, que de 2004 em diante, com a criação do BSH, começou a garantir diversos outros direitos, como por exemplo a Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; a publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3 - 2009), o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT, 2009); a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil; e a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Tais ações, representam uma resposta do Poder Executivo à sociedade civil, em especial, às pressões feitas pelos movimentos sociais, que segundo Melo et al (2012), julgavam-se importantes no cenário em que o Poder Legislativo continuava inatuaente no que tange à seguridade dos direitos civis e sociais da população LGBT, e o Poder Judiciário continuava restrito àquelas que dispunham de condições psicológicas, sociais e financeiras de levar a frente as denúncias dos casos de LGBTfobia. A partir de 2010, com a mudança para o

governo Dilma, essas políticas começaram a ser enfraquecidas, em muito, devido à pressão realizada por setores conservadores da Câmara dos Deputados, que, entre outras coisas, atuaram diretamente no cancelamento do Projeto Escola Sem Homofobia, iniciativa do Ministério da Educação que visava a distribuição de 6.000 kits anti-homofobia para escolas de ensino médio do país. Nas eleições de 2010 houve uma forte reação negativa dos setores fundamentalistas religiosos a um eventual apoio de Dilma aos direitos sexuais, reprodutivos e à cidadania LGBT. Mesmo não havendo no plano de governo do PT para as eleições presidenciais de 2010 quaisquer demandas relacionadas a esses temas, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a ex-presidenta Dilma foram acusados de manter relações imorais com os movimentos feministas e LBGTs, financiando paradas do orgulho, apoiando a união homoafetiva, e integrando uma suposta organização que pretendia a destruição da família pela imposição da homossexualidade. A desestruturação das agendas pró-direitos sexuais ganha centralidade nos anos subsequentes. Desde 2011, Fernandes (2011) sinalizava a “ruína” (sic) dos avanços nas políticas anti-homofobia do Governo Lula, e em meio às articulações políticas da época, já indicava o avançar de “uma nova configuração das forças políticas que tem na agenda anti-homofobia um de seus eixos de irreflexão e alianças políticas conservadoras” (FERNANDES, 2011, p. 337).

O que vimos a partir de 2011 foi a articulação de uma grande aliança política conservadora que não se eximiu de tentar barrar quaisquer avanços legislativos no âmbito das questões de gênero e sexualidade, especialmente aquilo que se relaciona com a educação. Segundo Lionço et al (2016), a saúde e a educação foram justamente os setores que mais avançaram no combate à LGBTfobia. Na saúde, destaca-se a Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde LGBT, que foi instituída em 2011, tendo em 2013 a publicação de sua primeira cartilha; o acesso de pessoas trans ao Sistema Único de Saúde, inclusive com garantia, em alguns centros, do processo transexualizador e o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais, assegurado pela carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, desde 2008.

Na educação, iniciativa equivalente foi tomada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, que em 2015, institui o direito ao uso do nome social para travestis e transexuais em todos os níveis de escolarização das redes de ensino. Antes disso, algumas universidades já haviam se antecipado, a exemplo da Universidade Federal do Amapá, que desde 2009 deliberou pelo uso do nome social, a Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que desde 2012 possuem resoluções que estabelecem essa garantia.

Em 2016, a Presidência da República assinou o decreto 8.727/2016

que autorizava a população LGBT a utilizar o nome social nos órgãos do serviço público federal, entre eles as universidades. Segundo informação do portal de notícias G1, quando o decreto foi assinado apenas 13 universidades ainda não tinham regulamentação própria para uso, sendo que 8 delas estavam com suas resoluções em tramitação, entre elas, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que em 2016 aprovou por unanimidade o uso do nome social para estudantes travestis, transexuais e transgêneros. Além disso, outras universidades também desenvolvem políticas específicas para a população LGBT, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora, que em 2015 liberou o uso do banheiro para todos, a partir da adequação de gênero; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que através do Núcleo de Identidade, Gênero e Subjetividade (NIGS) publicou uma cartilha de combate às práticas sexistas, homo-lesbo-transfóbicas e capacitistas nos trotes universitários; e da Universidade de Brasília, que, segundo Lionço et al (2016), foi a primeira universidade federal a institucionalizar em sua estrutura administrativa uma Diretoria da Diversidade, que tinha como objetivo o acompanhamento e resolução de conflitos que envolvessem a população LGBT. Assim como a UFSC e a UNB, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia também criou um núcleo administrativo de Gênero e Diversidade Sexual, que funcionou

durante algum tempo, mas que hoje não conta nem mesmo com uma página vinculada ao site da universidade. Dentre as universidades citadas, a UNB destaca-se pela criação, em 2012, do programa de Combate à Lesbofobia, Homofobia e Transfobia, uma iniciativa que, segundo Lionço et al (2016), tinha como objetivo institucionalizar o enfrentamento dos preconceitos e discriminações à população LGBT, assim como os casos de violência decorrente da naturalização do binarismo de gênero e da heteronormatividade em instituições de ensino superior. Assim como temos relatado, já em 2012, a compreensão que possibilita a criação desse programa na UNB é a de que, a violência, o preconceito e a discriminação “podem comprometer a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, a permanência no processo de escolarização ou mesmo evasão, bem como a violação de outros direitos de estudantes, servidores técnico administrativos e docentes da instituição” (LIONÇO ET AL, 2016, p. 3). Entretanto, tais ações, a exemplo das que foram supracitadas, foram pontuais. A falta de uma política pública que direcione o olhar da gestão universitária sobre as demandas da população LGBT tem feito com que estas ações sejam localizadas e dependentes das gestões que assumem as reitorias. No caso da UNB, por exemplo, Lionço et al (2016) cita a forte oposição política que os avanços dessas políticas públicas encontram hoje em

dia e o conseqüente retrocesso na agenda de garantias dos direitos da população LGBT. Quem tem assumido, então, esse debate nas universidades são os coletivos de diversidade sexual através de auto-organizações e, em alguns casos, vinculados a grupos e agências de pesquisa.

Longe de estarem somente em posições passivas de violência, a vivência da sexualidade por aqueles que saíram, foram expulsos ou já chegaram fora dos armários, possibilita, segundo Pedrozo et al (2006), a organização de grupos sociais que atuam na construção de identidades coletivas, e desenvolvem ações contra as formas de violência e exclusão. O compartilhamento das experiências de violência, discriminação e exclusão, conduzem alguns desses sujeitos à busca de alternativas de superação e enfrentamento das desigualdades.

Pedrozo et al (2006) apresentam diversos movimentos estudantis de diversidade sexual, que, criados nos guetos onde a sexualidade foi submetida, têm atuado na universidade brasileira no combate às violências, desigualdades e discriminações institucionais e sociais. À época da sua investigação, a organização estudantil na universidade se dava a nível nacional através do Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero - ENUDS², e a nível local, pelos coletivos de diversidade sexual, a exemplo dos citados por Pedroso et al.: Prisma (USP), Diversitas (UFF), Plural

²O Encontro Nacional em Universidades Sobre Diversidade Sexual e Gênero é um evento organizado por estudantes e coletivos estudantis de diversidade sexual, desde o ano de 2011 em universidades públicas do país. Em 2014, na décima segunda edição do encontro realizada em Mossoró no Rio Grande do Norte, foi aprovada a mudança do nome e da sigla do encontro, que antes se

(UEFS), e KIU! (UFBA), Aquenda e Coletivo Capitu (UFRB).

Os coletivos e os movimentos de diversidade sexual têm se esforçado para ser a força contrária da violência e discriminação, atuando na desconstrução e combate da homolesbotransfobia institucional e na visibilidade aos gêneros e sexualidades não-normativas (PEDROZO ET AL. 2006; AMARAL, 2014). Entretanto, o grande desafio desses movimentos é o heterossexismo e a heteronormatividade, reproduzida e cultuada pelo padrão normativo, que perpassa a sociedade, e, mais especificamente, as universidades.

Em estudo realizado com três coletivos universitários de diversidade sexual do estado de Minas Gerais, Amaral (2015) constata que os coletivos, tanto realizam ações políticas típicas dos movimentos sociais LGBT's, quanto atividades de cunho acadêmico, que apontam para o fato de que, para esses jovens se constituírem como militantes acadêmicos é preciso enfrentar uma via de legitimação e de disputa do campo científico de produção de conhecimentos alternativos sobre as suas realidades.

Para Amaral (2015), a conjugação de Militância e Academia é um dos principais fatores que marcam a inovação dos coletivos universitários de diversidade sexual. A atuação desses grupos nos espaços públicos é marcada, segundo Amaral (2015), pela aproximação com discussões teóricas

realizadas no seio da universidade e pela participação de seus membros em grupos de pesquisa e extensão que envolvem outros sujeitos, já a atuação nas atividades acadêmicas é atravessada pelas visões adquiridas no cotidiano da militância, que oferecem subsídios empíricos para a realização dessas ações.

A participação ativa desses coletivos, tanto em atividades acadêmicas quanto em agendas políticas tradicionais dos movimentos sociais, colocam questões novas sobre a trajetória formativa e a permanência desses estudantes na universidade, que, agora, além de possivelmente marcada por ações de violências cotidianas e espetacularizadas, atravessa a possibilidade de agência política no cotidiano universitário, que põe em disputa o campo científico e a produção de discursos alternativos e de uma política do cotidiano que transformem suas realidades e as práticas de desigualdades (AMARAL, 2015). Para Amaral (2014) os coletivos e movimentos estudantis têm, historicamente, atuado coletivamente nos conflitos nas universidades, sendo um dos principais espaços de protagonismo juvenil. No caso dos coletivos de Diversidade Sexual, assim como com outros coletivos que assumem outras bandeiras, o debate não se furta a suas demandas, preocupando-se também com questões sociais gerais e mais especificamente com a defesa de uma educação pública de qualidade e

uma sociedade mais justa e igualitária. Os coletivos, e mais especificamente os grupos de pesquisa e estudos das questões de gênero e sexualidade, ainda atuam na denúncia política e epistemológica das lógicas de subalternização existentes no ensino superior, emergindo um novo tipo de conhecimento, que desde a sua produção está mais comprometido e engajado com a transformação social (AMARAL, 2012). A construção de uma ciência engajada que fundamenta teorias que pretendem visibilizar a voz dos movimentos sociais e das pessoas subalternizadas são incorporadas por esses grupos, criando um movimento que se coloca na contramão das injustiças epistêmicas e do governo da sexualidade nos currículos oficiais, inventando novas possibilidades de re-existência na universidade.

Em matéria publicada no Jornal Extra em dezembro de 2016, o jornalista Ramon de Angeli afirma que os coletivos de diversidade sexual melhoram a vida dos calouros LGBT. Angeli (2016) utiliza como exemplo o caso das Universidades Estadual do Rio de Janeiro e a Federal Fluminense, onde respectivamente o grupo NuDES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidade, e o coletivo Lamparinas atuam no combate à opressão no meio acadêmico, contribuindo no empoderamento de pessoas LGBT que se encontram em situação de opressão. Da mesma forma, o GUDDS! – Grupo Universitário em

Defesa da Diversidade Sexual surgiu na Universidade Federal de Minas Gerais como respostas às práticas de preconceito e discriminação contra estudantes LGBT. O que há em comum em todos esses coletivos, é a vinculação entre militância e academia e a sua atuação além das instâncias formais de representação estudantil na universidade.

Para Amaral (2014), além disso, os coletivos de diversidade sexual universitários têm ressignificado as formas de militância e focado na luta contra a homofobia e o heterossexismo que atravessam a sociedade e mais especificamente a universidade. Para o autor, a ação dos coletivos de diversidade sexual tem se diferenciado das ações universalistas do tradicional movimento social organizado, que ao longo do tempo, devido a sua institucionalização, passou a enquadrar os sujeitos LGBT em um modelo hegemônico aceitável da sexualidade e digno de atenção das políticas sociais. Isso tem se dado porque parte desses coletivos não têm fundado sua militância em um único sujeito político, aproximando mais daquilo que seria, segundo Amaral (2014), uma militância queer. Para o autor, nos coletivos os quais sua pesquisa foi realizada, existia uma multiplicidade maior de sujeitos LGBT, assim como havia uma concepção menos homogênea desses sujeitos, em muito, atrelada aos estudos queer³.

³A teoria queer surge a partir de uma forte crítica às Ciências Sociais ao salientar que ao longo da história a heterossexualidade foi sempre apontada como sinônimo da ordem social. Em inglês, o termo queer foi durante muito tempo utilizado para depreciar pessoas homossexuais e significa estranho, esquisito, excêntrico, entre outros adjetivos que referem-se a algo que esteja "fora do normal".

Elas/es entendem que eleger uma identidade específica como a categoria universal que marca o sujeito político dessa militância pode provocar o silenciamento de outros sujeitos que também são afetados pela norma. Além disso, tomar os sujeitos como ontologicamente naturais pode provocar a invisibilização das lógicas de poder que atuam por trás da construção desse sujeito desrespeitado (AMARAL, 2014, p. 169).

Parte dessa compreensão é ancorada em Judith Butler (2000), uma das principais teóricas queer, que compreende que políticas que se pressupõem democráticas são, em suma, construídas com base em exclusões e concepções universalistas. Para a autora, quando se define uma política universal e essa necessidade de representação de uma suposta vontade geral, as vontades individuais e os sujeitos específicos estão sendo substituídos e subjugados. Aquelas que, dessa forma, permanecem do lado de fora da vontade geral, e não são representados por ela, passam também a não serem reconhecidas como sujeitos.

Os coletivos de diversidade sexual se atrelam mais à perspectiva que prevê as especificidades individuais, sem a defesa de um sujeito homossexual universal, por terem como principal agenda na universidade o combate à LBGTfobia, o enfrentamento da heteronormatividade e a defesa da multiplicidade de sujeitos. Para Amaral (2014), esses coletivos têm buscado incorporar em sua ação política as críticas que vêm sendo feitas pela teoria queer, tentando construir sujeitos coletivos que não se baseiem em uma identidade sexual homogênea e constitutiva do movimento.

Os coletivos, além de atuarem na denúncia de ações de violência, discriminação e opressão, tornam-se também espaços de vivência e sociabilidade LBGT. O agrupamento nos coletivos e a construção das redes de sociabilidade acabam se configurando como uma política afirmativa não institucionalizada, que tanto denuncia e visibiliza atos de LBGTfobia e práticas de discriminação e inferiorização, quanto proporciona uma permanência mais facilitada, criando lugares confortáveis para expressão da sexualidade.

As redes de sociabilidade, por si só, já criam espaços de segurança para vivência e expressão da sexualidade. Autores como Parker (2002), Macrae (1983), Perlongher (1987) e Castells (1999) afirmam o quanto as redes de sociabilidades, formadas a partir dos agrupamentos, muitas vezes em guetos, contribuíram e contribuem na construção das identidades e nos processos de auto-organização, garantindo condições de existência e manifestação de pessoas LBGT. A criação de guetos para sujeitos com vivências e expressões de gênero e sexualidade não normativas veio, segundo Parker (2002), com a urbanização e modernização das cidades e o preconceito e as dificuldades de homosociabilização em espaços públicos. Entre as décadas de 80-90, uma subcultura gay começa a ser gestada a partir de uma geografia sexual que possibilitava o encontro de homens

O termo é então recuperado pelo movimento LBGT e passa a ser utilizado como uma forma positiva de auto-identificação. Segundo Tadeu (1999) o termo funciona como uma manifestação política de que a intenção da teoria queer é perturbar a normalidade e complicar a questão da identidade sexual. Em suma, a teoria queer compreende a sexualidade como uma construção social, que, tal

com homens em espaços públicos, porém mais reservados. A procura por esses lugares, vinha atrelada à necessidade de encontrar-se em espaços onde houvesse maior segurança de ataques violentos (MACRAE, 1983). Da mesma forma, a dificuldade de socialização nas universidades entre aqueles com sexualidades, gêneros, performances e corpos não normatizados, contribui para que, estrategicamente, lugares específicos para a vivência e interação desses sujeitos sejam criados. Entretanto, assim como a criação de guetos e a construção de uma subcultura do desejo criou culturas de resistências, que resultaram na organização de movimentos sociais gays e na visibilização da homossexualidade no final do século XIX (PARKER, 2002), os guetos criados na universidade para a vivência e a experimentação da sexualidade, do corpo, do gênero e do desejo, também possibilitam a organização, politização e visibilidade desses estudantes universitários.

É isso que anunciam e denunciam as interlocutoras que participaram do estudo que realizei entre 2016-2017 no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) sobre a permanência e a afiliação estudantil de pessoas LGBT na universidade. Ao todo entrevistei seis estudantes, que nesse artigo terão suas identidades preservadas e serão identificados por nomes de Drag Queens - Chi Chi

DeVayne, Bob The Drag Queen, Alaska e Bebe Zahara - e Drag Kings - De Ville e Nágila.

Chi Chi DeVayne, Bob The Drag Queen, Nágila e Bebe Zahara se autodeclaram negros, possuem de 22 a 30 anos, e são oriundos de cidades do interior da Bahia. De Ville e Alaska se autoidentificam como brancos, têm entre 21 e 22 anos, e também são oriundos do interior da Bahia. Nágila e De Ville se identificam como mulheres cis lésbicas, Alaska é bissexual, Chi Chi DeVayne, Bob The Drag Queen, Bebe Zahara se identificam como viados.

O CAHL é um dos sete centros de ensino da UFRB, universidade criada em 2006 a partir do programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federais (REUNI). A definição do CAHL como lócus da pesquisa se deu a partir dos resultados de outro estudo realizado em 2014 na UFRB, que investigou a permanência e afiliação de estudantes não-heterossexuais (SILVA, 2014). Nesse estudo, o CAHL foi apontado como o espaço institucional da UFRB com maior diversidade sexual e de gênero, o campus com maior respeito e acolhimento a essa diversidade, e o centro onde existiam mais atividades e disciplinas que debatessem as relações de gênero e sexualidade.

A pesquisa foi orientada a partir do referencial teórico-metodológica da etnometodologia (COULON, 1995) e da etnopesquisa implicada (MACEDO, 2012) transversalizadas pelo campo dos estudos feministas, gays, lésbicos e

como a identidade de gênero, não é definida simplesmente pela biologia, passando então a problematizar a identidade sexual que foi e é considerada normal, a heterossexualidade. Entretanto, para além da noção de construção social, a teoria queer radicaliza a possibilidade de livre trânsito entre as fronteiras da identidade, compreendendo que as identidades não são fixas, elas acabam sendo fixadas pela linguagem e pelo discurso.

pós-estruturalistas. A chave para o acesso, compreensão e revelação do que está sendo pesquisado se dará na participação e abertura dos sujeitos, que, a partir da orientação na etnometodológica (COULON, 1995), compreende que as agentes e interlocutoras da pesquisa, jamais serão vistos como idiotas culturais, nem como epifenômenos experimentais. A etnopesquisa implicada, compreende a ciência como uma prática social, partindo do fato de que aqueles que querem compreender estão de toda forma vinculados com a coisa em questão, transformando a ciência em um objeto familiar, próximo do pesquisador, que é capaz de – e não há problema em – se comunicar com outro, de perceber a pesquisa em uma relação eu-tu-nós, transformando as interlocutoras da pesquisa em parceiras de transformação do mundo (MACEDO, 2012).

No tópico seguinte, discuto a relação que as interlocutoras da pesquisa estabeleceram com os coletivos acadêmicos, em especial os coletivos de diversidade sexual, e a forma como a participação nesses coletivos contribuiu com a construção da permanência universitária e com os processos de aceitação e vivência da sexualidade.

CONSTRUINDO PERMANÊNCIAS: A ATUAÇÃO DOS COLETIVOS NO CAHL-UFRB

Ao falar sobre sua experiência universitária, Chi Chi Devayne ressalta o quanto se sentir representada impactou na sua decisão de ingressar no Centro de Artes, Humanidades e

Letras (CAHL). Abandonado pela família logo após se assumir gay, sem vínculos muito fortes em seu campus anterior, Chi Chi Devayne encontrou em Cachoeira e nos estudantes do CAHL uma possibilidade de vivenciar a sua sexualidade, e de se sentir representado e acolhido. A decisão de cursar Jornalismo se dá por causa da cidade, do centro de ensino, das pessoas e do coletivo de diversidade sexual existente, e não necessariamente por um desejo ou identificação com o curso.

Então essa experiência assim enquanto viado, no CAHL, dentro da universidade, tem uma contribuição muito forte, porque aqui eu tive representatividade, aqui eu consegui abrir mais a minha mente, pra questão sabe, que eu nem tinha noção, tipo assim, tinham coisas que a gente falava e era meio que equivocada, então aqui abriu um espaço maior pelas discussões que as pessoas tem na mesa de bar e em diversos espaços, aqui mesmo nos espaços da universidade, nos coletivos que eu comecei a fazer parte, comecei a me tornar militante a partir do CAHL também, porque aqui tem uma representatividade muito forte (Chi Chi Devayne).

Para Bob The Drag Queen, outro interlocutor da pesquisa, a parte mais difícil da entrada na universidade foi se reconhecer na sala de aula, e se sentir parte do curso. A dificuldade financeira foi sanada com a obtenção, logo em seu primeiro semestre, da assistência estudantil, e mais tarde com o ingresso no Programa de Educação Tutorial, onde atuava como bolsista. Porém, o processo de reconhecimento e auto aceitação se deu fora da sala de aula, quando ele começou a fazer parte do movimento estudantil, dos coletivos de diversidade sexual e do movimento negro.

Bob The Drag Queen elege os espaços formativos nos movimentos que participa como os mais importantes para sua formação e permanência universitária.

Eu acho que o processo de me sentir parte da universidade, de me sentir pertencente daquilo, foi o mais difícil, e que só veio no segundo, terceiro e no quarto semestre. E isso se deu nos corredores, né? Os corredores da universidade eu acho que é o espaço onde a gente se forma, os corredores, o pátio, são os espaços que a gente se forma mais do que na sala de aula. Eu acho que nos corredores, por exemplo, você pode escolher com quem você quer andar, você escolhe, você formar grupos, dentro da sala de aula é mais difícil. E foi isso que deixou esse espaço mais facilitado, a relação com os outros estudantes, estudantes de outros cursos, estudantes negros, estudantes LBGTs, no Akofena, no Aquenda, o contato com o movimento estudantil, tudo isso ajudou.

Bob The Drag Queen ressalta que a maior vilã da sua formação é a sala de aula. Assim como Bebe Zahara, eles relatam que a sala de aula não passava de uma obrigação, e uma obrigação muitas vezes tortuosa, e que não frequentá-la, ou frequentá-la o mínimo possível, ao mesmo tempo frequentando os espaços dos coletivos e criando redes de sociabilidade, foram a principal estratégia de permanência na universidade. Tanto Bob The Drag Queen, quanto Bebe Zahara contam que a maior motivação que tinham de vir para a universidade era encontrar os outros pares e vivenciar aquilo, que, às vezes, não é possível de ser vivenciado do lado de fora dos muros da instituição. Afastar-se da sala aparece, então, para Bob The Drag Queen, como a principal estratégia desenvolvida para permanecer.

Bebe Zahara entrou na universidade cheio de expectativas. Estava começando a se descobrir como gay, e considera que seu primeiro semestre na universidade foi essencial nesse processo. Ele conecta o seu processo de adaptação à universidade com o seu processo de aceitação, por ele próprio e pelos outros estudantes, que, ao contrário da escola, que se constituía como um espaço de opressão, o ensino superior era para ele um lugar onde havia diversidade de gênero e sexualidade, coisa que até então ele não estava acostumado em seu cotidiano.

O processo da vergonha para o orgulho se deu na trajetória universitária, onde eu tive acesso a esses movimentos sociais, com as teorias de gênero e sexualidade, com esses coletivos, com os meus pares que me possibilitou eu passar da vergonha pro orgulho, nesse período, e enfrentar também, a minha vida fora da universidade, com a minha família, com meus amigos, com a minha cidade. A adaptação ao cotidiano da universidade foi então muito boa, prazerosa, cheia de descobertas, e eu me senti assim, eu vi tanta diversidade, né, com outras pessoas de outras regiões, com outros pensamentos, variadas idades, variadas orientações sexuais, variados movimentos, movimento negro, movimento LBGT, movimento queer, movimento de mulheres, movimento, enfim.

Para Bebe Zahara, entrar na universidade significou um processo de amadurecimento, ele relata que já sabia que era gay, porém só conseguiu transformar a vergonha e o estigma em orgulho, depois que teve acesso aos coletivos estudantis e as discussões teóricas, que ao contrário de tudo que ele tinha ouvido até então, não mais o posicionava e posicionava a sua sexualidade como uma anomalia ou pecado. Bob The Drag Queen também

afirma essas questões, salientando que isso se deu dentro da universidade, porém não nos espaços de formação da sala de aula, mas sim nos coletivos de diversidade sexual.

O meu posicionamento político hoje, de me reconhecer enquanto preto e viado, ele veio depois que eu entrei na universidade, e nessa formação de corredores, nessa formação política que você não tem na sala de aula. Toda hora eu estou falando que a sala de aula é horrível. Mas a gente não tem na sala de aula, a gente tem nos corredores. Pra me reconhecer enquanto Preto e LGBT, só mesmo depois da universidade.

Depois de você ter contato com outros estudantes LBGTs e negros, e você perceber a importância dessa afirmação, e a importância desse posicionamento político, o que eu só entendi depois que estava aqui (Bob The Drag Queen).

Alaska, estudante bissexual, também corrobora com a afirmação de Bob The Drag Queen de que isso se deu na universidade, porém não nos espaços formais de aprendizagem:

A universidade é um.... Eu falo a universidade e incluo basicamente os coletivos que eu participei, eu acho que é um espaço que você encontra teorias para te explicar assim sabe, para se entender como você pode agir no mundo sobre a sua sexualidade, sobre seu gênero, sobre suas identificações políticas, enfim. Eu acho que é um espaço bem interessante para você se entender, e você passa por vários processos de mudança durante o período, então quando eu cheguei aqui eu tinha uma visão completamente diferente sobre sexualidade e gênero da visão que eu tenho hoje, nesse cabedal que eu adquiri nos quatro anos. Então eu acho que foi decisivo assim, para me entender.

Alaska conta que escolheu o CAHL pelo que os colegas de sua cidade falavam sobre o centro, escolheu a UFRB para fazer Jornalismo, porém, assim que entrou na universidade, foi recebido com ataques homofóbicos, através de mensagens pixadas no banheiro da instituição que pediam “morte aos gays”.

Segundo ele, isso foi um baque e o fato de não ter nenhum tipo de resposta institucional, ou mesmo atuação de algum coletivo de diversidade sexual, que encabeçasse qualquer tipo de manifestação contra isso, intensificou a sensação de que aquele não era um espaço seguro para LBGTs.

No momento em que Alaska ingressou no centro, o coletivo de diversidade sexual estava inativo, e, ao contrário das outras interlocutoras, que atribuem aos coletivos os processos de facilitação da permanência universitária e da identificação com o espaço universitário, para Alaska, era justamente a falta de um espaço como esse que contribuía para que houvesse manifestações de violências LBGTfóbicas.

Meu primeiro semestre foi problemático assim, logo quando eu cheguei em 2012 foi quando teve aquele começo de ter mensagens escritas no banheiro de “morte aos gays”, e aí você se sente meio receoso, e quando eu cheguei não tinha nenhum grupo coletivo ativo, o Aquenda ainda estava inativo na época, então eu fiquei muito perdido assim para trabalhar essas questões de sexualidade. Já tinha me assumido para os meus pais e tal, só que eu via que o pessoal da minha sala era muito conservador, então meu primeiro semestre foi um baque. A partir do segundo, foi quando que eu comecei a conhecer o Aquenda foi quando as coisas foram melhorando.

Alaska reforça aquilo que Amaral (2015) e Nadir et al (2015) já haviam salientado, de que a instituição universitária é LBGTfóbica e atua na reprodução, produção e atualização das desigualdades sociais. No caso do CAHL, o que o faz ser um espaço mais seguro para a vivência das interlocutoras são os coletivos de diversidade sexual.

Segundo Chi Chi Devayne, De Ville, Nágila, Bob The Drag Queen, Alaska e Bebe Zahara, a universidade não tem desenvolvido nenhum tipo de atividade que atue no combate da violência e que discuta relações de gênero e diversidade sexual. Todas elas apontam somente a existência de atividades desenvolvidas pelos coletivos de diversidade sexual, conferindo a eles, o mérito pela existência dessas discussões.

Só as atividades dentro dos coletivos. A universidade em si fez não fez nenhuma. Agora nessa nova gestão está propondo algumas atividades, que foi por pressão estudantil também, que a gente meio que exigiu que tivesse um espaço para debater gênero e sexualidade na recepção dos calouros, aí eles estão colocando a temática nessa recepção, mas fora isso. (Alaska).

Segundo Chi Chi Devayne, até existem ações que tentam facilitar a permanência de estudantes LGBTs na universidade, porém elas têm sido promovidas, também, pelos próprios estudantes, através da atuação do coletivo de diversidade sexual Aquenda, que desenvolveu cartilhas que orientam o uso do nome social, o uso do banheiro por pessoas travestis e transexuais, além das rodas de conversas que funcionam como redes de apoio à estudantes gays, lésbicas e bissexuais e trans. Além disso, o Aquenda foi responsável pela confecção de dois dossiês sobre violência e LGBTfobia na UFRB, que foram encaminhados à gestão de centro e a Pró-reitoria de políticas afirmativas e assuntos estudantis, mas que, segundo relata Alaska, ainda não resultaram em nenhuma política efetiva, exceto a

portaria que decreta o uso do nome social.

O Aquenda é um Coletivo de Diversidade Sexual criado pelos estudantes universitários no Centro de Artes, Humanidades e Letras em 2010 com o objetivo de alcançar o respeito pleno à livre sexualidade. Segundo a “Carta do Aquenda”, documento de apresentação do grupo disponível na página oficial do coletivo na internet, o coletivo se funda com o objetivo de:

Na UFRB, pretendemos atuar de forma que possamos alcançar o respeito pleno à livre sexualidade. Além disso, queremos buscar a humanidade que é negada cotidianamente aos nossos corpos [...], chamar atenção daquels que nos oprimem por não seguirmos os modelos de identidade apresentados pelo movimento. [...] Nossa proposta é reunir forças com aqueles que se sentem oprimidxs pelo modelo hegemônico de sexualidade, gênero, raça, religião e estilo de vida. (CARTA DO AQUENDA, 2010).

É unanimidade entre as interlocutoras a importância dos coletivos de diversidade sexual na sua trajetória universitária. O apoio encontrado nesses coletivos torna-se a principal política de permanência para estudantes LGBTs, contribuindo tanto na fixação dos mesmos na universidade, quanto na construção do orgulho e na vivência e expressão dos gêneros, sexualidade e identidades dissidentes. Para algumas interlocutoras, esses espaços de vivências tornam-se mais importantes do que os espaços formativos, como as salas de aula.

Bebe Zahara, Nágila e Bob The Drag Queen relatam, que passaram a vir para universidade, não mais para assistir aula, mas para encontrar seus pares e

vivenciar o que esses encontros lhes proporcionavam. A formação profissional acaba ficando em segundo plano, porque existe uma demanda identitária muito maior que precisa ser sanada, e que a sala de aula não dá conta.

Eu acho que os coletivos foram de extrema importância, por mais que não sejam coletivos formados, quando eu digo coletivo é grupo mesmo de pessoas, não só coletivos como o Aquenda, o Akofena, que foram superimportantes pra minha permanência aqui dentro da universidade. Eu me reconheço muito dentro do Aquenda, dentro do Akofena, mas principalmente nos grupos que são formados mesmo sem nome. Mesmo sem ser um coletivo organizado, a gente se reconhecer no grupinho de viados que andam juntos, nos grupos de viados pretos que a gente forma dentro da universidade pra andar junto, pra colar junto, pra se discutir raça, pra se discutir sexualidade, eu acho que é super importante pra você trocar ideia sabe, a troca de ideia ela é importante sabe, pra você se formar. Eu digo que eu me formo dentro da universidade fora disso porque eu troquei ideia, porque eu tive com quem conversar fora da sala de aula, mais do que dentro (Bob The Drag Queen).

Todas as interlocutoras fazem ou fizeram parte do Aquenda Coletivo de Diversidade Sexual, Bebe Zahara e Bob The Drag Queen fazem parte também do Akofena, coletivo de negros e negras, e De Ville e Nágila fizeram parte do Gritem, coletivo de mulheres. Todas elas relatam que os coletivos contribuíram principalmente em sua formação política, na discussão de questões teóricas e acadêmicas sobre gênero, sexualidade e raça, e na constituição de redes de apoio e segurança, principalmente quando aconteciam casos de violência. Bebe Zahara relata que o coletivo de diversidade sexual lhe deu forças para enfrentar essas situações, ao tempo que lhe deu

segurança de que não estava sozinha, lhe dando coragem para enfrentar as adversidades que surgiam em seu processo formativo.

O Aquenda me deu forças pra enfrentar. Eu sabia que eu não estava sozinho entendeu, eu sabia que existiam outros amigos meus que estavam pautando as questões de gênero e sexualidade nos seus cursos, então, era um estímulo de ir pra aula, de saber que o que eu estava dizendo ali não era um pensamento só meu, era um pensamento político organizado. E isso me incentivava, me dava coragem para o enfrentamento, então isso foi um marco muito bom de vivência da universidade de forma plena, por causa desses coletivos. (Bebe Zahara).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS SOBRE O AQUENDA!

De maneira geral, a universidade, assim como outros espaços sociais, se construiu e continua se constituindo a partir de referenciais racistas, misóginos, classistas e LGBTfóbicos. A universidade não se isenta da produção de microfacismos que se organizam e articulam através dos currículos, projetos políticos-pedagógicos e práticas de ensino que se constituem tendo a heterossexualidade e a cisnormatividade como regra (GIVIGI; OLIVEIRA; 2013). Nadir et al (2015) e Givigi e Oliveira (2013) sinalizam as normativas universitárias institucionais ou acadêmicas como reprodutoras dos padrões que normatizam os corpos, gêneros e sexualidades, e que contribuem para a geração de violências físicas e subjetivas. Há ainda uma dificuldade de as instituições universitárias reconhecerem a dimensão

institucional do preconceito, e a sua participação e responsabilidade na manutenção das hierarquias sociais relacionadas à sexualidade, gênero, classe e raça. Segundo Nadir et al (2015), essas hierarquias têm ocupado um lugar central no contexto universitário, onde, não raro, as sexualidades não-heterossexuais são utilizadas como insulto, entre outros mecanismos e estratégias regulatórias que pretendem manter a heterossexualidade como norma.

Os relatos apresentados nesse texto dão conta da importância dos coletivos de diversidade sexual no enfrentamento dessas situações de violência, assim como na construção de permanências simbólicas e no processo de afiliação dos estudantes à universidade. Os coletivos de diversidade sexual, e especificamente no caso do Centro de Artes Humanidades e Letras, o coletivo Aquenda, contribuem para que novos corpos, novos sujeitos, novas sexualidades possam ser vivenciadas, expressadas e politizadas no espaço universitário.

O papel e a importância do Aquenda ficam marcados nos relatos feitos pelas estudantes interlocutoras que, de alguma forma, participaram do Coletivo ou de atividades realizadas por ele. Essas estudantes atribuem ao coletivo uma grande importância pela transformação constante do espaço universitário em um lugar de acolhimento, em um lugar onde não apenas se vivenciavam gêneros e

sexualidades dissidentes, mas também onde se discutia sobre gênero, sexo, sexualidade, raça, corpo, performance, e outros temas que, não raro, passavam quase que despercebidos durante a formação acadêmica, mesmo em um centro de artes, humanidades e letras. Segundo informam as estudantes, o Aquenda foi o primeiro, e por muito tempo o único, espaço universitário onde era possível discutir teoricamente e politicamente questões de gênero e sexualidade. Foi também no Aquenda e a partir do Aquenda que questões de gênero e sexualidade, que já faziam parte do dia a dia do Centro de Artes, Humanidades e Letras, passam a ser abertamente discutidas: seja para apontar a LGBTfobia institucional e práticas LGBTfóbicas que convivam lado a lado com a expressão das diferenças, seja para debater gênero e sexualidade com a comunidade universitária e em especial com as estudantes LGBT que chegavam ao centro, em muito, em função do seu modo de lidar com as sexualidades e gêneros dissidentes e/ou não-hegemônicos.

A política de acolhimento a estudantes LGBT foi algo que, durante muito tempo, ficou exclusivamente a cargo do coletivo de diversidade sexual. As interlocutoras apontam que o Aquenda desenvolveu cartilhas que orientam o uso do nome social, o uso do banheiro por pessoas travestis e transexuais, rodas de conversas, eventos acadêmicos, entre outras ações que funcionavam como redes de apoio a estudantes gays,

lésbicas, bissexuais e trans. Além disso, o Aquenda foi responsável pela confecção de dois dossiês sobre violência e LGBTfobia na UFRB, que em 2017 foram encaminhados à gestão do CAHL e à Pró-reitoria de políticas afirmativas e assuntos estudantis. O Aquenda, durante muito tempo, se constituía como a principal ferramenta que possibilitava a permanência simbólica de estudantes LBGTs, assim como principal espaço formativo em suas experiências universitárias, atuando na publicização das sexualidades e no enfrentamento das práticas de violência e LGBTbofobia, se posicionando contra a heteronormatividade e construindo táticas de sociabilização, expressão das identidades e conscientização da comunidade universitária a respeito de suas condições, reivindicando não só o direito à experiência universitária em todos os seus âmbitos mas o direito de conviver e viver na sociedade. É notória a importância dos coletivos de diversidade sexual para as estudantes interlocutoras dessa pesquisa. Seja para construção das redes de sociabilidade, quanto de agrupamentos coletivos, o apoio encontrado nessas redes, como a constituída pelo Aquenda no Centro de Artes, Humanidades e Letras, tornava-se a principal política de permanência para estudantes LBGTs, contribuindo tanto na sua fixação na universidade, quanto na construção do orgulho e na vivência e expressão dos gêneros, sexualidade e identidades dissidentes. Os coletivos de diversidade sexual

constituem para essas estudantes um lugar seguro, onde é possível se expressar, onde o corpo pode falar, onde as vozes são ouvidas e onde se constroem as relações que davam suporte para enfrentar a violência LBGTfóbica universitária e outros intempéries da vida estudantil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Julião Gonçalves. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LBGT. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, p. 133-179, 2014.

_____, Julião Gonçalves. Conflitos e ações coletivas nas universidades: elementos teóricos sobre novas formas de militância nas instituições acadêmicas. *Revista vozes*, nº05, ano III, 2014, UFMG.

_____, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Revista Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 229-262, 2015.

ANGELINE, Ramon de. Coletivos LBGTs melhoram vida acadêmica dos calouros. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/coletivos-lgbts-melhoram-vida-academica-dos-calouros-20612284.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record, 2003.

CASTELLS, M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

COULON, Alain. *Etnometodologia e educação*. Petrópolis, Vozes, 1995.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010) [tese] / Felipe Bruno Martins Fernandes ; orientadora, Miriam Pillar Grossi. - Florianópolis, SC, 2011. 422p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: o Recôncavo baiano sai do armário. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, et al. O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade. p. 13 - 29, 2013.

LIONÇO, Tatiana et al. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade lgbt da unb. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 2016, Vitória - ES. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade lgbt da unb. [S.l.: s.n.], 2016.p. 12-24. Disponível em: <http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467426591_ARQUIVO_escuta_diversa_resumoexpandido_final_2016.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas, Unicamp, 1990.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

NARDI, Henrique Caetano et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Revista Teoria & Sociedade, 2013.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador. Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Record. 2002.

PEDROZO ET AL. Os grupos e a construção de uma identidade coletiva: estudos sobre grupos que atuam no interior da UFBA. In: Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares/organizadores Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 51-60, 2006

PERLONGHER, Nestor. O Negócio do Michê. São Paulo: Brasiliense, 1987.

"Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso mesmo": sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti¹

Robelânia dos Santos Gemaque²

Natasha Mendonça Nogueira³

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais podem ser caracterizados como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), passando a ter a obrigatoriedade de oferecer no mínimo 50% dos seus cursos de Educação Profissional, prioritariamente na modalidade integrada ao Ensino Médio, inclusive para o público de jovens e adultos, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 11.892/08, que cria os Institutos Federais.

A formação profissional na Rede Federal é herdeira histórica da cultura “dos coronéis e bacharéis”, de forte estigma escravocrata e de uma perspectiva filantrópica (MOURA, 2007). O Ensino Médio Integrado (Decreto nº 5.154/2004), enquanto modalidade curricular da Educação Profissional, carrega na sua concepção o desafio de superar a dualidade estrutural, ou seja, superar a prática de caminhos formativos diferentes segundo a classe social, desfazer a distância entre a “escola do dizer” e “a escola do fazer” (NOSELLA, 1995) - herdada desta antiga concepção de educação (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2011). Atualmente, na perspectiva da autonomia e emancipação humana, o Ensino Médio Integrado ofertado nos

¹Doutora em História. Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA e docente colaboradora do Programa de Educação Profissional -PPGEP -IFRN. Pesquisadora do Observatório da Diversidade do IFRN. | ²Mestre em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA. Docente de sociologia da Rede Estadual de Educação do Pará. | ³Licenciada em Pedagogia-Campus Belém-IFPA e pesquisadora do Observatório da Diversidade do IFRN.

Institutos Federais fundamenta-se teórico e metodologicamente em uma concepção de formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, bem como na escola unitária de Gramsci (MOURA, 2013). A escola unitária elementar e média deve educar de forma conjunta para as atividades intelectuais e manuais e propiciar uma orientação múltipla em relação às futuras atividades profissionais, sem predeterminar escolhas (MANACORDA, 1990).

Assim, afirmamos que não é possível uma educação politécnica em uma escola unitária sem discutir diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual. Defendemos que, na perspectiva de contribuir para a superação das dualidades estruturais, fundada em uma condição de classe, é necessário articular outras dimensões da vida dos estudantes do Ensino Médio Integrado às categorias de gênero, orientação sexual, raça como importantes componentes para pensar a formação humana integral (NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018; GEMAQUE, 2020; NETO; RODRIGUES; CAVALCANTI; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2020).

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CENÁRIOS EPISTEMOLÓGICOS

Em termos de contribuição para a consolidada base teórica da educação profissional,

apontamos que as investigações sobre as categorias gênero e sexualidade constituem-se em novo eixo de pesquisa no domínio da Base Teórica da Educação Profissional, em uma perspectiva que torna mais amplo e complexo o conceito de formação humana integral. Neste sentido, algumas pesquisas desenvolvidas por egressas do Instituto Federal do Pará já apresentam dados que fortalecem o campo epistemológico dos estudos de gênero e sexualidade na EPT, bem como podem subsidiar tanto práticas educativas quanto políticas educacionais nos IFs (NOGUEIRA, CAVALCANTI, FERREIRA, 2021; GEMAQUE, 2020; SILVA, 2020).

A ação política do movimento feminista, com sua crítica ao sexismo e às desigualdades nas relações de gênero, e o movimento LGBT, contra a heterossexualização da sociedade (PERUCHI, 2009) produz, a partir dos anos 1980, a ampliação do debate sobre gênero e sexualidade na sociedade e o aumento dos estudos nesses campos epistemológicos. Apesar dessa ampliação, permanece o tabu no debate sobre as temáticas em sala de aula e a reprodução de silenciamentos e invisibilidades.

Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018) discutem essa lacuna na Educação Profissional. Utilizando as palavras-chave “educação profissional e gênero”; “educação profissional e sexualidade”; “gênero”; “sexualidade”; no domínio da educação profissional e tecnológica, os autores acima identificaram e

analisaram 324 publicações entre dissertações de mestrado e artigos acadêmicos e científicos. Dentre estes, apenas 9 trabalhos enveredaram pelo tema gênero. Para os autores, esta inexpressividade numérica das pesquisas que articulam trabalho e gênero impressiona e torna-se mais significativa ao considerar que no recorte entre 2008 e 2017 nenhum trabalho sequer aludiu à sexualidade ou à orientação sexual, reforçando ainda mais a existência da lacuna por eles apontada.

A partir da consulta realizada no catálogo de dissertações e teses da plataforma CAPES, no domínio epistêmico da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, no ano de 2019, corrobora-se com as inferências de Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018). Utilizando a combinação das palavras-chave: “gênero e educação profissional e tecnológica”, “sexualidade e educação profissional e tecnológica”, e os filtros: “tipo de mestrado” e “área de concentração”, obteve-se um total de 8.198 dissertações, de acordo com a classificação da plataforma CAPES. Deste quantitativo, 208 dissertações são classificadas como mestrado profissional na área de concentração em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, destas, apenas 6 (seis) trabalhos discorrem sobre o tema gênero e educação profissional ou sexualidade e educação profissional (GEMAQUE, 2020). Então, onde estavam as mulheres, os sujeitos LGBTI+, as pessoas com

deficiência, os negros e as negras e outros sujeitos considerados “minorias” ou “dissidentes” na trajetória das instituições de Educação Profissional e Tecnológica e nas produções acadêmicas sobre EPT? Que lembranças e esquecimentos são postos em disputas quando esses sujeitos são ouvidos? Que tensões emergem?

Portanto, uma invisibilidade epistemológica que caminha lado a lado com as persistentes tentativas de silenciamento de existências que rompem com as normas e expectativas, reforçando um cenário de perversas práticas heteronormativas.

Petry e Meyer (2011) caracterizam a heteronormatividade como reguladora e normatizadora dos modos de ser e viver os desejos corporais e a sexualidade em uma perspectiva biologicista e determinista, que compreende apenas dois lugares para as pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. Destacamos que, de forma muitas vezes sutil, a escola atua no sentido de gerar sujeitos femininos e masculinos considerados “normais” na nossa sociedade, ou seja, heterossexuais, discriminando aqueles e aquelas que de alguma maneira apartam-se dessa “norma”. A normatividade heterossexual determina uma clara limitação de direitos às pessoas estigmatizadas por terem performances de gênero e/ou sexualidade fora do esperado para o seu sexo de nascimento. Essas pessoas sofrem um cerceamento de direitos no

⁴ Instituto Federal de Sergipe (IFS) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense (Campus Venâncio Aires) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus Porto Alegre) – 01 dissertação.

qual a escola deixa de cumprir a sua própria função social e limita o acesso às estigmatizadas e aos estigmatizados a outros espaços. Na sociedade em que vivemos, a escolarização tornou-se praticamente obrigatória para o acesso ao trabalho e a uma renda digna, portanto, aqueles e aquelas que são privados da escolarização, muitas vezes de forma velada, mas também de forma explícita, por meio da escola, acabam condenados a posteriores exclusões (SILVA, 2018; CAVALCANTI, 2018).

GÊNERO E SEXUALIDADE: CENÁRIOS SUBJETIVOS

A escuta atenta das narrativas produzidas sobre Gênero e Sexualidade, no cotidiano das instituições de EP, demonstra o quanto o padrão heteronormativo, caracterizado pelo binarismo, centrado em um modelo único de família e com foco na reprodução humana, está cristalizado no imaginário coletivo da sociedade. As instituições de ensino são espaços onde o “currículo em ação” (JUNQUEIRA, 2013) faz, rotineiramente, circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade. É dessa forma que sexualidade e orientação sexual entram na pauta das conversas entre professoras/es quando as/os estudantes não atendem às expectativas sociais em relação à heterossexualidade. O processo discursivo sobre corpo, gênero

e sexualidade se entrelaça, assim, aos aspectos morais, religiosos e fundamentalistas de uma sociedade que ainda apresenta resquícios do patriarcalismo, machismo e heteronormatividade. Além disso, o contexto escolar contemporâneo ainda nos apresenta práticas de violência como a homofobia, lesbofobia, transfobia que assolam os(as) estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, etc (LGBTI+) que lutam cotidianamente pela sua visibilidade na sociedade, porém nem todos ou todas conseguem o seu espaço, sua cidadania e emancipação e acabam fazendo parte de mais uma estatística de depressão, isolamento, suicídio, evasão escolar, dentre outros. Esses aspectos supracitados mobilizam várias reflexões em relação às vivências, experiências, dores, medos, conquistas, momentos saudosos ou que precisam ser esquecidos por estes(as) alunos(as) quando buscam em suas memórias e relatam os episódios marcantes que envolveram ou que envolvem seus corpos, gêneros e sexualidades no contexto educacional.

Conhecer e compreender as percepções destes(as) educandos(as) sobre o espaço escolar através de suas narrativas pode ser uma relevante estratégia para analisar e avaliar os processos educacionais e as relações interpessoais identificando as necessidades, como também, propondo intervenções para solucionar os problemas, e assim, promover um espaço de voz e

visibilidade de estudantes LGBTI+ no contexto educacional.

ROMPENDO O SILÊNCIO

Em 2019, no âmbito da disciplina Cultura e Ética Profissional, alguns estudantes da Licenciatura em Geografia do Campus Belém do IFPA, produziram curtas metragem tematizando corpo, gênero e sexualidade no contexto daquela instituição de ensino⁵. Para contribuir com as discussões apresentadas no artigo em tela, realizamos as transcrições dos relatos apresentados em Histórias silenciadas: um debate sobre o território da transexualidade no IFPA – Campus Belém⁶ e Sexualidade e Estigmatização⁷. Ambos destacaram as seguintes pautas de discussão pelos estudantes do Ensino Médio Integrado: o papel da escola no acolhimento, na promoção de conhecimento científico e espaços de lazer e respeito para os seus alunos; a inexistência de uma estrutura ou espaço para debater sobre as temáticas da transexualidade ou comunidade LGBTI+; a ausência de uma equipe de profissionais que possam orientar e informar sobre os direitos e também acompanhar e atender as necessidades desse público alvo e a luta pelo respeito de frequentar os diversos espaços do IFPA -Campus Belém, dentre eles o banheiro feminino. Essas informações se encontram presentes nos depoimentos de alguns estudantes, nos vídeos produzidos por licenciandos e licenciandas:

“Eu acredito que o dever da escola é acolher, promover conhecimento científico e espaços de lazer e respeito para os seus alunos, mas e quando esta não consegue nem respeitar o nome social dos alunos transexuais em IFPA – Campus Belém? Segundo a resolução de 2015 ela assegura em lei o respeito à dignidade dos alunos transexuais no ambiente escolar, mas será que isto é respeitado?” (Roberto In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

“Eu vejo que a gente tem pouca fala sobre o que é ser trans, sobre o transgênero, digamos assim sobre a comunidade LGBT em si, entende?! Mas como o trabalho de vocês é relacionado à Trans a gente não consegue ver funcionários trabalhando, a gente não consegue ver um lugar que a gente possa ser acolhido, eu não consigo ver uma estrutura para receber pessoas, porque a gente sabe que pode trocar o nome dentro da instituição, mas eles não têm um meio de adiantar esse processo de colocar isso a frente, eles não te dão uma informação necessária sobre isso” (Felipe In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

“O campus Belém mesmo fazendo parte de uma rede de institutos federais que promove educação, ciência e tecnologia parece avançar pouco no trato para a diversidade, o reflexo disso é pouco espaço e vozes silenciadas de pessoas trans, por exemplo, que buscam um espaço maior de acolhimento, mesmo no momento que entram no Campus até o momento que decidem assumir carreira de pesquisa científica. O que deve ser praticado é a cidadania de forma a conhecer e respeitar as diferenças. O Instituto deve promover ações que visem reforçar essas ideias levando essas discussões e essas informações para toda a comunidade” (Thiago In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

O relato de Roberto faz alusão à Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de Combate à discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais – CNCD/LGBT que assegura o respeito à dignidade dos alunos e alunas transexuais no ambiente escolar. Seu posicionamento questiona qual é o papel da escola ao lidar com estudantes transexuais. Já Felipe, demonstra saber da existência

⁵ Os vídeos analisados para o artigo, além de outros com temáticas variadas, estão disponíveis na plataforma Youtube no Canal Curta Humanas IFPA Campus Belém. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxPoewggQjzrfXVr-fMSw>. Acesso em 10/04/2021. ⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gkvUJrROCE>. Acesso em 11/04/2021. ⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5polh6GUQbM>. Acesso em 11/04/2021. ⁸ Os nomes são fictícios por escolha das pesquisadoras, embora não haja anonimidade nos vídeos e os sujeitos possam ter seu posicionamento identificado.

da Resolução nº 363/2017 do CONSUP/IFPA que assegura o uso do nome social dentro da instituição. Contudo, ambos assinalam a inexpressiva contribuição da política em suas experiências escolares. Percebemos diferentes discussões acerca deste cenário. Se de um lado a referida Resolução nº 12 assegura o seguinte artigo:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Por outro lado, Peres (2009) apresenta outra visão explanando que instituições educacionais que deveriam ser lugar de inclusão e respeito à diversidade sexual, mostram-se como escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientada pelo poder centrado na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Por isso, torna-se necessário a responsabilidade e o compromisso da Instituição de ensino em garantir o suporte educacional, o acolhimento e apoio aos educandos(as) trans ao invés de realizar julgamentos, exclusões, estigmatizações e privar este público-alvo dos seus direitos previstos em lei. A pesquisa “O enfrentamento da transfobia no IFPA- Campus Belém: Percepções sobre a resolução 363/2017” (SILVA, 2020) indica um significativo desconhecimento por parte do corpo técnico e docentes sobre o direito ao uso do nome social, o que corrobora os

depoimentos dos estudantes acima. A partir da pesquisa de campo realizada foi possível constatar que a comunidade do Campus Belém pouco conhece sobre as resoluções que dizem respeito aos direitos das pessoas trans. Muitas nunca ouviram falar. Apesar de alguns já terem presenciado algum ato transfóbico, nem todos consideram que sejam importantes medidas de enfrentamento à transfobia e outros disseram que não tem nenhum conhecimento da presença desses sujeitos no Campus (SILVA, 2020). Podemos perceber que a Resolução 363/2017 não é suficiente para combater a transfobia e que são necessárias outras medidas que aconteçam de forma constante como palestras, debates, seminários, e que esses temas possam estar dentro das disciplinas trabalhadas pelos professores na sala de aula, reforçando nossa defesa de uma formação humana integral que considere as sexualidades, as identidades de gênero etc. Nas narrativas do curta **Sexualidade e Estigmatização**, estudantes relataram que assumiram suas sexualidades para amigos e parentes mais próximos logo após ingressarem no IFPA. Porém, conforme seus relatos, o IFPA não deixava de ser um espaço que limitava a exposição dessa sexualidade, pois não só envolvia a convivência entre os(as) alunos(as), mas também era levado em consideração a vivência com os profissionais que atuavam na instituição. Além disso, relataram memórias sobre os episódios em que foram vítimas de

homofobia, preconceitos, estigmatizações e constrangimentos na sala de aula, por conta de serem gays, lésbicas, bissexuais, trans e os questionamentos quanto aos seus vestuários, comportamentos e relacionamentos.

Esses dados se encontram presentes nos relatos a seguir⁹:

“Eu me assumi bissexual a partir do momento que eu ingressei no Instituto Federal, me assumi para os meus amigos meu ciclo social mais chegado mais próximo, mas na Instituição como um todo é mais difícil de vivenciar quem eu sou realmente, de expor isso, de expressar quem eu sou em relação a minha sexualidade, porque a instituição não é só o ciclo de amizade, a instituição é a vivência com os professores, é vivência com os servidores então não é fácil você assumir e ser quem você é em relação a sua sexualidade numa instituição como essa. Então, casos de homofobia explícitos, eu não consigo me lembrar agora, mas casos velados existem na sala de aula quando os professores jogam indiretas tipo você tem que se comportar como homem” (Catarina In: ARAÚJO, L.,2019).

“Eu tenho um longo processo da minha bissexualidade, eu me aceitei como bissexual no ano de 2016 e para a sociedade e meu ciclo de pessoas que eu confio, alguns amigos e parentes eu me assumi assim quando eu vim estudar no Instituto que foi quando eu me senti mais acolhida pela turma que eu vi que tinha mais a diversidade ali e não um padrão de pessoas e eu como mulher não sou branca e assim já sofri preconceito por ser bissexual, mas assim é um processo de resistência, nós como LGBT'S na sociedade somos resistência e temos que lutar pelo nosso local de fala, nosso direito de ir e vir” (Sara In: ARAÚJO, L.,2019).

“Eu já sofri muito preconceito, fui julgado, fui agredido verbalmente e já fui agredido fisicamente, não é uma coisa que passa, eu tenho medo de sair, mas também eu tenho muita coragem de não abaixar a minha cabeça porque da primeira vez que eu fui agredido isso me doeu muito tu fica com aquilo pra sempre. Na maioria das escolas que eu estudei até hoje de alguma forma eu sofri preconceito por parte de outros garotos, eu sempre sofri muito por isso, mas quando eu comecei a me entender, a me aceitar eu decidi que ninguém mais iria fazer isso comigo.” (Felipe In: ARAÚJO, L. et al.,2019).

“Eu já sofri preconceito por uma colega de turma e foi muito assustador, porque foi a primeira vez que eu sofri, foi algo que me deixou muito mal porque a gente nunca espera! Já ouvi amigos que já sofreram, já ouvir piadinhas dizendo ‘a só é bissexual agora depois vai virar lésbica’, ‘tu tem que ter a vestimenta, o corte do cabelo curto’, então tudo isso são estigmas que nos impõe para a sociedade LGBT” (Samanta In: ARAÚJO, L. et al, 2019).

“Acho que a gente enquanto gay, enquanto mulher e enquanto negro a gente tem os nossos corpos e devemos ter todo o direito em relação a eles. Sobre homofobia eu me imponho bastante, eu sou viado, sou gay, sou bichinha eu sou isso mesmo e é muito bom resignificar esses termos que antes eram tidos como preconceituosos como algo empoderador, pois dizer que tu é viado pra mim é excelente, eu não me importo eu sou viado mesmo, e daí qual é o problema?” (Jorge In: ARAÚJO, L. et. al, 2019).

É fundamental destacar que neste curta se encontram duas percepções claras nas narrativas quanto à sexualidade, gênero e corpo. De um lado, está a homofobia, o preconceito, o julgamento, a agressão verbal e física, o medo, a dor, o sofrimento e a insegurança; porém, de outro está a resistência, a luta pelo espaço de fala e o direito de ir e vir, a compreensão e aceitação da sexualidade, o poder de decisão, a resignificação, o empoderamento, a desconstrução e a convocação da diversidade seja ela racial, de gênero e sexualidade para lutar pela liberdade de expressão, respeito e visibilidade na sociedade, em especial no contexto educacional.

Essa mobilização de luta e resistência da juventude LGBTI+ se encontra em estudos que remetem ao contexto da diversidade sexual na EPT (NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018; NETO; RODRIGUES; CAVALCANTI; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2020), particularmente,

⁹ Os nomes são fictícios por escolha das pesquisadoras, embora não haja anonimidade nos vídeos e os sujeitos possam ter seu posicionamento identificado.

o estudo sobre o Festival Bixa (R) Existe: protagonismo juvenil, políticas do corpo e sexualidades no contexto da EPT (Cavalcanti, 2018) apontando o movimento organizado por estudantes do Campus Belém do IFPA. Segundo a pesquisa, esta juventude reivindica a visibilidade e respeito seja dentro da sala de aula ou nos outros espaços do Campus. No mesmo contexto, as pautas identitárias somaram-se ao enfrentamento dos desafios da profissionalização deste público, lembrando ao Instituto Federal a sua missão na formação humana integral, inerente à EPT.

Portanto, a partir das narrativas de estudantes não cis heteronormativos que frequentam o Campus Belém do IFPA, identificou-se que as questões de corpo, gênero e sexualidade não são apenas pessoais, mas sim sociais, políticas e educacionais. Assim, evidenciamos uma juventude LGBTI+ que mesmo presenciando e vivenciando um cenário de múltiplas violências se encontra na posição de resistência e luta, participando como sujeitos ativos na construção cotidiana das instituições de Educação Profissional em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. et. al. Sexualidade e Estigmatização. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/5polh6GUQbM> Acesso em: 11/04/2021.
- Brasil. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 10/04/2021.
- _____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 10/04/2021.
- CAVALCANTI, N. C. S. B. Festival Bixa (R) Existe. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 19, 24 dez. 2018.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, out. 2005. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1879/Anais%20II%20Jornada%20%281%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 11/04/2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- GEMAQUE, Robelânia.; CAVALCANTI, Natália. Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado. Produto Educacional. Belém: IFPA: PROFEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586370> . Acessado em: 11/04/2021.
- GEMAQUE, Robelânia dos Santos. “Professora, o que que eu sou?": gênero, sexualidade e trabalho no ensino médio integrado. Belém: PROFEPT-IFPA, 2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA. Resolução N° 363/2017-CONSUP DE 01 DE SETEMBRO DE 2017. Estabelece normas e procedimentos sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/diversos-1/1834-resolucao-n-363-2017-consup-ifpa-nome-social/file>. Acessado em 11/04/2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490>. Acesso em: 19 out. 2019.

MANACORDA, M.A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2 – 2007. p.04-30.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

NETO, A. A. DE L.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; GLEYSE, J. (In)visibilidades epistemológicas: corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em Educação Profissional. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 12, n. 19, 24 dez. 2018.

NETO, A.; RODRIGUES, M.; CAVALCANTI, N.; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, R. Anais da II Jornada Norte-Nordeste de gênero e sexualidade na Educação Profissional & II Colóquio Marielle Franco de Direitos Humanos e Diversidade. Natal: IFRN, 2020.

NOGUEIRA, Natasha.; CAVALCANTI, Natália.; FERREIRA, Kirla. Pratiques Enseignantes et Diversité Sexuelle dans le cadre de l'Éducation Professionnelle et Technologique à l'IFPA -Campus de Belém. In: CAVALCANTE, I.; GLEYSE, J.; NETO, A.; THOMAS, J. (Org.) *Sexe, Sexualité et Genre dans l'enseignement professionnel au Brésil et en France: etudes exploratoires*. Paris: Editions L'Harmattan, 2021.

NOSELLA, P. Prefácio. In: MANACORDA, M. (Org.) *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1995.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009. p. 235-263. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volum_e32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacao_es_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf Acesso em: 11/04/2021.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. In: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/dos-estudos-de-g%C3%AAnero-%C3%A0s-teorias-queer.pdf> Acesso em: 11/04/2021.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. In: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/dos-estudos-de-g%C3%AAnero-%C3%A0s-teorias-queer.pdf> Acesso em: 11/04/2021.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan./jul. 2011, p. 193-198.

RIBEIRO, C. et. al. Histórias silenciadas: um debate sobre o território da transexualidade no IFPA Campus Belém. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/gkvUJrROCE> Acesso: 11/04/2021.

SILVA, J. M. P. O Enfrentamento da Transfobia no IFPA - CAMPUS BELÉM: Percepções sobre a Resolução 363/2017. TCC. Especialização em Saberes e Linguagens da Amazônia. Belém: IFPA, 2020.

Silva, J. R. S. Heteronormatividade e estigmatização na cultura escolar do Amapá. 1988-2018 (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

Vivências e (re)existências universitárias pelos direitos LGBTQIA+

Ísis Gois
Danilo Fagundes
Caetano Goulart
Bruna Gabriela Ribaldo
Bruno Henrique Rocha
Jéssica Moura Ribeiro
Magnus Régios Dias-da-Silva
Denise Leite Vieira

O Brasil é um dos países mais hostis para a população LGBTQIA+ (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019) e mesmo com avanços político-sociais importantes nas últimas décadas que buscam trazer equidade à população, esta encontra-se distante. É necessária a reflexão de que a população LGBTQIA+ não é uma população hegemônica e, além disso, é perpassada por diferentes vivências e intersecções que impactam divergentemente suas experiências, como raça/cor, idade, gênero, escolaridade, situação socioeconômica e demais aspectos sociais. A educação básica já se apresenta desafiadora para aquelas pessoas pela qual a expressividade de sua identidade é marcada por violências simbólicas, psicológicas e físicas;

mesmo que a educação deva trabalhar com temas transversais a fim de reduzir disparidades sociais na população, há muitas repressões ou desinteresse pela introdução/continuidade dos mesmos na educação.

Contudo, a evasão escolar na educação básica e dificuldade de acesso e permanência na educação superior é uma realidade para pessoas LGBTQIA+, principalmente para as pessoas trans e travestis. O Brasil possui, assim, um cenário de grupos sociais sub-representados e vulnerabilizados, marcados pelos determinantes sociais da saúde (limitação de acesso à educação, à moradia, à segurança alimentar e nutricional, ao trabalho etc.) e um contexto educacional no nível superior marcado por estudantes de

classe média a alta frequentando universidades públicas e gratuitas e, os de classe baixa, majoritariamente negras (pretas e pardas), com escolaridade de qualidade regular a ruim tentando pagar estudos em universidades particulares (HERINGER, 2018).

Quando se inclui as pessoas trans e travestis dentro da discussão deste sistema educacional, encontra-se um cenário de evasão escolar desde a educação básica, em razão da discriminação imposta pelos demais estudantes cisgênero e expulsões de casa pelas famílias, motivadas pela normatividade social acerca da cisgeneridade e da heterossexualidade. Estas idealizações, acerca da identidade e expressão de gênero, assim como da orientação sexual, voltam-se à binaridade de gênero, produzindo hierarquias e exclusões, as quais culminam na evasão ou na dificuldade de permanência na educação básica. Uma pesquisa com pessoas LBGTQIA+ indicou que “de um total de 629 entrevistados/as, 26,8% relataram que foram marginalizados/as por professores/as ou colegas na escola ou faculdade” (BENTO, 2011).

Mas para além desse acesso e das dificuldades, é necessário refletir sobre a permanência de pessoas trans e travestis nos cursos de ensino superior. Pontos positivos, como o direito à utilização do nome social no ensino superior e vagas afirmativas (cotas) para esta população, são afirmações que facilitam o acesso e a permanência.

Porém, por mais que o contexto universitário seja apontado como um lugar com menor incidência de preconceitos, pessoas trans e travestis ainda se sentem inseguras nesses espaços; além de enxergarem a universidade como um espaço que não as compreende e com consequente sentimento de isolamento social neste cenário (SCOTE & GARCIA, 2020).

A Universidade tem o dever social de criar e oferecer políticas de manutenção das existências trans, pois a realização de um curso universitário pode proporcionar, para esse segmento, maior aceitação por parte da família e pela sociedade, como um todo (SCOTE & GARCIA, 2020).

A partir disso, discutimos o papel das universidades na promoção de políticas de acesso (vagas afirmativas) e de permanência (utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero, visibilidade, contar com uma comissão de diversidade, bolsas etc.) inclusivas que entendam a interseccionalidade presente na população brasileira e os grupos sociais sub-representados na sociedade.

Cabe sublinhar que o movimento aqui analisado, de abertura ao repensar sobre o acesso de pessoas trans aos banheiros, se insere no contexto brasileiro dos últimos quinze anos, portanto, na época do surgimento de ambulatórios e clínicas voltados a travestis e trans, da implementação das cotas no ensino superior nacional e, de forma mais ampla, na disseminação de discussões sobre diferenças que buscaram ampliar e aprofundar a democratização da universidade.

LINHA DO TEMPO DIREITOS LBGTQIA+ NA UNIFESP



Tal movimento não se deu sem resistências internas e externas, como atestam as reações de segmentos sociais que passaram a associar as universidades a espaços suspeitos, gerando perseguições a professores/as e propostas de censura (CERVI et al, 2019). Apesar do cenário político-social do Brasil, a partir da luta dos movimentos sociais LBGTQIA+, a comunidade vem ganhando visibilidade e conquistando direitos: acesso à hormonização e procedimentos cirúrgicos no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da criação da Portaria do Ministério da Saúde (MS) No 1.707 de 2008, que estabeleceu o "Processo Transexualizador no SUS" e sua redefinição e ampliação pela Portaria MS No 2.803/2013. Além disso, outros marcos legais importantes foram a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2012); direito ao uso do Nome Social no âmbito do SUS pela Portaria MS N° 1.820/2009 e, posteriormente, o reconhecimento das identidades trans e travestis, e o uso do nome social no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional pelo Decreto da Presidente da República N° 8.727/2016; despatologização da homossexualidade (1990) e das identidades trans (2018) pela Organização Mundial da Saúde; decisão do Supremo Tribunal Federal de direito à retificação do nome e gênero desde a certidão de nascimento nos cartórios de registro civil sem a necessidade de

“laudos” médicos pelo Provimento 73º de 2018 e equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo a partir do Projeto de Lei (PL) 4.240/2019 (BRASIL, 2020). No entanto, o acesso à saúde integral e à cidadania ainda é um obstáculo para muitas pessoas da comunidade. Portanto, as universidades possuem um papel fundamental na promoção e desenvolvimento de projetos e ações extensionistas que articulem estudos, pesquisas e o retorno, não só assistencial, para estes grupos sociais. A inclusão de demandas em saúde e cidadania da população LBGTQIA+ nas grades curriculares de cursos superiores de formação de profissionais da saúde tem demonstrado resultados positivos na redução de estigmas sociais e estereótipos, além de melhorar as atitudes de estudantes e auxiliá-los(as) a compreender as demandas das comunidades LBGTQIA + (JOY; NUMER, 2018).

Da primeira cirurgia plástica realizada em uma pessoa trans em 1971¹ pelo Professor Roberto Farina até os dias de hoje, muitos avanços e desafios na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) foram enfrentados nesses últimos cinquenta anos. Entre as atividades e marcos mais importantes nesse período destacam-se a realização dos Fóruns LBGTQIA+ que começaram em 2016 (I-IV)², as Reuniões Extensionistas Mensais que são abertas à comunidade em geral, o I Encontro Brasileiro de Saúde Trans em 2017³, a disciplina eletiva Sexualidade e Saúde

Sexual em 2018, e a aprovação do Núcleo TransUnifesp como órgão complementar⁴ ligado à reitoria em 2020.

Em reunião ordinária de 9 de setembro de 2020 o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Consu/Unifesp) aprovou a ascensão do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp - NTU) como órgão complementar da universidade. Desde a sua criação, em 2016, o NTU viabiliza cuidados em saúde e promoção de cidadania a pessoas trans e intersexo, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência.



Foto representativa de uma das reuniões extensionistas mensais abertas à comunidade, evidenciando o protagonismo de estudantes bolsistas extensionistas da Unifesp em diálogo com o movimento social trans e parceria com profissionais de saúde de outros serviços. Na reunião do dia 31 de julho de 2018, contou-se com a participação e debate de Alexandre Peixe do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT e de Ricardo Martins coordenador do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP.

¹ Professor Roberto Farina foi pioneiro nas cirurgias plásticas urogenitais para redesignação do sexo. Em 1971 operou Waldirene Nogueira, mas foi processado pelo Ministério Público e Conselho Federal de Medicina em 1976 a despeito do reiterado interesse e satisfação das pessoas trans à época. Mais informação, ver matéria da CNN: A História de Waldirene. | ² | Fórum LBGTQIA+. Mais informações: 2016 - I Fórum de Debates Sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral à Saúde. IV Fórum LBGTQIA+ na Unifesp: Históricos e Desafios: IV Fórum LBGTQIA+ na Unifesp: Históricos e Desafios.



Com isso, para a criação e manutenção de um ambiente universitário inclusivo e atento ao seu corpo discente como também às comunidades LGBTQIA+ da população em geral, para as quais as universidades se propõem a devolver conhecimentos e cuidados, alguns pontos essenciais devem ser perseguidos:

1

Apoio Institucional: O suporte institucional e a colaboração entre todas as pessoas representantes da universidade (reitoras(es), coordenadoras(es), docentes e discentes) são um passo fundamental, além de ser necessário para reflexão, reformulação e elaboração de políticas da universidade. (JOY; NUMER, 2018)

2

Representatividade: A criação de uma Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero nas Universidades que sejam, também, contempladas, não só por todos os níveis de representatividade institucional, mas também por pessoas integrantes das comunidades LGBTI+ quando possível, a qual busque promover junto à Instituição: linguagem, espaços e educação inclusiva sem vieses cis-heteronormativos, principalmente os que trazem segregação.

3

Dialogicidade: Conhecer, articular e participar dos movimentos sociais, associações e ONGs LGBTQIA+ que atuam na fomentação de políticas públicas na saúde e direitos em geral para compreensão fidedigna das demandas das comunidades na região da universidade.

³ Encontro Brasileiro de Saúde Trans. I Encontro Brasileiro de Saúde Trans - BRPATH. | ⁴Em reunião ordinária de 9 de setembro de 2020 o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (Consu/Unifesp) aprovou a ascensão do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp - NTU) como órgão complementar da universidade. Desde a sua criação, em 2016, o NTU viabiliza cuidados em saúde e promoção de cidadania a pessoas trans e intersexo, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência. <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/4807-nucleo-transunifesp-torna-se-orgao-complementar-da-universidade#>

4 **Produção de conhecimentos:** Elaboração de Projetos e Ações extensionistas que integrem os pontos anteriores e que, a partir da relação estabelecida universidade-comunidade, possam: produzir conhecimentos, prestar cuidados na área da saúde, educação e capacitação profissional estabelecendo vínculo e um diálogo conjunto entre as partes.

5 **Formação:** A atualização das grades curriculares, principalmente da área da saúde e direito, trazendo vivências e demandas de comunidades diversas, é essencial para que haja mudanças substanciais na sociedade a médio e longo prazo.

Relatos de experiência de estudantes

“ A universidade, que em um primeiro momento se mostrou como um não lugar para mim, se tornou um espaço de grandes experimentações, descobertas, oportunidades, diálogo e de muito acolhimento. Foi na Unifesp que, no ano de 2015, meu segundo ano do curso de Ciências Sociais, eu me reconheci como homem trans. Entretanto, nesta época, ainda não tínhamos o direito de utilizar o nome social na lista de chamada e nos outros espaços da universidade, o que acarretou em diversas situações de constrangimento e violências, experimentadas não só por mim, mas por várias outras pessoas trans

estudantes, algumas que não conseguiram concluir seu curso e desistiram. Motivado pelo desejo de permanecer na universidade, busquei ajuda com diversos amigos, professoras do meu curso, nos caminhos institucionais e por outras pessoas trans que compartilhavam desta mesma situação e poderiam somar na luta. Um dos pontos cruciais na minha trajetória foi ter sido convidado a dialogar com as Pró-Reitoras que estavam à frente da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação na época, após diversos relatos meus na Ouvidoria da Unifesp. Nessa aproximação, tive a oportunidade de falar sobre toda a

situação em que eu e as outras pessoas trans nos encontrávamos, e saí da reunião com o compromisso da Unifesp de transformar essa situação e garantir nossos direitos.

O ano de 2016 foi um dos anos mais importantes, pois somamos à luta de estudantes trans de vários campi da Unifesp com o compromisso de diversos(as) docentes, Pró-Reitores(as), TAEs e parceiros(as). Juntos, construímos o I Fórum LGBTQIA+ da Unifesp, que teve o objetivo de discutir e repensar as políticas institucionais voltadas para o público LGBT na universidade. Esse nosso primeiro encontro abriu as portas para diversos caminhos e juntos formamos a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp. Além de, nesse mesmo ano, ter ocorrido o “Fórum de Debates sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral na Saúde da Unifesp” e termos conquistado o direito a utilizar o nome social, em exclusivo, em todos os sistemas da universidade.

A Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp tem sido um espaço de diálogo, construção e de conquistas muito importantes, no qual discutimos e pensamos em ações voltadas à questão do uso do nome social, da saúde integral à população trans e travesti, a utilização dos banheiros pelas pessoas trans, o combate à LGBTfobia e os casos de transfobia que ocorreram e que ainda ocorrem nos diversos campi, entre outros. Também protagonizamos a

construção de quatro Fóruns LGBTQIA+, a publicação da Carta de Princípios Relacionada à Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp, e a publicação da Portaria Reitoria nº 3492/2020, que normatiza os princípios de diversidade sexual e de gênero dentro da Unifesp. Hoje, como ex-estudante da graduação da Unifesp, percebo o quanto o fortalecimento da Comissão e a transformação da Unifesp em uma Universidade cada vez mais diversa e inclusiva foi essencial para a minha permanência e para a conclusão do meu curso. É de extrema importância construir diálogos coletivos e representativos para que os espaços e as Universidades se tornem mais diversas e seguras para as pessoas LGBTQIA+”.

Bruno Henrique Rocha - Homem transgênero, bissexual, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, pós-graduando do curso de Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais do CAAF Unifesp e membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Unifesp.

“O ano é 2013, buscava um curso que trouxesse a intersecção entre as áreas de informática e de saúde. Encontrei uma oportunidade inesperada na UNIFESP, um curso chamado "Tecnologias em informática para saúde". Nessa época passava por uma fase confusa na minha vida, sentia a disforia de gênero intensificar-se cada vez mais. Um sentimento que me acompanhava desde a juventude, incompreendido, mas que causa um incômodo tremendo no dia a dia. A universidade foi um ambiente de amadurecimento, desenvolvi muito mais que conhecimentos técnicos ou tecnológicos. Além de apreender integrais e derivadas, desenvolvi senso crítico e político. Apesar de até hoje ainda ter dificuldades em relacionamentos sociais, comecei a ter interações sociais com pessoas muito mais maduras. Conviver com pessoas assim me ajudou a superar meus medos das reações sociais, e foram essas mesmas pessoas que contribuíram muito no momento da minha transição de gênero, simplesmente sendo empáticas e compreensíveis. Em 2016, após acompanhamento com psicólogos e psiquiatras do ambulatório de travestis e transexuais do Centro de Referência e Treinamento do SUS/SP, me preparei para assumir uma identidade de gênero que me ajudasse a superar uma grave angústia e desconforto que possuía comigo mesma. Comuniquei a meus e minhas colegas de

turma e professores(as) sobre minha mudança de identidade de gênero, conversei muito com as pessoas. Apesar de ser algo extremamente íntimo, esse momento de mudança influencia muito a convivência com as pessoas com quem já convivemos, pensando nisso achei prudente preparar as pessoas a fim de evitar constrangimentos e conflitos. Quando estava pronta, publiquei uma declaração: E hoje digo, com certeza, que o que me aprisionava nos braços da tristeza, hoje TRANSborda uma alegria interior de libertação. Me liberto, com a confiança de que não tenho nada a temer em ser eu mesma. Prazer meu nome é Jéssica! Uma mulher transexual. Com anseios, sonhos e desejos, como qualquer um. Não, não espero aceitação, mas respeito. Acima de tudo. A quem quiser, estou disposta a explicar sobre esse momento na minha vida. Mudanças principalmente estéticas acontecerão, como algumas pessoas já devem ter percebido, mas meu caráter, dignidade e integridade continuarão os mesmos. Peço que não se assustem ou se escandalizem o mínimo com essas mudanças, principalmente em coisas mais evidentes, como a forma de me vestir e me portar. A minha própria preparação e preparação das pessoas ao meu redor foi algo muito importante. Fui bem aceita pela turma Tecnologia em informática da Saúde TIS4 - UNIFESP. Inclusive, me aceitaram tão bem que, espontaneamente, já adotaram meu

nome escolhido. Professores e professoras me elogiaram por ter encontrado meu caminho, depositaram confiança e empatia, que essa era uma necessidade e que minhas mudanças não me fariam deixar de ser uma ótima aluna e, até hoje, ainda me emociono lendo as mensagens daquela época.

Depois dessa fase dei início ainda a procedimentos oficiais, legais e cabíveis para formalizar a minha identidade felizmente reconhecida. Fiz um esforço junto à Pró-Reitoria de Graduação para aplicação do nome social e tratamento adequado. Em 11 de abril de 2016, consegui realizar a abertura de processo jurídico extenso para mudança do nome e gênero registrados em cartório. A Pró-Reitoria de graduação me deu um suporte muito importante, mudaram meu nome social no sistema, me providenciaram documentos e crachá, me recordo até de uma frase onde o secretário me perguntou se eu não gostaria de atualizar minha foto no crachá também. Nem tudo era uma maravilha, apesar da empatia das pessoas ao meu redor, infelizmente os sistemas da universidade ainda não estavam preparados para contemplar os direitos das pessoas trans ao nome social. Fiz minha mudança de nome bem no começo da normativa que permitia o uso do nome social, em muitos lugares da universidade a mudança não surtiu efeito, passei por muitas experiências desagradáveis na biblioteca e no restaurante universitário, em um dos casos fui impedida de usar o restaurante,

meus colegas precisaram confirmar minha história.

O banheiro também era outra questão delicada, mas para evitar conflitos nas primeiras fases da mudança, aprendi a usar os banheiros mais discretos da universidade, com menor movimentação. Em 21 de julho de 2016, minha primeira intervenção cirúrgica, minha aparência já havia mudado bastante, com o passar do tempo tornou-se um pouco mais fácil usar qualquer banheiro sem problemas, mas no início era bem complicado.

Também precisei lutar por reconhecimento nos contextos anexos da universidade, como mudança de nome social no currículo Lattes. Sempre foi necessário contar com apoio jurídico e saber argumentar bastante sem ignorância apresentando leis como: Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional Portaria MPOG Nº 233/2010; Parecer MEC/SECAD Nº 141/2009; Indicação 6497/2010 Instituições Federais de Ensino; e Deliberação CEPE/IFSC Nº 006/2010, revogada pela Resolução CEPE nº 103/2019⁵.

Depois de passar por uma série de experiências, conheci o professor e Doutor Magnus, e seu trabalho em andamento com o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp). Foi uma oportunidade incrível de apoiar uma linda e importante iniciativa para a saúde de pessoas da comunidade de

⁵https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colégiados/filtro_busca.jsf

travestis e transexuais. Contribuí com a elaboração de proposta de prontuário do Núcleo, meu TCC que elaborado com muito carinho e propósito atingiu nota máxima na avaliação, além da honra de participar como facilitadora do “I Fórum de Debates sobre Transexualidade e Travestilidade e Atenção Integral na Saúde” que aconteceu no dia 16 de setembro de 2016, em um anfiteatro UNIFESP. O Núcleo TransUnifesp é um instrumento importantíssimo para uma universidade mais inclusiva em suas três verticais: ensino, pesquisa e extensão. Em 2017, concluí minha graduação. Minha turma e eu recebemos uma homenagem surpresa incrível durante minha formatura, fomos reconhecidas(os) pela nossa perseverança e apoio mútuo que superou os preconceitos sociais, com um destaque para a primeira aluna transgênero a se graduar na UNIFESP.”

Jéssica Moura Ribeiro – Mulher, informata em saúde, atuante no meio acadêmico e profissional.



Cerimônia de colação de grau de Jéssica Moura Ribeiro no curso de graduação em Tecnologias em Informática para Saúde como estudante trans pioneira e diplomada com nome e gênero corrigidos institucionalmente na Unifesp em 2017.

“Mesmo fazendo parte da comunidade LGBTQIA+, meu contato com a militância tem início bem marcado no ano de 2016, meu primeiro ano de graduação no curso de enfermagem da EPE-UNIFESP. Na orientação de um trabalho em grupo sobre violência contra a mulher, a professora solicita que tenha uma parte dedicada a “Ensinar mulheres a não serem estupradas”. A solicitação gerou incômodo em todo grupo, que resolveu mudar, por conta própria, o tema do trabalho para violência de gênero, abordando também machismo, LGBTfobia, transfobia, além de sugerir educação a fim de diminuir a violência. A professora em questão percebeu a falha, pediu desculpas pela abordagem e sugeriu que eu estudasse mais o assunto que é tão escasso nos cursos de saúde, me indicou docentes para orientação e me falou sobre o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp), onde fui estagiário do 2º ano até o término da graduação. A vivência no Núcleo me proporcionou uma experiência singular sobre questões de saúde, gênero e sexualidade, além de promover grande incentivo para realização de pesquisas, principalmente por conta de suas reuniões extensionistas mensais abertas ao público. Em razão deste incentivo não desisti quando algumas pessoas do corpo docente me disseram “não”, até encontrar a docente que disse “Vamos fazendo e eu o convenço a participar”.

Assim, sob a orientação conjunta de dois docentes e a colaboração das enfermeiras do ambulatório e de um colega de classe que também carrega o título de meu namorado, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre assistência de enfermagem à população trans, publicado na Revista Brasileira de Enfermagem (ReBEn), um dos principais periódicos de enfermagem do país.

Como ex-aluno da graduação e aluno da pós-graduação da UNIFESP, percebo o quanto foi importante na minha formação ter encontrado professoras(es) dispostas(os) a se desconstruir e a construir conhecimentos mesmo em áreas que lhes eram distantes, ter encontrado um espaço acolhedor de ensino, pesquisa e assistência de uma temática tão sensível e contar com uma Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero empenhada em promover um ambiente universitário mais inclusivo e menos hostil para pessoas LGBTQIA+, sem sombra de dúvidas tornou a experiência da graduação mais leve e me fez um profissional, pesquisador e cidadão melhor.”

Danilo Fagundes – Homem cisgênero, gay, preto, bacharel em Enfermagem e pós-graduando de Enfermagem em Saúde Pública pela EPE-UNIFESP, enfermeiro no Hospital Alemão Oswaldo Cruz, enfermeiro voluntário no Núcleo TransUnifesp, colaborador da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero, e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração de Serviços de Saúde e Gerenciamento de Enfermagem (GEPAG) da UNIFESP.

“ É sabido que a universidade, enquanto instituição, pode repetir violências sistêmicas às pessoas que, de alguma forma, fogem de costumes e tradições que foram consolidadas historicamente no Brasil e no mundo; e é um ambiente ainda pouco acolhedor às pessoas LBGTQIA+, principalmente trans e travestis, que encontram enormes desafios já no ensino básico. Nesse sentido, o fortalecimento de ferramentas institucionais e espaços inclusivos que promovam a saúde, educação e integração social dentro das universidades e ambientes de educação formal como um todo, podem significar a permanência de estudantes LBGTQIA+, e para além disso, a consolidação de um cenário onde as minorias sociais sejam cada vez menos associadas à violência e possam ser reconhecidas também como sinônimo de produção de conhecimento e ciência.

Passei a me reconhecer enquanto pessoa trans a partir do ensino médio, mas foi na universidade onde comecei a ter uma consciência maior do que isso significava para mim. Em primeiro momento, a universidade onde estudava me recebeu de braços abertos e tive apoio institucional para permanecer estudando, no entanto não encontrei espaços estudantis onde pudesse compartilhar minha experiência e ao menos ter contato com outras pessoas que não fossem cisgênero, então deduzi que a universidade não era meu lugar. Num período de um ano, eu me mudei de cidade três vezes em busca de um

lugar onde me sentisse acolhido e após retornar para São Paulo e ingressar na Unifesp, percebi a importância de me organizar coletivamente com outras pessoas LBGTQIA+, seja no espaço acadêmico ou fora dele. A partir daí, comecei a me engajar em movimentos sociais e procurar por outras pessoas LBGTQIA+, principalmente trans, nos espaços que frequentava, isso foi o que me motivou a continuar estudando e possibilitou pensar a minha existência para além dos estigmas sociais que havia tido contato até então.

Procurei o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) em busca de atendimento, e encontrei ali a possibilidade de coletivamente construir uma universidade mais acolhedora e inclusiva. Como estudante, pessoa trans e hoje bolsista do Núcleo TransUnifesp, vejo a necessidade de estar presente e valorizar espaços como este, bem como pautar formas de criar novas ações que possam integrar cada vez mais pessoas no âmbito universitário e sociedade como um todo.

Ser uma pessoa transgênero no ensino superior é uma vitória coletiva, na medida em que simboliza a apropriação de espaços que são constantemente conquistados e reiterados pelo movimento LBGTQIA+.

A presença desse grupo social na universidade deve ser valorizada enquanto vetor de conhecimento capaz de expressar uma rica vastidão de

saberes que diferem da narrativa cis-heteronormativa. Com a organização coletiva e participação em movimentos sociais dentro e fora da universidade, dialogando com as diversas realidades, de maneira interseccional, é possível criar alternativas à conjuntura excludente na qual vivemos e pensar em uma universidade plural, acessível às pessoas trans, travestis e LGBTQIA+ como um todo”.

Caetano Goulart - Homem transgênero, bissexual, graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo, bolsista do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp).

“Ser uma mulher trans, seja dentro de uma universidade ou fazendo compras cotidianas em um mercado ainda é uma surpresa para muitas pessoas que frequentam estes espaços “comuns”, marcados por violências simbólicas que atravessam os olhares de curiosidade e espanto. Além do sentimento de solidão de minha parte por frequentemente, também, não ver as minhas e os meus dentre estes espaços.

Dentre minha trajetória estudantil que de forma indissociável ocorreu concomitante a minha compreensão de quem era Ísis, me encontrava vulnerável por não conhecer meus direitos, sem compreensão mais ampla de toda uma estruturação social na qual eu estava inserida e sem apoio fidedigno estudantil ou institucional com relação à busca por minha cidadania ou direito ao meu nome.

Após a graduação em nutrição, muitas inseguranças se instalaram juntamente a uma pandemia ao pensar em minha inserção no mercado de trabalho. No entanto, estava construindo minha consciência política e social ao perceber tantas lacunas nos cuidados e nas formações em saúde para com a minha comunidade. Com isso, comecei a estudar e a fazer associações a demais profissionais da saúde que também percebiam este cenário. Comecei a palestrar em diversos centros acadêmicos, universidades e em um dos meus conselhos de classe com o intuito de posicionar estas lacunas e a necessidade urgente de pensarmos

Após este período, que se apresentou exaustivo, pois o desconhecimento era quase que geral sobre a população trans e suas demandas; voltei remotamente à ambientes acadêmicos que gostariam de pensar diversidade e saúde, mas, mesmo nestes espaços, há presença de violência e conheci o epistemicídio, a partir da frequente desvalorização dos conhecimentos que eu estava construindo.

Atualmente, como bolsista do Núcleo TransUnifesp, membro da comissão da diversidade sexual e de gênero e mestranda na Universidade Federal de São Paulo tenho mais segurança, vejo cotidianamente os meus e consigo estabilizar meus objetivos de pesquisa e docência na busca por atuar por e para minha comunidade, além de poder aos poucos auxiliar em uma mudança social positiva para a população LBGTQIA+. No entanto, se houvesse movimentos estudantis LBGTQIA+ e mais universidades preparadas e promovendo espaços e conhecimentos inclusivos, muitas das disparidades vividas por mim e por demais pessoas poderiam ser evitadas.”

Ísis Gois - Mulher trans, parda, bacharel em Nutrição com Aperfeiçoamento Ambulatorial em Nutrição e Saúde Coletiva pela UNITAU e Especialização em Comportamento Alimentar pela Faculdade Global. Atualmente é bolsista de apoio ao Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) e ingressante no mestrando em Endocrinologia Clínica pela Escola Paulista de Medicina da UNIFESP.

“ A Universidade, enquanto lugar de replicação da heterocisnormatividade, seja ela através de discursos de professoras e professores ou implícita nos conteúdos (ou na falta destes) ensinados na área da saúde, que tampouco se preocupam em discutir ou incluir assuntos que dizem respeito às comunidades LBGTQIA+ é, também, um espaço onde pode ser possível criar estratégias que driblem essa falha no processo educacional. Considerando isso, em 2018, eu, juntamente com outras colegas de turma da Enfermagem, criamos o projeto de Extensão Reexistir, voltado à promoção da saúde, direitos humanos e cidadania para a população LBGTQIA+. Nesse projeto é que, anteriormente à pandemia, frequentávamos o CRD (Centro de Referência e Defesa da Diversidade) e fazíamos rodas de conversa com a população vulnerabilizada de LBGTQIA+ que lá frequentavam, numa troca única de conhecimentos e experiências e hoje, embora não seja possível estarmos mais nesse ambiente devido à pandemia, criamos a estratégia de encontros online para discussão de diversas temáticas que dizem respeito ao objetivo do projeto, como: discussão sobre conceitos de gênero e sexualidade; vivência e inclusão de pessoas LBGTQIA+ com deficiência; direitos LBGTQIA+; velhices; transgeneridade e os equipamentos de saúde; entre outros. Essa necessidade de ocupar espaços dentro da universidade vem dessa falha da própria instituição em nos incluir. Ou

seja, nós, pessoas LBGTQIA+, precisamos nos fazer visíveis e nos incluir em todos espaços possíveis, uma vez que, a depender de toda a estrutura heterocisnormativa - que deve ser desconstruída -, nunca seríamos incluídas".

Bruna Gabriela Ribaldo - Mulher cisgênero, lésbica, graduanda em Enfermagem pela EPE-UNIFESP, atual bolsista do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina (Núcleo TransUnifesp) e uma das criadoras do Projeto de Extensão Reexistir.

Nossas vivências e resistências evidenciam, portanto, a importância da atuação protagonista de estudantes LBGTQIA+ nas universidades, pela articulação intra e extramuros com a sociedade, na busca incansável por maior equidade social. Essa atuação deve estar associada ao suporte institucional às demandas das(os) mais diversas(os) estudantes, tanto para aplicação de seus direitos, aproximação e valorização do diálogo com os movimentos sociais e comunidades afins, quanto na produção de conhecimentos mais emancipatórios, ou seja, que se oponham aos vieses acadêmicos do determinismo biológico e da lógica colonial, cisgênero e heteronormativa. Reforça-se aqui, sobretudo, a necessidade da continuidade da articulação e protagonismo de estudantes, quer sejam a partir dos movimentos estudantis e coletivos quer em comissões de diversidade sexual e de gênero (institucional e interinstitucional), para problematizarem discussões do contemporâneo LBGTQIA+, em cenários intramuros e extramuros, buscando valer, de fato, o papel de transformação social das universidades.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B; NOGUEIRA, SNB (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em:

<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2021.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Aug. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Câmara Dos Deputados. Indicação 6497/2010. Sugere que seja possibilitada aos estudantes com orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, a utilização de nome social, ao lado do nome e prenome oficial, nas instituições federais de ensino. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=482576>> Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Parecer Técnico N° 141 de 2009. Bahia: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces141_09.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Provimento n.73. Dispõe sobre a alteração de averbação de prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoas transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). 2018; 119. Disponível em: <<https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Secr Gestão Estratégica e Particip Dep Apoio à Gestão Particip; 2012: 34. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 1.820, de 13 de agosto de 2009. Direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília: Gabinete do Ministro da Saúde; 2009: 1-6. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf> Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 2.803, de 19 de novembro de 2013. Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Gabinete do Ministro; 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria N° 233, de 18 de maio de 2010. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/ind ex.jsp?jornal=1&pagina=76&data=19/05/2010>> Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 8.727, de 28 de abril de 2016. Uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República; 2016: 2. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>> Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Brasil celebra no domingo o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Agência do Senado [internet], 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/brasil-celebra-no-domingo-o-dia-nacional-de-combate-a-homofobia/#conteudoPrincipal>> Acesso em: 09 abr. 2021.

CERVI, TA et al. O banheiro público como dispositivo de gênero. Bagoas, n.20, 2019. Disponível em: <<https://nucleotrans.unifesp.br/producao-de-conhecimento/artigos-cientificos/o-banheiro-publico-como-dispositivo-de-genero>> Acesso em: 02 abr. 2021.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Rev. bras. orientac. prof, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Resolução CEPE/IFSC N° 103, de 21 de novembro de 2019. Regulamenta a inclusão do nome social de travestis, transexuais e transgêneros nos registros acadêmicos da Instituição. Disponível em: <<https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=667250&key=7a0594029706c754ff830e7d8e18fa10>> Acesso em: 10 abr. 2021.

JOY, P & NUMER, M. Queering Educational Practices in Dietetics Training: A Critical Review of LGBTQ Inclusion Strategies. Can J Diet Pract Res. 2018 Jun 1;79(2):80-85. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29543497/>> Acesso em: 02 abr. 2021.

SCOTE, F & GARCIA, M. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. Perspectiva. 38, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334>> Acesso em: 02 abr. 2021.

‘Aqui a gente faz política com afeto!’: ‘Interseccionalidade’ e ‘afeto’ na construção da ‘nossa forma de fazer política’ de negros universitários

Stephanie Pereira de Lima

RESUMO: Este texto busca compreender, a partir da etnografia realizada em três coletivos universitários, a emergência de formas atuais de ação coletiva em universidades públicas brasileiras, em que a categoria interseccionalidade surge como fundamental e, por esse motivo, o corpo e os afetos tomam centralidade na política das organizações. O trabalho de campo realizado é parte de uma pesquisa mais ampla, na qual, o objetivo dela é de contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, em que explora os processos de produção de agentes políticos e modos de fazer político, tendo em vista a ampliação do acesso de negros/as nas universidades.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; afeto; negros universitários; ação afirmativa.

INTRODUÇÃO

Neste texto irei tecer algumas reflexões acerca das mudanças recentes na ação política em universidades públicas brasileiras geradas pela ampliação do número de estudantes negros/as, a partir das etnografias realizada no Núcleo de Consciência Negra da Universidade Estadual de Campinas (NCN/UNICAMP), na Frente Negra da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Frente Negra/UERJ) e do Coletivo de Diversidade Sexual KIU! da Universidade Federal da Bahia (KIU!/UFBA)¹. Por se tratar de um texto etnográfico, farei uso de alguns recursos, com objetivo de facilitar a leitura. Assim, para demarcar termos e conceitos de outros autores, será utilizada as aspas duplas e quando forem da própria autora será utilizado o negrito como meio de diferenciação. As aspas simples serão utilizadas para marcar os termos e categorias empregadas em campo pelos interlocutores.

Como perspectiva de partida para a investigação, vale destacar que este crescimento foi parte de um conjunto de estruturas de oportunidades políticas², que envolvem a luta histórica do movimento negro pelo acesso à educação e uma aproximação deles com as instâncias estatais durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Flavia Rios (2008), ao refletir acerca do processo de institucionalização do movimento negro, aponta que no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003³,

observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003.

Segundo José Jorge de Carvalho (2006), a principal política que o Governo Lula acordou com o movimento negro, em seu primeiro mandato (2003 a 2007), foi a de democratização do Ensino Superior.

¹ O trabalho de campo da pesquisa, realizado entre os anos de 2016-2019, se dividiu em três etapas: etnografia nos 3 coletivos citados, observação de encontros nacionais que os integrantes destes coletivos frequentavam e entrevistas semiestruturadas. Assim, foram realizadas 19 entrevistas, todas com estudantes negros que compunham os coletivos focais ou que eram 'militantes negros' de outros coletivos ou das 'antigas'. Destas entrevistas, 7 foram realizadas na UNICAMP, 5 na UERJ e 8 na UFBA. Por ter entrevistado interlocutores de gerações passadas, a idade variou entre 20 e 44 anos, entretanto 16 participantes tinham entre 20-35 anos e apenas 4 na faixa etária de 36-45 anos. Ver: LIMA, 2020.

² Vale ressaltar que esse conceito tem origem na Teoria do Conflito Político (TCP), desenvolvida por Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow (2009). Os principais conceitos dessa teoria são: "repertório", "enquadramento interpretativo", "performance" e "Estrutura das Oportunidades Políticas". Para uma análise desses conceitos, ver: Alonso, 2012.

³ Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sancionada a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 06 de março 2018.

Assim, foram criados programas de ampliação do acesso no setor privado, como o Programa Universidades para Todos (Prouni)⁴, e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2003⁵. Isto posto, o Reuni e a posterior aprovação da Lei de Cotas (12.711/2012)⁶; no Supremo Tribunal Federal (STF), tornaram-se as políticas que diretamente contribuíram para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras. Isto nos leva ao cenário atual, no qual um conjunto de pesquisadores que buscam compreender o momento recente dos movimentos sociais, têm assinalado formas de reação das gerações mais recentes ao processo de institucionalização intensificada nas últimas décadas⁷ (ALVAREZ, 2014; FACCHINI, 2011, RIOS E MACIEL, 2017-8; GOMES, 2018; BRINGEL, 2018; LIMA, 2016). Dessa forma, essas pesquisas apontam para a última década (2000-2020) como um marco do surgimento de coletivos e organizações formadas por jovens – que não necessariamente reivindicam o uso da categoria juventude. Por reação, esses autores têm observado um distanciamento de características ‘institucionalizadas’ e a defesa da ‘autonomia’, o uso do corpo, dos ‘afetos’ e da ‘experiência’ como formação política. Ao pesquisar os encontros e ‘coletivos’ universitários organizados em torno da diversidade sexual e de gênero,

ainda no mestrado (LIMA, 2016), pude perceber que, no contexto dos coletivos universitários, tal crítica deu lugar a um processo de articulação entre múltiplas diferenças - relativas à diversidade sexual e de gênero e à raça - que se dava interna e externamente (no encontro com outros atores da universidade e de movimentos sociais fora dela)⁸. Os integrantes desses coletivos participam tanto de encontros de coletivos universitários, como de redes de coletivos de determinada identidade específica, do movimento estudantil, de partidos políticos etc.

⁴ O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 28 maio 2017.

⁵ O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 07 set. 2015.

⁶ A Lei de Cotas foi responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas). Para uma análise mais elaborada acerca do processo de aprovação e luta das cotas raciais no Brasil, ver: LIMA, 2015; CARVALHO, 2006; RIOS, 2008.

⁷ O processo de institucionalização, visto como a maior aproximação do movimento social com as políticas de governo, tem seu início ainda na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, a intensificação deste processo, ao qual as recentes mobilizações se põem em “oposição”, ocorreu na última década e meia com o início do governo Lula e durante o governo Dilma.

⁸ Ainda no trabalho de campo para a dissertação, que buscou reconstruir a trajetória sócio-histórica do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), iniciado em 2003 com última edição em 2016, pude perceber que, a partir dos anos 2010, o termo ‘coletivo’ passa a ser utilizado por todos os grupos que participavam do Encontro. Dito isso, assim como outras categorias que veremos durante o texto, ‘coletivo’ é o termo aqui utilizado por ser o empregado em campo pelos interlocutores.

Assim, os coletivos universitários tornam-se uma lente privilegiada para explorar as transformações nos movimentos sociais recentes, já apontada por um amplo conjunto de pesquisadores, apresentados acima. Além disso, a proliferação e articulação desses sujeitos políticos negros universitários, ou seja, do estudante negro que entra na universidade e se engaja politicamente neste contexto pós Lei de Cotas (2012), gera variados processos de produção de sujeitos políticos, de enquadramentos e de repertórios políticos, sobretudo no que tange às relações e diferenciações dinâmicas e múltiplas que se dão em relação aos vários “movimentos” em jogo – movimento estudantil, feminista, LGBT, negro, etc.

Isto posto, para analisar esse contexto, farei uso da proposta analítica de Carla Gomes (2018), que em tese sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, aponta a centralidade do corpo, das emoções e da experiência para além de “repertórios”⁹, isto é, também para a produção de “enquadramentos”. Para isso, ela aciona a definição de “frame”, ou seja, “enquadramento”, criado por Snow e Benford, com base no trabalho de Goffman, que afirmam que “frame é um esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’ através da pontuação e codificação seletiva de objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ação em determinado ambiente presente ou passado” (SNOW; BENFORD, 1992:137). Além disso, para analisarmos o

momento recente em que se encontram os sujeitos dos coletivos, é necessário compreendermos que dado o conjunto de estruturas de oportunidades das décadas anteriores – como apresentados acima – podemos observar hoje um fluxo horizontal entre os diversos “movimentos sociais”, nos quais os “enquadramentos” ultrapassam seus limites. Portanto, além da proposta teórica analítica de Gomes (2018), este texto vale-se, para suas reflexões a perspectiva teórica proposta por Sonia Alvarez (2014), a qual afirma que estaríamos atualmente num momento de “sidestreaming”. Ou seja, que os coletivos e os sujeitos que esta etnografia apresenta se encontram num fluxo horizontal em que “enquadramentos” e “repertórios” de diversos movimentos circulam e são reformulados.

Além disso, levando em conta a afirmação dos interlocutores de que ‘os coletivos são as pessoas e a história dos coletivos também é a história deles próprios’, busco, por meio das narrativas dos sujeitos, analisar e refletir sobre as articulações deste grupo com os atores com os quais se relacionam e, por conseguinte, o processo de produção dos enquadramentos e repertórios políticos. Portanto, neste texto busca-se compreender como, na gestão cotidiana das diferenças e das múltiplas definições de coletivo, se constitui uma noção de ‘nossa forma de fazer política’, perpassada principalmente pela ‘interseccionalidade’ como enquadramento e pela gestão dos

⁹Repertório aqui é compreendido como o conjunto de táticas e estratégias mobilizadas como instrumentos políticos.

‘afetos’ e do uso do corpo como repertórios políticos. Destaco aqui, que o termo ‘interseccionalidade’ e ‘afeto’ surgem em aspas simples por serem compreendidos como termos êmicos. Segundo Jurema Werneck (2016) e grande parte dos interlocutores, ‘interseccionalidade’ é uma categoria de extrema importância para a análise social, gerada no bojo da teoria feminista negra. A autora afirma que apesar de ter sido cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 2002, análises sociais interseccionais já estavam presentes em obras de feministas negras norte americanas e brasileiras, na década de 1980, como nas obras de Angela Davis ([1981]2016) e Lélia Gonzalez (1983). Já ‘afeto’ é compreendido a partir de um conjunto de produções – que se formam no campo da Antropologia das Emoções – o qual entende emoções e afetos como socialmente produzidos e um aspecto central para se entender o “nível macro da organização social” (COELHO, 2010). Ademais, as diferenças entre os diversos estados e universidades nos quais emergem os coletivos estudados demandam apresentar previamente o contexto mais amplo no qual eles estão inseridos. O Núcleo de Consciência Negra (NCN/UNICAMP), primeiro coletivo que abordarei, surgiu em 2012 e está inserido na Universidade Estadual de Campinas (SP), uma das últimas universidades a aprovar cotas no país (2017). Esta instituição mantém uma estrutura de auxílio permanência e moradia para estudantes considerados

de baixa renda¹⁰. Contudo, até 2016, apenas 14,5% dos estudantes ingressantes eram negros¹¹. Além do NCN, não havia mais nenhum coletivo negro na universidade e a etnografia foi realizada durante as mobilizações para aprovação das cotas, ou seja, o grupo estava muito ativo. Durante esse tempo, havia aproximadamente 30 pessoas em seu grupo de Whatsapp, mas os participantes mais ativos eram cerca de 15.

A Frente Negra/UERJ, apesar de surgir em 2015, está inserida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que é pioneira na implementação das cotas, ocorrida em 2003. A UERJ, até 2019, contava com auxílio permanência e transporte para alunos de baixa renda, conquistado pelos estudantes, mas não dispõe de qualquer auxílio para moradia. Diferente do NCN/UNICAMP, a Frente não era o único coletivo negro da universidade ativo no momento da pesquisa (2017-2019), mas se apresentava como o único coletivo de ‘toda UERJ’, ou seja, discentes de toda UERJ poderiam compor o coletivo. Outra diferença foi que, ao procurar interlocutores chaves que compunham a Frente Negra/UERJ, fui informada que o coletivo ‘praticamente não existia mais ou no máximo uma reunião aqui, outra ali’. Segundo os interlocutores, a desarticulação da Frente estava relacionada a um processo de ‘crise da UERJ’ que se intensificou ainda em 2016, que irei descrever em maiores detalhes. Para este momento, é importante ressaltar que as análises e reflexões

¹⁰ Em todas as universidades apresentadas (UNICAMP, UERJ e UFBA), baixa renda é considerado quando o aluno tem renda per capita, por família, de até 1,5 salário mínimo. | ¹¹ Informação obtida através de um documento interno produzido pelo NCN/UNICAMP. Não tive acesso a fonte.

acerca deste coletivo, correspondem, em grande parte, a informações retiradas das entrevistas com interlocutores.

O KIU! Coletivo de Diversidade Sexual da UFBA¹², fundado em 2004, é um dos coletivos de 'diversidade sexual' mais antigos do país, em atividade. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de manter cotas desde o vestibular de 2004, está localizada no estado mais negro do país e é reconhecida nacionalmente como um importante centro de pesquisas sobre relações raciais. Assim, pela composição discente da UFBA, o KIU! é formado majoritariamente por pessoas negras¹³. Além da histórica atuação do movimento negro na cidade, dentro da universidade e das cotas, a UFBA mantém auxílio permanência e moradia para os estudantes de baixa renda. Outra importante marca de diferenciação do KIU! é sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Todos os integrantes do coletivo com que tive contato eram filiados a este partido¹⁴.

Por fim, destaco que pelo caráter etnográfico do texto, as sessões subsequentes serão de apresentação de parte dos dados de campo recolhidos: primeiro no Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP), seguido na Frente Negra/UERJ e no Coletivo de Diversidade Sexual Kiu!/UFBA. Ao fim do texto, na sessão das considerações finais, irei tecer algumas correlações entre os coletivos e apontamentos analíticos. A organização narrativa foi assim definida, por

compreender a necessidade de uma ampla apresentação dos dados de campo, dado a incipiência ainda de pesquisas acerca da atuação política de negros universitários.

'O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP) são as pessoas'

O NCN/UNICAMP surgiu após a organização do evento nomeado "Quem Tem Cor Age", o qual teve como tema "Desmistificando o racismo à brasileira" e foi realizado na Unicamp em 2012. Segundo os relatos dos interlocutores, os dois primeiros anos do Núcleo (2012 e 2013) são colocados como um momento de formação e estabelecimento 'do que seria o Núcleo'¹⁵. O período seguinte, correspondente aos anos de 2014 a 2017 - ano de finalização da etnografia -, é retratado, por parte dos interlocutores, como um momento de reestruturação e

¹² Segundo interlocutores, este coletivo surge do desejo de ressignificar experiências, vistas como de violência, por isso, se chama KIU, termo usado de forma pejorativa em Salvador (capital do estado da Bahia/Brasil), como sinônimo de "viado" e "bicha".

¹³ O quadro discente da UFBA contém 75,4% de negros (pretos e pardos). Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/74455,levantamento-aponta-que-756-dos-alunos-sao-negros-na-ufba>. Acesso em 06 março 2020.

¹⁴ Segundo Tiffany, em entrevista realizada em 18 abril 2018, o KIU! contava com 50 pessoas, mas apenas 10 integrantes estavam ativos naquele momento. Não consegui obter o número de participantes da Frente Negra/UERJ enquanto o grupo estava ativo.

¹⁵ Apesar de no material da tese ter explorado também esse momento inicial do Núcleo, para o presente texto irei me ater ao material etnográfico realizado entre 2016 e 2017 e as entrevistas dos integrantes que faziam parte do grupo nesta época.

por parte dos interlocutores, como um momento de reestruturação e estabelecimento 'do que é o' Núcleo, sendo esses dois tempos marcados pela busca de criar ali um 'espaço confortável'. Essa diferenciação é marcada muitas vezes pela entrada de determinadas figuras, como Taina Santos¹⁶. Taina, vinda de uma região periférica de São Paulo, 24 anos, afirmou que por incentivo da mãe chegou ao Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC)¹⁷ do Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN/USP) e conseguiu entrar inicialmente para a UNESP em 2013, mas em 2014 trocou de curso e universidade, iniciando o curso de História na UNICAMP.

Durante a entrevista, ela contou que, em sua primeira reunião do NCN, em 2014, presenciou o debate acerca da participação, ou não, de pessoas brancas no grupo. Taina, naquele momento, vinha de uma 'experiência' de atuação no movimento estudantil da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) e da recuperação de um processo de 'depressão'. Em vista de seu processo de engajamento e atuação na Unesp, ela diz que ao chegar na UNICAMP buscava um lugar que se sentisse 'confortável para dar sua opinião'.

Em sua narrativa, Taina constrói uma relação direta entre a presença de 'homens' e 'pessoas brancas' e o 'sentir-se confortável' em um espaço onde 'possa dar sua opinião' e ser ouvida sem que sua marcação de gênero e raça sejam um impedimento.

Além disso, para ela, o ano de sua entrada no NCN, foi um momento de transição do Núcleo em razão da saída de 'pessoas antigas' e 'dos brancos'. Em paralelo a esse processo, ocorreu também uma aproximação de integrantes do Núcleo com o movimento negro de Campinas e de São Paulo, devido às mobilizações para a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015¹⁸.

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, levou 50 mil mulheres para Brasília ¹⁹e se constitui como um marco no movimento não só de mulheres negras.

¹⁶ Grande parte dos interlocutores pediu para manter seus nomes, por entenderem o trabalho como um documento e afirmarem serem 'agentes da história'. Mantenho os nomes dos mesmos também na etnografia em respeito ao seu pedido. Taina, no momento da entrevista (2018), se identifica como uma mulher preta e heterossexual.

¹⁷ Em dissertação, Flavia Rios (2008) afirma que os PVNC além de contribuírem para a entrada de estudantes negros nas universidades públicas, torna-os um vetor direto de contribuição na constituição de coletivos negros universitários, a partir de seus debates internamente promovidos acerca da questão racial. Dessa forma, os PVNC, que passam a ser a principal forma de atuação política do movimento negro nos finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, se tornam um ator central, não apenas pelo aumento inicial de jovens negros nas universidades, mas pela transformação no próprio movimento negro e na produção intelectual desenvolvida pelo engajamento e pesquisa desses jovens durante e após a graduação.

¹⁸ Para mais detalhes do processo da Marcha, ver: LEMOS, 2016; FIGUEIREDO, 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contra-racismo>. Acesso em 26 fev. 2020.

A Marcha foi o resultado da movimentação em todas as regiões do país por mais de três anos²⁰ e seus reflexos são observados não apenas na organização do NCN, mas em todo o conjunto da pesquisa.

Taina, por exemplo, passou a integrar a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, em que percebeu ali uma forte relação entre o processo de mobilização para a Marcha e o crescimento e interesse do Núcleo nos debates sobre feminismo negro. Ela disse:

A organização com a Marcha das Mulheres Negras foi uma coisa que a gente estava discutindo com as mulheres negras de Campinas e acabou ressoando no Núcleo, porque as meninas fizeram uma discussão na UNICAMP sobre o manifesto da Marcha das Mulheres Negras. Foi super legal' (Taina, entrevista em 10/10/18).

Na continuação da narrativa de Taina, ela afirma que a partir das discussões proporcionadas pela mobilização da Marcha de Mulheres Negras intensificou-se um desejo de formação em teoria feminista negra, o que, conseqüentemente, transformou o modo de se ver e pensar a atuação política, tendo impactos também na constituição do NCN como um 'lugar confortável'. Em outras palavras, para Taina, esse processo tornou o NCN 'mais feminista negro' e, por conseguinte, tornou-o um 'espaço confortável'.

Assim, o feminismo negro é visto, em campo, como um modo de repensar as práticas que reproduzem as formas de imposição, ou seja, um modo de atuação política que considera a 'diversidade dos integrantes'. Em muitos momentos,

durante falas públicas que pude acompanhar em campo, esse 'modo feminista negro' era sinônimo de uma 'atuação política interseccional', que é colocada como contraposição a uma forma político partidária, que não pressuporia o diálogo com as diferenças e a construção de um 'lugar confortável'. Bruno Ribeiro que ingressou no mesmo momento que Taina no NCN, afirmou em entrevista ser de uma região periférica da cidade de São Paulo, ex-estudante de um PVNC organizado no seu bairro, formando em ciências sociais pela UNICAMP e 'bicha preta'²¹. Durante a entrevista, ele corrobora a narrativa de um momento de transição no Núcleo com a formação de um 'lugar confortável', em que assinala a influência do feminismo negro nesta construção. Contudo, ele identifica a forma política da qual o Núcleo busca se diferenciar como uma forma 'velha' e 'atrasada'. Durante a entrevista, ele corrobora a narrativa de um momento de transição no Núcleo com a formação de um 'lugar confortável', em que assinala a influência do feminismo negro nesta construção. Contudo, ele identifica a forma política da qual o Núcleo busca se diferenciar como uma forma 'velha' e 'atrasada'. Ao perguntar o que seriam 'métodos velhos e atrasados', ele diz:

É uma forma de organização mais rígida[...]. A gente fica meio que se obrigando por causa de método e a gente não sai disso, não avança em relação a algumas questões. Ou não reconhece que nós somos pessoas diferentes, temos posicionamentos diferentes e que nem tudo a gente vai conseguir ter uma síntese, embora seja

²⁰ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em 26 fev. 2020. | ²¹ Pude perceber durante a pesquisa que grande parte dos jovens negros gays se identificam como 'bichas pretas'. Segundo Megg Oliveira (2017) e Fábio Cordeiro (2019) o termo "bicha preta" é uma categoria identitária que surge, principalmente, no ambiente da internet, desde o ano de 2015.

um pouco raro. Mas nem tudo a gente vai ter uma síntese, e ok. O importante é que a gente vai construir a partir disso. Então eu achava que o núcleo era mais quadrado, quando eu entrei do que ele é hoje (Bruno, entrevista em 15/07/18).

Segundo Bruno e Taina, após todas as 'formações'²² internas realizadas no núcleo, além da realização e organização de outras edições do *Quem Tem Cor Age* e da Plenária de Negros e Negras da Unicamp²³, em 2014 e 2015, o Núcleo se transformou em um coletivo 'bem estruturado'. Nesse sentido, Taina afirma que com estas intensas mobilizações do NCN e a aprovação das cotas na Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 2015²⁴, fortaleceu o movimento da luta pelas cotas na graduação, o que, em conjunto com reivindicação contra cortes orçamentários na universidade, se constituiu como um momento de efervescência que desembocou em uma greve geral na UNICAMP, no primeiro semestre de 2016²⁵. Todos os integrantes do NCN com quem pude conversar afirmaram que colocar a pauta das cotas raciais como primeira reivindicação da greve foi um processo de disputas com o movimento estudantil²⁶. Assim, naquele momento, o NCN entra como um dos principais mobilizadores da greve, junto com a Frente Pró Cotas²⁷, e seus integrantes passaram a participar ativamente de assembleias estudantis e outras instâncias universitárias. A participação nesse espaço de deliberação, antes visto com aversão pelos integrantes do coletivo, acirrou debates entre o Núcleo e o modo de

fazer política 'velho e atrasado', o qual, em razão do debate em questão – as cotas – também passou a ser visto como um modo de fazer política 'branco'.

²² A ideia de 'formação' aqui se refere ao processo de realizar leituras de teóricos negros que abordem, principalmente, a 'questão racial', coletivamente. Entretanto, aqui a 'questão racial' não está isolada de 'questões de gênero e sexualidade', o que faz com que teóricas feministas negras sejam as autoras mais lidas.

²³ A Plenária é uma evento convocado pelo NCN com intuito de reunir todas pessoas negras da universidade, que estejam vinculadas a movimento ou não. O objetivo da Plenária é repassar para a comunidade negra as ações do NCN e tentar obter as pautas e demandas.

²⁴ Em tese, sobre a implementação de ações afirmativas na pós-graduação, Anna Carolina Venturini (2019) apresenta uma análise detalhada deste processo entre 2015-2018. Segundo a autora, em 2015 apenas a UNEB (em 2012), UFG e UFPI (em 2015) aprovaram resolução de ação afirmativa na pós-graduação. Em 2016, houve aprovações em mais duas universidades, já em 2017, 14 universidades implementaram esse critério para seleção da pós-graduação. Nesse período, houve também aprovação das ações afirmativas em programas de pós-graduação, como de Antropologia Social na UFRJ, em 2012, apesar de não ter se tornado uma política da universidade. A autora afirma que um dos aspectos para aprovação das ações afirmativas, além de iniciativa própria do colegiado, foi em cumprimento a uma lei estadual – como no caso das universidades cariocas, em 2014 – e por editais de incentivo da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas (FCC) (VENTURINI, 2019).

Em 2016, o orçamento da UNICAMP sofreu um corte de 40 milhões, além do reajuste salarial dos servidores ser proposto abaixo da meta. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/estudantes-desocupam-reitoria-da-unicamp-apos-59-dias-de-protesto.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

²⁶ As cotas aprovadas na UNICAMP preveem além da reserva de vagas com entrecruzamento entre ensino público, renda e declaração racial, a reserva exclusiva para autodeclarados pretos e pardos, assim como o vestibular indígena. Esse aspecto é considerado um avanço na Lei de cotas, por parte do movimento e de intelectuais sobre o tema.

²⁷ A Frente Pró-Cotas (FPC) foi um grupo criado, também em 2012, com intuito de focar exclusivamente na luta e aprovações das cotas na UNICAMP. A criação de dois coletivos distintos foi devido a presença de pessoas no NCN que eram contra as cotas e o interesse de pessoas brancas em compor o coletivo. Assim, a FPC era formada por grande parte dos integrantes do NCN e outros discentes que se identificavam como brancos. Para uma análise mais detalhada acerca deste coletivos e sua interação com o NCN, ver: INADA, 2018; LIMA, 2020.

Ou seja, que reproduziria o ‘racismo na esquerda’ e a ‘branquitude’. No trecho abaixo da fala de Taina, podemos compreender a relação:

A gente não é estudante, a gente é o núcleo [...]. Eu não me considerava do movimento estudantil, e eu sinto que as pessoas do núcleo também tinham muito incômodo. Mas a gente começou a perceber que, por exemplo, a gente ia nas assembleias e as pessoas tinham medo de discutir com a gente com medo de ser acusado de racista. Várias coisas assim. Ou ficar menosprezando a gente porque a gente era negro e queria colocar alguma questão racial. Aí começou a surgir esse debate de racismo na esquerda, branquitude, porque a gente estava tendo muitos incômodos, e fizemos várias rodas de conversa aqui (Taina, entrevista em 10/10/18).

Assim como outros integrantes do NCN, Taina afirma que no processo de diálogo com o movimento estudantil, o primeiro movimento de diferenciação foi se autodenominar como ‘núcleo’ e não como ‘estudante’. O segundo ponto de diferenciação ocorreu após o diagnóstico do ‘racismo na esquerda’ e da ‘branquitude’. Nesse sentido, recusar ou ‘menosprezar’ a fala de um estudante negro durante os debates surge como um dos métodos identificados como do movimento estudantil e comum em ‘toda a esquerda’. Assim, os conflitos e ações passam a operar na chave do “racismo institucional”²⁸ e são categorizados como ‘racismo da esquerda’ e ‘branquitude’. Portanto, os conflitos marcados entre o Núcleo e o movimento estudantil, docentes ou qualquer ator não negro eram colocados no nível da compreensão do racismo. Em outras palavras, as exposições discordantes ou formas de operar o diálogo utilizadas

pelos atores brancos na disputa eram tomadas como um ‘reflexo estrutural do racismo’, e, assim, fazia-se necessário não um debate focado na ação do indivíduo ou do grupo em si, mais da ‘estrutura histórica que constituiria aquelas ações’, ou seja, sobre o ‘racismo na esquerda’ e a ‘branquitude’.

Apesar dos dois termos surgirem durante o trabalho de campo nas falas dos interlocutores, a noção de ‘branquitude’ esteve presente durante a etnografia em todos os coletivos e eventos dos quais participei.

“Branquitude”, como um conceito analítico, foi cunhado pelo critical whiteness studies, derivado dos Estados Unidos, na década de 1990. Segundo Tânia Muller e Lourenço Cardoso (2018), o conceito de “branquitude” visa a teorização da “identidade racial branca” e as análises acerca do “lugar do branco numa situação de desigualdade racial”. Ainda segundo o autor, “branquitude” é compreendida como uma ficção, assim como raça, mas é tão poderosa quanto esta no cotidiano da realidade social. Entretanto, ‘branquitude’ surge no campo como uma categoria êmica para classificar ações e falas vistas como comumente reproduzidas por pessoas brancas. Além disso, o termo surge também como meio de marcar o branco também como sujeito racial, e por isso ‘obrigado’ a pensar também o que seria ‘ser branco’. Assim, foi comum durante o trabalho de campo, nos diversos coletivos, observar que, a frente de um conflito com grupos mistos – com pessoas que se autodeclaram negras e

²⁸ No contexto brasileiro, Sergio Guimarães (1999) observa que, a partir de 1960, as ciências sociais passaram a se distanciar da ideia de que as desigualdades raciais são produtos de ações individuais para um “esquema interpretativo conhecido como racismo institucional”. Dessa forma, os mecanismos de discriminação passam a ser vistos como operativos do sistema social. Nesse ínterim, Laura Lopes (2012) afirma que foi no contexto dos anos 1990 e com maior intensidade nos anos 2000, dado o crescimento do diálogo entre organismos estatais e o movimento negro, que “o conceito de racismo institucional” emerge como organizador de uma nova pauta de ações que possibilitam a mobilização e o processo de elaboração de políticas públicas de promoção à igualdade racial”.

brancas – ou formados por pessoas que se autodeclaram brancas, o termo ‘branquitude’ era usado como forma de acusação, em frases como ‘precisamos discutir sobre branquitude’ e ‘vocês (brancos) precisam discutir sobre branquitude’. Com isso, a categoria muitas vezes era utilizada como acusatória, assim como os termos ‘branco’ e ‘branquice’ - este último muito utilizado para marcar ações vistas como específicas de pessoas brancas. Nesse ínterim, a centralidade do corpo surge tanto nas relações com os diversos atores quanto na construção da coletividade. Desse modo, com objetivo de compreender a centralidade da ‘interseccionalidade’, dos corpos e do ‘afeto’ nas dinâmicas diárias para a ‘nossa forma de fazer política’, trago um trecho da entrevista de Taina que ilustra tais pontos. A saber:

O corpo é um território, a partir desse território que você pode reconstruir sua identidade, suas questões, sua identidade, é, política, não só identidade política, você pode reconstruir a sua identidade e tipo assim, se a gente for pensar o que que é o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP. O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP são pessoas, a gente não tem uma sede, a gente não tem nada, a gente tem uma página no Facebook, que não é nada também, é um mundo virtual... a gente não tem nada, a gente não tem um espaço físico, a gente tem nossos corpos, certo? Esses corpos em movimento, esses corpos se movimentando, mas não só se falando, conversando, debatendo, se expondo, que foi ruim, mas também tem a parte boa que é isso que eu tô falando.. esses corpos em movimento ressoa em outros corpos, ou seja, a comunidade negra na UNICAMP aumentou não só porque o Núcleo aumentou, mas porque isso fez eclodir outros grupos de negros na universidade e também outras pessoas negras começaram a se identificar e se apresentar também, tipo, enquanto negros, enquanto pessoas que tão interessadas em fazer esse debate, então assim, é, o que que é um território político, né, que a gente tá debatendo? Que esse debate a gente tá querendo colocar hoje dentro do movimento

estudantil. O que que é politizar a universidade? É você politizar só o espaço público ou você criar uma condição pra que as pessoas reformulem suas identidades e politizem seus próprios corpos? (Taina, entrevista em 10/10/18).

Compreender o Núcleo como um ‘espaço seguro’, de ‘acolhimento’ e ‘confortável’ faz com ele ultrapasse os momentos de reunião ou os momentos de disputas políticas. A ideia de lugar, aqui, não contém um pressuposto de espaço físico fixo, uma vez que ‘os coletivos são as pessoas’, e a presença das pessoas já constitui esse ‘lugar’. Em outras palavras, os coletivos se expandem para além de uma ideia de espaços políticos marcados por um tempo de reunião e determinadas ações. Os coletivos, então, compreendem também cada encontro entre os seus integrantes, seja para comer, conversar, beber, ou seja, no cotidiano. Dessa forma, segundo a fala de Taina, a ‘nossa forma de fazer política’ seria aquela que, a partir dos encontros cotidianos, fortaleceria as diversas subjetividades, mas que para isso seria necessária uma constante ‘formação’ na qual a teoria feminista negra se faz central.

Além da centralidade da ‘interseccionalidade’ e da gestão dos ‘afetos’, no trabalho de campo e nas entrevistas, pode-se observar um outro ponto de diferenciação relacionada à estratégia política que esses sujeitos acionam. As disputas institucionais realizadas são aquelas que interessam à melhoria da ‘vida do estudante negro na universidade’. Assim, não há um completo rechaço à ocupação de

de espaços institucionais na universidade, pelo contrário, entra-se nas disputas para a ocupação de cadeiras em Conselhos, ou em espaços onde serão votadas questões relacionadas a alimentação, moradia, mobilidade e qualquer outro tipo de auxílio que sejam vistos como essencial para a vida de estudantes negros, que também muitas vezes são pobres, na universidade.

Como exemplo, durante as mobilizações pelas cotas, em 2017, o NCN, em conjunto com a Frente Pró-Cotas, compuseram uma 'chapa' nomeada Bloco da Periferia para concorrer a duas vagas no Conselho Universitário. A decisão para a inscrição da 'chapa' na eleição deveu-se ao fato de o espaço do Conselho ser o local em que seriam votadas as cotas para graduação e os estudantes então eleitos teriam direito a voto e voz. Desse modo, a disputa política desses sujeitos na universidade se estabelece na estratégia de lutar pelas 'necessidades dos estudantes negros', como afirmou um dos integrantes do NCN/UNICAMP.

'Aqui é nós por nós!': a formação da Frente Negra da UERJ

A Frente Negra/UERJ foi fundada em 2015, durante a ocupação estudantil ocorrida naquele ano. Apesar da recente criação da Frente, ela está localizada na primeira universidade que aderiu às cotas no país. Assim, vale destacar, que as mobilizações deste coletivo são perpassadas pelo amplo histórico da

atuação de estudantes negros na universidade e pela UERJ ser vista, nacionalmente, como palco de reunião da luta pela inclusão no Ensino Superior no Brasil²⁹.

Ayie TiEso, graduando em Ciências Sociais, integrante da Frente Negra/UERJ, no momento da entrevista (2019) diz ser 'bicha preta', 'não binária', 'com deficiência', candomblecista e que recebeu esse nome de sua Mãe de Santo³⁰. Durante a entrevista, ele relata que a Frente Negra/UERJ surge de um desdobramento da então criada Frente Negra nas Ciências Sociais que teve como objetivo debater e pressionar o corpo docente para discussões acerca do currículo acadêmico. Após uma sequência de 'casos de racismo e professor sendo racista', segundo Ayie, um grupo de alunos do curso de Ciências Sociais se organizou para pressionar e exigir a criação de uma disciplina sobre questões raciais no currículo do curso, com a justificativa de aplicação da Lei 10.639/2003. Contudo, o que era uma mobilização para a criação de uma disciplina se limitou, segundo ele, à contraproposta de um 'seminário', sob a justificativa de 'não ter professores capacitados na área de relações raciais no quadro de docentes'. Além das questões apresentadas por Ayie, Suzan Stanley, também integrante da Frente Negra, graduanda em Ciências Sociais, mulher negra heterossexual, no momento da entrevista (2019), afirma que a Frente Negra surgiu de 'fato' com a 'ocupação da UERJ, em 2015, por um medo de perder os auxílios

²⁹No texto da tese (LIMA 2020), do qual deriva esta etnografia, apresentei um pouco o cenário de mobilização de estudantes negros na UERJ logo após a aprovação das cotas, ainda no início dos anos 2000. Para mais ver: LIMA, 2020; FERREIRA, 2018; LIMA, 2015.

³⁰Apenas alguns interlocutores informaram sua religião no momento da entrevista. Utilizo o artigo no masculino para se referir a Ayie, em concordância ao utilizado por ele mesmo durante a entrevista.

universitários e por um sentimento de não representação na ‘galera de esquerda’. Ela afirma:

Outras pessoas vão ter outra ideia sobre o surgimento, mas essa é minha ideia mesmo. Que a Frente surgiu na ocupação de 2015. As demandas da universidade começaram a ficar muito latentes para a gente. Naquele momento ficou muito claro que poderíamos perder o mínimo que tínhamos conseguido. Bilhete universitário, bolsa, até as próprias cotas mesmo. Rolou a ocupação. Aí começamos a observar o movimento social dessa galera mais profissional. Dessa galera de esquerda. E aí a gente começou a não se ver ali. A gente queria fazer parte da ocupação, das futuras mudanças, mas a gente não se via naquele grupo. Psol, PSTU, PT. A gente tinha consciência de que não fazíamos parte daquele grupo. A gente se reuniu, uma galera e um pessoal do Direito também, porque logo no início ficamos preocupados com a nossa integridade física mesmo. Aí a gente começou a pensar formas de estar e pautar o que achávamos necessário, pela nossa perspectiva. Somos pessoas negras e é isso (Suzan, entrevista em 12/12/18)³¹.

As narrativas sobre o momento de surgimento da Frente variam, entretanto, se encontram na afirmação do fortalecimento do grupo como um meio de ‘lutar pelas garantias de permanência dos estudantes negros’. Na sequência dos acontecimentos protagonizados pela Frente Negra e tidos como chave pelos interlocutores, a atenção para o conflito com o movimento estudantil entra em cena novamente. A ‘treta’, como nomeada por eles, teve como fundo a votação para a representação no Conselho Universitário, que acabou com a impugnação do processo pela ausência da ‘chapa’ formada pela Frente Negra na cédula de votação. Aqui podemos observar, mais uma vez, como as estratégias de disputa pelas

instâncias universitárias se diferenciam daquelas identificadas como sendo do movimento estudantil. Assim como o NCN/UNICAMP, a Frente decide concorrer a vagas no Conselho Universitário, e não no Diretório Central dos Estudantes (DCE), visto que seria no Conselho onde se votaria acerca da permanência estudantil, que estava sofrendo recorrentes cortes na época. Contudo, por uma ‘treta’, onde o nome da ‘chapa’ da Frente é retirada da cédula de votação, o coletivo não consegue concorrer. Este caso foi visto como uma ‘reprodução do racismo da esquerda’ – ou do movimento estudantil. Entretanto, os interlocutores relatam que, pela dimensão da crise da UERJ – que no início de 2017 suspendeu o ano letivo, além dos funcionários terceirizados, os técnicos, professores da universidade ficaram sem receber seus salários e os estudantes suas bolsas por meses³² - não foi possível manter nenhum tipo de articulação, pois os estudantes não tinham o ‘dinheiro da passagem’. Assim, a desarticulação da Frente, resultado da falta de pagamento do auxílio aos estudantes, reforça suas leituras estratégicas acerca das disputas institucionais objetivadas nas ‘necessidades dos estudantes negros’, pois só assim seria possível realizar algum tipo de organização e mobilização política. Apesar dessas disputas colocadas, Ayie conta que, durante a ocupação, foram organizados diferentes debates sobre diversos temas que perpassavam a

³¹ Para mais informações acerca do processo que gerou e as mobilizações durante o que foi considerada a maior “crise da UERJ”, ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso>. Acesso em 28 nov. 2019. ³² A crise da UERJ que se iniciou em 2015 e teve seu auge em 2017, foi um reflexo do que se acredita ser uma política de estado onde se desestrutura as instituições de ensino para sua possível privatização. Além disso, a crise da UERJ foi vista, por parte dos interlocutores, como um aspecto do racismo, pela universidade ser a mais “diversa” do estado e a primeira a ter aprovado cotas. Para mais informações, ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso> e <https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>. Acesso em 26 fev. 2020.

temática racial. Além das mesas e rodas de conversa, Vinícius Pereira, outro integrante da Frente que no momento da entrevista se apresenta como 'bixa preta', estudante de História e de Caxias/RJ – uma cidade periférica na região metropolitana do Rio de Janeiro –, afirma que a Frente Negra realizava 'formações' e leitura de textos. A partir das falas de Vinícius e outros interlocutores acerca das 'formações', podemos perceber que os textos escolhidos estavam voltados para reflexões acerca do processo de 'o que é ser negro'. Contudo, os caminhos teórico-políticos de cada grupo são diversos, por exemplo, por uma relação com outros coletivos negros do Rio de Janeiro com os quais a Frente Negra dialogava, parte de suas formações tiveram foco e alguns integrantes passaram a integrar o grupo Afrocentricidade³³.

Durante a entrevista com Ayie, a sua participação no Afrocentricidade foi narrada em diversos momentos. Ayie afirma que sua saída do Afrocentricidade foi pela 'ausência do debate da sexualidade, e também da sua deficiência'³⁴. Ou seja, de uma reflexão acerca de um todo completo de sua subjetividade. Na sequência da narrativa, afirma que não se deve descartar completamente esta perspectiva, pois ela dá sentido para a vida de muitas pessoas. Contudo, faz uma forte crítica aos usos que a teoria afrocêntrica faz de feministas negras, por exemplo. Ele afirma que o principal embate desta

teoria é com a teoria interseccional, o que para ele não é nada produtivo. Ele diz:

É disputa mesmo de narrativa[...]. Não dá pra pegar esse debate mais africano e dizer que ele não tem sentido ou botar ele numa caixinha de que é reacionário e ponto. Ele dá sentido a uma série de vidas e trajetórias[...]. Só que eu acho também que não dá pra você virar e falar que feministas pretas da década de 60, por exemplo, são descartáveis e superadas. Eu não acho que a gente, enquanto pessoas pretas, vai estar construindo uma sociedade boa pra gente nesse lugar de uma dicotomia entre nós tão profunda (Ayie, entrevista em 10/11/18).

Nesse sentido, podemos perceber que, no campo de atuação dos coletivos negros universitários, é acionada uma gama complexa de atores e de teorias que formam o que nomeio, a partir da fala dos interlocutores, como 'nossa forma de fazer política'. Além dos diversos atores, como movimento estudantil, academia, movimento feminista, movimento LGBT e de mobilização e movimentações realizadas pelos coletivos, são acionadas diversas teorias que estão em conflito também no interior do campo dos estudos e ações das relações raciais. Desse modo, podemos afirmar que o conjunto dos coletivos em sua diversidade transforma também propostas reflexivas e de atuação para dentro do movimento negro, dentro e fora da universidade. Além disso, fortalece campos de estudos que não são tão comuns no Brasil, que exige uma reflexão mais aprimorada e complexa da produção intelectual. Assim, as narrativas dos interlocutores da Frente Negra se encontram com aspectos apontados no coletivo negro da

³³ Assim como branquitude, afrocentricidade é uma linha teórico-política ampla e complexa que não poderia ser limitada a explicações simples e objetivas. O conceito foi muito desenvolvido no Brasil por Abdias Nascimento e propõe a centralidade da questão racial como método político-científico. Para mais, ver: NASCIMENTO, 2002. | ³⁴ Ayie sofreu um acidente com 13 anos que o gerou uma deficiência no quadril e nas pernas.

UNICAMP: num primeiro momento, se relata a importância de considerar a diversidade dos atores do coletivo, seguido pelo fortalecimento de uma identidade do coletivo no encontro com a 'branquitude' e, por fim, a importância da formação teórica-política e a diversidade destas teorias dentro desses espaços. Além desses pontos, algo que perpassa como central é a noção da construção de um 'lugar confortável'. Nas narrativas dos interlocutores da Frente, o 'afeto' toma o espaço que 'confortável' tem para os integrantes do NCN/UNICAMP. Para compreendermos a 'nossa forma de fazer política' da Frente Negra, no cenário de extremos cortes e ausência de auxílios básicos, faz-se importante notar que o 'afeto' entre os integrantes é elemento essencial para o decorrer do processo de atuação política e também para o momento posterior, onde a maioria deles mantém intensas relações de amizade, mesmo com a relativa desmobilização da Frente Negra. Trago abaixo um trecho da entrevista de Vinícius que sintetiza essa questão de uma 'política com afeto'. Ele diz:

Acho que a Frente Negra esteve nessa situação porque a gente estava ali vulnerável, sem grana e tal. Mas a gente também precisava fazer alguma coisa. Não dava pra gente ficar em casa esperando as coisas melhorarem, sem grana. Então, também tinha essa coisa do cuidado e da cura, que estava ali na luta e que também é a cura. Porque a quantidade de afeto que a gente acaba trocando por entender o tamanho do role também é uma coisa que é interessante quando a gente vai pensar pessoas pretas. Até por isso, de ser negado também o afeto. Mas era uma coisa do abraço, de troca e ajuda com a grana do bandejão, de passagem, que é uma coisa que acontece até hoje que a crise tá pesada. Um paga a passagem do outro, dá o dinheiro do bandejão, aí até cair a bolsa o outro paga, ou

não precisa também, paga em outra situação. Tem essas coisas meio comunitárias entre os pretos pra poder a parada rolar. Porque também, se não rola isso, é muito mais complicado estar. Eu vi isso, e eu agradeço por ter tido pessoas que tiveram essa sensibilidade, sabe? Porque seria muito muito muito mais complicado (Vinícius, entrevista em 12/12/18).

Contudo, a noção de 'política com afeto' não surgiu apenas nas entrevistas e nos momentos de reuniões internas do coletivo. A noção de 'afeto' era colocada muitas vezes como definidor da 'nossa forma de fazer política' em falas públicas. Para compreendermos essa afirmação, trago um relato de campo que ocorreu durante o primeiro semestre de 2019 e reuniu novamente integrantes da Frente Negra. O processo se inicia a partir de uma mobilização, convocada inicialmente por um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro em defesa das cotas raciais na UERJ. A mobilização foi devida a uma resposta ao Projeto de Lei (PL) protocolado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) por um deputado do Partido Social Liberal (PSL), que defendia o fim das cotas raciais na UERJ. A reunião, que encheu uma sala de aula da pós-graduação do Direito da UERJ, contou com a participação de integrantes do movimento estudantil da universidade, da Frente Negra, de outros coletivos negros da universidade, servidores da UERJ, representantes de mandatos de deputadas negras eleitas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2018, cursinhos populares, outros conjuntos de organizações negras ou não e pessoas independentes. Logo no início, a mobilização aderiu à

estratégia da realização de uma Audiência Pública para debater sobre o PL com ‘toda comunidade da UERJ’. A ALERJ, vista como um lugar ostensivo para pessoas negras, foi negada como local da Audiência e esta, então, foi realizada em Junho (2019), na Capela Ecumênica da UERJ. O conjunto de organizações presentes na primeira reunião esteve também presente nas falas e na plateia da Audiência Pública que estava lotada. A mesa da Audiência, convocada e formada pelas três deputadas estaduais – negras eleitas em 2018 pelo PSOL –, foi dividida também com deputados do PSL: um que propôs o PL e seu aliado, que apareceram no início da audiência e sentaram à mesa. A Audiência foi marcada por um clima de tensão e enfrentamento, em que a figura do deputado que, além de protocolar o Projeto de Lei para o fim das cotas raciais, tinha ganhado visibilidade durante sua campanha eleitoral por ter quebrado uma placa com o nome Marielle Franco, estava ao lado de três deputadas que antes eram assessoras e amigas de Marielle³⁵.

Em todas as falas estava contida a denúncia da ‘falsa democracia racial’, do ‘racismo estrutural’, do ‘genocídio da população negra’ e a apresentação de dados produzidos sobre ‘o benefício das cotas’. Além da defesa dessas pautas, tidas como diferenciadores em relação aos deputados do PSL, o ‘fazer a política com afeto’ esteve presente também em grande parte das falas. ‘Nós fazemos política com afeto e com cuidado’ foi

uma das frases ditas durante audiência pública por Dani Monteiro, uma das deputadas negras do PSOL. A ‘política com afeto’ também surgiu nas falas de representantes do movimento estudantil e dos coletivos negros. Arrisco dizer que o ‘afeto’ era defendido como a principal e mais forte diferenciação na dicotomia “nós” e “eles” ali presente. Isso nos mostra que o ‘afeto’ surge em campo também nas falas públicas e não só no campo dos coletivos, sendo constantemente acionado nas falas de representações negras consideradas ‘institucionalizadas’. O ‘afeto’ surge em campo não apenas como ato, mas também como estratégia política, que na fala pública se torna o principal marcador de diferença.

Podemos observar, portanto, que as narrativas dos interlocutores da UNICAMP e da UERJ, formam pontos de aproximação nas estratégias políticas entre os coletivos. Outro ponto de conexão entre eles diz respeito à oposição estratégica ao que é lido como movimento estudantil ou movimento partidário, esta oposição marcada principalmente pela diferenciação em lutar pelas ‘necessidades dos estudantes negros’.

‘O KIU! é um movimento social dentro da universidade’

O KIU! surge com o objetivo de reunir ‘os viado e sapatão da universidade’, também faz ‘formações’ e, apesar de ter começado em 2004, desde o início,

³⁵ Marielle Franco era vereadora do Rio de Janeiro quando foi brutalmente assassinada em março de 2018. Para maiores detalhes do caso ver: <https://anistia.org.br/?no-high>. Acesso em 09 março 2020.

segundo os interlocutores, o coletivo era preocupado em ‘fazer política pela diversidade’³⁶. Apesar de em campo aparecer uma oposição entre ‘política institucionalizada’ e ‘política via experiência’(LIMA, 2016; 2020), o coletivo, formado majoritariamente por negros/a, é composto até hoje (2020) por pessoas filiadas ao PT, que também atuam no movimento estudantil e disputam o movimento LGBT por meio de sua participação no Fórum LGBT Baiano³⁷ e na Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT)³⁸, por exemplo. Tiffany Conceição, durante entrevista (2018) indica seu local de origem uma região periférica em São Francisco do Conde/BA, além disso, diz ter entrado na graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Naturais, em 2016, na UFBA e se identifica como ‘bicha preta’. No momento da entrevista disse estar ‘nos corres do movimento estudantil, do movimento social, pautando as lutas que acho importante, as lutas que eu entendo enquanto marcadores importantes das minhas vivências, das vivências dos meus semelhantes’³⁹. Tiffany diz ter entrado nos coletivos que constrói quase que ‘no automático’, por suas relações com o PT e com ‘pautas, como a LGBT e a questão racial’, que para ela já eram importantes dada sua ‘vivência’. No entanto, ela conta que entra no KIU! pelo desejo de se ‘movimentar dentro do movimento LGBT’. Em suas palavras:

O Kiu!, quando eu entrei [na UFBA], sempre foi uma coisa que eu almejei. Me movimentar dentro do movimento LGBT. O Kiu! se organiza de uma maneira bem aberta por ser um coletivo do movimento social [...]. Por ser um coletivo de movimento social, se entende que a perspectiva partidária institucional é importante, mas que nem todo militante tem a obrigação de estar organizado em algum partido, ou que seja organizado no PT⁴⁰ (Tiffany, entrevista em 18/04/18).

Durante o trabalho de campo, pude acompanhar um seminário que sintetiza essa noção do KIU! como um ‘movimento social’, o que estava presente também nas falas de todos os integrantes do coletivo com os quais pude conversar. Apesar do coletivo ser formado por estudantes universitários, ele é auto identificado como um ‘movimento social que se articula no campo do movimento LGBTI’. O Seminário Construindo a Política LGBT foi convocado pelo Laboratório Interdisciplinar de Política LGBT da Universidade do Estado da Bahia (LABI/UNEB)⁴¹ e realizado em dezembro de 2017, na cidade de Lauro de Freitas/BA⁴².

³⁶ Apesar de ser o coletivo mais antigo, no recorte etnográfico, dado os limites deste texto, irei me ater às narrativas de interlocutores que compunham o coletivo durante a etnografia (2017-2018).

³⁷ O KIU! integra o Fórum desde 2007 o qual se estabeleceu como local para reuniões de diversas entidades e grupos de movimento LGBT da Bahia. Segundo Ribeiro (2013), em 2013, a entidade era composta por mais de 50 grupos de todo estado da Bahia. Com participação ativa no Fórum, durante todos esses anos, o KIU! compôs e participou de conselhos estaduais, assim como conferências LGBT estaduais e nacionais, em 2008 e 2011.

³⁸ A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e hoje é considerada a maior associação LGBT da América Latina, com mais de 200 organizações associadas.

³⁹ Tiffany, entrevista em 18/04/18.

⁴⁰ Durante todo o tempo da etnografia não conheci nenhum integrante do KIU! que não fosse vinculado a alguma tendência interna do PT.

⁴¹ O LABI é vinculado ao Diadorim, também da UNEB. Disponível em: <https://www.facebook.com/nugsexdiadorim>. Acesso em 09 jan. 2020.

⁴² Foi dito durante o evento que o Seminário foi realizado em Lauro de Freitas e não em Salvador para que pudesse ser utilizado politicamente pelo governo do estado (PT) e não pela prefeitura de Salvador – na época comandada por ACM Neto (DEM).

O seminário contou com convidados de vários estados, representantes de secretarias governamentais, instituições de ensino e organizações de movimento social, onde o KIU! se colocava. Durante os três dias do Seminários, as mesas, Grupos Temáticos (GT) e debates informais giraram em torno da construção de uma política LGBT nacional, 'já que agora não estamos mais no governo' – dado o impeachment da presidenta Dilma, em 2016 –, como disse Symmy Larrat presidente da ABGLT⁴³. Cabe registrar, que pela idade dos meus interlocutores e por serem filiados ao PT, durante toda sua trajetória de militância eles 'estiveram no governo'. Assim, era comum ouvir que estava-se 'reaprendendo a fazer política', já que agora não existia mais 'o diálogo com o governo' e nenhuma possibilidade de financiamento para projetos e trabalhos sociais. Entretanto, esse processo não era colocado como algo difícil, já que 'as bichas, as travas e as sapas sempre resistiram com governo ou sem governo', como disse um dos interlocutores durante este Seminário. Retomando a narrativa de Tiffany, se para ela o KIU! seria o grupo identificado como o meio de atuar no movimento social, os outros dois coletivos que ela compõe recebem outras justificativas, ou seja, a Quilombo⁴⁴ surge como o meio de atuar no movimento estudantil partidário e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) no movimento negro. Ela relata:

Por se organizar dentro do movimento estudantil, entender que a universidade vem mudando a sua cara, a gente se organiza pra além do debate racial, pra além do debate da educação, a gente se organiza em outras formas de debate. Sempre que a gente é convidado pra fazer algum debate político, a gente sempre está construindo debates que voltem pra pauta da interseccionalidade. Porque, como eu falei, pessoas que constroem o KIU!, também constroem a Quilombo. Então, a gente meio que articula o mesmo debate político, apesar do KIU! ser um movimento social e o Quilombo ser movimento estudantil. Dentro do CONEN, a pauta racial é muito forte, muito forte, muito forte[...]. Dentro do movimento negro, há uma carência muito grande de outros debates pra além da questão racial, porque há pessoas que são afetados apenas por isso. Movimento negro ainda é comandado por homens negros que são afetados, homens negros heterossexuais, que são afetados com o racismo como grande opressor e que acham que esse debate é o único importante. A juventude vem tentando mudar um pouquinho disso, a gente vem tentando se articular politicamente com outros coletivos, com outros militantes que não se organizam em coletivos, pra que a gente possa pautar outras demandas[...]. Essa questão geracional é uma coisa sempre muito presente[...]. As pessoas ainda não entenderam que a gente tem muito conhecimento, sim, porque a gente está tendo acesso através da internet, das redes sociais, dos debates políticos dos autores (Tiffany, entrevista em 18/04/18).

O Coletivo Quilombo constrói a Esquerda Popular Socialista (EPS), tendência interna do PT. Apesar do nome, o coletivo não é restrito a pessoas negras e se identifica como um coletivo de movimento estudantil, ou seja, atua nas disputas de instâncias universitárias como Centro Acadêmico (CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A CONEN é vista como uma organização do movimento negro, como nos afirmou Tiffany, da qual grande parte dos interlocutores de Salvador (capital do estado da Bahia/Brasil) eram integrantes, além de seus coletivos universitários. Fundada em 1991, a organização se consolidou como uma instância nacional

⁴³ Symmy Larrat, mulher trans, oriunda do Pará, antes de se tornar presidente da ABGLT foi convidada a ser coordenadora do Centro de Referência de Direitos Humanos, em Salvador (2018). Ela também foi coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no segundo governo de Dilma Rousseff. Coordenou o programa Transcidadania, na gestão da prefeitura de Fernando Haddad, em São Paulo. | ⁴⁴Em campo foi recorrente o uso do pronome feminino para se referir a Quilombo, apesar de se nomear como coletivo.

e “um espaço de construção de unidade da ação de centenas de entidades negras”⁴⁵. Cabe ressaltar que a articulação entre organizações como a CONEN e o Movimento Negro Unificado (MNU) com os coletivos universitários foi observada apenas no contexto de Salvador. O NCN/UNICAMP, por exemplo, mantinha relações com o movimento negro local e a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região e a única organização do movimento negro nacional com a qual a Frente Negra/UERJ mantinha alguma aproximação com o grupo Afrocentricidade.

Ainda, segundo Tiffany, apesar da separação de definição de cada coletivo que participa, ela marca enfaticamente na fala e durante toda a entrevista a importância de pautar a ‘interseccionalidade’. Nesse sentido, os coletivos são diferenciados por seus focos de atuação, mas a “forma de fazer política” em todos teriam ou ‘deveriam ter’ como foco a ‘articulação de todas as pautas’, ou seja, uma ‘pauta interseccional’. Desse modo, percebemos, a partir das falas de Tiffany, que a centralidade da ‘interseccionalidade’ como forma de ação, que perpassa as narrativas também do NCN/UNICAMP e da Frente Negra/UERJ, organiza politicamente os atores que atuam no KIU!. Além disso, Tiffany ressalta que os conflitos geracionais e a importância da Internet para a formação política e teórica desses sujeitos se mantêm

até mesmo em coletivos que são identificados em campo como ‘velhos e atrasados’ por atuarem estrategicamente na política partidária ou institucional, para usar os termos de Tiffany. Desse modo, para atuar estrategicamente tendo como objetivo ‘as necessidades dos estudantes negros’, e nesse caso também LGBT, é necessário estar em vários movimentos. Ou seja, a importância dada para essa diferenciação estratégica surge na narrativa de Tiffany, mas para que ela seja realizada é necessário estar em três coletivos. Portanto, apesar de aproximações entre os coletivos em campo, que inicialmente se colocam e podem parecer tão distantes, as diferentes estratégias políticas continuam sendo uma marca central de diferenciação.

Ao ser questionada sobre o que seria uma ‘ação política interseccional’, Tiffany afirma que o Festival Afro Choque realizado pelo KIU! - principal mobilização do coletivo - seria um exemplo. Ela o define: ‘O Afro Choque é isso, é um movimento artístico cultural, com embate político muito forte, que demanda a questão LGBT e racial, pautando elas juntas por entender a importância disso’⁴⁶. Pude acompanhar o Festival realizado no início de 2017, um pouco antes de realizar a entrevista com Felipe Doss. No momento da entrevista, Doss era graduando em Geografia da UFBA, integrante do Kiu! e Quilombo e se identificava como uma ‘bicha preta’. Durante a entrevista, Doss descreve o festival como uma ação política que

⁴⁵ Disponível em: <https://www.conen.org.br/>. Acesso em 27 fev. 2020. Para uma maior compreensão acerca desta organização, ver: NOGUEIRA, 2004. | ⁴⁶ Tiffany, entrevista em 18/04/18.

‘reflete o cenário do movimento de jovens negros atualmente’⁴⁷.

Durante a entrevista, Doss conta que grande parte dos jovens negros presentes no Festival não eram do KIU! e nem se organizavam em coletivos do movimento estudantil. Contudo, ele aponta a importância de se dialogar e as transformações que ‘a galera do afrotombamento’ vem produzindo. Ele diz:

É a partir da estética que eles impactam de um modo geral na política. Eles são diferentes. É uma sobranalha cortada aqui, é um cabelo louro de água oxigenada, isso chama a atenção. Destoa de uma hegemonia presente, as pessoas passam a perceber. É uma galera que não topa ser rebaixada, não topa sofrer misoginia, não topa sofrer machismo. Racismo, piorou! É uma galera que, inclusive, não precisa usufruir das teorias que a universidade possibilita conhecer. É uma galera que vem com sua vivência aqui e dá um show. Obviamente que a gente compreende que tem as influências teóricas pós modernas⁴⁸. Elas influenciam bastante esse grupo de narrativas e faz com que, em muitos momentos, se distanciem do debate que a gente propõe. Legitimando atitudes a ponto de dizerem: ‘Odeio essa forma de partido e tal’. Mas eles não se dão conta que eles acabam se organizando de uma forma semelhante, né? Ou seja, existe uma contaminação estrutural que é da própria conjuntura, né? [...]. Mas eles não deixam de trabalhar com a gente por conta disso, né? Eles trabalham porque eles conseguem enxergar, eles têm horizonte político, eles conseguem enxergar o quanto importante vai ser esse projeto que a gente vai estar fazendo, o quanto vai impactar. É nesse sentido, de trabalhar num projeto que nos une. É de se unir. É de se unir[...]. Então, pra mim, dentro do movimento negro, quem disputa as narrativas do movimento negro atualmente, que vem crescendo, é essa juventude. Afrotombadora, do rolezinho, afrofuturista,⁴⁹ (Doss, entrevista em 20/01/17).

Apesar de Doss afirmar que acredita ser importante ‘estarmos em todos os espaços’, e isso inclui a política institucional, ele aponta que ‘o movimento estudantil ainda está longe de ser de fato interseccional’. Ao fim da

entrevista, ele diz: ‘Nós avançamos, mas qual espaço que o movimento estudantil dá para as bichas pretas? O espaço da cultura. Não que não acho a cultura importante, mas se você for olhar, as bichas pretas só estão lá’⁵⁰.

Um exemplo dessa afirmação de Doss foi a ausência de eventos promovidos por organizações do movimento estudantil que articulassem as relações de raça e sexualidade. Os únicos eventos que pude acompanhar, durante toda etnografia, que tinham como objetivo de ‘pautar a questão LGBT e negra’ e eram organizados por ‘bichas pretas’, foram o Seminário Performativo Negras Utópicas e a Festa AfroBapho. O Seminário, realizado na faculdade de dança da UFBA, contou com dois dias de programação com apresentações de dança, DJ, poesia, apresentações áudio visual e apresentação de Drag Queen. A festa AfroBapho foi realizada também em dezembro de 2017 e foi classificada como uma ‘festa preta LGBT’.

Considerações Finais

Este texto teve como objetivo apresentar, por meio das narrativas e etnografias, como a noção de ‘nossa forma de fazer política’ é produzida no cotidiano dos coletivos. Portanto, retomaremos aqui alguns pontos que se mostraram centrais para compreender os processos de produção da ‘nossa forma de fazer política’, como, por exemplo, o papel fundamental que o corpo tem na construção subjetiva.

⁴⁷ Doss, entrevista em 20/01/17. |⁴⁸ No campo com o KIU!, no qual integrantes eram vinculados ao PT, o termo pós-moderno era utilizado de forma pejorativa para classificar grupos ou sujeitos que criticavam a forma de organização do movimento estudantil partidário e não se reivindicavam como marxistas. | ⁴⁹ Em síntese “O Afrofuturismo, movimento pluridisciplinar que utiliza a música, as artes plásticas, a moda, entre ‘outras cositas más’, e que estabelece o encontro entre a história, o resgate da mitologia e cosmologias africanas com a tecnologia, a ciência, o novo e inexplorado.”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dossie-afrofuturismo-saiba-mais-sobre-o-movimento-cultural/>. Acesso em 09 jan. 2020. | ⁵⁰ Doss, entrevista em 20/01/17. Vale ressaltar que, essa distinção entre movimento cultural e político, no interior do movimento negro, não é algo recente (RIOS, 2014).

Iniciamos o percurso a partir da etnografia e das entrevistas com os integrantes do Núcleo de Consciência Negra/UNICAMP (NCN/UNICAMP). Presente em uma universidade onde não se tinha outras referências de organizações políticas de estudantes negros, foi apenas com a chegada de estudantes que tinham origem em Pré-Vestibular Para Negro e Carentes (Bruno e Taina) que um dos objetivos passou a ser a discussão de textos que debatiam acerca da 'construção da identidade e da consciência racial'. Outra perspectiva teórica que marcou as 'formações' do Núcleo foi a Teoria Feminista Negra, por influência direta da pré-organização da Marcha das Mulheres Negras em Campinas. Assim, como apresentado, foi após essas 'formações' que o coletivo passou a ser composto exclusivamente por pessoas negras e a ter como um dos objetivos fazer dali um 'lugar confortável'.

Como observado, as linhas teórico-políticas de cada grupo organizam as diferenciações que são operacionalizadas por eles no campo político onde o corpo continua sendo acionado. No caso do NCN, a partir das descrições, vimos que a organização de uma Plenária de Negros e Negras, a participação nas assembleias estudantis, a organização de eventos onde se convida apenas o movimento negro, são momentos onde é pelo corpo que se marca as diferenciações como: núcleo x estudante e/ou ser preocupado com as 'necessidades dos estudantes negros' x

Apesar da Frente Negra/UERJ, segundo coletivo apresentado, ser identificada como tendo fortes aproximações com a linha teórico política da Afrocentricidade, é permitida a participação de 'qualquer estudante negro da universidade', sendo ele do 'movimento estudantil, independente, pan-africanista etc'. Assim como o NCN, a Frente é criada após um evento no qual se leva o corpo para reivindicar o currículo acadêmico e depois para 'ocupar' a universidade. Como disse Suzan (integrante da Frente), a Frente surgiu após alguns estudantes negros verem a necessidade de marcar, com seus corpos, a presença na 'ocupação' que estava se iniciando na universidade em 2015. Assim como nos outros coletivos, é a partir das 'formações' que as diferenciações são operacionalizadas. Fazer um evento para toda a universidade para falar de 'bicha preta', fazer Assembleia 'só de pretos para pretos', disputar com o movimento estudantil a vaga no Conselho Universitário, são exemplos de como o corpo é colocado no campo político e de como nestas disputas as diferenciações entre 'política com afeto' x a 'pura política' é acionada. No entanto, vimos nas descrições da Frente Negra que, a depender do contexto, esses repertórios ultrapassam determinados movimentos, como no caso da Audiência Pública pela Defesa das Cotas. A 'política com afeto' foi usada como marca de diferenciação em um ambiente formal e por figuras institucionais (deputadas), mas estas

eram mulheres negras. Portanto, vale destacar que, além das diferenças receberem status hierárquico a depender do corpo que fala (GOMES, 2018), há uma hierarquia também de qual corpo pode acionar para si determinados repertórios, como neste caso a ‘política com afeto’.

Aqui, vale destacar que, à luz de Avtha Brah (2006) compreende-se as identidades como relacionais e contextuais. Além disso, em seu texto acerca da produção da “Diferença, diversidade e diferenciação”, por meio de análise da construção da categoria negro no contexto da Grã-Bretanha, Brah sugere compreendermos as categorias de oposição operadas no campo político como historicamente contingentes dentro de um conjunto de práticas discursivas e materiais. Afirma a autora:

Minha proposta de que os feminismos “negro” e “branco” sejam tratados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes[...] O mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes. Por sua vez, a articulação das práticas culturais dos sujeitos assim constituídos marca “histórias” coletivas contingentes com novos significados variáveis (BRAH, 2006:362).

Desse modo, as diferenciações e aproximações operadas em campo são contingenciais e devem ser lidas a partir de um recorte histórico e relacional entre os atores e o conjunto de oportunidades políticas colocados para cada um deles. A partir dessa perspectiva de análise e em conjunto com as observações e narrativas nos

coletivos apresentados, podemos afirmar que nos processos contingentes de oposição, como por exemplo, ser ‘núcleo’, ‘movimento negro estudantil’, ‘movimento social na universidade’ x ME ou ‘institucionalizado’, se constitui também relações horizontais com outros “movimentos”. Nessas relações, ocorre um processo de mobilização em que enquadramentos e repertórios são reformulados, onde o corpo emerge como central e as ‘experiências’ e as ‘vivências’ se tornam foco pela importância de se dar conta da diversidade dos sujeitos.

Já a longa trajetória do KIU!/UFBA demonstra, assim como afirma Alvarez (2014), que, a depender do contexto, os repertórios ultrapassam os movimentos. Este coletivo surge com o objetivo de reunir ‘os viado e sapatão da universidade’, também faz ‘formações’ e, apesar de ter começado em 2004, um interlocutor diz que desde o início o coletivo era preocupado em ‘fazer política pela diversidade’. Apesar de em campo aparecer uma oposição entre ‘política institucionalizada’ e ‘política via experiência’, o coletivo é composto até hoje por pessoas filiadas ao PT, que também atuam no movimento estudantil e disputam o movimento LGBT por meio de sua participação no Fórum LGBT Baiano e na ABGLT, por exemplo. Um dos argumentos que podemos afirmar para esta diferença na UFBA, em comparação com a UERJ e a Unicamp, são as diferentes relações que os partidos têm a depender da localidade.

A

força política que o PT tem na história recente na Bahia, não se reflete no Rio de Janeiro e em São Paulo, e este dado é colocado em campo como a principal razão para esta diferente percepção e relação com a política partidária.

Apesar dos amplos aspectos de distinção contextual em que o KIU! se encontra, percebemos nas descrições que, assim como no NCN e na Frente, o corpo se torna mais uma vez central, mas aqui é através das festas que ele se coloca no campo político reivindicando para si as 'necessidades dos estudantes negros e LGBT'. É nas apresentações das Drags e nas performances das 'bichas pretas' que a política é corporificada e disputada. Pelo seu tempo de existência, o KIU! passou por momentos distintos do contexto político geral e negocia sua existência com a incorporação de repertórios e enquadramentos, como podemos observar até nas narrativas dos integrantes recentes. Por exemplo, em suas falas Tiffany afirma a importância da 'interseccionalidade' e das festas para o KIU!, o que não impede que partidos e movimento estudantil também utilizem esse enquadramento ('interseccionalidade') e o uso do corpo (festas) como repertórios políticos, como visto em sua narrativa e de outros interlocutores.

A observação deste coletivo nos apresenta como, apesar de todo conjunto de mudanças relatadas e apresentadas, há uma coexistência com formas mais institucionalizadas de atuação (FACCHINI, 2018). Embora, pelo

fato de não 'estarem mais no governo', vemos como o Kiu! procurando incidir politicamente em espaços mais permeáveis, como o das 'bichas pretas', mas sem deixar de identificar a importância da 'ênfase institucional', visto na sua presença no Fórum Baiano LGBT.

Após o resgate de alguns pontos apresentados na descrição, importante aqui realizarmos algumas possíveis análises que vão ao encontro a reflexões tecidas por outros autores. Como já apontado na introdução, ao compararmos as distintas estruturas de oportunidades, observamos através das etnografias dos coletivos, uma diversificação nos modos de fazer política, muitos dos quais deixam de ter na figura do Estado o principal interlocutor. Assim, tal mudança poderia ser pensada em relação com as transformações na estrutura de oportunidades, por exemplo, no que toca ao ataque aberto a movimentos sociais e ao desmonte de instâncias de participação, que foram criadas e fortalecidas nos governos Lula e no primeiro governo Dilma. Contudo, ao nos remetermos à literatura sobre movimentos sociais, é possível perceber continuidades em relação a processos de transformação que se faziam sentir desde a década anterior à intensa institucionalização e à centralidade das apostas no diálogo socio-estatal. No campo do ativismo LGBT, por exemplo, são descritas reações críticas à institucionalização tecidas por

iniciativas majoritariamente compostas por jovens ou estudantes universitários (LIMA, 2016; DANILIAUSKAS, 2016). Com foco em um recorte mais diverso de movimentos nesse período, Lopes e Heredia (2014) também identificam críticas à institucionalização entre setores dos movimentos de juventude. Além disso, diversas etnografias no campo feminista apresentam o mesmo processo de crítica a institucionalização e defesa da horizontalidade (GOMES, 2018; CARMO, 2018; ALVAREZ, 2014; RIOS e MACIEL, 2017-8). Segundo Regina Facchini et. al, (2020), tais reações, que ganham corpo e visibilidade nos anos 2000, em setores anticapitalistas, no movimento antiglobalização e/ou apoiados nos queer studies, tornam-se ainda mais intensas na última década, intensificando as críticas à institucionalização dos movimentos sociais e à possibilidade mesma de representação política e descrédito nas possibilidades de obtenção de direitos via diálogo com instâncias estatais. Para além desse processo de quase duas décadas de reconfiguração de repertórios e enquadramentos, que se constitui como condição de possibilidade para as mudanças observadas neste momento, através das observações também podemos ressaltar a importância dos modos de produção e de circulação de conhecimento como parte da estrutura de oportunidades com a qual interagem as ações políticas observadas (FACCHINI, 2018). Como já

retomado, as 'formações' que são realizadas em todos os coletivos revelam como eles se organizam politicamente e se relacionam com os autores. Contudo, como podemos perceber, os referenciais teóricos acionados nos diversos coletivos não vão ao encontro das teorias apresentadas no currículo oficial da universidade, o que gera também conflitos diretos como vimos na etnografia da Frente Negra/UERJ. Como relatado por Vinícius (integrante da Frente/UERJ) é por meio da internet que o acesso a este conjunto de autores está sendo resgatado pelos sujeitos. Como apontado durante o texto, os dados observados em campo mais uma vez se aproximam das análises dos estudos de movimentos sociais que afirmam que o processo de popularização da internet em conjunto com as políticas de acesso ao Ensino Superior compõem oportunidades políticas que fazem referências teóricas circularem por diferentes meios e subsidiar a produção de enquadramentos políticos, como, por exemplo, a "interseccionalidade" (BULGARELLI, 2017; FALCÃO, 2017; RIO e MACIEL, 2017-8). Por fim, apesar de, nesse contexto, a identidade racial tomar centralidade, esse sujeito, que afirma 'não ser só negro', se distancia do modelo de organização política em torno de uma "só pauta" e busca intersecciona-las, em que negocia as diferenças, nos coletivos e consigo mesmo. Desse modo, é possível afirmar que a 'nossa forma de

fazer política' é: (i) 'interseccional'; (ii) pautada nos 'afetos' e na 'experiência' como narrativa; e (iii) na disputa institucional, focada nas 'necessidades dos estudantes negros'. Nesse sentido, apesar das diferenças entre os coletivos, foi possível perceber que estas três características surgiram como objetivo de todos, mesmo que muitas vezes não alcançados, e como forma de diferenciação.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 76: 49-86, 2009Xx-xx-xxxx.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012XX-XX-XXX.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições. *Cadernos pagu* (43), janeiro-junho, 2014.

BULGARELLI, Lucas. [ALERTA TEXTÃO] Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. n. 26. p. 329-376. 2006

BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades. Rio de Janeiro: Fase, p. 20-29, 2018.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*. n. 68. p. 88-103. dez/fev. 2006.

CARMO, Íris Nery do, et al. O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções. *Mana*, v. 16, p. 1-20, 2010.

CORDEIRO, Fábio de Carvalho. A bixa-preta na escola e nas redes sociais: da afetividade de uma vida à hipersexualização de um corpo. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, [1981], 2016.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Apresentação (Dossiê Feminismos Jovens). Cadernos Pagu, Campinas, n. 36, 2011.

_____; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia.

Marro. (Org.). Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. -, p. 231-262, 2018.

_____; CARMO, Íris; LIMA, Stephanie. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e230408, 2020.

FERREIRA, Renato. A experiência do Programa Políticas da Cor na educação brasileira: uma ação positiva pela democratização do ensino superior. In: MATO, Daniel (Org.). Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina. Caracas: UNESDOC/UNESCO, p. 177-186, 2008.

FALCÃO, Thiago Henrique de O. Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2017.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, 9.2: 1080-1099, 2018.

GOMES, Carla de Castro. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. 2018. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje - ANPOCS*. n. 2, p. 223-244, 1983.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.54, p. 147-156, 1999.

INADA, Angélica Kimie. Quando a Unicamp falou sobre cotas : trajetória de militância do Núcleo de Consciência Negra e da Frente Pró-Cotas da Unicamp. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2018.

LEMOS, Rosália de Oliveira. Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese (Doutorado em Política Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2016.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos Adenauer*. v. 16, n. 1. p. 27-43, 2015.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 76: 11-48, 2009.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O Brasil na mira do pan-africanismo. EDUFBA Ed. da Univ. Federal da Bahia, 2002.

NOGUEIRA, João Carlos. Artigo: Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. *Política & Sociedade*. v. 3, n. 5. . 89-99, 2004.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017

RIOS, Flavia Mateus. Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____, Flavia. Elite política negra no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. *Labrys, estudos feministas*, julho/ 2017- junho 2018.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. *Frontiers in social movement theory*, 133: 155, 1992.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25: 535-549, 2016.

Perturbar e existir: pixo, gênero e sexualidade

Vinicius Santos Almeida

A pixação agrega corpos marginalizados na cidade em busca de demarcação de território e doses de adrenalina. A própria grafia da palavra pixação com x demarca uma posição de desvio na linguagem e na ocupação e demarcação de territórios, expressando sua independência e autoafirmação frente às normas sociais.

Pode ser que alguém considere que pixação mesmo é aquela que encontramos em muros e fachadas e que o resto é rabisco ou qualquer outra coisa. Supomos que quem pixa não está preocupado com o que ‘os de fora’ pensam. Quem dá significado ao pixo é quem pixa, certo? Mas e quando há conflitos de interpretação? Neste texto, defenderemos que os escritos não autorizados nas cabines de banheiros públicos são pixos por se constituírem como potencialmente perturbadores de normas e como produtores de novos significados nas paredes (de reservados)

da cidade.

Há diversos trabalhos que abordam os primórdios da pixação no Brasil. Aqui, lembramos apenas que a pixação enquanto movimento ganha força em São Paulo na década de 1980. Até então, intervenções visuais nos muros da cidade existiam em configurações diferentes: as críticas à Ditadura Militar e o grafite (ainda ilegal) que surge na década de 1970 em São Paulo são dois exemplos (Franco, 2009). A propósito, é relevante notar que um dos precursores do grafite paulistano, Hudnilson Jr., trabalhou a homossexualidade em suas obras de forma explícita. Portanto, gênero e sexualidade compõem a memória dessas intervenções visuais no espaço urbano.

Na pixação feita nos anos 1980, não encontramos relação direta com uma ideologia externa, por exemplo, o comunismo. Se no início, a ação era “despretensiosa e destituída de

ideologia” (Lassala, 2012, parag. 2), logo ela se constituiu em um risco para a ordem, não apenas por denunciar a desigualdade na cidade, mas por interferir no status quo da paisagem urbana. A estética do pixo coloca em evidência embates entre grupos socialmente desiguais (Larruscahim; Schweizer, 2014) que demarcam um lugar de autorrepresentação e se fazem ouvir de forma compulsória.

Investigando esse processo e analisando o pixo como objeto filosófico, Marcia Tiburi (2013) enxerga na pixação uma ideologia própria. Será que aquela nos banheiros públicos também é dotada de ideologia?

Em 1984, Gustavo Barbosa publicou *Grafitos de Banheiro*, um livro onde apresenta sua investigação sobre os significados da “escrita latrinária”, ou “grafitos de latrina”, encontrados em banheiros públicos de diversas cidades brasileiras no início da mesma década. Nele, o autor defende que esses escritos configuram um tipo de “transgressão suja” (Barbosa, 1984, p. 16) por desafiar a funcionalidade dos banheiros públicos. No prefácio ao livro, Herbert Daniel chama esses escritos de “hieróglifos da desobediência” (Barbosa, 1984, p. 10), enfatizando o incômodo à ordem que eles produzem, mesmo em um espaço tão... qualquer... como o banheiro público.

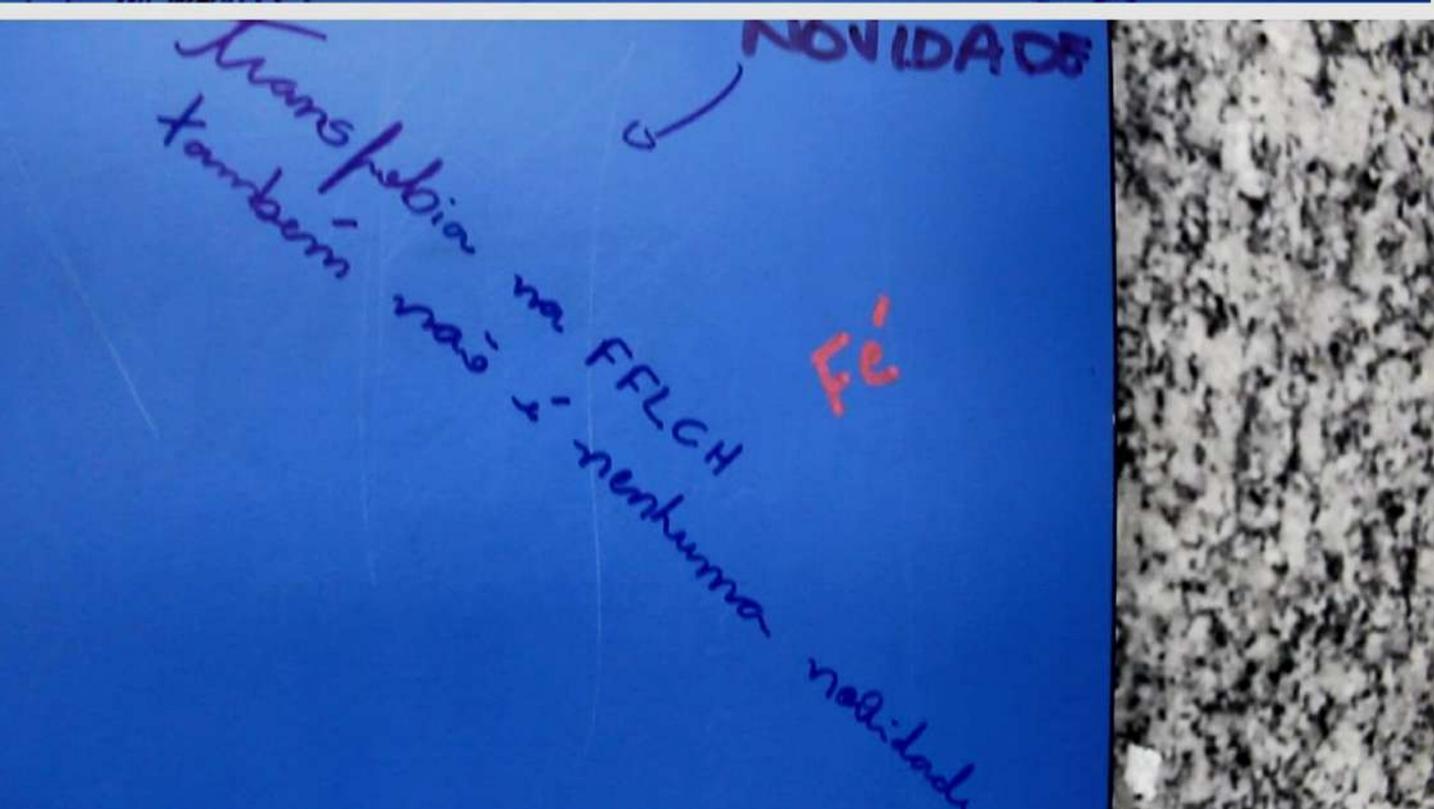
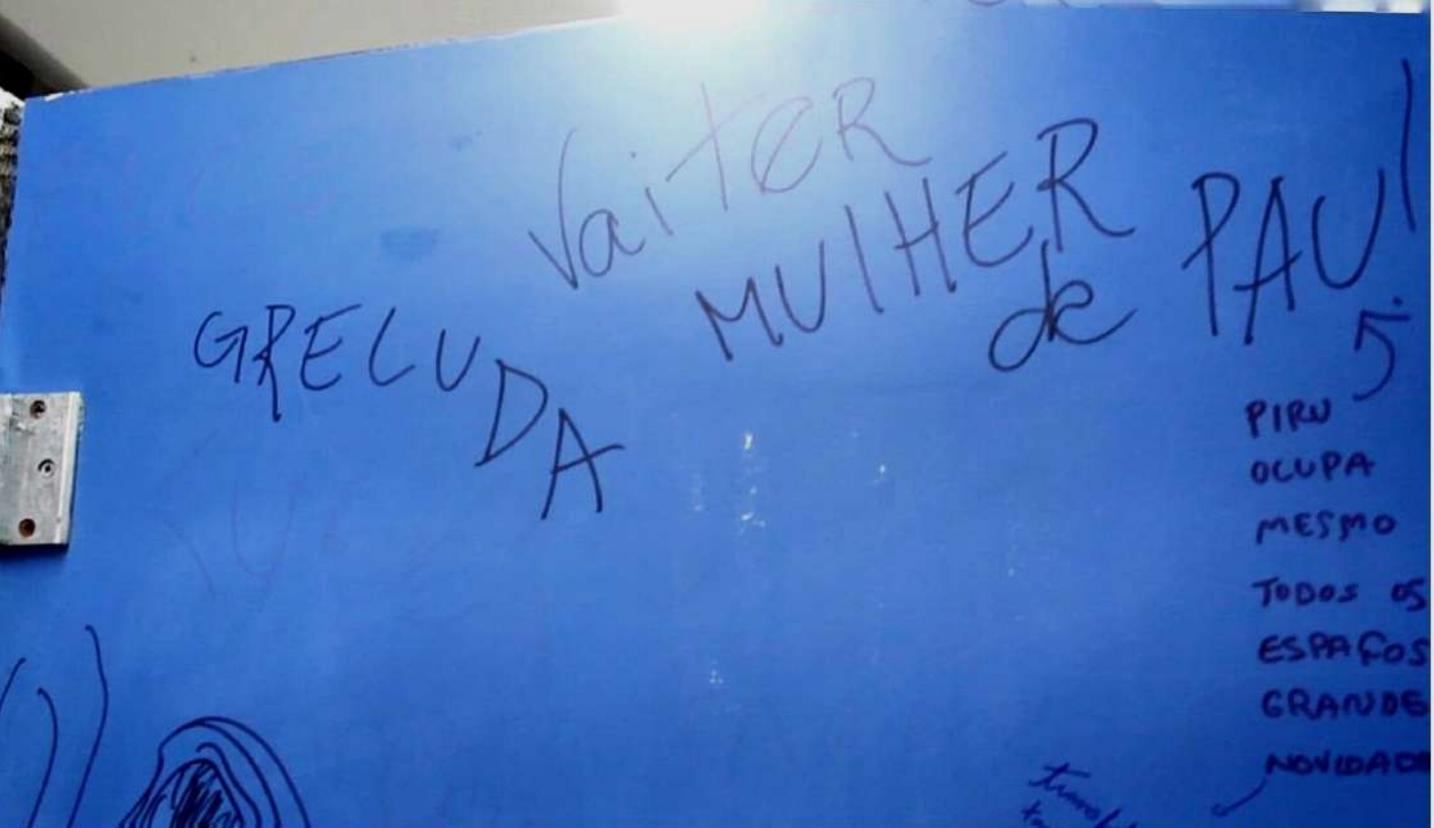
Ferramenta no processo de disciplinarização e vigilância dos corpos, o banheiro público retira do espaço público características do corpo que, a

partir de determinado momento na História recente, passaram a causar nojo. A noção de corpo dócil de Michel Foucault contempla a higiene e a privatização da sujeira. Popularizado no início da formação da classe burguesa europeia no final do século XIX, o banheiro público é o ambiente onde o corpo se torna limpo (característica associada à burguesia) e superior aos corpos considerados sujos. Mas o banheiro público nunca serviu apenas para esse objetivo. Naquele período, “códigos conjugais e domésticos” foram criados como parte do projeto disciplinarizador do capitalismo que se consolidava (Preciado, 2019, p. 1): para aumentar a mão de obra no ritmo e volume necessários à industrialização e manter as novas relações de poder (não apenas as econômicas) era preciso estimular e administrar a reprodução da espécie, daí que a reprodução se torna um destino universal, a masturbação e outras práticas sexuais não reprodutoras são proibidas, o corpo da mulher se torna objeto clínico etc. (Foucault, 2018).

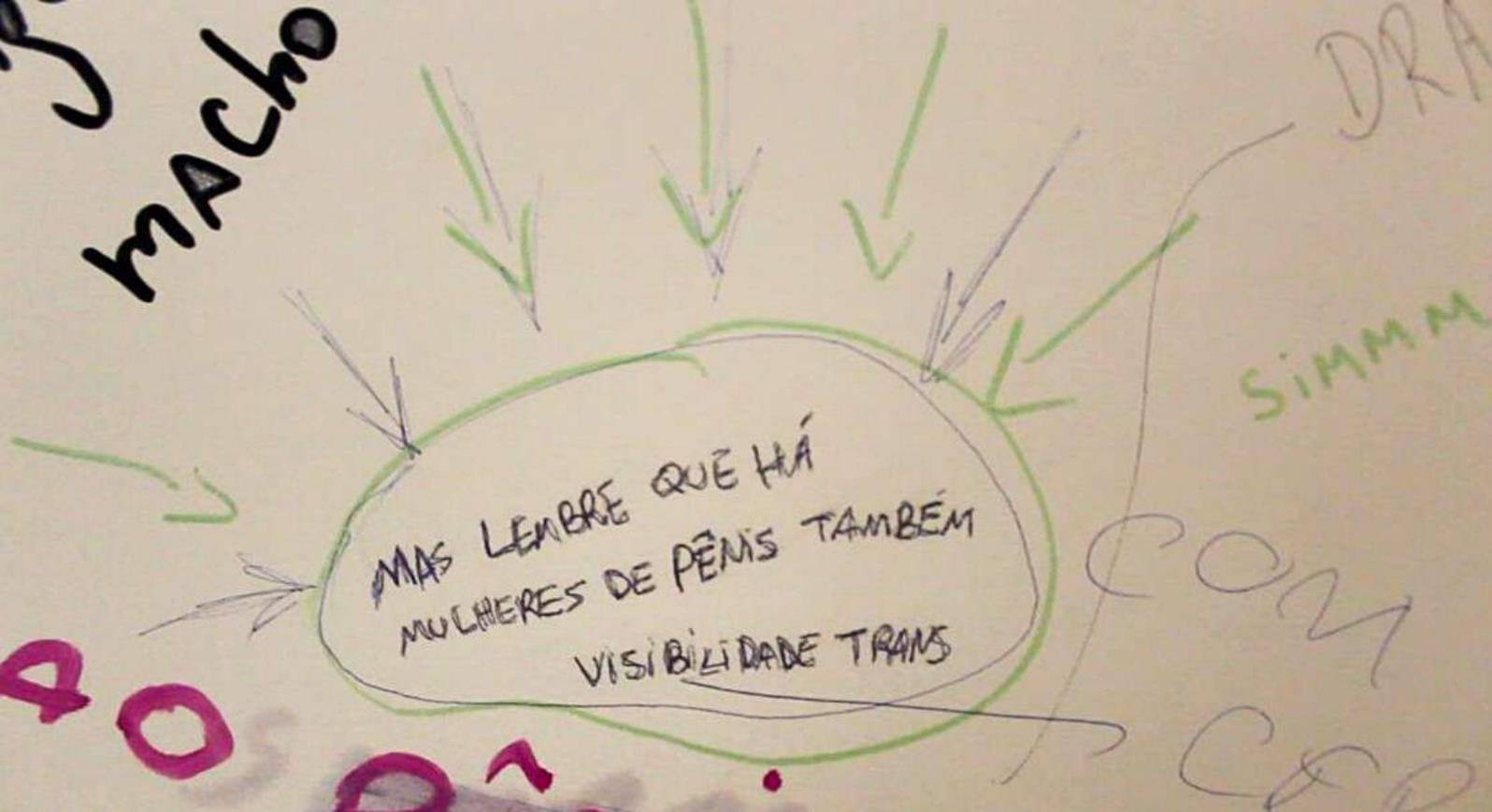
O termo “literatura proibida” no subtítulo do livro de Barbosa (1984) denota o caráter subversivo dos pixos nas paredes de cabines de banheiro. Estas não são superfícies feitas para escrever e menos ainda para falar sobre sexo e sexualidade. No entanto, os principais assuntos rabiscados referem-se ao sexo, principalmente entre homens. Entre eles, “viado” e “cu” são os vocábulos mais frequentes na pesquisa

de Barbosa, que analisou mais de mil escritos em banheiros públicos masculinos, femininos e mistos. O banheiro serve para mais do que evacuar. Na verdade, esta é a sua função menos importante (Preciado, 2019). A divisão de gênero nos banheiros delimita os diferentes códigos de subjetivação aos quais cada corpo é sujeito, e a arquitetura é o meio pelo qual esses códigos são executados. O mictório no banheiro masculino permite a exposição do poder do falo e a ocultação do ânus tem seu lugar no reservado, distinção existente apenas na esfera pública. Por outro lado, a privação total da intimidade do corpo e o grande espelho para retocar a imagem (e vigiar as outras mulheres) reproduzem a intimidade do lar, a ocultação e a proibição da sexualidade feminina no espaço público (Preciado, 2019). Como afirmamos anteriormente (Almeida, 2018), baseado na crítica de Maia (2012) à dicotomia apresentada por Preciado, no banheiro público, práticas sexuais entre homens e a presença de corpos dissidentes da cisgeneridade, desterritorializam aquele espaço, dotando-o de novos significados a partir de relações, comportamentos e formas de existência desautorizadas em seus limites físicos. A lembrança de se esconder no banheiro da escola para se proteger do bullying ou para chorar deve ser comum a muitos de nós. Mas, para alguns, o banheiro se torna um pesadelo ao longo da vida. As Figuras 1, 2, 3 e 4 apresentam pixos de

banheiros femininos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, registrados em 2019. Neles, diálogos sobre o uso do banheiro feminino por mulheres trans são construídos a partir de opiniões divergentes e de falas transfóbicas. A agressão física (“Tem que levar um pau”) e a associação do corpo de mulheres trans ao corpo de homens cisgêneros através da genitália compõem uma atmosfera violenta e inóspita.



Pixos nos banheiros femininos da FFLCH-USP #1.
Foto: G. P. Gomez, 2019.



Pixos nos banheiros femininos da FFLCH-USP #2.
Foto: G. P. Gomez, 2019.

Pixos nos banheiros femininos da FFLCH-USP #3.
Foto: G. P. Gomez, 2019.





Pixos nos banheiros femininos da FFLCH-USP #4.
Foto: G. P. Gomez, 2019.

As disputas de poder que constituem a sociedade e colocam na marginalidade corpos dissidentes das normas sociais são também expressas nos banheiros públicos. Isso é visível nos pixos acima. Das frases preconceituosas às piadas, denúncias e ilustrações, essas paredes contêm elementos que marcam a presença de corpos que se apresentam de forma desobediente naquele lugar e acabam por atribuir novos significados a ele, como veremos mais à frente.

Já nas ruas, os pixos não trazem muito conteúdo sobre gênero e sexualidade. Recentemente, temos visto intervenções como Pixa Bixa em Lisboa, Portugal (Figuras 5 e 6), e os registros compartilhados pelo projeto Trans Marginais em Campinas, SP (Figuras 7 e 8), que explicitam o gênero e o sexo pelas ruas das cidades, rompendo com a suposta neutralidade sexual do espaço público, que, na verdade, é pensado por e construído para homens cis-heterossexuais brancos. Na página do Facebook do projeto BIXA PIXA há registros de pixos feitos entre 2014 e 2016 em João Pessoa, Recife, Santos e São Paulo. O perfil BIXA 071 no Instagram apresenta um acervo de pixos em Salvador, BA (Figura 9). Algumas outras intervenções compõem os muros de São Paulo, como o pixo “transVI△D△!” (Figura 10).



Pixo e grafite do projeto Pixa Bixa, Lisboa, Portugal.
Fonte: @pixabixa_lx.



Outro pixo do projeto Pixa Bixa, Lisboa, Portugal.
Fonte: @pixabixa_lx.

20.
A CISGENERIDADE
É UM COMPROMISSO
COM A MENTIRA.
NB.CARÃO

“A cisgeneridade é um compromisso com a mentira”.
Campinas, SP. Autoria de nb.carão. Fonte:
@transmarginais.

“E as cotas trans caralho?”. UNICAMP, Campinas, SP. Fonte: @transmarginais.



...
COTAS
RANS
ALHO?

YOGA
YOGA
YOGA

2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo
CORRUPTO 2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo
2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo
2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo	2 ANOS #HistoriaParaMarcelo



MRT





“Ser bixa é do caralho. Bixa tb pixa. Fonte:
@BIXA071

Pixo “transVI△D△!” no distrito do Butantã, São Paulo, SP. Foto: Vinicius Santos Almeida, 2018.



Há mais tempo e com maior frequência, corpos gênero e sexo-dissidentes pixam os banheiros públicos. Deixam mensagens nas paredes, algumas explícitas, outras codificadas para os 'do meio'. Marcam e partilham sua passagem por aquele ambiente. Talvez esses escritos incomodem mais pelo seu conteúdo do que pela 'sujeira' que deixam, como é expresso nas respostas aos pixos apresentados até aqui e ao contrário dos pixos das ruas.

Concordamos com a afirmação de Cripta Djan (2015), um dos pixadores brasileiros mais reconhecidos atualmente, de que o pixo não inutiliza um muro (o que, ao pé da letra, combate à tese da criminalização), mas o ressignifica através de uma ação radical. No nosso caso, o que seria ressignificar o espaço de um banheiro público? E por que o fazer?

Os incômodos com pixos que demarcam a presença de corpos dissidentes indicam o potencial disruptivo dessas intervenções. Os muros não são apenas divisórias, mas elementos fundamentais no jogo da ocultação e aparência, vigilância e controle. Esses conteúdos são repletos de conflitos e expressam relações de poder, por isso podem ser instrumento de análise social.

Haveria uma relação entre a literatura latrinária e a contra-teoria dos pixos das ruas? Márcia Tiburi (2015, p. 39-40) encontra uma dimensão teórica na constituição da pixação como prática contestatória. Para ela, o "direito visual à cidade" é reivindicado através de um

terrorismo poético e estético" e também político. No campo filosófico, trata-se de um "terrorismo conceitual" que produz um saber organizado e coerente sobre o mundo, para além da estética. Uma contra-teoria que tem como alvo a ideologia do muro branco das cidades, a luta contra uma linguagem higienista, falsamente neutra e compactuada com a reprodução da cidade capitalista.

Esse direito visual à cidade do qual fala Tiburi é um direito à existência para além do controle biopolítico. Trata-se de reconhecer a existência de outras formas de falar e que a verdade sobre as coisas é produto de disputas de poder entre linguagens, corpos, aparências e ações. Tiburi (2015, p. 43) reivindica "o fim da sociedade da aparência pelo direito visual à cidade como direito a aparecer. E como direito à impureza, à sujeira". O próprio discurso jurídico define o pixo como conspurcação (Brasil, 1998; 2011): sujidade, mancha, difamação. E onde estão os pixos de banheiro se não nos lugares mais emblemáticos da sujeira urbana? Se os pixos de banheiro de fato produzem novos significados espaciais, será que tais significados alteram as concepções de intimidade, privacidade e limpeza? O perigo e a transgressão que o pixo representa seriam elementos dialéticos de sustentação da normalidade? Seria necessário construir novos futuros ou a destruição basta?

A quem serve muros brancos e paredes limpas? Quem disse que a noção limpeza não é ideológica? O pixo não se

inscreve no nada. Sempre há ideologia pré-existente ao ato da pixação, e ela mesma é uma resposta a outras. O pixo carrega em si uma disputa política, porque linguagem é veículo transmissor de discurso. Quem nunca é ouvido, grita. Entendemos que nesse processo está implicado mais do que uma violação ao bem privado ou coletivo, caminhos são pavimentados para que ocorra uma reescrita do espaço. Reparemos nas conexões: controle tecnobiopolítico – capital financeiro – especulação imobiliária – planejamento urbano – gênero e sexualidade.

Se a pixação de banheiro nos apresenta um conjunto organizado de saberes sobre o corpo que nos permite ler a realidade, ela se enquadra no que Jack Halberstam (2020, p. 39, *itálico do autor*) chama de baixa teoria: “[...] uma espécie de modelo teórico que voa fora do alcance do radar, que é formulada a partir de textos e exemplos excêntricos e que se recusa a confirmar as hierarquias do saber que mantêm o alto em alta teoria”. Não se trata aqui de defender a pixação; ela nunca precisou ser defendida. Aliás, ela precisa de seu status de perigo à ordem para continuar transgredindo. Sabemos o que acontece quando o capitalismo se apropria de movimentos radicais: da subversão à assimilação é um passo muito curto (e lucrativo), vide o movimento lgbt. Trabalhemos a partir de muros em decomposição. Trabalhemos a partir da cidade em ruínas. Aceitemos a destruição do espaço normativo como

ferramenta de ação política. A radicalidade na qual se produz a pixação é produtiva: “Ação afetivo-reflexiva em uma sociedade violenta que não aceita a violência que advém como resposta a um estado de violência” (Tiburi, 2015, p. 52).

O pixo educa

Pixos de banheiros universitários têm suas especificidades. Barbosa (1984) observou maior incidência de temas relacionados à sexualidade, política e drogas, nessa ordem, nesses ambientes. Em levantamento e análise que realizamos em 2017, já citado, os banheiros universitários continham mais pixações sobre política e diálogos entre pixadores do que em banheiros de uma rodoviária e de um parque público. São rotinas, públicos e frequências diferentes, e é isso o que nos interessa aqui. O que os pixos de banheiro revelam sobre o que não é dito em outros espaços nos quais se perde o privilégio da autoria desconhecida? Quantas vezes paramos para entender o que as paredes dos banheiros nos dizem sobre o espaço? Seu conteúdo, com o qual todas as pessoas já tiveram contato alguma vez, é considerado menos merecedor de uma análise crítica. Tal como o ato de cagar e mijar, o pixo de banheiro não tem significado, é apenas sujeira. Grande engano. Onde começa a transformação na orientação analítica? Alanis Bello Ramírez (2018) reflete sobre uma prática

pedagógica, chamada de transpedagogia, comprometida com o questionamento das normas na produção do saber. A transpedagogia baseia-se em uma “forma rara, incômoda y perturbadora” de pensar no espaço educativo – e não seria o banheiro também um espaço que nos ensina sobre gênero?

A escola é um dos primeiros ambientes que nos ensina que corpos bixas, sapas, trans, travestis, não-binários, racializados, com deficiências, não são existências dignas de reconhecimento. Não são medidos esforços para nos expulsar da sala de aula e inserir nossos registros nas estatísticas de ‘evasão’ (leia-se ‘exclusão’). Quanto menos nossos corpos conseguem se adaptar à sobrevivência, mais rápido se rompe a corda que nos conecta ao espaço escolar.

Chegar à universidade, para muitos, é uma enorme conquista. Mas não deixa de continuar sendo uma guerra pela permanência. Os pixos nos banheiros são as nossas vozes, que se sobrepõem a outras e que estão em conflito porque nós estamos em conflito. Nessa intervenção visual, são travadas disputas contra todos ao redor. A não dignidade é uma condição da nossa existência. Somos corpos que pesam e vidas que não merecem o luto (Butler, 2019; 2018).

Una perspectiva pedagógica trans debe avanzar sobre estas regulaciones del cuerpo hacia una crítica que lo arranque de la naturaleza y lo lleve hacia el terreno del poder y la disputa [...] Se trata de pensar otra forma de educación sexual

que cuestione la concepción del cuerpo como dotado de funciones reproductivas, como algo diseñado para el sexo heterosexual y como algo sujeto a mutación a partir de su naturaleza biológica (Ramírez, 2018, p. 115).

Não basta saber o que os muros dos banheiros dizem. É preciso questionar as concepções naturalizadas da existência humana, como gênero, que atribuem significados aos espaços. Acreditamos na proposta de uma transpedagogia de romper com o pensamento universal, acrítico, que fundamenta a hegemonia cis-heterossexual no discurso e na materialidade. Abrir a cabeça para conhecimentos (pixo é saber comunitário) produzidos a partir de baixo é um processo complexo de reeducação da mente e do corpo. E, nesse processo, não precisamos sonhar com futuros coloridos de inclusão, podemos aproveitar as implosões. O pixo de banheiro nos permite dizer que ainda podemos desejar-e-ser.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vinicius Santos. Bixa também pixa: a pixação gay nos banheiros masculinos como uma contestação do espaço heteronormativo. *Periódicos*, n. 10, v. 1, pp. 343-372, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/25282>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BARBOSA, Gustavo. *Grafitos de banheiro: a literatura proibida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm#art65. Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.408, de 25 de maio de 2011. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm. Acesso em: 9 abr. 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018. 5. ed.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1, 2019.

DJAN, Cripta. A criminalização da pixação. *Vaidapé*, n. 4, jun. 2015. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2015/06/a-criminalizacao-da-pixacao/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018. 7. ed.

FRANCO, Sergio Miguel. *Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: <https://www.doi.org/10.11606/D.16.2009.tde-18052010-092159>.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2020.

MAIA, Helder Thiago Cordeiro. *Acorda Alice, aluga um filme pornô - Uma leitura dos banheiros masculinos da UFBA*. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 3, n. 1, pp. 30-36, 2012. DOI: <http://doi.org/10.5212/Rlagg.v.3.i1.030036>.

LASSALA, Gustavo. *O que a pixação tem a dizer*. Drops, São Paulo, n. 075.02, 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/drops/14.075/4989>. Acesso em: 9 abr. 2021.

LARRUSCAHIM, Paula Gil; Schweizer, Paul. A criminalização da pixação como cultura popular na metrópole brasileira na virada para o século XXI. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, n. 15, v. 1, pp. 13-32, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18759/rdgf.v15i1.650>.

PRECIADO, Paul B. *Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino*. *eRevista Performatus*, n. 20, 2019. Disponível em: <https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

RAMIREZ, Alanis Bello. *Hacia una trans-pedagogía: reflexiones educativas para incomodar, sanar y construir comunidad*. *Debate Feminista*, v. 55, pp. 104-128, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22201/cieq.01889478p.2018.55.05>

TIBURI, Marcia. *Direito visual à cidade. A Estética da Pixação e o caso de São Paulo*. *Redobra*, n. 12, p. 39-53, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/?page_id=157. Acesso em: 9 abr. 2021.

BIXA 071. Disponível em: <https://www.instagram.com/bixapixa/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

BIXA PIXA. Disponível em: https://www.facebook.com/BIXA-PIXA-247887405412723/?ref=page_internal&rdc=2&rdr. Acesso em: 9 abr. 2021.

Pixa Bixa. Disponível em: https://www.instagram.com/pixabixa_lx/. Acesso em: 9 abr. 2021.

Trans Marginais. Disponível em: <https://www.instagram.com/transmarginais/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Populações LGBTI na academia: reflexões sobre as universidades públicas brasileiras e sua relação com a precariedade

Carolina Langnor¹

Se em um passado recente uma certa ideia de elite normativa reclamava para si a universidade pública brasileira como o seu espaço exclusivo de erudição, hoje as ideias de expansão e de democratização do ensino superior propõem contestar tal concepção. Não por acaso, grupos reacionários têm buscado a partir do pânico moral² fortalecer no debate público ideais normativos para o ensino superior, reiterando sistemas discriminatórios contra as populações LGBTI – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo³. Para essas agendas políticas, o simples argumento de que as universidades públicas possam ser espaços de reconhecimento e acolhimento dessas populações seria um evidente indicativo de que o ensino

superior brasileiro estaria experimentando um colapso moral e institucional, trazendo ônus às famílias brasileiras e aos cofres públicos – ao “homem de bem”.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do LABIN – Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação.

² De acordo com a autora Gayle Rubin, o pânico moral consiste na atenção desproporcional com que discursos normativos se voltam às identidades sexuais, propondo a necessidade de uma regulação moral da sociedade a partir do gênero e da sexualidade. Em meio a desestabilizações políticas, grupos normativos passam a difundir o pânico moral, dissimulando fatos e focando as atenções em alvos falsos que possam intensificar sensações de hostilidade e insegurança. Identidades estigmatizadas, consideradas como “dissidentes sexuais”, passam a ser identificadas como populações suspeitas como uma forma de promover o deslocamento das “ansiedades sociais” (RUBIN, 2003).

³ Optei pelo uso do termo LGBTI ao invés dos termos LGBTI+ ou LBGTOIA+. Segundo as discussões propostas por Dayana Brunetto (2020), a sigla LGBTI representa a consolidação de uma série de avanços políticos a partir de um histórico de lutas. Os movimentos sociais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e mais recentemente por pessoas intersexo propuseram políticas públicas com pautas baseadas em experiências concretas da precariedade. A pluralidade das demais iniciais presentes em diversas siglas se refere, não raras as vezes, a reivindicações de existências dissidentes das normas, mas que não necessariamente demandam políticas públicas específicas. Na tentativa de se operar o mais inclusivamente possível, a sigla LGBTI+ tende a favorecer os discursos do pânico moral, sendo apropriada por demandas diversas, incluindo aquelas as quais os movimentos sociais historicamente têm buscado questionar (BRUNETTO, 2020).

Entretanto, a universidade pública, enquanto instituição produtora de conhecimento que se organiza a partir de uma ideia de vida pública compartilhada entre cidadãos e cidadãs, irrevogavelmente está instada a responder às demandas de sua comunidade e da “precariedade” que é vivenciada por ela (BUTLER, 2015). Deste modo, as discussões sobre o gênero e a sexualidade são demandas contemporâneas que necessitam ser compreendidas como constituidoras da própria reflexão acerca do tema universidade pública, e não apesar delas. Pensar o que é e o que pode ser a universidade pública brasileira diz respeito a se indagar como a academia pode compreender as populações LGBTI como parte de uma proposta de ensino superior com maior abertura às práticas democráticas, considerando que o acesso e a permanência no ensino superior também pressupõem que este é um direito de todas as pessoas (BRASIL, 1996). Noções como o servir, o custo, o valor, o povo e o país são ideias permanentemente em disputa. Neste sentido, um ideal de universidade pública democrática e inclusiva – o que ela é ou o que ela deva ser – é um debate que também se constituirá como disputa no campo da legitimidade social dessas instituições, uma questão que é permeada por dinâmicas de poder-saber (FOUCAULT, 2006, p. 223). Deste modo, responder aos desafios educacionais do ensino superior público e sua relação

com a diversidade sexual, assim como em qualquer modalidade da educação, exige a compreensão de que essas dinâmicas de poder devem ser pensadas a partir dos corpos, pelos modos como eles vivenciam os gradientes de sua “precariedade” (BUTLER, 2015). Em seu longo processo histórico de transformações políticas e significados sociais, as universidades se tornaram espaços destinados a legitimar verdades universais, operando não apenas como produtora da normatividade social como também se estabelecendo a partir dela. Como instituições que produzem saberes científicos, as universidades são também parte dos mecanismos da produção de discursos, e, portanto, da relação saber-poder (FOUCAULT, 2012; 2014). Nesta perspectiva, podemos afirmar que até algumas décadas atrás as instituições acadêmicas eram pouco questionadas em sua produção de verdades normalizantes sobre os sujeitos. Como seus objetos de estudo, os corpos ininteligíveis à normatividade social e acadêmica eram identificados e classificados em pesquisas científicas a partir de inventários da anormalidade (FOUCAULT, 2012). Contudo, a partir das reivindicações do movimento de contracultura nos anos 1960, a academia foi levada a repensar as categorias de sujeitos que historicamente estavam em seus espaços como corpus de pesquisa para se tornarem corpos concretos que reivindicam seu trânsito e que produzem conhecimento; corpos de múltiplas vivências que compõem a comunidade

acadêmica e científica. As reivindicações dos movimentos sociais exigiam a partir daquele momento uma postura institucional outra que pudesse reconhecer a diversidade dos corpos e dos modos de vida não normativos (LAVAL, 2004). Assim, por todo o século XX, houve uma crescente interrogação acerca de processos discriminatórios socialmente legitimados nas instituições sociais. Essas reivindicações no Brasil tiveram seus efeitos de modo mais tardio com a redemocratização do país, após a queda do regime militar. Somente ao final do século XX e início do século XXI as instituições educacionais brasileiras passaram por ajustes institucionais e discursivos a fim de incorporar as demandas dos movimentos sociais⁴. Podemos afirmar que para o debate público a ideia de que as universidades brasileiras devam ser organizadas para acolher as populações LGBTI como parte socialmente legítima de sua comunidade se configura, em certa medida, como uma novidade. As pessoas LGBTI estavam presentes no meio acadêmico majoritariamente como objeto de pesquisa, mas não como sujeitos indispensáveis para uma ideia de comunidade acadêmica mais democrática. Foi na esteira das transformações sociais, notadamente com a expansão do ensino superior brasileiro, que as universidades públicas experimentaram um período de ampliação de sua vocação institucional, imprimindo relevância às discussões sobre o acesso e a permanência de

populações historicamente subalternizadas e desamparadas nesta modalidade da educação. A proposta de uma expansão do ensino superior colocou em debate como o tema da educação de qualidade deve incluir também pautas acerca de uma vida comunitária acadêmica livre de violências e de discriminação. Os efeitos das políticas afirmativas para o ensino superior no Brasil significaram conquistas em direção às práticas democráticas justamente porque os corpos também são uma linguagem – o corpo é decodificado socialmente. Se novos códigos passam a transitar por espaços que antes lhe eram negados, as linguagens convencionais que ali residiam sem grandes instabilidades normativas são pressionadas a criar possibilidades de tradução e de linguagens comuns. O trânsito dos corpos da diversidade propõe a reatualização das formas e dos códigos da produção do conhecimento e da ciência, podendo construir na esfera

⁴ Com a LDB/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, houve a consolidação de normativas voltadas para as questões da inclusão na educação básica e no ensino superior, uma discussão que já estava presente na Constituição de 1988. No entanto, foi apenas no início da década seguinte à LDB/96 que ações afirmativas para a educação em nível superior se tornaram efetivas, com a lei 10.639 de 2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, conquista que se deu pela atuação do movimento negro. Também em decorrência desses debates acerca da relevância social das políticas afirmativas na educação, algumas IES passam a adotar programas de cotas por iniciativa própria (BELLONI, 2008).

⁵ Além de programas como o Programa Universidade para Todos – ProUni, lei n. 11.096 de 2005, a expansão para a rede de instituições federais de educação superior se deu principalmente por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, com a proposta de aumentar o número de estudantes de graduação em universidades federais e elevar progressivamente a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% (BRASIL, 2005; 2007).

pública o que Hannah Arendt compreendia ser a criação de um lugar do interesse comum (ARENTE, 2007). Quando as experiências da precariedade – a vulnerabilidade socialmente produzida e sujeitas às dinâmicas das relações de poder – reivindicam o espaço da esfera pública como um lugar legítimo para o seu aparecimento, elas expõem ali que as definições de democracia e de pertencimento social são noções que estão discursivamente em disputa, questionando precisamente quem são os sujeitos que podem ou não ser parte de um povo ou de uma comunidade. Quando uma população subalternizada reivindica coletivamente aquilo que lhe é socialmente negado, constitui-se ali o “aparecimento” dos sujeitos, evidenciando a condição de vulnerabilidade de nossa coexistência humana. A exposição da precariedade na esfera pública a partir dos corpos em aliança demonstra, deste modo, o caráter performativo da ação política (BUTLER, 2015). Enquanto uma condição ontológica-normativa (DUARTE, 2016), a precariedade nos permite refletir que a ação política na aliança dos corpos é uma performatividade capaz de promover caminhos não fundadores de um “eu” encerrado em suas significações identitárias. Mas um “eu” em coabitação, na relação com o outro e no reconhecimento das dinâmicas sociais da produção das experiências da precariedade. Deste modo, o aparecimento da precariedade na esfera

pública questiona qualquer noção de democracia que não reconheça a condição de vulnerabilidade e codependência dos corpos. A autora Judith Butler ressalta que na perspectiva das relações de poder – que produzem os gradientes da precariedade e de exclusão – a esfera normativa do reconhecimento público não é espontaneamente capaz de presumir que todas as pessoas sejam reconhecíveis. A esfera do reconhecimento público é um campo regulado, em que alguns sujeitos podem ser socialmente reconhecíveis, enquanto outros são marcados pela marginalidade. Deste modo, quando populações que são ininteligíveis para a esfera pública passam a ocupar espaços onde elas não seriam reconhecíveis do ponto de vista normativo, o aparecimento de sua precariedade propõe também as demandas por pertencimento social e por uma vida vivível (BUTLER, 2015). Deste modo, a proposição de que o gênero, a sexualidade e a precariedade são questões pertencentes às universidades públicas se torna uma via para o reposicionamento democrático das universidades públicas. E foi precisamente porque o aparecimento dos corpos e da precariedade tem sido compreendido como um aspecto central do debate público na academia – desestabilizando linguagens autoritárias e LGBTIfóbicas – que movimentos conservadores e reacionários passaram a produzir inúmeras elaborações narrativas para

provocar a repulsa e o menosprezo das massas ressentidas contra as universidades públicas. Os ataques à universidade pública atualmente que afirmam que este seria um lugar tomado pela corrupção moral nos convocam, em última instância, a uma reflexão acerca do ensino superior na sua relação com os sujeitos da diversidade e o aparecimento público da precariedade. As universidades públicas brasileiras tornaram-se um experimento social fundamental no país para pensarmos como as transformações discursivas necessitam ir além do mero questionamento utilitário da ciência e do diploma de ensino superior. As instituições universitárias não possuem a priori uma função ou uma moralidade em si mesmas a não ser quando compreendidas na dimensão da formação do interesse comum de nossa sociedade. Assim como outras instituições que prezam por ideais democráticos, as universidades públicas necessitam ser compreendidas como a esfera pública para o aparecimento da precariedade, um lugar de coexistência onde os corpos em aliança possam reivindicar a possibilidade de produzir conhecimentos, ciência e a esperança por um mundo mais vivível que nos seja comum.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10a ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BELLONI, Isaura. A educação superior dez anos depois da LDB/1996. In: BREZNSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL/ PR. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI**. Diário oficial da união. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 9 nov. 2020.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial União. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-publicacaooriginal-71369-pe.html>. Acesso em: 9 nov. 2020.

BRUNETTO, Dayana. **LGBTfobia na Educação. In: Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: olhares in(ter)disciplinares**. Humberto da Cunha Alves de Souza, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (orgs.). – Curitiba: IBDSEX, 2020.

BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Harvard University Press, 2015.

DUARTE, André de Macedo. Judith Butler e Hannah Arendt em diálogo: repensar a ética e a política. In: Cesar Candiotti; Jelson Oliveira. (Org.). **Vida e Liberdade: entre a ética e a política**. 1ed.. Curitiba: PUCPRESS, 2016, v. 1, p. 311-336.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: **Ditos e escritos, volume IV: Estratégia, Poder-Saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (p. 223-240).

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. –24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva – Londrina: Editora Planta, 2004.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

VISUALIDADES E LITERATURA



Companhia de Teatro da UFPR

A Companhia de Teatro da UFPR, desde sua reformulação em 2019, atua na interseção entre processos de pesquisa, experimentações e produções cênicas, buscando aliar-se às inquietações poéticas e pedagógicas da cena contemporânea, priorizando sempre a composição de elencos rotativos anuais atentos às dissidências de gêneros e sexualidades, às diversidades étnico-raciais e a reflexão sobre práticas, narrativas e processos de criação em escuta e prática às urgências de nosso tempo.

No ano de 2019 a CIA de Teatro da UFPR promoveu a primeira edição do Cena DiverCidade, evento composto por rodas de conversa, oficinas e cinedoc's pensando as existências e processos criativos de artistas LGBTQIA+ da cidade de Curitiba. O revelou também uma etapa pedagógica para composição e

estreia do espetáculo da CIA, LAMPIÃO (2019), produção teatral documentária que relembrou os anos de circulação do primeiro jornal homossexual brasileiro que circulara durante a ditadura militar, o Lampião da Esquina.

Desde de 2020, seguindo as normas e diretrizes sanitárias de combate à pandemia da COVID-19, a CIA promove oficinas e processos criativos de modo remoto através de encontros semanais por videoconferência e produções em vídeo realizadas diretamente de nossas casas. Em junho deste ano, a CIA debruçou-se sobre a leitura, tradução e reflexão do poema I Want a Dyke for President, de Zoe Leonard (EUA). A obra carta foi escrita em 1992 inspirada no anúncio da campanha presidencial de Eileen Myles. As palavras de Zoe seguem atuais ao confrontarem a dominação de candidaturas

cis-hétero-masculina-branca aos principais cargos de poder, reflexo de um projeto de extermínio e morte que atualizam-se nos últimos tempos reforçando necropolíticas e apagamentos de existências não obedientes à cisheteronorma, ao fascismo institucional e afetivo. Para participação na programação do Mês do Orgulho LBGTQIA+ da UFPR, a Companhia partilhou o vídeo MANIFESTO.1, um projeto revisão do poema de Zoe Leonard, cujo texto fora relido e atualizado pelo elenco a partir da inserção de debates, termos e olhares para as dissidências de gênero, sexualidade e étnico-raciais que compõem nosso elenco, colocando em questão e recusa às principais esferas de poderes políticos coloniais, racistas, elitistas, denunciando os projetos de cerceamentos e silenciamentos institucionalizados em nosso país. Para a produção do vídeo, cada uma das 20 integrantes da CIA, composto em sua maioria por pessoas LBGTI, propuseram reescritas a partir do poema original, posteriormente transcritas num único texto findo após debate entre elenco e direção sobre a proposta final que melhor contemplaria nossas reivindicações, a partir de nossas diferenças e diversidade em convívio na Companhia, e que poderiam traduzir uma paisagem de futuro pela projeção da diversidade de vozes, corpos e/ou espaços de poder. MANIFESTO.1 é antes um sonho em

fúria, um desejo que ganha corpo à medida que repensa linguagem e narrativa, tencionando nossas imagens de presente e futuro, habitando esse lugar de revolta e luta pela vida. A todes nós estudantes, servidoras e agentes de criação e ação no contexto universitário, potências LBGTQIA+ em movimento de criação, às pessoas que aqui resistiram antes de nós, às que agora agem apesar do agora, agem porque sonham e não negociam suas existências, estamos por aquelas que aqui seguirão lutando por garantias irrestritas, pelo direito ao conhecimento, acesso, a fala, à criação e a circulação de nossos saberes. Fazer da Universidade pública um espaço de insurgências, onde as diferenças LBGTQIA+ sigam criando fissuras, tornando possíveis novas e outras existências, lançando sobre a insustentável idéia de uma tradição excludente novos olhares de criação e transformação, de saberes e fazeres aos espaços, corpos e experiências; pelo diálogo ético, estético e político entre a universidade e as comunidades. Que a Universidade pública em suas articulações junto às comunidades siga aprendendo com as vidas LBGTQIA+ novos e sempre outros modos de afirmar e resistir: Sim, nós estamos aqui!

Rafael Lorrán - Professor, dramaturgo, diretor, byxa. Diretor de Artes Cênicas da UFPR. Diretor artístico e administrativo da CIA de Teatro da UFPR.

FICHA TÉCNICA

texto e presenças em vídeo: andré francisconi, brigtty zelinski, donna bagos, juliana janeiro, joã klüber, karime limeira, maria veloso, mariana carreta, majo farias, marlon roger, patricia ressureição, rafael lorrán, romário nascimento, rúbia rodrigues, siamese, silvester neto, solaris, victor oliver, yasmin mena, willa thomas.

direção: rafael lorrán.

edição de áudio: donna bagos e leonardo gumiero.

edição de vídeo: orestes jorge e donna bagos.

apoio captações: solaris, aguzta, stephane bacelar, josé cosmo, luana rodrigues, orestes jorge, carolina santana.

canção: throughout the madness, stay strong (Sons of Kemet)

arte gráfica: rodrigo queiroz

LINK PARA ACESSO A VÍDEO-MANIFESTO:

<https://www.youtube.com/watch?v=bA8ki4oJBwg>



TEXTO ORIGINAL

(I Want a Dyke for President, Zoe Leonard, 1992)

Quero uma presidenta sapatão.
Quero uma presidenta soropositiva, e quero uma bicha na vice-presidência, e quero alguém que não tem plano de saúde, e quero alguém que cresceu numa terra tão saturada de lixo tóxico que não tinha a opção de não contrair leucemia.
Quero uma presidenta que abortou aos dezesseis, e quero uma candidata que não seja o menor dos dois males, e quero uma presidenta que perdeu seu último amor para a AIDS, que segurou nos braços alguém que amava e que sabia que estava morrendo, que ainda vê a cena diante de si cada vez que fecha os olhos à noite.



Quero uma presidenta que não tem ar-condicionado, uma presidenta que pegou fila na clínica, no departamento de trânsito, no escritório da seguridade social, e que ficou desempregada e foi demitida e sexualmente assediada e agredida por ser gay e deportada. Quero alguém que passou a noite na cadeia e em cujo gramado fincaram uma cruz em chamas e que sobreviveu ao estupro. Quero alguém que se apaixonou e foi magoada, que respeita o sexo, que cometeu erros e aprendeu com eles. Quero uma presidenta negra. Quero alguém com dentes estragados e durona, alguém que comeu a comida horrível dos hospitais, alguém que se veste com roupas do outro sexo e que usou drogas e fez terapia. Quero alguém que cometeu desobediência civil. E quero saber porque isso não é possível. E quero saber porque aprendemos em algum ponto que o presidente é sempre um palhaço: sempre o cliente e nunca a prostituta. Sempre um patrão e nunca um empregado, sempre um mentiroso, sempre um ladrão e nunca pego.

«Quero uma presidenta...». Zoe Leonard. 1992.

MANIFESTO.1

(Revisão do poema I Want a Dyke for President de Zoe Leonard, 1992, proposta pelo elenco da CIA de Teatro da UFPR, 2021)

eu quero uma trava sapatão para presidente. e quero uma byxa indígena não binária para vice presidente. alguém sem ar condicionado, e que tenha crescido num lugar onde a terra é ameaçada, negada. eu quero um presidente sem plano de saúde, e que tenha esperado cinco anos para uma consulta especializada pelo sus. eu quero o sus. e quero uma governante que tenha perdido um grande amor para a aids e ainda o veja cada vez que fecha os olhos para descansar, que teve em seus braços a pessoa amada sabendo que iria morrer. eu quero uma presidente que tenha

sentido a dor da disforia de gênero, alguém que tenha sido exorcizada e sobrevivido a um estupro. alguém que tenha estado numa fila da upa, do detran, da doação de órgãos. quero alguém que tenha estado apaixonado e que sofreu por amor, alguém não correspondido, alguém que tenha se sentido incapaz de ser amada. quero um governante boyceta bi. alguém que respeita o sexo, alguém que não queira fazê-lo, alguém que tenha cometido erros e aprendido com eles. quero alguém com dentes ruins, alguém sem plano odontológica, alguém sem dentes, com xuxu, alguém que diante do espelho tenha vivido medo do reflexo. quero um presidente que tenha feito aborto aos 16, alguém que tenha sido expulsa de casa, que tenha se formado cotista numa universidade pública. quero uma mulher preta para presidenta.



eu quero uma byxa preta e afeminada que nasceu, estudou e sobreviveu a um lugar onde a cada 23 minutos uma corpa negra é assassinada.

quero uma governante que tenha sido oprimida até engolir as lágrimas e voltar pra esquina. quero uma presidente que tenha sofrido assédio sexual e sido vítima de crime lgbtfóbico.

quero alguém que teve o afeto familiar negado, que só conheceu o afeto fora de casa, que foi impedido de usar o banheiro, o próprio nome, alguém que tenha tido um pedido de socorro policial recusado. quero alguém que tenha

cometido desobediência civil. que tenha jantado comida de hospital, alguém que tenha feito terapia, que tenha trocado de terapeuta até sentir-se ouvida de verdade. e quero saber porque isso ainda não foi possível, fazer entender, quando é que começaram a acreditar que um presidente é sempre ele, cis alo branco classe média alta, sempre um cliente, nunca uma puta, quase sempre um patrão, quase nunca um trabalhador. é por fazer diluir as narrativas desse poder, é por sobreviver a ele apesar dele, é por fazer do poder trabalho de nossas mãos.



sou a palavra do corpo de um futuro possível

sou as mãos da criação em fúria na encruzilhada sul do mundo





a revolta a solta, a revolta a viva voz





giro, esconjuro, gongo, grito
ofereço, recuso, arraso, não esqueço
sou a matéria do sonho que não adormece
a imagem viva do livramento
a tormenta, a promessa, a ternura, a pressa, a fissura, a cura nítida
e escura da paisagem do poder
não tarda, mirando daqui dá pra ver

ouvirá:





A revolta a solta,



a revolta a viva voz



Sou as mãos da

A close-up photograph of a person's hand with bright red nail polish on the thumb. The hand is positioned near the person's face, which is partially visible on the left side of the frame. The background is dark and textured, possibly hair. The overall mood is intimate and dramatic.

criação em fúria na encruzilhada sul do mundo

Fazendo a lôca em uma gongação dos gêneros um bafo de (re)existência

Rogério Melo

O ensaio "FAZENDO A LÔCA EM UMA GONGAÇÃO DOS GÊNEROS UM BAFO DE (RE)EXISTÊNCIA", trata-se do meu corpo-experiência em meio a escrita da minha tese de doutorado cartografando experiências de corpos de homens-cis que se expressam e/ou se nomeiam enquanto corpos queers no contexto brasileiro. Essa experiência cartográfica me levou a ultrapassar os limites da escrita acadêmica, lançando meu corpo enquanto homem-cis, gay, não-branco, pesquisador e docente, provocar pela/na arte o borramento do binário e dos marcadores sociais que delimitam e demarcam os corpos e a vida. É uma tentativa, a partir do Estudos e Perspectivas Queer, de descentramento do olhar de quem vê, de quem se aproxima; um convite a uma abertura inesperada a outras suavidades, ao sensível e intenso dos movimentos e repousos do corpo em seus devires. Uma tentativa de pensar a arte e, a imagem fotográfica mais especificamente, como esses entre-lugares de desmistificação de verdades absolutas, recuperando assim, nossa capacidade de viver, imaginar e transitar por outras realidades. Fotos realizadas pela parceria com o fotógrafo: Carlos Rodrigues.





Rogério Melo é psicólogo, doutorando em Psicologia e Sociedade na Universidade Estadual "Júlio de Mesquita-Filho" - UNESP/Assis-SP, membro do Catálogo Performance Queer Brasil [SSEX BBOX] e Membro do grupo de pesquisa PsiCUqueer - Psicologias, Coletivos e Culturas Queer.























Apagamento

Ué Prazeres

O trabalho “Apagamento” traz luz sobre as constantes tentativas de apagamento com as políticas de morte (necropolítica) e pagamentos simbólicos dos corpos transvestigeneres. Há uma insistência tardia quando voltamos nossos olhares à produções ditas dissidentes e ou subalternas, um olhar treinado pelo sistema colonial, um olhar treinado e fundado na epistemologia da violência, violência colonial, a mesma violência que ordena a construção de discursos acadêmicos com bases literárias e bibliográficas localizadas na parte norte do globo, distante de tudo que é produzido aqui no Sul do mundo. Uma violência tamanha que mesmo quando voltamos nossos olhares para questões que se fazem presentes aqui, o que se produz ainda é um produto com bases na violência, embora seja necessário passar pela epistemologia da violência, mais necessário e urgente é avançarmos na constituição de outra narrativa que não esteja presa ou ancorada na violência colonial. Toda e qualquer leitura de imagem só depende da nossa coragem e porque não sermos corajosos e avançarmos naquilo que insistentemente não queremos

enxergar? Produzimos desse modo o apagamento de corpos ditos dissidentes ou presentes em uma gramática de subalternidade diante da cis-hetero norma. Para que possamos entender uma produção de arte Trans/Travesti, precisamos por luz ao universo “T”, isto é, tratar com dignidade a posição subjetiva desses sujeitos, tal qual entendermos a posição social que se encontram ou que são localizados esses corpos pelos dispositivos do estado. Precisamos ouvir quem fala e sermos corajosos para sair da epistemologia da violência colonial e adentrar na epistemologia da escuridão e assim produzir som no silêncio e imagem no escuro!

Ué Prazeres é curadora independente, artista visual e acadêmica de Artes Visuais pela Universidade Federal do Paraná. Em 2019 integrou o grupo de pesquisa decolonial e perspectivas latino americanas do Núcleo Criativo em Artes Visuais do Sesi Cultura Paraná. Compôs a equipe de críticas de arte no Circuito Universitário da Bienal Internacional de Curitiba e atuou também como gestora colaboradora no departamento de cultura da Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná durante três anos. Desenvolve também uma pesquisa artística sob o eixo decolonial e perspectivas da América Latina.



Mulheres Lésbicas nas ruas

Lívia Bittencourt Auler

Apresento, aqui, um conjunto de imagens que busca registrar a presença de mulheres lésbicas em paradas e manifestações de rua e, assim, trazer visibilidade a esse grupo muitas vezes marginalizado nos movimentos - tanto feministas quanto LGBT. As fotografias foram feitas com o celular, na cidade de Porto Alegre/RS, durante as Paradas LGBT de 2017 e 2018 e também da Passeata do Dia das Mulheres (8M) em 2019.

Lívia Auler é pesquisadora e artista visual atuante em Porto Alegre/RS. Possui mestrado em Artes Visuais - linha de História, Teoria e Crítica de Arte (UFRGS) e Bacharelado em Jornalismo (PUCRS) e Artes Visuais (UFRGS).



















**QUAIS CORP
RESISTIR?**

Movimento
LIVRE



Simpa

10

OS VÃO
10ª Marcha
LésBica



Movimento Estudantil

Marina Persegani Amaral

Comecei a aprender fotografia aos 14 anos, no ensino médio técnico em Processos Fotográficos, no Instituto Federal do Paraná. Aos 15, em 2014, comprei minha primeira - e atual - câmera e, nos meses seguintes, ingressei na militância organizada, no coletivo RUA - Juventude Anticapitalista. Meu processo de estudo e aprendizado da fotografia e das visualidades sempre caminhou lado a lado com minha atuação na política.

As fotografias aqui apresentadas fazem parte de um processo documental que acompanha minha trajetória nesses dois mundos, o mundo da arte e o mundo da política que são sobrepostos e interligados.

O ensaio traz registros das intervenções dos movimentos estudantil, feminista e LGBTI+ em manifestações de rua nas cidades de Curitiba, Porto Alegre e Brasília. As manifestações registradas nessas fotografias foram realizadas em 2019, sendo elas: o ato do 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, em Curitiba-PR; o ato de um ano do assassinato de Marielle Franco, mulher negra, parlamentar, socialista e bissexual, em 14 de março em Porto Alegre - RS; os diversos atos do Tsunami da Educação, contra os cortes e sucateamento da educação de Weintraub e Governo Bolsonaro; o ato nacional em defesa da educação, realizado no 57º Congresso da UNE, em Brasília - DF.

Marina Persegani Amaral é artista visual curitibana, graduanda em Licenciatura em Artes Visuais pela UFPR e formada nos cursos de Processos Fotográficos e Produção de Áudio e Vídeo pelo IFPR. Militante LGBTI, feminista e ecossocialista, organizada no coletivo RUA - Juventude Anticapitalista e na Insurgência, tendência interna do PSOL.













© max





DEFESA DA EDUCAÇÃO

#OrgulhoDeSerUFPR

#UniversidadePública

#EuDefendo

ESTE MATERIAL FOI PRODUZIDO E PAGO COM RECURSOS DE CUMULATIVO DE DEB. FV. ALIINHOS, ALIINHOS TÉCNICOS E PROFESSORES







Itaú

M A R
P R E S E
H O J E E S E M





RELATOS

Eu sempre destaquei que a minha deficiência é só um detalhe.

Mayra Ribeiro



Para aqueles que não me conhecem eu vou me apresentando.

Sou **Mayra Ribeiro**, sou assistente Social, graduada pela Universidade Estadual paulista Unesp Franca, possuo aprimoramento profissional em Serviço Social e psiquiatria pela Universidade de Medicina de Ribeirão Preto, sou militante feminista, faço parte de um partido chamado PSOL, sou militante PCD, sou uma mulher bissexual e tenho deficiência visual, sou Promotora Legal Popular, atuando no combate e enfrentamento a violência de gênero, faço parte do Coletivo Juntas, ocupo uma cadeira no conselho da Mulher na cidade de Ribeirão Preto, sou secretária parlamentar da deputada Samia Bomfim e produzo conteúdo no Instagram sobre feminismo, política e capacitismo. É importante salientar que sou filha de pais que fazem parte da classe trabalhadora e que eles sempre lutaram para que os filhos pudessem ter oportunidades distintas das que eles tiveram na infância. No momento que eu cheguei na universidade, verifiquei que as condições de acessibilidade eram muito semelhantes às minhas vivências na

escola. Nesse sentido, não havia livros em áudio, em braile, os computadores não eram adaptados, a universidade não dispunha de recursos arquitetônicos para a minha locomoção e a moradia estudantil também não era acessível. Enfrentei diversos tipos de preconceitos, os quais eu não sabia identificar, pois nessa época eu não tinha aproximação com o Movimento de Pessoas com Deficiência. Entretanto após longos estudos eu percebi que o que vivenciei é chamado de capacitismo. De acordo com Andrade (2015), **a lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho, quanto para até mesmo gerir os cuidados da sua própria vida e tomar suas próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente.** Ele também destaca que tudo isso ocorre, porque historicamente construiu-se um ideal de corpo funcional tido como “normal” para a raça humana, do qual, portanto, quem foge desses padrões consciente ou inconscientemente é considerado menos humano. É de suma importância salientar que o

capacitismo pode se apresentar de maneira velada, ou em ações que subjagam, humilham, incapacitam os sujeitos com deficiência em suas vivências cotidianas. Nesse sentido, era comum no momento que eu estava na universidade as pessoas acreditarem que eu sempre estava precisando de algum auxílio.

Eu penso, que isso era violento, pois diversas vezes quando eu estava andando na rua, era abordada, tocada, ou puxada por homens que nunca pediam licença ou até mesmo perguntavam o que eu queria fazer. Por outro lado, se nós seres infantis e ingênuos, reclamamos desse tipo de atitude somos chamados de ingratos, grossos e estúpidos, pois essas pessoas estão cheias de boas intenções.

Outra questão que eu enfrentava a respeito desse preconceito, era a falta de vontade das pessoas em saber da minha deficiência, tendo em vista que elas sempre perguntavam sobre mim para outras pessoas, ou até mesmo se referiam a mim em terceira pessoa: “Não temos condições de preparar o material da Mayra, você pode estudar com ela”. Isso ocorria com frequência como se eu não tivesse condições de responder ou decidir sobre os meus estudos.

Em relação à sexualidade, não era invisível, eu era aquela mulher branca, a qual era considerada dentro dos padrões de beleza, entretanto, meu corpo tinha uma deficiência. Diversas vezes eu fui infantilizada, diziam que eu tinha que

estar com pessoas como eu, diziam que eu estava confusa sobre a minha sexualidade, pois tinha uma deficiência, tendo em vista que eu não sabia o que eu estava fazendo ou dizendo. Estas situações também são reflexos do capacitismo, tendo em vista que os sujeitos que possuem uma deficiência não podem se relacionar com outras pessoas, não tem relações sexuais e são considerados como anjos que precisam ter sua candura preservada.

Eu sempre estava presente nas lutas do Movimento estudantil, fazia parte do Centro Acadêmico de Serviço Social, dos grupos de extensão, dos projetos de pesquisa, dos debates e da vida política da universidade, entretanto, nesses espaços o debate sobre a deficiência era inexistente, na maioria das vezes quando ocorria era esvaziado.

Segundo Melo (2021), **as barreiras invisíveis que cercam a luta anticapacitista das Pessoas com deficiência no capitalismo sempre estiveram à margem dos debates e das pautas da esquerda no Brasil**, pois as questões que perpassam o cotidiano desses sujeitos são vistas de maneira isolada. Nesse sentido, ela é dissociada de outras lutas sociais e dificilmente é concebida enquanto uma experiência coletiva.

Dessa maneira, eu não conseguia falar das minhas experiências enquanto uma mulher com deficiência, tendo em vista que as outras pessoas não estavam abertas para realizarem o que chamamos

de escuta qualitativa e também não acreditavam que a minha deficiência fazia parte dos anseios do coletivo. As pessoas também me diziam, que não me percebiam como uma Pessoa com Deficiência, pois eu era tão independente, capaz, bonita e me expressava com tanta facilidade. Nesses momentos eu percebia como essa maneira de me tratar era ruim, porque **eu não queria que eles associassem a deficiência a uma coisa horrível, a um corpo doente, a um ser humano dependente dos outros** e a uma pessoa feia que não tem amigos, que não sai de casa, que não vai a escola e para a universidade.

Dessa forma, posso destacar que as minhas experiências na universidade foram permeadas pelo capacitismo, contudo, é preciso salientar que esse momento foi muito valoroso para que eu pudesse **ocupar esse espaço** que na grande maioria das vezes é ocupado por héteros, brancos e homens.

Para além disso, essas vivências na universidade me possibilitaram a desconstrução de diversos preconceitos relacionados às pautas da esquerda e me fizeram perceber que **eu sou uma potência, não pela minha deficiência, mas sim pela minha luta cotidiana, a minha vontade de mudar esse sistema opressor, a minha ânsia de conhecer pessoas e aprender com suas histórias e poder compartilhar as minhas, as viagens os amores, as descobertas e as dores.**

Eu tenho a plena certeza que se eu não tivesse uma mãe como a Marta eu não viveria esse momento que é tão valioso na vida dos jovens, por isso que eu sempre digo, precisamos dar oportunidades e acesso para que as Pessoas com deficiência não estejam trancadas em suas casas e possam realizar suas descobertas, vivenciar e ter contato com a diversidade e **poder fazer parte de uma coletividade para que se construam enquanto sujeitos sociais e saibam lutar pelos seus direitos e possam ser capazes de escrever as narrativas de suas próprias histórias.**

'A liberdade só existe se for coletiva'

Beatriz Caminha

“ Com o passar do tempo, entendi que antes de ler um texto é importante sabermos qual a posição social que a pessoa que escreve ocupa na sociedade e porque ela parte de determinados lugares para discutir o mundo, sejam as pautas de raça, sexualidade, classe e gênero, ou então, as pautas relacionadas à economia e a cultura. Por isso, começo esse texto me apresentando a vocês: sou **Beatriz Caminha dos Santos**; mulher, negra e bissexual; militante do movimento estudantil; a vereadora mais jovem eleita na história de Belém aos 21 anos pelo Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Em 2013, quando eu tinha 14 anos, comecei meu envolvimento com a política. Naquele período, eu era cercada de pessoas brancas e privilegiadas que partiam de lugares totalmente diferentes do meu. Nesse momento, eu percebi que ser mulher, negra e filha de trabalhadores era uma questão importante na minha existência. Enquanto eles estudavam sobre economia, política e Marx, eu ficava em uma dupla e até tripla jornada de estudo para entender a realidade que eu vivia.

Fiquei durante muito tempo tentando entender a sociedade, até que eu percebi que eu primeiramente precisava me entender como sujeito e como as questões gerais atravessam o sujeito que eu sou. Esse momento foi o ponto de partida para eu querer entender um pouco mais do movimento feminista em meio às manifestações sonoras em favor da ex-presidenta Dilma e lutando cada vez mais contra Cunha e Temer. Depois veio o movimento negro que me atravessou profundamente por ser filha de uma mãe branca e um pai preto em um país que criou o imaginário da mestiçagem e da miscigenação. Mais recentemente, me vejo imergindo no movimento LGBT, que por muito tempo me senti mais oprimida do que acolhida, por ser uma mulher bissexual e ter minha sexualidade questionada até eu me relacionar publicamente com uma mulher.

Saber quem nós somos e por quais avenidas identitárias a gente passa é importante. É fundamental perceber e entender a interseccionalidade para pensarmos e vivermos esse mundo. A Bell Hooks nos fala que quando discursamos como é ser uma mulher

negra, não é só uma fala radicalizada e sim um testemunho de nossas vidas. Um testemunho de como nós enfrentamos o mundo.

Dito tudo isso, precisamos entender que somos constituídos por inúmeras identidades. A feminista Audre Lorde tem um debate importantíssimo: “Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”. O lugar de onde falamos pode nos levar até o fronte das lutas de pessoas exploradas e oprimidas, principalmente em um país onde apenas cerca 1% das pessoas vivem em condições plenas, enquanto 99% são exploradas. **Não existe luta individual em um sistema que determina quem vive e quem morre coletivamente a partir de suas estruturas.**

Os movimentos LGBTQIA+ precisam ter ciência da necessidade histórica de **conectar lutas e movimentos em um Brasil devastado pelo obscurantismo, pelo conservadorismo e pelo ódio.** Isso não significa uniformizar os movimentos ou ditar regra do que deve ou não ser feito. O que trago é a importância de construir um movimento para todas as pessoas, que se disponha a encontrar mais convergência do que divergência, que consiga estabelecer um programa mínimo que passe pelo direito de ser e viver e que transforme o nosso amor em uma política transformadora construída pelas massas do nosso país. Isso significa lutar por políticas públicas e entrar na guerra cultural que a direita

estabeleceu contra nossas vidas e famílias. Não temos mais tempo de fazer a política pequena, a política que briga por espaço em um país que fecha portas e nos entrega sentenças. É preciso disputar o nosso país e os rumos da sociedade que queremos viver.

No ano do centenário de Paulo Freire construir um movimento de pessoas que lutam pelo direito de viver passa por algo básico: acreditar na mudança das pessoas e das estruturas. Não existe luta sistêmica que não passe pela construção de processos educativos. Ser um movimento educativo é acolher mais do que julgar, é abrir portas e dar a mão mais do que cobrar. Precisamos usar de todas as nossas ferramentas para mudança que almejamos, a luta social, a política institucional, as alianças oportunas, cavar novos espaços e, sempre, transformar pessoas.

Volto ao assunto: **a liberdade só existe se for coletiva.** Então não existe emancipação da comunidade LGBT se não existir a emancipação do povo negro, não existe emancipação do povo negro se não existir emancipação das mulheres. E **não existe emancipação de identidade nenhuma se o sistema continuar sendo capitalista onde explora e mantém essas relações de opressão.** Nós vivemos em um sistema que, para ele existir, é preciso ter uma relação de exploração sobre nossos corpos. Nós somos esses corpos que são explorados, nós somos esses corpos que estão nesses locais de marginalidade e

vulnerabilidade. Então nós também precisamos lutar contra esse sistema, **precisamos ser anticapitalistas.**

O mercado insiste em tentar resumir todo um sistema de exploração a uma frase, a uma camisa que vestimos e que às vezes foi fabricada por meio do trabalho escravo e infantil. Então que libertação é essa estampada na camisa quando é feita do trabalho escravo de outras pessoas? Não existe emancipação na esfera individual, precisamos lutar por libertação na esfera coletiva, por isso precisamos de um movimento que dialogue com a sociedade, com as pautas anticapitalistas e que entenda que quando nós lutamos pelas nossas existências, estamos reivindicando os nossos lugares e o direito de poder ser quem a gente é e o direito de amar sem medo. Precisamos reivindicar nosso direito de ter acesso à cidade.

Precisamos reivindicar o mercado de trabalho e todas as relações que chegam de forma muito mais difícil para a nossa comunidade e que elas passam pelo Estado, por políticas públicas reparatórias e pela educação. Hoje a juventude está em outro patamar de produção de conhecimento, depois do governo de Lula e Dilma, nós conseguimos ter muito mais jovens LBGTs e negros dentro das universidades, contribuindo com a produção de conhecimento e de alguma forma incidindo na realidade. Ou simplesmente, assumindo-se. Por fim questiono, onde esteve o Estado

quando um jovem foi expulso de casa, agredido na escola, violentado pela própria família? Onde está o Estado em tantas situações que somos usurpados de nossos direitos? Onde estamos nós, LBGTQIA+, no Estado? A representatividade da democracia do país ainda é muito limitada, por isso, é fundamental termos as nossas vozes para ocupar os espaços de poder. O Brasil tem no poder, mais do que nunca, governantes organizados para nos matar. O que na academia conhecemos como necropolítica, que quando não mata pela bala, mata pela caneta, pela omissão. **Nas mãos dos homens brancos engravatados escorrem os nosso sangue. Nossa comunidade precisa escolher um lado, o lado da vida, o lado dos direitos. É urgente nos levantarmos.**

Experiências da PCD/LBGTQIAP+ nas universidades

O relato á seguir foi construído com base no diálogo entre Tâmara Nery (estudante de Serviço Social, PcD) e Diogo Rocha (Vale PcD).

“

Ainda estou no processo de conclusão da graduação de Serviço Social e mesmo sendo uma aluna da rede privada estudar não é fácil. Até por que eles tratam o aluno como cliente, então o desdém é maior. Lutei anos para conseguir uma rampa na cantina da faculdade e quando finalmente consegui era inacessível; até que um dia cai na cantina e magicamente antes da visita do MEC á instituição foi-se colocado o piso tátil no espaço. As atitudes LBGTQIAPfóbicas não eram ligadas a mim, porque não conto sobre a minha vida naquele espaço; mas, já vi uma pessoa transexual ser constrangida e desistir da faculdade. O capacitismo é recorrente na faculdade, seja por parte do alunado, da administração e até mesmo dos professores que negam os meus direitos. Nunca vi um movimento estudantil na faculdade e para tornar este espaço mais inclusivo é preciso introduzir a pessoa com deficiência e suas interseccionalidade, seja numa discussão durante a aula ou quiçá tornando a Pessoa com Deficiência um tema de Trabalho de Conclusão de Curso.

Tâmara Nery dos Santos Amaral

Percebemos a partir deste relato a falta que faz a existência de setoriais ou até mesmo pessoas físicas nas universidades que se importem com a diversidade e a inclusão de todos(as). As pessoas precisam ser ouvidas e orientadas.

Inclusão e acessibilidade não é favor e sim direito. Precisamos movimentar a sociedade para que todos entendam que vivemos num mundo que é totalmente

interseccional. A educação empática, de afeto e também de transformação pregada por Paulo Freire se aplica a todos os níveis de ensino. A pessoa com deficiência resiste desde os primórdios da humanidade e seguirá fazendo resistência. Pois, **queremos e iremos ocupar todos os espaços;** fazendo-se assim valer o verdadeiro significado de diversidade.

Nome social para pessoas trans*

Theo Frederico de Lima Luna



Em 2013 o cenário no que diz respeito ao nome social era muito diferente do que temos hoje.

Possibilidades de retificação de nome com facilidade era algo simplesmente impossível de se cogitar em menos de dois anos. Ademais, conseguir ter acesso ao nome social, tendo reconhecimento à maneira como a pessoa se sente, num lugar que é dela, estava fora de questão. Quando iniciei minha jornada na UDESC, não havia uma resolução interna que garantisse o direito ao nome social para as pessoas trans* na instituição, sendo as únicas possibilidade a Portaria Nº 1.612 do MEC, de 2011 e a Resolução nº 132/2009 do Conselho Estadual de Santa Catarina. Esta última, ainda que defasada e simples, foi a que realmente me deu garantias do uso do nome social no início do segundo semestre da universidade. Visto que, a resolução dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos e dá outras providências, passando a ter a seguinte redação: “Art. 5º O(a) aluno(a), maior de 18 anos, poderá requerer, a qualquer tempo, por escrito, a inclusão do nome

social nos documentos escolares internos”.

Tal exposição colocou a temática em foco, facilitando em alguns aspectos a movimentação para que as instituições em Florianópolis, especificamente, atribuísem uma maior atenção a esta pauta, como consta na reportagem do NSC de 2014: Estudantes transexuais conquistam espaço no ensino superior e brigam pelo uso do nome social em SC.

Porém a Universidade ainda não tinha um sistema adequado para lidar com as demandas da inserção de pessoas trans*, o que trazia diversos transtornos.

Exemplificando: Um simples atestado de frequência para recarga de passe virava um motivo de consternação, visto que a secretaria precisava alterar o nome no sistema para poder imprimir com o nome civil (pois era o que constava na carteirinha), e por vezes esquecia de alterar novamente para o nome social, fazendo com que o nome civil viesse a aparecer na chamada. Deste modo, constantemente fui obrigado a sair de sala e ir na secretaria informar do “esquecimento”. Como único aluno exposto a situação e vinculado ao movimento estudantil, consegui recorrer

por outros âmbitos.

A partir do momento que a resolução interna da própria instituição foi estruturada e aprovada, alguns aspectos foram facilitados. A instituição se provou de um ótimo diálogo, com constantes consultas sobre qual a melhor maneira de inserir o nome social na diversidade ampla de documentos que aparecia. Sendo assim, outras novas situações surgiram que vinculavam as documentações com a exposição desnecessária do aluno como pessoa trans*:

- Inserção do nome social ao lado do nome civil.
- Constar os dois nomes (civil e social) nas listas expostas (processos eleitorais, seleção de bolsas e etc;)
- Invalidação de participação em processos eleitorais pela apresentação do nome social na lista e nome civil na documentação.

Esses foram alguns dos problemas a se resolver dentro do aspecto relacionado às questões burocráticas. Havia ainda as problemáticas sociais, de convívio, situações que não cabem no papel. Todas essas situações não excluía a falta de preparo e formação para o quadro docente e técnico em relação à temática. Desde professor que achava que não havia necessidade de nome social dentro da instituição pois não possuía demanda, a técnicos que não notavam/aceitavam a importância do acesso ao vestiário fechado para não

expor os estudantes. Infelizmente, foram falas que eu ouvi pessoalmente quando questionei os posicionamentos.

A maior parte do tempo pude contar com o apoio do Laboratório de Educação e Sexualidade (LabEduSex) do Centro de Educação a Distância (CEAD-UDESC). Eles foram essenciais nesse processo e com o decorrer dos anos a instituição conseguiu abraçar essa possibilidade com maior domínio do assunto.

Entretanto, apesar da evolução significativa na UDESC, pude constatar através do meu TCC denominado: “NOME SOCIAL PARA PESSOAS TRANS* NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM SANTA CATARINA”, que muitas outras instituições ainda estão longe de se dispor a incluir e abraçar a temática. É necessário ressaltar que minha presença no movimento estudantil e com lugar de fala ativo foi altamente significativo para a evolução da instituição no quesito da aprovação do uso do nome social. Ter voz dentro da instituição, enquanto pessoa trans*, desenvolvendo essa problemática em espaços de tomadas de decisão, foi o que tornou possível essa mudança em diversos momentos. Sabemos que essa não é a realidade de outras pessoas trans* nas mais diversas instituições de ensino.

É impossível não trazer uma reflexão que apresento no meu TCC:

“Ressaltamos que debater sobre as pessoas trans*, assim como outras temáticas na ordem das diversidades, nas instituições públicas se faz mais do

que necessário [...] A compreensão e o respeito precisam ser inseridos em todas as áreas, aplicando-se formações e constantes debates sobre a temática, desde o setor administrativo, executivo, docentes e comunidade acadêmica, para muito além dos estudantes inseridos nessa realidade”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2013^a. Disponível em: http://bsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em 10/04/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Aprova a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2013^a. Disponível em: http://bsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt457_19_08_2008.html. Acesso em 10/04/2021.

LUNA, Theo F. L. Nome social para pessoas trans* no ensino superior público em Santa Catarina. Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

'A luta LGBT é força motriz para aqueles que entendem a luta por vida e por futuro como uma só'

Ludmila Oliveira Matos Brasil



A luta dos LGBTs nasce da revolta pelo direito de viver, amar e ser o que se é.

Nossa luta defende, mais do que tudo, a capacidade de exercer nossos direitos livremente, em igualdade com qualquer outro cidadão. Em paralelo à resistência LGBT, o movimento estudantil se desenvolve a partir da luta pelo direito de defender o futuro e a organização dos estudantes e se forma defendendo o direito ao futuro, defendendo a educação.

Assim, a luta dos estudantes e da comunidade LGBT se traduz em momentos de revolta e resistência na história brasileira. Dentre estes, podemos destacar a união dos dois movimentos ao se posicionarem na linha de frente contra a ditadura civil-militar que foi instalada em 1964.

Já em meados dos anos 1970, no auge da resistência contra a ditadura brasileira, o debate sobre os direitos das pessoas LGBTs explodiu nos Estados Unidos e colocou uma gigantesca lupa sobre o tema. O dia 28 de junho se tornou um marco e acendeu uma chama em cada LGBT ao redor do mundo.

A partir daí, iniciativas como a “Lampião

da Esquina” (1978) e a “ChanacomChana” (1981), ambas revistas clandestinas, progressistas e defensoras ferrenhas dos direitos LGBTs, fomentaram o debate na sociedade brasileira e cativaram uma resistência que cresceu progressivamente, defendendo o sonho de um país que abraçasse as diferentes formas de ser e amar, o que, conseqüentemente, exigia o fim da ditadura.

Na mesma época, o constante crescimento do movimento estudantil e sua resistência crítica à ditadura fez com que diversos estudantes tivessem suas vidas roubadas. Honestino Guimarães, Ieda Delgado, Edson Luiz e tantos outros se tornaram mártires para todos os estudantes brasileiros. A luta desses jovens contra a ditadura lhes custou a vida, mas ao mesmo tempo, inflamou a coragem de outros que batalharam para que hoje continuemos a lutar pela liberdade de todos e todas.

Todos esses acontecimentos, desde a formação de um movimento estudantil questionador até as grandes ondas de manifestação contra o regime ditatorial moldaram um movimento estudantil capaz de jogar luz sobre questões sociais

que estiveram sempre na sombra da mentalidade brasileira. Isso inclui e fortalece um movimento LGBT cada vez mais voraz na defesa de seus direitos de existir com dignidade e de formar suas famílias, empurrando para a sociedade reflexões necessárias para a construção de um Estado que seja minimamente democrático. Essa atmosfera construiu um movimento estudantil aberto, ativo e responsável com a vida do povo.

Com o passar dos anos e com o avanço da discussão LGBT em toda sociedade o movimento estudantil acompanhou o passo e a evolução de todo o tema. O nascimento do movimento LGBT no Brasil aconteceu pela construção de um projeto de politização que não pretende se restringir à uma reforma social, mas sim à construção coletiva de uma revolução.

Tendo essa certeza, da constante atualização do movimento estudantil informado e comprometido com as pautas do movimento LGBT, é uma verdade pontuar que durante todo o processo de conscientização com relação a pandemia de HIV/Aids, a construção e implementação de políticas públicas, a participação das comunidades universitárias teve grande peso e importância.

Em seguida, a luta que se arrasta desde as primeiras fagulhas do movimento LGBT volta a tomar forças: a defesa do direito a união entre os que se amam, luta que deu frutos em 2011, quando as uniões homoafetivas foram finalmente

reconhecidas pelo STF.

Assim também aconteceu com relação ao nome social nas universidades e instituições de ensino pelo país, as mobilizações do movimento estudantil e da sociedade civil garantiram que as conquistas com relação ao nome social acontecessem. Mas também, se arrastam até hoje, o debate de temas que o movimento estudantil sempre trava, como a situação de vulnerabilidade social de pessoas LGBTs e a falta de investimento dos Governos Federais nas políticas de assistência estudantil. Finalmente chegamos a 2020, quando o STF decide pela inconstitucionalidade da proibição de doação de sangue por homens que tenham relações homoafetivas, ação comemorada com muito orgulho pela comunidade acadêmica e LGBT de todo o Brasil. O movimento LGBT se traduz, portanto, na defesa dos amores, das diferentes formas de existir, no orgulho e luta por direito à uma vida digna, se somando e complementando as lutas anticapitalistas contra o racismo e o machismo.

Assim, celebrações como as festas do orgulho LGBT e as vitórias como as uniões homoafetivas são lufadas de ar em cada coração que luta por igualdades em direitos e deveres plenos para nossa sociedade. O movimento estudantil se reflete no movimento LGBT e luta para mudar mentes e corações, para mudar uma sociedade que tem obrigação em nos respeitar, respeitar nossas famílias e

nosso modo de viver.

O movimento estudantil encontrou no movimento LGBT uma chama constante que não só queima forte como ilumina por onde passa. A luta LGBT é força motriz para aqueles que entendem a luta por vida e por futuro como uma só.

O movimento estudantil jamais seria verdadeiramente emancipador e revolucionário sem a força e potência dos e das LBGTs que lutaram e lutam por um Brasil democrático para todos.

Sobre Ludmilla Brasil:

Sou Diretora LGBT da União Nacional Dos Estudantes e Secretária Geral do Diretório Central de Estudantes da Universidade de Brasília. Militante do Movimento Negro Unificado e do Coletivo Kizomba, estou nas lutas pelos direitos LBGTs e em defesa da Educação desde os meus 14 anos. Como mulher lésbica, negra e gorda, sei qual espaço deve disputar em nossa realidade e como nunca devo desistir.

Relatos de experiência - Organização COR



A ideia do COR surgiu de uma das conversas megalomaniacas entre eu e a Isabel lantas.

Nós sempre sonhamos em fazer um congresso, com foco em pesquisas de todas as áreas LGBTI+, que abrangesse diversas áreas de conhecimento e desse voz a diversas visões de mundo. A princípio, sonhávamos com a tomada do Salão Nobre da UFPR pelos LGBTI+ que raramente têm a oportunidade de serem ouvidos. Não contávamos com a pandemia e também não contávamos que isso abriria um novo horizonte de possibilidades. Com a popularização dos eventos ao vivo, transmitidos na internet, porque não realizar um congresso nacional, com estudantes e professores de todas as regiões do país? A verdade é que nem nos meus momentos de maior entusiasmo com o

projeto eu poderia imaginar as dimensões que ele atingiria. Foram dezenas de trabalhos enviados, horas de debates e trocas de experiência e falas marcantes de diversos representantes da comunidade. A experiência de fazer parte disso tudo é indescritível e, no cenário em que vivemos, foi essencial para reunir forças e continuar lutando. O projeto COR não para no congresso, pois com ele percebemos o quanto podemos atingir atuando em conjunto. Atualmente o COR é um projeto de extensão e, têm nessa revista o resultado físico da reunião de várias vozes, várias vivências e várias opiniões diferentes e engrandecedoras. Esse com certeza é um dos projetos mais importantes que tive a honra de participar e tenho certeza que muitas coisas ainda vão ser construídas a partir dele.

Marina - Direito UFPR

“ Sou fã de clichês e um dos meus favoritos é o do “conhecimento muda o mundo”. É o caso.

Discutir temáticas voltadas à comunidade LGBT perpassa as fronteiras do academicismo e possibilita a transmissão do conhecimento acadêmico para pessoas fora desse meio. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de mudanças estruturais quer no espectro governamental, quer no social, para melhoria das condições de vida de nossa população tão estigmatizada no país em que mais mata no mundo. Quando me convidaram para participar da organização do congresso, aceitei na hora. Desafios para o individual que transparecem uma vontade de mudar o mundo. A organização de eventos nesse estilo autoriza o estudante LGBT a ser ver dentro do Direito. Afinal, a representação dentro de seu campo possibilita sonhar em alçar voos mais altos. Sou muito grato pela oportunidade e espero auxiliar o COR a mudar o mundo através do conhecimento. Clichê, talvez? Sim, mas totalmente necessário.

Kenji - Direito UFSC

“ Entrei para a organização do COR a convite da Isabel lantas, na época coordenamos a FENED juntas.

Tive a oportunidade de ver o projeto nascendo, saindo do papel e tomando forma, pude acompanhar as transformações que houveram e sentir o alívio do dever cumprido ao final de tudo. Vivi a felicidade de presidir a mesa “LGBTI+ e o Sistema Educacional”, mas para além disso, fui ouvinte dos outros espaços e aprendi com cada experiência trocada. Pensando na complexidade, inicialmente fiquei bastante apreensiva com a ideia de promover apresentações de trabalho, mas a equipe não só provou ser possível como distribuiu certificados, incluiu intérpretes de libras e publicou o caderno. A organização do evento laborou com bastante harmonia e afinco, penso que todo esforço refletiu no resultado e deu vida a esse projeto tão potente que foi construído e protagonizado por estudantes de todas as regiões do país, debatendo e promovendo a questão LGBTI+ em diversas esferas, dizendo que existimos, resistimos e ocupamos todos os espaços que nos cabem.

Hadassa - Direito UCSAL

“ Em tempos de superação da existência de uma "verdade universal", o reconhecimento de diferentes perspectivas, vivências e visões sobre um mesmo tema tem sido, a meu ver, a mais valiosa e paradigmática mudança das pesquisas de ciências humanas. Abriu-se as portas para tentar entender o outro, não como um objeto de estudo mas como sujeito de conhecimento, protagonista de sua própria história. É nessa conversa com tantos mal entendidos, em que se ressignificam palavras como "mulher" e "homem", que se busca uma linguagem comum e tolerante.

Essa encruzilhada é característica da interseccionalidade, visualizar os pontos de encontro entre tantos de desencontro que marcam as individualidades e também as coletividades.

Por essa razão a mesa "LBGTI+ e a questão étnico-racial" do I Congresso Online de Resistência LBGTI+ foi preciosa. Mediar esse papo, com a honra de ouvir Jaqueline de Jesus, Cátia Kim e Diógenes Cariaga, foi uma oportunidade de observar as semelhanças nas experiências e estudos de cada uma e cada um, ao mesmo tempo em que a conversa era marcada por uma mútua admiração e respeito. Cada local de fala enriqueceu o debate, seja por expor situações próprias ou por trazer o importante papel interpretativo e dialógico de um espectador.

Falamos de história, antropologia, sociologia, psicologia, saúde, tecnologia e direito, uma audácia interdisciplinar que instigou muito das pesquisas apresentadas no Grupo Trabalho. Estou profundamente marcada por esse momento, eternizado nas plataformas online em um projeto que trouxe esperança em tempos de caos.

Nahomi - Direito UFPR

“ Acredito que estar presente na criação e amadurecimento do COR, foi uma experiência incrível tanto academicamente quanto como mulher bissexual militante.

Logo no início, nossos debates objetivavam a construção de um congresso, que imaginávamos com enormes proporções e alcances, mas ainda apenas um evento pontual. A partir disso, conseguimos ver nitidamente a força da organização coletiva e do bom debate. Os caminhos traçados, os contatos feitos e ideias trocadas não poderiam acabar naquele evento e se transformaram em um grupo de jovens estudantes espalhados por todo o Brasil construindo um coletivo que busca desenvolver e compartilhar o debate LBGT popular, pautado em nossas realidades locais e na dinâmica capitalista em que estamos inseridos. Acredito que, a publicação da revista tem esse poder de sintetizar o construído até aqui, materializando de maneira simples todo o espaço de debate e pensamento jovem que ainda está se desenvolvendo e aberto para construção dentro do meio LBGT e da academia. Felicidade é ver a universidade cada vez mais popular e colorida, tendo a certeza que estamos fazendo parte dessa história!

Morena - Direito UERJ

INDICAÇÕES

Onde está a pesquisa LGBTQ+ no Brasil?

Isabel Ceccon lantas¹

Por meio de uma pesquisa empírica quantitativa, foram levantados dados sobre os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, com a temática LGBTI+ no Brasil. Foram levantados 656 grupos de pesquisa, dentre eles 492 estão ativos e sem nenhuma pendência.



Gráfico comparando o número de grupos ativos com o número de grupos inativos ou com alguma pendência no cadastro CNPq

De todos os grupos levantados, 319 possuem em seu nome alguma referência à pesquisa sobre temas LGBTI+, desde a própria expressão “LGBT”, ou referências a gênero, sexualidade, diversidade sexual, queer, direitos humanos e vulnerabilidades. Dentre eles, 242 estão ativos e sem nenhuma pendência.

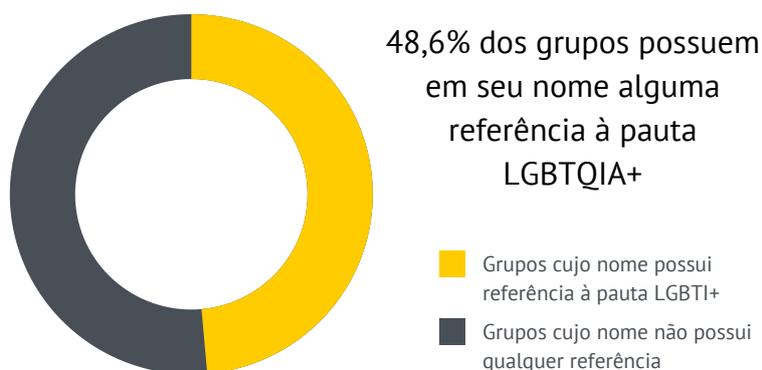


Gráfico comparando o número de grupos cujo nome cadastrado na plataforma CNPq possui alguma referência à pauta LGBTQIA+ com aqueles que não possuem qualquer referência

¹ Graduanda de direito da Universidade Federal do paraná - UFPR, membra-fundadora do COR LGBTQIA+.

Os dados demonstram que a maioria dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq estão no Nordeste (223), seguido do Sudeste (198) e do Sul (112). Quando restringimos a busca para aqueles grupos que contenham em seus nomes expressamente referências à pauta LGBTI+, a maioria dos grupos continua em universidades do Nordeste do Brasil (105), seguido do Sudeste (98) e do Sul (56).

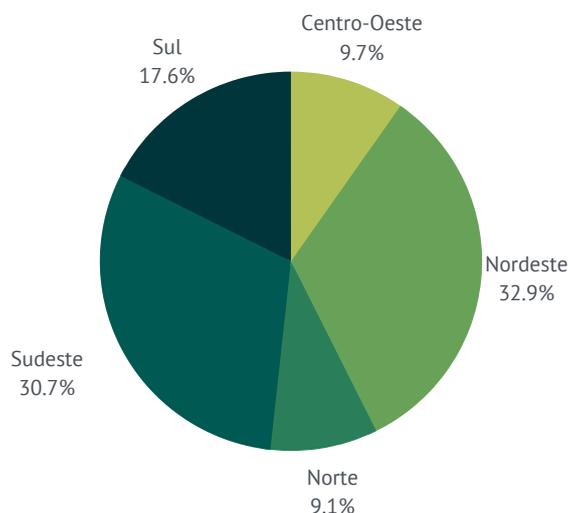


Gráfico comparando o número de grupos cadastrados no CNPq que possuem alguma referência à pauta LGBTQIA+ em cada região do Brasil.

Dos grupos levantados, a imensa maioria encontra-se cadastrado em universidades públicas (587), enquanto que as universidades privadas possuem 69 grupos cadastrados.

É interessante notar que, tanto na totalidade dos grupos levantados, como aqueles em que contém expressamente referências ao movimento LGBTI+ em seus nomes cadastrados, o Sudeste mantém-se com maioria de grupos nas universidades particulares (29 e 13, respectivamente).

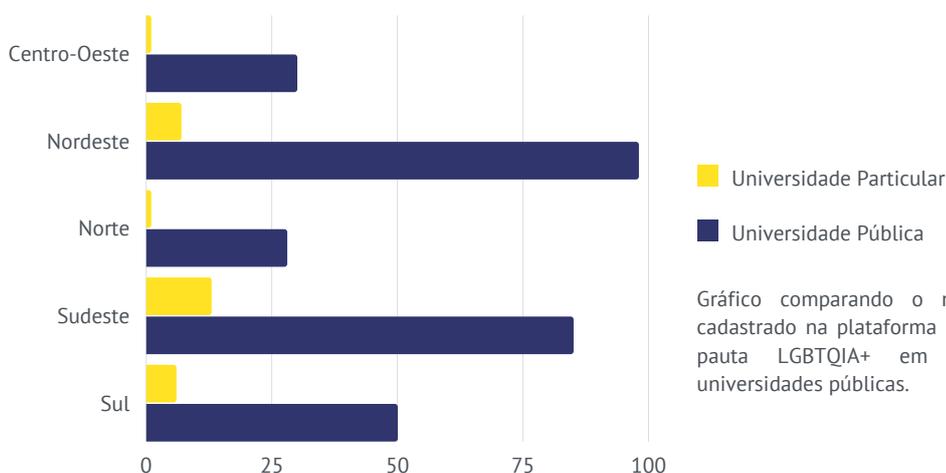


Gráfico comparando o número de grupos cujo nome cadastrado na plataforma CNPq possui alguma referência à pauta LGBTQIA+ em universidades particulares e universidades públicas.

GRUPOS POR REGIÃO

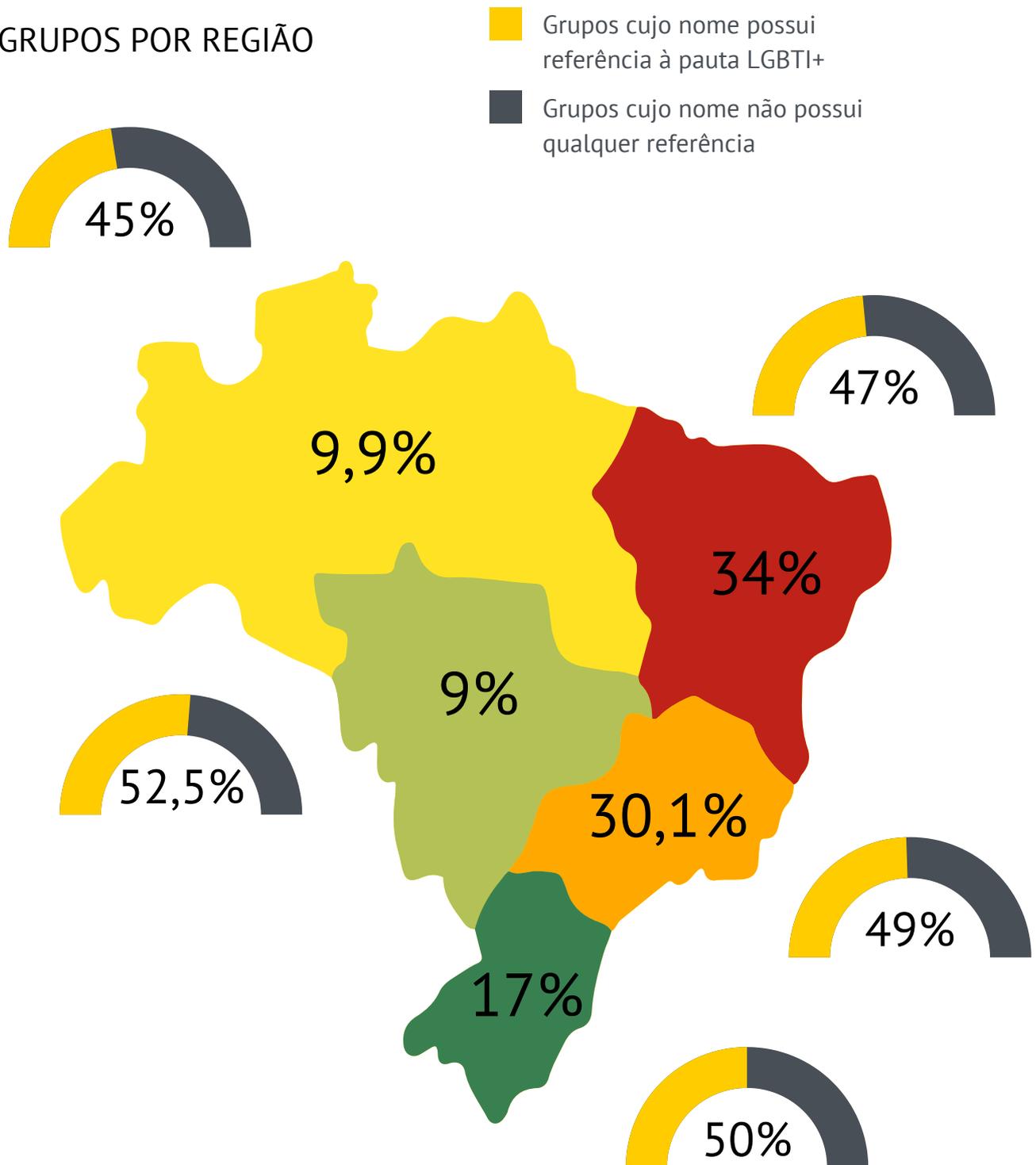


Gráfico comparando o número de grupos cadastrados no CNPq por região do Brasil e a quantidade de grupos que possuem em seu nome referência à pauta LGBTQIA+ comparada com a quantidade dos que não fazem qualquer referência em cada região do Brasil.

Ainda, a imensa maioria dos grupos possui como área predominante de pesquisa as Ciências Humanas (406), seguidas das Ciências da Saúde (120) e Ciências Sociais Aplicadas (78). É interessante notar que as Ciências Agrárias e as Ciências Exatas e da Terra estão dentro desse levantamento, com 1 e 2 grupos de pesquisa, respectivamente. Apesar de não ser o tema central do grupo de pesquisa registrado no CNPq, ainda assim possui, dentro dos temas e linhas de pesquisa, algo relacionado à população LBGTI+.

Quando passamos a análise para os grupos que possuem referência expressa em seus nomes ao movimento LBGTI+, diminui-se drasticamente a variedade das áreas predominantes, restando Ciências Humanas (220), Ciências Sociais Aplicadas (45), Ciências da Saúde (39) e Linguística, Letras e Artes (15).

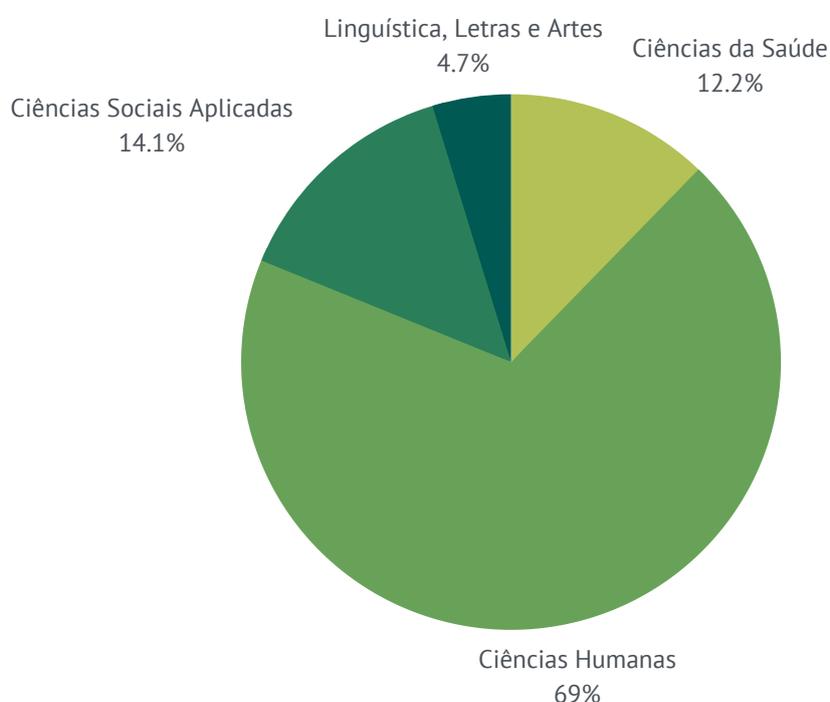


Gráfico comparando o número de grupos cujo nome cadastrado na plataforma CNPq possui alguma referência à pauta LBGTQIA+ em cada área grande de estudo.

Por fim, os cursos que mais desenvolvem pesquisa com temas relacionados à população LGBTI+ são aqueles dentro da área da Educação, tanto na lista geral dos grupos (187), quanto na com os grupos cujo nome contém expressões relacionadas à pauta LGBTI+ (104).

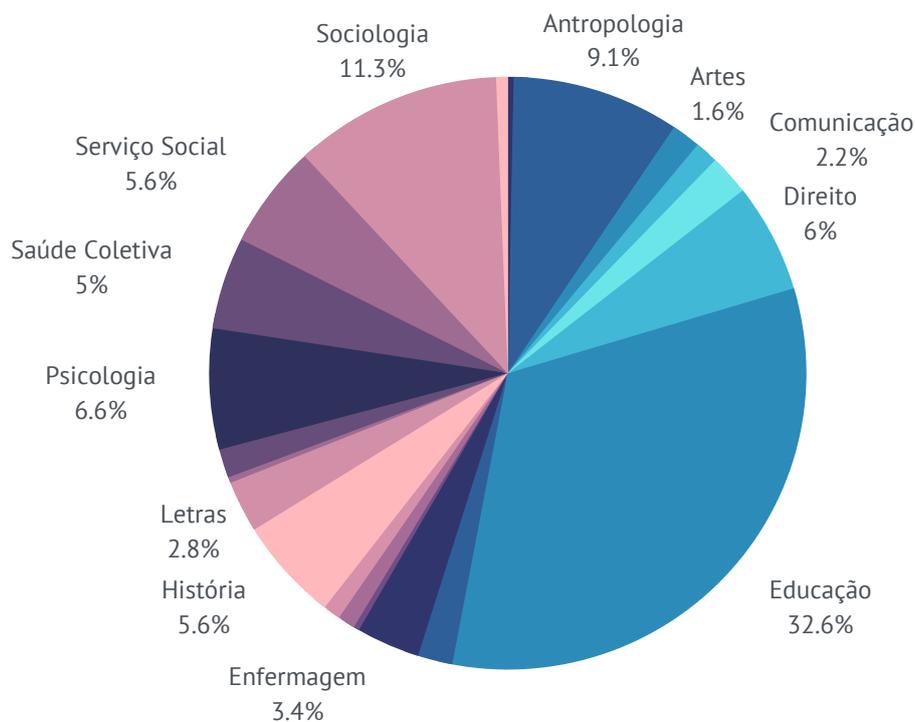


Gráfico comparando o número de grupos cujo nome cadastrado na plataforma CNPq possui alguma referência à pauta LBGTQIA+ em cada área específica de estudo.

ROTAS

Rotas

Angela Couto Machado Fonseca¹
Leandro Franklin Gorsdorf²

Um desafio escrever para esta seção da primeira edição da revista, a pergunta implícita é: qual poderia ser o

Percurso?

Itinerário?

Trajectoria?

A fim de alcançar um determinado objetivo, destino, fim.

Porém de forma a subverter a proposta por nós apresentada aqui é mais de um caminhar a deriva pelas possibilidades de se marcar um campo de

conhecimento do Direito a partir das discussões sobre gênero e sexualidade

Ao narrar a nossa experiência de

construção da disciplina Direito e Sexualidade no Curso de Direito da UFPR queremos incentivar a reflexão sobre este processo de instauração de um desvio num espaço predominantemente de normalização dos corpos e do pensamento.

Multipliquemo-nos, sejamos muitos em todos os lugares e espaços, contaminemos com nossas ideias e práticas, instalemos alianças!

A narrativa traz algumas linhas que nos moveram até este ponto, entrelaçando numa trama questões subjetivas e teóricas.

LINHA 1 - A construção da disciplina Direito e Sexualidade: Tempo e Lugar

No convulsivo ano de 2016 propusemos a disciplina tópica Direito e Sexualidade.

Esse é o quando, um quando marcado por um tempo, que então não tínhamos condições de prever seus desdobramentos, mas, já ali, instalados naquele 2016, nos parecia estar em curso processos de recrudescimento das

fronteiras narcísicas que encerram o eu e seus pares no confinamento da estrita concordância.

Nos parecia que o encontro e a perturbação dos afetos, que entendemos ser também o encontro com o outro e o desafio que a alteridade provoca, estavam sendo esvaziados no cenário

¹Professora de Filosofia do Direito da UFPR. | ²Professor de Prática Jurídica em Direitos Humanos.

ético e político. Tratava-se, hoje sabemos melhor, de um processo de transformação da diferença enquanto possibilidade mesma das relações, para a diferença sentida como ameaça. Exatamente nesse cenário e conectados pelo afeto acadêmico-pessoal, talvez de modo não tão consciente ou resolutivo, a proposta da disciplina Direito e Sexualidade (que foi acolhida sob o nome de Tópicos especiais de Filosofia do Direito Contemporânea) foi uma proposta de resistência. Era preciso resistir aos confinamentos do debate que só se faz na repetição do mesmo e, sobretudo, resistir ao endereçamento de nós mesmos e nossa reflexão para um fora de menor valor e possivelmente tarjado como insidioso (seria fácil, hoje, reunirmos boa quantidade de ataques às universidades públicas via questionamento dos conteúdos de pesquisas que versam sobre gênero, identidade e sexualidade). Essa resistência foi também um convite-acolhimento e uma prática de coalisão. O convite-acolhimento produziu um espaço de desenvolvimento acadêmico e disposição para trocas. A prática de coalisão aguçou o valor de se pensar a democracia e a ação política. Desse ponto preciso do tempo e do quando a disciplina Direito e Sexualidade surge, outros pontos temporais e espaciais se somam. Se por um lado é problemático o cenário ético-político desde 2016, por outro lado a comunidade acadêmica - docente e

discente - já estava marcada pela história dos movimentos identitários ocupados por tais questões e já fazia parte das relações esse modo da relação que diz respeito à tolerância, aceitação e valorização da diversidade de gênero e sexualidade. É dessa soma, é desses encontros que a presente edição resulta e narra.

O lugar (aqui entendido como posição e não como marco) de concepção da disciplina de Direito e Sexualidade, não parte de uma centralidade, mas múltiplas conexões não lineares para a sua construção no currículo do curso de Direito da UFPR. Uma disciplina em que os interesses são atualizados e agenciados seja por nós docentes, estudantes, contextos e situações da realidade.

Sem o intuito de responder, mas sim de criar uma agenda, um programa para além da disciplina, que se expanda para além do encontro semanal, mas contagie os corpos e saberes para além dos muros da Universidade.

Definir uma disciplina com este conteúdo é (de) marcar território no campo do conhecimento jurídico, criando um espaço de produção de saberes e de (re)conhecimento de nossas subjetividades implicadas nesta ação pedagógica.

Resta evidente que se disponibilizar a estruturar uma disciplina voltada ao curso de graduação no Direito, traz consigo os tensionamentos existentes entre conceitos e categorias jurídicas apreendidos no decorrer do curso de direito e uma nova gramática de direitos vivenciada por novas existências políticas.

LINHA 2 - Trajetórias

O encontro das nossas trajetórias antecede o espaço da UFPR, sendo na Universidade Positivo que temos a primeira sintonia de nossas ocupações teóricas em nossas trajetórias.

O modo como elaboramos continuamente a disciplina de Direito e Sexualidade tem muito sobre o modo de como fomos afetados por estes temas em nossas vidas, biografias.

Angela

“ Meu percurso começou com a dupla formação em Direito e em Filosofia.

Na graduação de Filosofia fiz meu TCC sobre o pensamento do jovem Nietzsche, que permaneceu sendo o autor do meu mestrado. Foram as críticas da verdade e da subjetividade os aspectos centrais do meu interesse naquele momento. No caminho entre mestrado e doutorado fiz um período de estudos em Florença e tive contato com autores italianos que conduziram a crítica da subjetividade para os territórios da filosofia do corpo. A pesquisa de doutorado em filosofia do direito, por sua vez, se ocupou da biopolítica, o governo da vida e dos corpos; fiz um período de bolsa sanduíche na EHESS responsável pelo aprofundamento na obra de Michel Foucault. Os estudos sobre biopolítica e corpo acabaram por se desdobrar no estudo das teorias de gênero e teorias

feministas. Atualmente pesquisa no território do pós-estruturalismo, filosofia política e filosofia dos corpos. Os temas do problema da identidade, sexualidade e política têm sido objetos do meu interesse pontual.

Leandro

“ Em 2011, ao adentrar como docente do Núcleo de Prática Jurídica da UFPR, na disciplina de prática jurídica em Direitos Humanos, as propostas apresentadas para as turmas partia de questões relacionadas às temáticas de violência de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual. Ponto iniciático para uma ação pedagógica voltada à reflexão sobre os temas circundantes, como direito ao nome, violência LGBTfóbica e questões relacionadas a Maria da Penha, sempre em diálogo com os movimentos sociais. Paralelamente, foi através da ação extensionista que se aprofundou a necessidade de ampliar as discussões sobre as bases para se pensar num direito a partir das existências gays, lésbicas e trans. Discussões sobre o Plano Estadual de Enfrentamento LGBT e casos de retificação do nome por meio de demandas judicializadas, atualizavam o vazio existente na formação acadêmica quanto estes assuntos correlatos de modo mais sistêmico e não apenas como casos empíricos para exemplificar determinada categoria jurídica.

Houve a entrada, logo mais, no programa de doutorado em Direito. A própria tese, que inicialmente tinha um escopo, se transformou a partir do encontro com o documentário *Dzi Croquettes*. Tal giro desafiava o diálogo com as várias formas de resistência à ditadura. Para aprimorar a pesquisa, realizei doutorado sanduíche com professor de Birkbeck Leslie Moran³, que era um referencial na Inglaterra daquilo do que podemos denominar direito queer em sentido mais amplo, não apenas restrito a teoria queer, mas o que a palavra queer carrega de história na Common Law.

LINHA 3 - Programa

Dois lugares, duas leituras, complementares, se alimentando entre si dos desafios de pensar numa disciplina que partisse de pontos de partida distintos em direção a um olhar crítico do direito. A partir da estrutura curricular do curso que se organiza em disciplinas obrigatórias e as eletivas, que tendem a aproximar mais dos interesses dos estudantes, numa proposta rizomática de currículo⁴.

PRIMEIRAS TENTATIVAS

A disciplina inicialmente se estruturava em uma parte filosófica e outra a partir de temas que aproximassem a dimensão jurídica das questões de gênero e

⁴ Sobre currículo rizomático acesse: <https://razaoinadequada.com/2013/11/23/curriculo-rizomatico-tres-principios/#:~:text=%E2%80%93%20Gilles%20Deleuze%2C%20Abeced%C3%A1rio%2C%20P,mas%20na%20estrutura%2C%20na%20organiza%C3%A7%C3%A3o.>

sexualidade.

No primeiro programa, corpo e sexualidade, dispositivo da sexualidade em Michel Foucault e a teoria queer de Judith Butler traziam conceitos que pudessem ser chaves de leitura das temáticas posteriores.

Na segunda parte do programa, o interesse era abordar as perspectivas das políticas sexuais e dos direitos sexuais, apresentando os contornos e ausências a partir do Estado Brasileiro e do movimento social brasileiro. Nesta parte do programa a base teórica partia dos trabalhos e pesquisas do Centro Latino-americano em Sexualidades e Direitos Humanos⁵.

Num terceiro momento do programa, o movimento era trazer situações específicas da realidade brasileira e internacional. Temas como direitos das pessoas trans e o fenômeno da prostituição compunha este itinerário. Ainda influenciado pela estadia em Londres, outros temas complementavam o final do programa, como pornografia e sadomasoquismo, mas que eram totalmente ausentes do universo jurídico brasileiro.

Em constante mudanças, as alterações iam se aproximando mais das movimentações da produção teórica no campo brasileiro e do ativismo tático e estratégico dos movimentos sociais. Posteriormente, o programa incorporou mais questões relacionadas ao feminismo. A frequência cada vez mais marcante de alunas na disciplina e a

centralidade do debate entre feministas e correntes teóricas do feminismo para temas da filosofia, do direito e da política precisavam ser melhor posicionadas. Pareceu fundamental trazer para o debate as diferentes posturas e os diferentes momentos dos feminismos, assim como a fratura e a crítica que realizam nos lugares formais do conhecimento (bem como da prática jurídica e política).

ENFIM, NOMEADO ESTÁ...

Finalmente em 2021 que nós decidimos por nomear a disciplina com o real objetivo que ali se continha, uma nova tópica surge no currículo: Direito e Sexualidade.

Nesta nova roupagem, o programa se aprimora entrando em cena outros conteúdos, principalmente em razão do avanço em 5 anos da discussão jurídica sobre a relação Direito e Sexualidade, seja a partir dos casos paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal ou de novas legislações e normativas que vão reconhecendo os direitos da população LGBTI. Outros autores e autoras também passam a ser mais traduzidos/as no Brasil, em especial aquelas/es ligados a Teoria Queer.

LINHA 4 - Sala de aula: acolhimento e subjetivação

A linha desencapada, do curto circuito do ano de 2... , encontrava eco no espaço

⁵ <http://www.clam.org.br/>

de sala de aula da disciplina. Desde a primeira oferta, encontramos ressonância da disciplina nos estudantes, sujeitos LGBT, mas também além deles. A vivência LGBT dentro da Universidade e do curso de Direito, não se restringia aos espaços estudantis, seja os centros acadêmicos e/ou coletivos, mas por dentro da instituição Currículo. A sala de aula potencializava os interesses, afetando e criando afetos entre aqueles que partilhavam aquele momento, encontro, experiência. Na comunidade LGBT as escolas e universidades nunca foram um lugar de acolhimento, ao contrário, um lugar de manifestação das mais variadas formas de violência, onde não é permitido ser quem você é. Com a disciplina, podemos criar e disponibilizar um lugar de segurança para a circulação das ideias sobre gênero e sexualidade. Não necessariamente, os sujeitos LGBT se expunham ou partiam da sua experiência subjetiva para dialogar com os conceitos e categorias que transitavam, mas existia uma cumplicidade implícita. A partir de algumas vozes pretendemos identificar este espaço importante de constituição da juventude LGBT.

“ Imagino que, para a maioria das pessoas, o imaginário sobre o Direito dificilmente está habitado por elementos ligados à sexualidade.

Em um primeiro momento, então, uma disciplina com o nome “Direito e Sexualidade” pode soar estranha aos ouvidos, afinal, o que esses dois mundos aparentemente tão distintos têm em comum? Após um semestre de magistrais exposições pela Professora Angela Couto Machado Fonseca e pelo Professor Leandro Franklin Gorsdorf, de variadas leituras e riquíssimos debates, os pontos de encontro e influência entre o Direito e a Sexualidade, sempre interligados por corpos humanos, se tornaram muito mais perceptíveis. Partindo inicialmente dos estudos foucaultianos sobre a repressão e a produção da sexualidade, inclusive por intermédio do aparato jurídico estatal, até chegar aos debates contemporâneos sobre gênero, identidade, direitos sexuais e práticas sexuais lidas como “não convencionais”, a disciplina (termo que, ao fim desse ciclo, passei a considerar inadequado para descrever aulas tão opostas às práticas disciplinares) de “Direito e Sexualidade” possibilitou uma nova compreensão, mais crítica, sensível e aberta às diferenças, da realidade. Acredito que, além do acúmulo teórico, tais encontros proporcionaram um espaço de discussão frutífero sobre políticas direcionadas à ampliação de direitos de pessoas usualmente invisibilizadas e marginalizadas em nossa sociedade.

Augusto Jubei Hoshino Rizzo

““ Existem alguns momentos da faculdade que são divisores de água na vida - alguns dentro da sala, outros fora dela.

Cursar a disciplina de Direito da Sexualidade, sob a orientação cuidadosa de Angela Fonseca e Leandro Gorsdorf, em 2016, foi um desses maravilhosos momentos em que a sala de aula se abre como um caleidoscópio, em mil outras faces e cores.

Pude entrar em contato com posicionamentos diferentes e complexos sobre sexualidade, gênero e identidade, tendo a oportunidade de ouvir e ser ouvida; ler e discutir textos base e textos super recentes, acompanhando as discussões mais contemporâneas sobre o assunto; ter apoio e parceria para pesquisar e me aprofundar no tema, mesmo após o fim da disciplina... Eram aquelas aulas que, mesmo quando acabavam tarde, ninguém queria sair da sala ou interromper a discussão! Foi realmente uma experiência transformadora, que me apresentou outra forma de viver o ensino universitário e de ver o mundo - não apenas em questões de gênero e sexualidade.

Alice de Perdigão Lana

““ Decidi cursar a disciplina de Direito e Sexualidade devido ao meu interesse pelos estudos de gênero.

Apesar de já ter contato com essa temática em alguns espaços de militância, os debates promovidos na disciplina foram essenciais para aprofundar minha compreensão de diversas questões, especificamente no que diz respeito à desconstrução da matriz binária/dual que orienta a percepção da maior parte das pessoas sobre gênero e sexualidade. Acredito que as lembranças mais marcantes do período em que cursei a disciplina foram a exposição crítica sobre o suposto determinismo vinculado aos cromossomos sexuais e o aprofundamento teórico em alguns conceitos da obra de Judith Butler – como, por exemplo, a noção de performatividade e sua relação com a citacionalidade e a iterabilidade (repetições e deslocamentos). O processo de compreensão desses conceitos foi muito importante para elaborar a minha Monografia de conclusão de curso, uma vez que essa pesquisa abordou o fenômeno da matabilidade de pessoas trans no Brasil.

Giuliana Tirapelli

ENTREVISTAS

Movimentos homossexuais e vivências públicas

Kleire Anny Pires de Souza
Isabel Ceccon Iantas

O conceito construído por Michelle Perrot em *Os excluídos da história* (1998) é um importante constructo para se pensar a homossexualidade. Perrot deu as margens, existem também os não-lugares. Essas categorias servem para os agentes que não compõem o status de dominância, seja qual atravessamento fazemos, o de raça, classe ou sexo. A homossexualidade teve sua trajetória de não-lugar e de não-ser durante muito tempo, finalizando esse legado a partir da retirada de status de doença de ordem mental na década de 70. Entretanto os seus guetos continuam a existir, seu status não médico não impede os atravessamentos violentos da vida cotidiana. A história que usa a memória como seu

objeto de análise é recheada de atravessamentos de pessoas relegadas a necropolíticas. Entretanto, Foucault nos presenteou com um conceito que serve muito além de falar sobre os não-seres, não-lugares, segundo sexo ou margem: nos ensinou sobre resistência. Resistir, nesse sentido, é o oposto da reação. Quando há reação existe uma resposta que o poder exige de nós, entretanto, quando resistimos, criamos outra possibilidade de existência para esse poder, como uma força alternativa. Resistir indo de encontro a essa perspectiva foucaultiana é sinônimo de construir; criar a resistência é uma atividade de força, que se consolida como uma estratégia para alternar as relações no campo do poder, ou seja, lutar contra uma norma, uma imposição

através da existência de outras possibilidades.

Dentro dessa premissa, podemos pensar a homossexualidade como resistência, principalmente se pensarmos as perspectivas e contextos de sua existência através da história. Apesar do seu forte ligamento com marcadores de violência, é mais forte ainda seu elo com a luta, com a resistência; e toda resistência é produtora de memória e espaços de vivências, construção de redes, afetos, produções.

No Brasil, os movimentos homossexuais tomam sua forma, principalmente, no fim da década de 70, em pleno Estado de exceção, de barbárie militar. E, apesar do período de maior perseguição a homossexuais, foi também o período de maior resistência e construção de redes de enfrentamentos. A partir dessas presentificações, conceito de Hans Gumbrecht (2010), destacam-se os atravessamentos do passado no presente, criando disputas de narrativas. Assim, podemos, com os testemunhos e fontes, reescrever a história de uma forma que possamos ocupar os não-lugares, e nos tornarmos agentes da nossa própria história.

Nossos entrevistados são exemplos das tomadas de espaços e do reconhecimento das suas identidades a partir da resistência. Sendo eles Edward Mcrae, Luma Nogueira de Andrade e Paula Évelyn Silveira Barbosa.

“ “ Hoje em dia, você já tem cursos universitários voltados para questões de gênero e orientação sexual.

Hoje você tem, aqui no programa pós-graduação em antropologia, professores que são reconhecidamente voltados para esse tema. E você tem todo ano alunos que vêm por causa disso e vêm procurar orientação dessas pessoas e são hiper respeitadas. Hoje em dia, a gente não tem mais, no meio universitário pelo menos, que ficar se justificando, a gente traz mais uma questão que é de interesse.

- Edward Macrae

Entrevista com Edward Macrae

Entrevista e transcrição:
Kleire anny pires de souza
Isabel Ceccon lantas

Para ver a íntegra da entrevista, acesse o link: <https://youtu.be/fjzaLdGTBWI>

| KLEIRE - Hoje é dia 8 de Junho de 2021, nós estamos aqui com a presença do Edward Macrae. Apresentando um pouco o professor: nascido em 1946, estudou antropologia pela Unicamp e na USP, onde se doutorou, em 1986, com a tese “o militante homossexual no Brasil da abertura”, e desde então vem pesquisando a questão das drogas. Produziu livros de muita relevância para o movimento LGBT, como “o que é homossexualidade” e “a construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da abertura”. Atualmente mora em Salvador, onde leciona antropologia na Universidade Federal da Bahia e é pesquisador associado do Centro de Estudos e Terapia de abusos de drogas. Professor Edward, se você quiser falar mais alguma coisa para nós começarmos.

| EDWARD MACRAE - Saudações a todos, todas, todes! E só quero dizer o quanto eu fico honrado e contente de estar aqui conversando com vocês.

| KLEIRE - Então, dando início: você conheceu a militância nacional e internacional, consegue perceber diferenças fundamentais em como construíram esses movimentos? Acha que existe uma troca de ensinamentos a serem feitas entre essa militância Internacional e nós?

| EDWARD MACRAE - Sim. Eu acho que a gente no Brasil está, atualmente, em contato direto com o que acontece em outros países, em outros continentes, e

especialmente em relação aqueles centros mais metropolitanos. O Brasil que tem historicamente esse foco eurocêntrico ou anglosaxonicocentrico, né, norte-americano. Bom, isso desde muito tempo que a gente tem esse contato, forte influência vindo para a gente. E, com relação ao movimento, como chamava na época, “homossexual”, né, não podia ser diferente. Embora, naquela época, eu estou falando, agora, sobre o final da década de 70 e início da década de 80, então, naquela época, obviamente, a gente não tinha internet, não tinha muitas das facilidades que nós temos hoje de comunicação. Então, apesar de a gente ter essas influências estrangeiras, as coisas levavam mais tempo para chegar aqui. Bom, isso dito, a gente, também nessa época, vivia numa ditadura obscurantista, que censurava, então a gente tinha dificuldade em ter todas essas informações vindas de fora. E durante uma certa época, o início da década de 70, foi tomado o Brasil por uma luta de cunho político, até armado, as guerrilhas, a luta armada contra a ditadura militar - que foi, assim, derrotada. E derrotada, destroçada, as pessoas foram mortas, torturadas, exiladas, fugiram. Toda essa atividade levou a uma situação mais tensa aqui no Brasil, então, as pessoas que ficaram ficaram sem essa possibilidade de uma discussão política. E, então, foram desenvolvendo outras contestações e, aí, elas se miraram um pouco no que tinha acontecido alguns anos antes nos

Estados Unidos, na Europa, o tal do movimento hippie, paz e amor - porque enquanto surgia paz e amor em outros lugares, aqui a gente tinha bala e tortura. Então levou um tempo para chegar isso, embora houve alguns casos antes, mas, assim, para chegar como uma coisa forte foi mais na segunda metade da década de 70. Quando, então, mais para '76, por aí, começaram a voltar para o Brasil uma porção de pessoas que tinham se exilado em outros lugares, né. E essas pessoas trouxeram para cá ideias que já estavam sendo desenvolvidas sobre feminismo - isso foi muito forte - e, uma coisa menos forte, né, mas que também começou a chegar, sobre o movimento gay que estava se desenvolvendo lá nesse norte global. Aqui, realmente, as pessoas, em geral, estavam muito ainda desligadas dessas questões. E surgiu, inicialmente, um grupo de pessoas mais intelectuais que estavam ligadas com isso, começaram a discutir essas questões aqui, mas, daí, as reuniões passaram a atender uma necessidade de ponto de sociabilidade para uma população que na época seria de gays masculinos e mulheres lésbicas. Assim, as trans estavam quase que a gente não via, elas estavam completamente silenciadas e postas no fundo do armário. Não no fundo do armário, mas no fundo de não sei aonde. Então, depois de um tempo, as pessoas de classe média, com raras exceções, começaram a se cansar um pouco, porque começou a chegar muita “bichinha quaquaquá”, assim, gente de

classe mais pobre. Isso, de certa forma, também, fez surgir nessa época uma série de alternativas, assim, de comércio gay, essas coisas, e as pessoas podiam frequentar outros lugares, fazer sociabilidade gay - mas eram todos lugares caros. E o movimento gay virou um lugar para aqueles gays que não tinham muita possibilidade de frequentar o que, na época, a gente chamava de “o gueto gay”. De toda forma, tinha o jornal Lampião, que era um jornal que tinha essa influência estrangeira. Não “influência”, eles tinham conhecimento do que estava acontecendo lá fora e dialogavam com ideias que estavam acontecendo lá fora. E eles trouxeram essas ideias para um público mais popular, inclusive, um público lésbico que até então era quase completamente invisível. Não é que não existisse, mas era muito, muito, muito, você não via e não contactava. Tinha um ou dois lugares de mulheres se reunirem, geralmente vistos de uma forma meio caricata, sabe. E havia toda uma falta de possibilidade de desenvolvimento de novas ideias, novas formas de sociabilidade, mas que foram ocorrendo. Cada vez mais vai se facilitando os contatos com outros países, vai se intensificando o diálogo com outras ideias e se desenvolvendo muita coisa aqui mesmo.

| KLEIRE - Não temos tempo para temer a morte, né? Eu achei muito interessante essa questão, eu queria que comentasse

mais sobre as classes entre os homossexuais. Eu vou usar o termo “homossexuais” porque naquela época, como o senhor mesmo mencionou, não utilizava LGBT. Então, eu gostaria que você mencionasse mais sobre isso. É porque sobre a questão dos guetos lésbicos, né, eu tenho um pouco mais de conhecimento sobre e eu acho muito interessante aquela do “quem é lésbica vai para o camburão”, e aí muitas dessas lésbicas, às vezes, podiam escapar dessas apreensões justamente por conta do seu recorte de classe. O senhor poderia comentar um pouco mais sobre a questão da homossexualidade na classe burguesa e a nos guetos?

| EDWARD MACRAE - Sim, desde que eu me lembro, na década de 70, apesar da ditadura, apesar de tudo, você tinha certos lugares, como a Boate Medieval, em São Paulo, que eram lugares que as pessoas chegavam na Rua Augusta... Assim, você ia pela Augusta e daí as pessoas iam andando... Daí chegava uma porta, elas olhavam para os lados, e entravam e fechavam a porta. E era a Boate Medieval. Lá, as bichas estavam todas fechando, de plumas, e era a grande festa! Mas era uma coisa que não era clandestina, mas, na cabeça das pessoas, ainda era uma coisa meio vergonhosa. Mas lá dentro era como qualquer boate gay, assim, sabe, a música era um pouco diferente, levando em conta as diferentes da época, né,

mas era a mesma coisa que a gente encontra hoje. E era tudo classe média, era meio caro. tinha um lugar um pouquinho mais barato, que era o Nosso Mundo. Um eram bichas meio de classe média/média-alta e o outro era média/média-baixa. Mas também, assim, tinha um preço que você tinha que pagar para entrar e coisas assim. E lá dentro tudo acontecia. Nessa época, eu morava no centro de São Paulo, na Praça da República, que era pertinho da chamada Boca de Luxo. A boca de Luxo era uma série de boates de prostituição, de um nível um pouquinho mais alto, que as mulheres trabalhavam com um preço melhor do que em outros lugares. E era muito interessante, sabe, estou falando, assim, da década de setenta ainda. As boates naquela época, as boates, em geral, não admitiam mulheres sozinhas. As mulheres tinham que sempre ir com um homem. Essa questão [era] para “combater a prostituição”, essa coisa assim. E nessas boates as pessoas iam muito chiques e bem vestidas. Nessas boates que eram realmente boates de prostituição, as mulheres eram, obviamente, admitidas lá, porque o negócio era esse, mas elas tinham que dar uma de finas, então elas usavam longos - já numa época em que, normalmente, as mulheres de classe média não usavam longo. Então você via na rua as mulheres que estavam muito bem vestidas eram justamente as prostitutas. E era uma coisa engraçada. Nessa época também começa a surgir as travestis, que até então elas não

apareciam na rua, era uma coisa muito mais fechada e nessa época elas começam a aparecer e ficar nessa Boca do Luxo, nas esquinas chamando clientes. Os gays um pouco mais pobrinhos, mas ainda com certa grana, podiam ir em alguns bares e boates mais baratinhos, que eram também uma barra mais pesada, era onde ia “michê” e algumas das bichas de classe média iam justamente para pegar um “michê”. Você via bastantes michês na rua. Então, nessa região do centro de São Paulo que eu convivi, você via essas prostitutas, algumas travestis e bastantes michês também. O michê era sempre menos estigmatizado, do que a travesti e até a prostituta feminina. [Elas] não eram tão visíveis, não usavam uma roupa diferente, por exemplo. Então havia uma coisa de classe média e havia uma coisa de uma classe mais popular. Com o desenvolvimento da história do movimento LBGTQIA+, eu acho que a gente viu o desenvolvimento de todo um mundo comercial, meio caro, cujos frequentadores, frequentemente, estigmatizam os gays pobres. Agora, eu não me sentiria à vontade para falar sobre as mulheres porque eu não experienciei isso tanto. Embora, eu acho, assim, me desculpe, mas existe essa mesma coisa de classe, tanto entre os homens como entre as mulheres. E, outra questão, historicamente, nas classes populares e, tradicionalmente, em todas as classes, a homossexualidade era muito associada aos papéis de gênero tradicionais: o

macho e a fêmea, o ativo e o passivo. Então, nessa época, quem começa a questionar isso é, justamente, as pessoas que tinham contato com concepções, pensamentos, que estavam se desenvolvendo em outros lugares do norte global, digamos. A gente vai ver que esse questionamento de uma certa rigidez nos papéis acontece inicialmente entre essa classe média mais voltada para outros países mais dentro dessa cultura erudita de classe média. Enquanto que entre os mais populares ficava muito forte essa coisa do ativo e passivo. Ao mesmo tempo, a gente não deve exagerar isso também, porque até hoje a gente encontra entre os gays masculinos ainda muito forte essa coisa do ativo - embora haja todo um grupo que é mais flexível. Mas é uma questão que a gente tem que ver, talvez, de uma forma mais ampla e não simplesmente em termos de classe, de educação, coisa assim. Tem a ver com isso, mas é uma questão que continua muito presente.

| KLEIRE - Eu achei muito interessante essa colocação da classe, da homossexualidade, justamente porque também dá para perceber muita violência e como ela se manifesta. Você menciona muita palavra “bixa” ou, não sei se é uma coisa regional, mas aqui a gente tem termo pejorativo que é “bixa pão com ovo”, para se referir àquela bixa da classe pobre que normalmente é espalhafatosa. E aí, obviamente, a

violência recai sobre ela de uma forma totalmente diferente de um gay de uma classe alta, por exemplo, principalmente quando o você menciona esses guetos, essa questão do acesso, também, é muito muito latente como a violência atinge a “bixa pão com ovo”.

| EDWARD MACRAE - As expectativas que se têm também afetam as próprias pessoas. A tal da bixa pão com ovo, que em São Paulo também usa essa expressão, que você falou “espalhafatosa”. Não é porque o gay é essencialmente, naturalmente, espalhafatoso. Aliás, ninguém é naturalmente nada, né, a gente vai se desenvolvendo de muitas formas. Mas existe, de certa maneira, essa expectativa e as pessoas conformam muito essas expectativas. A gente nasce em famílias heterossexuais, é uma das dificuldades e desvantagens que os gays, às vezes, apontam em relação aos negros. Um jovem negro nasce em uma família negra e pode aprender a ser negro com os pais. Mas o gay tem que criar toda uma concepção de si sozinho. O que os pais e o meio dele vão dizer é que isso é errado, é doente, é neurótico, é marginal, etc. Daí, a pessoa, em meio a todas essas concepções negativas, tem que criar alguma forma mais positiva de se ver. Hoje, já é um pouco diferente, mas antigamente ela não tinha modelo nenhum, nenhum, nenhum. Eu me lembro que quando eu era criancinha,

adolescente, que estava procurando entender essas coisas, era difícil para você achar coisas sobre homossexualidade. Quando você achava, era sobre a patologia da homossexualidade e como os homens homossexuais tinham uma distribuição de pelos diferente dos heterossexuais, por exemplo. Maluquices, né. Mas era o tipo de referências que a gente tinha. Era muito difícil. Então, você vai procurando: “o que é ser homossexual?” e as pessoas dizem “homossexual é afeminado”. Então, eu devo ser meio afeminado. Então, sei lá, vai ser natural eu ser afeminado. Não necessariamente conscientemente, mas a gente vai, de alguma forma, se adequando a expectativas. Hoje em dia, nós já, graças a Deus, temos mais referências, mas é muito recente isso. Referências positivas. Sabe, eu me lembro, não é tanto tempo atrás, que saiu aquela série “Queer as Folk”, que foi uma das primeiras - pode não ter sido a primeira -, mas que eu me lembro, que me impactou, foi a primeira série de televisão que mostrava gays com os seus problemas, as suas formas de viver, problemas, etc, como qualquer outra pessoa tem. Mas não necessariamente, não por causa delas serem neuróticas, por elas serem, de alguma forma, defeituosas inatamente. E depois disso, hoje em dia, a gente tem, desde a pornografia aos montes, você tem hoje tudo quanto é série, minissérie, microssérie, coisas de computador, um monte de referências já mais positivas.

Eu não sei o quanto as pessoas das classes populares têm acesso a isso, que nós da classe média temos. Aí, também, a gente tem que levar essas coisas em consideração. Mas eu acho que hoje em dia essas coisas vão se popularizando e as pessoas têm mais referências positivas. E isso é muito importante. Eu vivo num momento em que eu estou numa bolha, de COVID-19, resguardo e confinamento, e eu estou convivendo com dois outros rapazes gays. E passa um homem na televisão que a gente acha bonito, a gente comenta, umas coisas, assim, completamente normais. E eu tenho pensado o quanto hoje em dia é mais fácil. Antigamente, você podia ver uma pessoa que você achava bonita na rua e você pensava “ai, que tesão”, mas não falava nada. Hoje em dia você pode sentar com seu companheiro ou outro gay ao seu lado e “que gostoso, não só que...” e comentam, né. Então, tudo isso está fazendo uma grande diferença. Na minha experiência do Somos, naquela época, as pessoas que começaram, até tenho um livro que fala sobre, “O proto-movimento”, antes, né. Daí você tinha uma série de pessoas, assim, intelectuais, alguns até hoje são intelectuais de renome na cultura brasileira. Altamente educados, universitários, etc. E, eles, então, começaram, o pessoal do Lampião, por exemplo, a desenvolver uma série de ideias iniciais. Daí, no Somos, quando eu entrei, naquela época ainda, o ensino universitário era mais elitizado do que é hoje. Houve mudança com questão de

cotas. Eu sou professor aqui na UFBA e mudou da água para o vinho. Inclusive, as pessoas falam de queda de qualidade, não sei o que, eu acho que é o contrário. A universidade ficou muito mais interessante, muito mais rica, muito legal. Mas, então, naquela época, essas pessoas de classes populares, que acabaram sendo aquelas que mais frequentavam o movimento, não tinham muito esse acesso à universidade. Eu me lembro que, na época, antes de eu entrar para o Somos, eu tinha uma vida cultural bastante rica e frequentava teatros, tinha amigos que eram atores, e exposições. Muito essa coisa da cultura. Daí, quando eu entrei no Somos, a minha atenção passou a ser completamente para o Somos, para as pessoas do Somos. E lá a gente tinha as nossas reuniões e depois das reuniões a gente ia para algum barzinho no centro da cidade, uma coisa assim, ficar no chamado “gueto”, conversando com outros gays que não eram, assim, gays organizados. Foi um grande aprendizado, mas a minha vida “cultural”, aquela que eu tinha antes, minguou imensamente. As pessoas não tinham esse olhar voltado para o cinema, teatro, artes plásticas, que aqueles mais de classe média tinham. E eu não me surpreenderia se ainda fosse meio assim, embora, como eu disse, hoje em dia, a universidade está muito mais aberta, popularizada, então tem muito mais gente indo lá. Mas eu acho que talvez ainda exista um certo fosso entre a universidade e os gays, assim, mais

populares, no mínimo, que são a grande maioria, como é a grande maioria da população brasileira.

| KLEIRE - Agora, falando do Somos, o senhor mencionou que tinha muitos gays de classes populares, os maiores integrantes dos Somos e a organização eram de classes populares? Não teve muita adesão da classe média?

| EDWARD MACRAE - Bom, a ideia que eu desenvolvi na minha tese, no meu livro, é que esse movimento era um movimento que se propunha a ser hiper, super, democrático, assim, ao máximo, que você não tinha liderança, por exemplo. A liderança era rotativa. Não importava, sabe, as possibilidades da pessoa, era vez dela ser a líder. Isso daí era muito bonito, em teoria. Na prática, não funcionava, porque você tinha pessoas que, em primeiro lugar, tinham mais disponibilidade de tempo. Tinha aqueles que tinham que trabalhar todo dia, das 8 horas às 5 horas e você tinha aqueles mais intelectuais, como eu, que tinham aulas alguns dias da semana, outros ficavam em casa estudando, etc. E daí você tinha essas pessoas também e elas muitas vezes estavam mais acostumados a falar em público, não só elas, mas é muito isso. Tinha uma série de pessoas que tinham mais condições de, realmente, liderarem o grupo, de diversas maneiras. E essas pessoas é que eram aquelas mais universitárias, uma

minoria. E mesmo se você tivesse a “bichinha quaquaquá” que foi eleita para ser a presidenta daquela hora, mas tinham os outros, que não eram nada, mas que estavam lá e davam opiniões, tinham as informações e que tinham tempo para ir fazer as coisas, e que acabavam, então, sendo uma liderança informal. E como você tinha essa ideologia de que todo mundo tinha que ser igual, não podia ter liderança, etc, alguns desses líderes eram os grandes propagadores dessa ideia. Então, você não podia apontar, se contrapor a qualquer tipo de dominação que elas viessem a ter. De certa forma, essa hiperdemocracia acabava sendo contraditória e permitia que algumas pessoas dominassem e não fossem contestadas, não fosse reconhecido o seu domínio. Então, eu vejo que tinha uma liderança informal que era às vezes problemática também.

| KLEIRE - Agora dando segmento: como você enxerga a trajetória da pesquisa universitária sobre gênero e sexualidade no decorrer dos anos? Você percebe uma maior liberdade em tratar do tema atualmente?

| EDWARD MACRAE - Sim, sim, sim, não há comparação. Eu nunca sofri nenhum tipo de repressão, nese sentido, mas, inicialmente, perguntaram, na universidade, “mas você vai estudar esse grupo homossexual? Quantas pessoas tem? Porque você não vai fazer um

sindicato? Muito mais importante”. Então você tinha que argumentar, tinha esse lado que era mais ou menos desqualificado, como uma coisa pouco importante. Hoje em dia, você já tem cursos universitários voltados para questões de gênero e orientação sexual. Hoje você tem, aqui no programa pós-graduação em antropologia, professores que são reconhecidamente voltados para esse tema. E você tem todo ano alunos que vêm por causa disso e vêm procurar orientação dessas pessoas e são hiper respeitadas. Hoje em dia, a gente não tem mais, no meio universitário pelo menos, que ficar se justificando, a gente traz mais uma questão que é de interesse. Atualmente, a questão das trans e dos não-binários é uma discussão que é bem posterior à época em que eu estava trabalhando com o tema. Eu não tô trabalhando com tema como antes, mas é claro que eu mantenho contato, tenho uma ideia do que está acontecendo, inclusive através de meus alunos e amigos de gerações mais novas. Eu vejo uma mudança radical. Essa questão de ser trans, em geral, essa questão do não-binário, isso é uma coisa que, agora, aqui na UFBA eu vejo, bom, antes a pandemia, era normal ver um rapaz que de repente podia vir com uma saia, coturnos e, talvez, um batom. Assim, simplesmente como uma forma de contestar as expectativas que se tem que formatam as pessoas. Na minha época, a grande preocupação dos gays era saber o que é gay, o que é o homossexual, porque a gente não tinha

uma imagem, o que é homossexual e que é possível ser homossexual e ser homem, nessa época. No início do Somos, uma das preocupações era mostrar que a gente era gay, mas não deixava de ser homem. Hoje em dia essa daí parece uma preocupação completamente fora do propósito, não é o que hoje a gente iria ficar defendendo o tempo todo. Porque, de certa forma, isso já está um pouco superado. Mas, então, você vê as diferenças que vão ocorrendo com o tempo. Hoje em dia, as pessoas vão dizer “não, eu não tenho que ser homem” - nessa forma tradicional de ver o que é o homem. Então, realmente, eu acho que houve uma mudança radical.

| KLEIRE - O senhor pode mencionar mais como foi, na década de 80, quando o senhor se doutorou, como foi fazer essa pesquisa sobre homossexuais?

| EDWARD MACRAE - Olha, eu estava inicialmente na Unicamp e depois na USP, e eu tinha dois orientadores altamente conceituados no mundo da antropologia. E eu já estava em uma bolhazinha que era meio vanguardista, sabe. E teve essa história que, inicialmente, tive que justificar que seria uma coisa importante, mas isso não durou muito tempo. Daí, eu acho que teve a questão da AIDS. A AIDS foi muito importante, porque, primeiro, a gente tinha medo de que a AIDS poderia levar

a um retrocesso em todas as conquistas que haviam sido feitas, no final na década de 70 e início da década de 80. Que foram grandes conquistas. Havia a possibilidade de fechar saunas, de fechar as boates. Havia até o exemplo de Cuba, infelizmente, eu acho que a Arábia Saudita também - algum lugar horróroso, assim -, em que os soropositivos eram colocados em uma espécie de campo de concentração. Havia esse receio. Então, inicialmente, a gente teve que lutar muito para não perder os ganhos que tinham havido até então. Agora, o movimento homossexual, bem nos anos 79, 80, 81 talvez, explodiu. O Brasil todo estava cheio de grupos gays. Aí vem uma série de brigas internas, o surgimento desse gueto gay comercial, que era uma alternativa de sociabilidade, e, daí, veio a AIDS. Houve todo um retrocesso do movimento homossexual. Até que veio as campanhas contra a AIDS, etc, que receberam o apoio do Banco Mundial, que botou uma grana aqui no Brasil, para fazer propaganda contra a AIDS, difundir métodos de sexo seguro, essas coisas assim. E, daí, os remanescentes dos grupos gays, e alguns outros que foram surgindo, passaram a receber até dinheiro, muitas vezes, para fazerem material de campanha contra a AIDS. Eles foram, muito corretamente, percebidos como sendo importantes agentes transformadores educativos. Começaram a produzir jornaisinhos, financiados pelo Banco Mundial, que traziam recomendações sobre AIDS, mas

também outras coisas: toda uma discussão sobre militância. Esse financiamento, esse interesse das autoridades, levou a um certo ressurgimento do movimento, embora, nessa época, antes, o momento se colocava de uma forma muito contestadora. A gente estava contestando a, então, “verdade médica”. Os médicos diziam que a gente era doente. Alguns quase que diziam que bater punheta fazia nascer pelo na mão, era uma coisa muito muito muito maluca, muito ignorante. Mas era muito forte. A gente tem que tomar muito cuidado com o establishment médico. Por mais que a gente agradeça que existam vacinas e tudo isso, mas eu, agora, no momento, tô assistindo a CPI da COVID-19. E claro que eu acho um abominável o pessoal do governo que vai lá e mente, me dá engulhos, nojo, etc. E daí eu fico torcendo para esses políticos que eu sempre achei horrorosos.

O que eu estou dizendo é que, daí, nessa hora, eu estou torcendo para muitos políticos que eu não gosto e para uma visão da medicina que não é aquela que eu acredito. A medicina: pode ou não pode usar cloroquina?

Eu sou cientista, então eu sei que pode, ou eu sei que não pode. Primeiro lugar, eu estava contestando a visão médica na homossexualidade, depois eu passei a contestar a visão médica sobre drogas. Depois, décadas depois, eu estou brigando com médicos que dizem que maconha faz mal, cria dependência, leva

à loucura, leva ao uso de drogas pesadas, toda essa história. A questão é: esse absolutismo médico é uma coisa muito complicada e a gente não pode aderir a isso. Nesse momento, eu torço. Mas, de fato, a gente tem que tomar cuidado com essa visão da medicina que é aquela que a gente sempre questionou. Os movimentos gays, quando foram, de certa forma, “cooptados”, não que, necessariamente, fosse uma coisa má, mas eles foram cooptados pelo Banco Mundial e pelas campanhas anti-AIDS, eles deixaram de ter essa postura tão contestadora quanto tinham antes. Eles passaram a ser os agentes de saúde, a correia de transmissão dos conceitos médicos. Então, a gente passou de uma postura de contestação dos médicos para repetidor do discurso. Bem no início da história da AIDS, tinha um grande amigo meu, Néstor Perlongher, não sei se você já ouviu falar dele, mas que era um poeta, um antropólogo e grande gabarito. E ele questionava os médicos, na história da AIDS, e nessa época a gente estava tão descrente do discurso médico, que quando eles começaram a história de AIDS, a gente não acreditava também. E eu tive a boa sorte de, fui enviado a um trabalho nos Estados Unidos, e lá eu conheci uma porção de líderes gays, que eu lia os trabalhos deles e conhecia eles de nome, tinha grande admiração. Daí eu cheguei lá e eles estavam todos apavorados, alguns já estavam morrendo. Então, eu, tendo estado lá na matriz, eu voltei sabendo

que era verdade, mas muitos dos meus amigos não e não queriam acreditar. O Néstor até escreveu um livro, na época, a Editora Brasiliense, em São Paulo, tinha uma coleção que era vendida em banca de jornal, assim, “O que é”. Um monte de gente escreveu coisas, inclusive eu e o meu orientador, gente fez “O que é Homossexualidade”, mas tinha um monte de outros temas. E o Néstor escreveu um livro assim que surgiu a AIDS. E o dono da Brasiliense, era um cara com uma cabeça muito boa, e ele imediatamente pediu para o Néstor escrever uma “O que é AIDS”. O Néstor escreveu um livro, que é muito interessante, mas era negacionista completamente da AIDS. E, depois, foi retirado da banca e a Brasiliense encomendou outro livro sobre AIDS. Mas esse Néstor, estou dizendo “negacionista” e a gente pensa nos negacionistas de hoje, que são uns doidos, mas ele não. Era que realmente não tinha informação e as pessoas não acreditavam nos médicos, os médicos eram os inimigos. E só chegaram a ser os nossos amigos, começamos a ter mais confiança neles, com a questão do enfrentamento à AIDS, depois de um tempo.

| KLEIRE - É que foram momentos muito ali: primeiro a homossexualidade deixa de ser doença e depois vem a AIDS. Daí fica meio difícil você confiar mesmo. As mesmas pessoas que acusavam você de ser doente por ser quem você é, agora

estão querendo ajudar você a lidar com algo. Aproveitando que você mencionou a questão do livro “O que é homossexualidade”, eu gostaria de fazer umas perguntas sobre ele, eu li esse livro, gosto muito dele, porque, acredito que não foi proposital, mas acabou se tornando uma fonte muito importante. Só no seu livro que a gente encontra menções como a do Lampião da Esquina, que um dos criadores foi preso por atentado de violência ao pudor. Eu gosto muito desse livro e é muito interessante entrevistar alguém que você admira. Então, nesse sentido do livro, eu gostaria de perguntar como foi o impacto social que esse livro gerou, porque a gente está falando da primeira edição em 1983, se eu não estou enganada.

| EDWARD MACRAE - Esse livro teve muitas edições. Inicialmente, era uma coisa da editora Brasiliense, tem um monte de livros, é uma coleção muito boa “O que é”. A uma certa altura, o dono da Brasiliense vendeu os direitos dessa coleção para a Editora Abril. Ele deve ter feito uma grana. Autor de livro não ganha nada, ganha 10% da edição, daí ele faz o que ele pode com esses livros e esse apartamento dele. E, às vezes pintava mais uma graninha, uns reais, uns cruzeiros que não era grande coisa. Daí eles venderam para a Abril, que passou a vender esses livros nas bancas de jornal. Assim como Lampião,

que falava que era do Oiapoque ao Chuí, ao lado do Lampião estava esses livros também. E teve muita leitura, em uma época quando ainda era pouco essas coisas, assim, positivas, dirigidas a esse público. Até hoje, tem pessoas que vem para mim: “ah, seu livro foi muito importante para mim, naquela época”, não que hoje [não seja], eu acho que tem um interesse histórico, mas, na época, era uma coisa bem nova. De vez em quando eu encontro referências. Uma vez eu fui em uma exposição em São Paulo sobre [Hello] Kitty e tinha um gay que tinha uma coleção absurda de coisas, tudo que era coisinha de pelúcia, cor-de-rosa, e não sei o quê, ele comprava. Daí teve uma exposição da coleção dele, todas as coisas “Kitty” que também era bem bicha, sabe. E lá na exposição Kitty tinha uma mesinha que estava lá o meu livro, o meu e do meu orientador. [risos] Então, foi interessante. E essa coisa de que de vez em quando as pessoas vem me falar “ah, você que é o Edward MacRae, não sei o que, foi importante para mim”. Pessoas já mais velhas, não tão velhas quanto eu, mas bem mais velhas que você.

| KLEIRE - Dando continuidade, nesse mesmo livro, eu gostaria que você comentasse sobre um capítulo que eu achei muito curioso, muito interessante, que é “as lésbicas: uma pedra no sapato das feministas e das bichas”. E eu queria que você comentasse sobre essa

desunificação ou essas rixas internas, porque é muito mencionado em outras entrevistas, em algumas leituras que eu fiz, essa briga dentro do Somos, até que tem a ruptura, que as lésbicas saem. Eu queria que você comentasse mais sobre isso.

| EDWARD MACRAE - Sim, no início, existia essa coisa que eu chamo de “proto-Somos”, daí teve a publicação, começou a sair o jornal Lampião da Esquina. O João Silvério Trevisan foi, assim, se a gente vai dizer que tem um fundador do Somos, o que eu não diria, acho que esses movimentos sociais são várias pessoas, mas, certamente, ele teve um papel absolutamente preponderante no início desse grupo. Então, o Trevisan tinha estado nos Estados Unidos, tinha feito parte do Gay Liberation, nos Estados Unidos, e ele fez um grupo que era basicamente masculino, mas havia algumas mulheres que vieram também, também se interessavam. E, naquela época, como as lésbicas eram tão invisíveis, tão desconhecidas, havia a ideia de que os homens eram machistas. Então, o Somos era subdividido em vários outros grupos, porque ele cresceu muito, muito rapidamente, daí ficou diferentes grupos. E havia a ideia de que cada grupo tinha que ter uma mulher, para que elas pudessem educar os homens. Essa foi uma ideia inicial, mas, depois de

um tempo, as mulheres começaram a ver que elas estavam sempre em minoria e elas tinham os problemas delas, as questões delas que elas queriam discutir, que era de mulher. E, daí, então, surge essa ideia de fazer um grupo só de mulheres. E as mulheres deixaram de estar dispersas, para se unirem entre elas. Isso deu uma série de discussões e de brigas. Daí tinha também, nessa época, o movimento feminista, que também estava se desenvolvendo. E essas preocupações que, digamos assim, por enquanto eu vou chamar de “existenciais”, que, anteriormente, havia uma visão muito classista, uma visão meio informada pelo Marxismo, de luta de classe, que a luta das mulheres seria secundária, aquela história toda. Daí você começa a ter as mulheres que, dentro dessa visão de esquerda tradicional, começam a se colocar enquanto mulheres, mas ainda dentro desse enfoque bem tradicional, de classe, de partido. E daí surgiu um outro grupo de mulheres, que era ligado ao jornal “Nós mulheres” e elas tinham essas ideias muito influenciadas pela Europa e pelo Estados Unidos, em que a gente pode chamar mais de “existenciais”, digamos, que elas estavam voltadas para o problema de ser mulher, todas as questões de papel de gênero. No final de 70, início de 80, essas coisas pegam fogo, também, entre as mulheres. Então, tem a discussão de se deve ser, assim, luta de classes ou se é mais uma luta feminista. E, daí, esse grupo de lésbicas também se

orientavam para essas feministas. E começou a haver grandes encontros de mulheres no fim de semana, elas vinham, passavam dois, três dias, discutindo coisas. Daí, as mulheres do GALF - Grupo Lésbico-Feminista participavam também e levavam as questões lésbicas, que essas mulheres mais libertárias feministas, até então, como toda a sociedade em geral, desconheciam. E, como eu tava dizendo, na questão dos homens gays do Somos inicialmente, a preocupação era mostrar que você podia ser gay e ser homem, e eu acho que, nessa época, as mulheres, as feministas, estavam querendo dizer que elas podiam ser feministas e, de certa forma, uma mulher tradicional também. E havia essa coisa de “as feministas são tudo sapatão”, e elas tinham que lutar ou se preocupavam com esses estereótipos. Daí chegavam as lésbicas mesmo e tinha uma série de problemas, porque as mulheres feministas estavam lutando contra esse rótulo de serem lésbicas. Ao mesmo tempo, elas reconheciam, tinha toda essa questão de sororidade, do sentimento. Aos poucos, as relações lésbicas começaram a ser mais aceitas e essas mulheres também, mesmo tendo todo o histórico hétero e, talvez, continuando sendo, basicamente, heterossexuais, mas elas, durante certo tempo, também se engajaram nesse tipo de relação. Então, essa questão “pedra no sapato”, obviamente é um jogo de palavras, mas era a ver com essas brigas, tanto as mulheres com os homens gays

quanto as lésbicas com as feministas héteras.

| KLEIRE - Você percebe muita diferença das organizações desses movimentos da sua época para os da atualidade?

| EDWARD MACRAE - Olha, eu não tenho muita base para falar sobre exatamente como estão funcionando os movimentos atualmente. Conversando com outras pessoas, eu tenho a impressão que não mudou muita coisa, de fato. Inclusive, problemas que havia que eu detecto com movimento gay, movimento homossexual, da época. Assim, eu tenho um amigo meu que pesquisa a marcha da maconha e o movimento antiproibicionista voltado para a questão da maconha, um rapaz bem mais novo do que eu. E ele leu isso e disse: “substitui sexo por maconha e é quase tudo igual, inclusive as brigas, inclusive a dificuldade dos grupos se unirem para uma campanha, na luta em comum”. Eles vivem brigando entre si, da mesma forma. Na época dos Somos, tinha o Somos, tinha o Eros e tinha o Libertos, eram três grupos. O Somos era o maior deles, mas tinha esses outros dois que eram idênticos. Mas, assim, a gente vivia brigando e, depois, as brigas também foram dividindo o Somos. Eu acho que muitos dos problemas que eu detectei no Somos não são necessariamente ligados às questões de gênero, de orientação sexual, mas tem a ver com a

organização de movimentos sociais, que têm toda essa coisa da horizontalidade, da primazia dos afetos, toda uma série de coisas que eu acho hiperinteressantes, e que são problemáticas e que são conflitivas. Então, não sei, falando assim meio por cima, eu penso que provavelmente não há muita diferença, não.

| KLEIRE - Em seu último livro publicado sobre a questão, “A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da abertura”, você constrói um debate sobre identidade homossexual. E, na contemporaneidade, você acredita que os homossexuais tentam se desassociar disso, como uma fuga, por exemplo, você acredita que seja possível a existência dessa dissociação da identidade homossexual como uma luta e da sexualidade em si. Assim, é muito perceptível que a homossexualidade foi construída com uma identidade política. E na contemporaneidade é muito comum a gente ver, principalmente nós que fazemos parte do movimento na atualidade, que as pessoas querem se desvincular da questão da homossexualidade, elas só querem viver como se fosse uma sexualidade diferente, não querem se atrelar à luta política.

| EDWARD MACRAE - Bom, não querer se atrelar à luta política é desde sempre.

Havia algumas poucas pessoas que realmente entraram em uma coisa mais política, mas de ver a questão da homossexualidade de uma maneira menos prescritiva, que o gay não tem que ser de uma determinada forma, da mesma que o homem não tem que ser de uma determinada forma em geral, isso é uma coisa que está muito aí entre essas pessoas não-binárias, com quem eu convivo, talvez poucas estariam realmente dispostas a entrarem para um grupo, ficarem fazendo reuniões políticas e sair panfletando e coisas do gênero. O que não quer dizer que elas não sejam, também, transgressoras e não estejam tendo uma influência social importante, mas é uma coisa menos organizada e que vê dificuldades e vê com maus olhos organização. E eu acho, voltando novamente a nossa realidade horrível, que a gente vai ter que começar a pensar em organização. Sei lá o que a gente vai enfrentar, de repente vão ter milícias, exército, o que vai ser. Então, eu acho que a gente está em um momento, uma situação muito, muito fluida, é impressionante. Eu recebo Carta Capital e que chega aqui em Salvador meio atrasada. Quando chegou, já perdeu toda a graça, tá velho, tudo já mudou. A gente tá vivendo um momento de grande mudança, grandes transições ocorrendo, então, eu acho que a gente está vendo uma coisa no momento, mas a gente vai ter que, talvez, mudar as nossas formas de viver e de conviver, de lutar, num futuro. Eu receio que a barra vai pesar.

| KLEIRE - Agora, para finalizar de fato, eu gostaria que você deixasse um recado para o nosso público que vai ler e para a geração do futuro, para a geração do agora, vai saber se não vamos nos tornar uma fonte.

| EDWARD MACRAE - Uma coisa, eu não me sinto, apesar dos meus cabelos, muito diferente de vocês da nova geração. Eu tenho muita sorte de ser professor e orientador e nessa situação a gente trava amizades com gente muito mais nova e com os amigos deles. Então, meus amigos são todos assim, tipo, 20 anos mais novos do que eu, 40 anos mais novos do que eu. Então, eu não tenho grandes mensagens para dar para essas pessoas. Como eu digo, eu aprendo muito com eles. Mas, uma mensagem: eu acho que vale a pena a gente lutar por aquilo que a gente acredita e não aceitar que as pessoas pisoteiem a gente, não levar desaforo para casa. É isso: não leve desaforo para casa!

| KLEIRE - Essa foi uma ótima mensagem com certeza! Eu queria agradecer em nome da Revista COR, novamente, pela sua entrevista, agradecer você pela sua trajetória política até aqui, que é muito relevante, inclusive, agradecer a pessoa maravilhosa e acessível que você é!

| EDWARD MACRAE - E eu agradeço muito essa possibilidade, adorei ficar conversando com você e foi muito bom, brigadão!

“ “ Hoje eu tenho muito orgulho de, por exemplo, ter pessoas trans que passaram por mim, dentro da universidade, inclusive, que foram orientados e orientadas, e que estão aí fora, tendo grandes destaques a nível nacional, produzindo livros, artigos. E eu fico muito feliz, porque eu acho que é esse o nosso papel: não centrar na gente, mas potencializar as pessoas para que elas possam caminhar e possam continuar nossa caminhada.

Luma Nogueira de Andrade

Entrevista com Luma Nogueira de Andrade

Entrevista e transcrição:
Kleire anny pires de souza
Isabel Ceccon lantas

| KLEIRE - Hoje é dia 20 de maio de 2021, uma quinta-feira, às 17:15, do horário de Brasília, nós vamos realizar a entrevista para a Revista COR, com a professora Luma Nogueira de Andrade. Agradeço, primeiramente, a professora Luma pela participação, que tem um currículo renomado, é muito notável, parabéns pela sua trajetória até aqui, visto que é uma trajetória de muita luta e de muita importância. Vou dar seguimento e começar as perguntas, se você não se sentir confortável ou achar que é uma pergunta indevida, não precisa responder, tudo bem? Essas perguntas foram elaboradas pela nossa produção. Qual a sua opinião sobre a pesquisa acerca de pessoas trans feitas por autores cis? E quais são os limites a serem respeitados quando ocupamos esses espaços, no caso pessoas cis?

| LUMA N. DE ANDRADE - Bem, nós estamos falando de pesquisa. Qualquer pessoa habilitada, com as qualificações necessárias, pode desenvolver estudos, portanto, pesquisas. Não existe uma obrigatoriedade em que as pessoas terão que pesquisar de acordo com as singularidades ao qual pertencem. Na verdade, existe uma má interpretação do que os teóricos clássicos nos trazem enquanto pesquisadores e pesquisadoras das temáticas e das singularidades em si. Dizendo isso, é importante destacar que qualquer pesquisador e pesquisadora, em campo, ele/ela vai ter pessoas, se for um estudo que envolve seres humanos, ele vai estudar pessoas e as singularidades dessas pessoas. E o pesquisador e a pesquisadora podem ter uma relação direta, indireta ou não ter qualquer tipo de relação com as pessoas com as quais irão, vamos dizer, obter esses saberes.

Daí o que ocorre? Por conta desses fatos, dessas diferentes formas de estar na pesquisa enquanto pesquisador e pesquisadora, não existe uma obrigatoriedade: vai pesquisar quem está mais próximo, quem está em uma linha intermediária ou vai quem está distante. Não existe isso. Qual é o papel da nossa pesquisa, de acordo com os clássicos, principalmente da antropologia nós temos que nos aproximar e temos que manter a distância ao mesmo tempo. Então, é um exercício. Um exercício que não é qualquer pessoa que consegue fazer. Por isso que se trata de pesquisa. É uma pesquisa e exige técnicas, por isso nós temos metodologias, dependendo do que se vai pesquisar, nós temos metodologias específicas para aquela pesquisa. Então, o que ocorre: quem vai pesquisar pessoas que não tem nenhum contato, que não faz parte daquele contexto daquelas pessoas, qual o desafio? O desafio vai ser se aproximar. Então a distância já tem. O olhar de “distante” já existe. Mas aí qual é o papel? Se aproximar. O inverso também ocorre. Quem está inserido no contexto, que compreende, que está perto, tem que fazer um exercício inverso. Qual é o exercício? O afastamento, o olhar distante. Porque se você vai fazer um estudo, inclusive existem muitas críticas, e eu sofri logo no início, por ser a primeira travesti pesquisando sobre pessoas travestis principalmente no contexto da escola. Então eu sofri muito essa questão de ser criticada por conta

de fazer parte daquelas que eu pesquisava. Por exemplo, fazer parte do contexto das travestis. Então, a questão era: como você é travesti, vai fazer estudo sobre travesti, vai trazer dados sobre travesti. Isso já nasce viciado. Essa era a ideia. Quando o trabalho surge, eu tenho a obrigação, principalmente, quando eu vou falar da metodologia, de detalhar essa questão, trazer os teóricos, fundamentar todo este processo para que as pessoas compreendam que é necessário esse exercício. Qualquer pesquisador e pesquisadora vai ter que fazer esse exercício, se for uma pessoa qualificada. Então essa é uma exigência que a própria técnica de pesquisar exige. Eu tive que justificar e eu mostrei que eu fazia parte, mas eu tive o exercício de me afastar. E no próprio instante em que eu me afasto, eu vou me afastar através das fundamentações teóricas que foram produzidas. E quem produziu essas fundamentações teóricas? Porque nós estamos falando de uma época diferente, do passado, onde ocorriam poucas produções sobre as temáticas. Os conceitos ainda era algo não identificado como hoje nós temos algo mais direcionado, era algo mais complexo, não existiam as nomenclaturas, os contextos eram mais complexos. E isso causava uma certa dificuldade. Então, foi uma produção, que surge dentro desse contexto, mas que traz o olhar de distanciamento, que é fundamental através dos teóricos, como eu falei anteriormente também, através de olhares externos,

compreender esses olhares externos. Daí nós pesquisadores e pesquisadoras trans, que estudam sobre a temática trans não podemos achar que só nós somos capazes de pesquisar essas questões. Primeiro que, quem pensa desta forma, está completamente fora do contexto do que seja uma pesquisa, um pesquisador, uma pesquisadora, um contexto do universo da academia. Está totalmente fora. E aí eu agradeço até, por exemplo, na época, não se tinham temáticas muito aprofundadas sobre as pessoas trans, travestis e transexuais, mas o pouco que se tinha estava focado na questão da prostituição e nas grandes metrópoles. Quem produzia? Era exatamente as pessoas cis, as pessoas homossexuais. E não eram pessoas trans. E a contribuição que esses pesquisadores e essas pesquisadoras tiveram é de fundamental relevância, porque eles/elas trouxeram uma temática que não estava tendo nenhuma visibilidade em termos sociais e na universidade. E como nós produzimos políticas públicas para as pessoas vulneráveis?

É através da produção de conhecimento, de conhecer essas realidades. Então, na verdade, nós temos que agradecer às pessoas que produziram conhecimento sobre as pessoas travestis e transexuais. Hélio Silva, Kulling, Berenice Bento, Larissa Pelúcio. Todas aquelas pessoas que produziram conhecimento sobre a temática, nós devemos é agradecer e também fundamentar com eles/elas nossos estudos. Nossos trabalhos são

fundamentados através dessas produções. Então, aí, nós entramos no campo do debate, entra a questão da academia e do nosso lugar enquanto pesquisadores e pesquisadoras. Como é que se alinham as discussões? Através dos debates e das produções. Eu vou utilizar os autores ou para confirmar muitas das ideias ou para problematizar essas ideias. Não é uma questão de dizer: não, não serve porque não entra nesse contexto de singularidades. É questão técnica de produção.

Logicamente, na pesquisa, vai existir um diferencial: quando você faz parte do grupo, você tem uma maior empatia. Isso é algo óbvio, porque você faz parte do contexto. Você vai ser melhor recebido ou recebida, você vai ter acesso a elementos mais aprofundados. Dependendo da pessoa também. Nós não podemos generalizar. Mas, se subentende que existe essa aproximação e essa maior empatia, quando você faz parte do grupo. Comigo ocorreu, eu não posso generalizar, mas comigo correu. Facilitou por ser uma pessoa travesti pesquisando pessoas travestis e transexuais. Se tem uma profundidade, pelo que eu percebi no meu estudo, eu tive uma profundidade de dados que foram relevantes, que alguns, por exemplo, os colegas que pesquisaram que eram cis, que eram homossexuais, não conseguiram. Porque são outros contextos também, é outro campo, é outra realidade. Então, assim, nós não podemos desconsiderar ou menosprezar esses trabalhos. Todos os

estudos que são produzidos sobre pessoas travestis, que têm o teor da pesquisa e o rigor científico, são extremamente válidos, porque traz uma denúncia dessas histórias e isso é importante para a produção de políticas públicas. Não existe produção de políticas públicas sem dados e aí é onde entra o papel da pesquisa e independe de quem pesquisa. As produções que são feitas devem ter um diálogo e quem discorda de algum autor vai ter que fazer sua produção e realizar suas fundamentações. Nós não podemos cair no que está ocorrendo hoje no nosso país - eu cheguei há pouco tempo de Portugal, eu estava fazendo pós-doutorado, passei um ano na Europa -, mas nós não podemos cair em algo que está muito forte aqui que, por exemplo, nós não encontramos na universidade europeia. A própria universidade está deixando de ser o lugar da produção de conhecimento, de técnicas, de habilitação dos estudos e da pesquisa, por incorporar não pesquisadores e pesquisadoras, mas pessoas que têm um número elevado de seguidores e seguidoras nas redes sociais, assim como o comércio está consumindo essas pessoas, parece que esta lógica está chegando na universidade. E temos que ter muito cuidado, pois isso vai passar muito rápido, não se sustenta por muito tempo. Nós precisamos ter muito cuidado e muito zelo nesses aspectos e não se iludir que é uma pessoa que tem tantos seguidores e o que fala é a verdade.

Nós precisamos entender que pesquisa é uma coisa, que estudos científicos são produzidos com o que aprendemos na Universidade, tem um aspecto, porque tudo que é produzido para a população de travestis e transexuais, dentro da nossa sociedade, em termos de legislação, em termos de conquistas de políticas públicas, passam por estudos científicos. E quem faz os estudos científicos é exatamente a academia, porque lá é o lócus de formação de pesquisadores e pesquisadoras. Nós precisamos também ter essa consciência e valorizar a universidade, porque estamos em um momento muito complexo no Brasil de negação da ciência e desmonte das universidades. Qualquer pessoa que está em ascensão dentro da internet é alguém que vai falar a “verdade”? Vai produzir o conhecimento sem estudos e formação? E aí nós temos que ter muito cuidado com isso tudo. E mais tarde, quando acordar, vai perceber os erros que foram cometidos, porque são lócus diferenciados, espaços diferenciados. Logicamente, em todos os espaços nós temos posicionamentos políticos, mas existe o teor e o rigor científico. É isso que qualifica, por exemplo, o que é defendido no Supremo Tribunal Federal, nos governos, através das políticas públicas, é exatamente o rigor científico na produção de conhecimento.

| KLEIRE - A senhora se faz muito clara. Por exemplo, agora, se tem muito essa

mania, e essa pergunta foi justamente nesse intuito, porque alguns colegas de universidade sempre me questionam: mas por que que você não usa autoras lésbicas? Ah, mas por que que você só usa autoras mulheres? Amigos, eu sou uma mulher lésbica, e é muito difícil ter coisas sobre mim, e você acha que eu posso ficar escolhendo? Eu tenho que querer falar com quem fala comigo, não é?

| LUMA - É outra coisa que eu acho muito complicada que ocorre hoje dentro da nossa universidade. No futuro, eu creio que as pessoas vão entender os equívocos. Uma cegueira total que pode causar danos no futuro até para produção de conhecimento em si, quando se faz esse tipo de coisa. Você obriga as pessoas a ter que citar: você é trans e você vai ter que citar trans. Não é assim, gente. Aí é onde está uma questão que, talvez, nós estejamos muito atacados e atacadas, quem está dentro da academia, e que faz o trabalho de pesquisa, de estudo científico mesmo. Porque tem que ter esse olhar, você não pode se cegar dessa forma. Eu já participei de estudos que tinham pessoas que diziam: “olha, nós temos que fazer essa pesquisa e ela tem que ter essa porcentagem, porque é isso que é dito pelo movimento”. Então, isso é um absurdo. Como você vai fazer uma pesquisa que já está viciada? você já está produzindo uma pesquisa para dar

um resultado. Então, assim, isso é inaceitável. Nós precisamos ter consciência e precisamos colocar os pés no chão. Logicamente, algumas pessoas vão criticar muito por conta desse posicionamento. Mas, assim, eu não caí de paraquedas na universidade, eu tenho uma trajetória de vida, eu entrei na universidade e por ser a primeira doutora travesti, a primeira docente universitária travesti desse país, não foi nada fácil chegar onde eu cheguei, porque eram outras regras, eram outras normas. Não existiam legislações que hoje nós temos. Então, não foi nada fácil. E, aí, eu não posso, de repente, tudo que eu aprendi, tudo que eu tenho conhecimento sobre esse universo, eu não posso relegar isso tudo, por conta de algumas pessoas desejarem que eu me comporte de determinada forma e não de outra. Eu sou uma pessoa trans, mas, também, sou uma pesquisadora, e eu tenho que ter um olhar crítico sobre isso. Eu tenho que ter esse olhar da aproximação e do distanciamento, porque, aí onde está, você não consegue se distanciar e se você não consegue se distanciar, então, o estudo fica viciado, porque você não tem um olhar crítico. Você já vai induzindo tudo aquilo que você quer. É preciso ter um outro olhar.

| KLEIRE - Você percebe um aumento do ingresso de pessoas trans nas universidades nos últimos anos e você percebe que existe alguma preocupação, tanto do movimento quanto de políticas

públicas, para que haja uma permanência dessas pessoas na universidade?

| LUMA - Eu percebo que sim. E eu percebo que sim porque eu parto do meu universo. Por exemplo, eu já orientei várias pessoas trans, tanto homens trans quanto mulheres trans, e ainda estou orientando. Agora, o que me chama atenção, sem ter um estudo específico sobre isso, repito, falando de minha realidade in lócus, eu percebo o crescimento da presença dos homens trans, maior até do que das mulheres trans. Por incrível que pareça. Então, eu falo da minha realidade, eu não posso generalizar, mas partindo dessa realidade, se você tem uma universidade que funciona no interior do Estado do Ceará, por exemplo, que é a que eu faço parte, a UNILAB, uma Universidade Federal. Se tem esse movimento, eu creio que nas outras universidades isso possa estar acontecendo. Eu não posso afirmar, porque eu teria que ter um estudo sobre isso, mas eu sinto esse crescimento, que ocorre dentro da minha realidade. Isso é bem notável.

| KLEIRE - Você acredita que existam políticas públicas ou alguma questão dos movimentos para que esses alunos tenham uma permanência na universidade?

Por incrível que pareça, nós temos que ser realistas. Existe, no próprio movimento, uma segregação entre as pessoas que fazem parte, que são LGBT e estão na universidade e as que não fazem parte da universidade. Eu já estive tanto nos movimentos em si, eu já fui presidenta de ONGs LGBT, vários anos, atualmente, até pouco tempo, 2017/2018, eu fui presidenta da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, logicamente, a de estudos era mais com pesquisadores e pesquisadoras. Mas, anteriormente, eu tenho um histórico de atuação dentro dos movimentos. E eu saio dos movimentos e eu chego na universidade, eu percebo que existe uma divergência. Isso é latente. Nós percebemos, até porque quem faz parte das militâncias, dos movimentos, a maioria das pessoas não têm relação com a universidade. E isso talvez seja algo relevante para compreender, porque às vezes faltam elementos de sensibilidade para com as pessoas LGBT que estão dentro da universidade. Se busca políticas públicas, mas não vê, por exemplo, dentro da universidade, o que é necessário de políticas públicas. O que a gente pode chegar junto dentro das gestões das Universidades para poder conseguir algo. Dentro da universidade, nós somos vozes solitárias. E quando eu digo isso, eu tô falando não só enquanto docente, porque eu sinto essa solidão, mas também com os discentes. Porque, às vezes, essa solidão é minimizada com a relação entre nós. Por exemplo, eu

tenho uma tática, que é de articular as pessoas trans LBGTs que tem na universidade, mas é como forma de sobrevivência. Então, eu tenho uma articulação com um grupo, onde nós temos as pessoas LBGT, nós temos discussões, nós temos debates, nós temos atuação dentro da gestão, tentativas de se inserir dentro dos espaços de tomada de decisão, como, por exemplo, os conselhos tanto de cursos quanto os conselhos de diretorias e do próprio conselho supremo da universidade, que eu CONSUNI, o Conselho Universitário Geral. Então, existe essa tentativa de se inserir também para poder colocar o nosso olhar. Já mudou muito, porque ao entrar na universidade, no caso, eu fui a primeira experiência de uma pessoa travesti dentro de uma universidade, e isso foi positivo, porque consegue abrir portas, se não tivesse sido bem-sucedida eu não sei se as outras teriam conseguido. Porque serviu de espelho durante muitos anos e isso é importante para termos uma compreensão dessa realidade, dessa solidão, porque nós estamos lá sós. Temos a solidariedade de algumas pessoas colegas, por exemplo, alguns professores e algumas professoras que são solidárias, alunos/as que são solidários e solidárias. Mas nós temos também embates, divergências, pessoas que divergem, tanto docentes quanto gestores, funcionários, quanto discentes, de nossas temáticas. E nós estamos sozinhos e sozinhas nesse embate e o movimento às vezes não

chega. Às vezes até porque acha que não é o lugar. Às vezes até, talvez, porque acha também uma barreira, de que ali é um lugar impenetrável, algo dessa natureza. Mas, talvez, para os anos que nós estamos vivendo isso já tenha sido superado, porque hoje já não tem como separar tanto. As pessoas que entram na universidade parte também são de movimentos. Elas têm essas relações diretas, elas não são só da universidade, elas não são só do movimento. Não tem como separar. Como não tem como separar a minha ação política da minha ação profissional docente. Isso não se separa. Porque nós, independente de sermos cis, de sermos trans, de sermos homo, de sermos bi, do que for, nós temos posicionamentos políticos e isso vai interferir dentro da nossa prática. Isso vai estar relacionado com a nossa prática. As disciplinas que nós construímos, as ementas das disciplinas que são elaboradas, as bibliografias que são utilizadas. Esse contexto todo acontece. A questão é: nesse embate, nessa relação de divergência, como se fosse um inimigo do outro, nós perdemos. E perdemos muito, não é pouco. Porque os nossos inimigos não somos nós, os nossos inimigos não nos querem ver nos movimentos e não nos querem ver nas universidades. Eles não querem nos ver em lugar nenhum. E quando nós nos fragmentamos, nós perdemos força, nós criamos uma intriga que não era para existir. Por isso a necessidade da extensão na universidade. A extensão é o lugar

exatamente para fazer esses elos, trazer os movimentos. Às vezes, o movimento critica as pessoas que estão na universidade, mas não perguntam o que é que você tem feito pela população LGBT lá dentro. Eu acho que isso é o que é interessante, tanto das pessoas que estão diretamente ligadas ao movimento, exclusivamente, como aquelas que fazem parte da universidade. Nós devemos perguntar a essas pessoas: “sim, vocês estão nesses lugares, o que vocês têm feito? Qual a produção, qual a contribuição que tem feito em relação a isso?” Porque também há de convir que a própria presença dessas pessoas na Universidade já é uma contribuição. A presença de travesti e de transexual professora, discente, funcionária, terceirizada, que seja, a presença desses corpos já é uma contribuição para o movimento, porque eles e elas estão ali dialogando, está produzindo debate em um lugar que, talvez, o movimento, isoladamente, se permanecesse isolado, não chegaria. E é um lugar fundamental, porque, como eu disse antes, qual é o papel da universidade? Produção de conhecimento. E a produção de conhecimento se faz através de quê? Da pesquisa. Então, é um lugar chave. Qual é a interpretação que se tem que ter: são frentes diferentes, logicamente, são dinâmicas de enfrentamentos completamente diferentes, mas cada uma tem a sua importância e nenhum é menor do que o outro. É isso que eu tenho tentado levar para os meus

debates, principalmente quando envolve o movimento. É tentar mostrar a importância desse elo e não alimentar essa segregação de que a academia está querendo superar o movimento. Não. Cada um tem sua história, cada um atua dentro do seu campo. Qual é o papel do movimento e qual é o papel da universidade? Um não pode querer tomar o lugar do outro porque não dá. Não dá para a universidade tomar o lugar do movimento e não dá para o movimento tomar o lugar da universidade são competências distintas que podem se somar para os enfrentamentos a depender do olhar. Nós podemos fazer um diálogo, em que nós podemos relacionar todos esses saberes, porque todos eles são válidos e são importantes para os enfrentamentos. Isso eu acho algo que é primordial. E eu entendo, sim, que existe uma dificuldade ainda do movimento de reconhecer a importância e contribuir com o apoio às pessoas travestis e transexuais, a população LGBT em geral, que está nesse lugar. Apoiar, por exemplo, nos enfrentamentos, criação de órgãos que tratem, coordenadorias sobre a população LGBT lá dentro. É necessário? É necessário. É necessário buscar inserir pessoas trans em espaço de tomada de decisão dentro das universidades? É necessário. É necessário criar políticas para poder apoiar as pesquisas sobre a população LGBT? Isso é necessário, com bolsas de iniciação científica. É necessário criar bolsas de apoio às atividades de

extensão que envolvem universidade e movimentos sociais. E quem é que pode fazer isso? É quem tá lá dentro, que é o elo entre o movimento e a universidade. Agora falta ter essa percepção. Ou, então, é um egocentrismo pleno, de que não percebe que é possível ir adiante, mesmo que não seja você, mas que seja um outro. Tem que ter cuidado com esse egoísmo, esse egocentrismo, essa coisa toda, de achar que as coisas só podem caminhar se for a partir de mim. Não é a partir de mim. Pode ser a partir de mim em parceria com outros ou sem mim. Então, eu vejo uma necessidade, às vezes, dos movimentos, eles ficam até entre si brigando, para ver quem é que faz isso, quem faz aquilo. Não é quem faz isso, quem faz aquilo. A questão é: vamos unir forças para fazer o melhor e não ficar disputando quem é que faz. Às vezes fazendo as mesmas coisas. Quer dizer, um trabalho duplo, triplo, quádruplo, quando se poderia juntar esforços para outras ações. Mas, não, tenho que ser o centro, então eu tenho que fazer tudo sozinho. Isso está criando uma neura em pessoas que estão achando que, por exemplo, tem que tomar conta disso tudo, para poder ser o centro de tudo isso. E aí nós podemos estar criando celebridades e situações que no futuro podem nos dar problemas, porque nós não podemos pessoalizar essas questões, nós temos que democratizar as lutas e também as conquistas.

| KLEIRE - A professora menciona uma questão que eu acho muito latente na universidade que fala assim: “Ah, nós conquistamos nosso espaço e já acabou por aí”, mas, uma coisa que eu percebo é que não existe espaço.

| LUMA - Isso é pesquisa! Porque a ideia de muitos é que não é pesquisa.

| KLEIRE - Você considera que o formalismo excessivo acadêmico representa uma barreira para pesquisa acadêmica politizada?

| LUMA - Não, porque é exatamente a garantia do rigor da pesquisa. Não é qualquer produção que pode ser considerada uma pesquisa, um estudo científico. Para isso existem as bancas de qualificação, as defesas, porque se fosse só produzir e pronto não precisava da qualificação dos pares. Então, nós precisamos ter esse rigor. E isso não é ruim. Não pense que isso é ruim. Isso é positivo, porque é onde nós vamos ter o olhar crítico sobre aquilo que se está produzindo. É o olhar: “será que é isso mesmo?”. Quantos trabalhos tiveram que ser refeitos ou redirecionados, porque não estavam dentro do devido, dentro do esperado para uma produção científica. Como eu falei antes: a produção científica tem um rigor, tem as técnicas, as normatividades para isso. Logicamente que esses rigores podem ser flexibilizados, como têm sido

flexibilizados. Nós temos conseguido algumas mudanças, em termos de gênero, de subverter a linguagem, porque é uma linguagem machista e racista. Nós temos conseguido muitos avanços, mas tem elementos da pesquisa que realmente não podem deixar de existir, porque se não perde-se a sua cientificidade. Há a necessidade de, logicamente, realizar as modificações, porque a sociedade muda de acordo com o tempo. Mas em termos de pesquisa, para ser considerada saber científico, há a necessidade de uma metodologia. Porque, senão, essa política vai ser maior do que a técnica científica - que é como a gente tinha falado anteriormente. Quando essa política se torna maior e não dialogam com metodologia científica, ela perde a sua cientificidade.

| KLEIRE - Você percebe uma dificuldade maior das pessoas trans lecionarem após a onda de retrocesso que vem sofrendo o nosso país, você percebe que, talvez, vem sofrendo um pouco mais preconceito, de maior dificuldade, de às vezes até mesmo ser barrada em alguma situação?

| LUMA - Eu acho que já foi pior. Eu falo como docente, que eu já era travesti desde 1998, quando eu comecei a lecionar. Final da década de 90. E não foi nada fácil. Eu só entrei porque eu passei no concurso, eu era vigiada, o

gestor ia para atrás da porta verificar o que eu estava fazendo. E eu só consegui lecionar porque era uma obrigatoriedade de ter um ensino superior para poder lecionar. Foi logo quando iniciou a obrigatoriedade de ter ensino superior. E eu, na minha cidade, era uma das poucas pessoas da cidade que estava fazendo ainda ciências na universidade, com habilitação em química e biologia. Então, eu acho que eu era a terceira ou a quarta pessoa que estava fazendo pela primeira vez esse curso, que era um curso inédito, e isso foi o que deu força e obrigou, praticamente, a minha contratação - até porque foi uma seleção também. Desde 98, eu percebo o quanto é difícil. A sociedade não falava sobre isso. Existia um preconceito muito forte. Já vinha de uma década de 1980 pesada, por conta do advento da Aids. Nós temos que contextualizar. Tem que entender esses conceitos históricos a partir do momento que ocorrem, para nós entendermos os fatos. Para nós não acharmos que é difícil, mas já foi pior. Nós éramos até proibidas de estar em escolas. Isso foi muito pior. Mas, assim, hoje, ao mesmo tempo que tem a aversão à nossa presença, nós temos força de resistência, coisa que era mais difícil no passado. Então foi muito pior. Ao mesmo tempo que nós temos as pessoas que nos atacam, nós temos também as que são solidárias dentro do espaço onde atuamos, por exemplo na própria universidade. Eu tenho colegas docentes e discentes, tenho funcionários e até gestores que estão inseridos nesse

sistema que são solidários/as, que apoiam, que dão força, que fazem continuar. E eu acho que é por isso, também, que nós não podemos ser egoístas e acharmos que é só uma força interior dentro de nós. Não é isso. Eu acho que não funciona dessa forma. Há a necessidade de redes de solidariedade. Nós temos que ter humildade para reconhecer isso tudo. Eu não conseguiria sobreviver dentro daquele lugar se não fossem os/as docentes e os/as discentes dentro da Universidade. Os e as docentes, os e as discentes, lá, apoiando, inclusive, muitos deles LBGTs também. Então é como se fosse um apoio mútuo, com a força mútua de enfrentamento. Hoje nós temos dispositivos legais. Não são Leis, mas nós temos como acionar dispositivos. Antes nós não tínhamos, mas hoje tem vários dispositivos produzidos pelo STF. Inclusive, a equiparação da LBGTfobia ao racismo. Esse é um dispositivo muito forte. Nós temos dispositivos na própria LDB, que garante a presença das pessoas com a sua diversidade dentro dos espaços educacionais. Então, ao mesmo tempo que nós temos essa linha de negação, nós temos, também, empoderamento através de dispositivos legais, sociais, para poder realizar os enfrentamentos. E isso contribui muito. Não é fácil, mas seria pior se nós não tivéssemos esses dispositivos. Imagina, naquela época, década de 90, anos 2000, termos um presidente como o Bolsonaro, quando não tinha os dispositivos que temos hoje? Então nós temos que pensar, não a

partir de agora, mas em uma linha histórica, para poder compreender onde nós estamos, como nós estamos e não ficar só na lamentação, no sofrimento, porque isso não produz potência pra vida. Nós precisamos ter essa potência de vida. E a potência da vida não é alimentada com sofrimento, com dores. Lógico que elas existem, mas não existem sozinhas. Existem as alegrias, existem as solidariedades. Isso a gente não pode esquecer, porque elas são formas de resistência para nós, elas fortalecem. Antes de ir para Portugal, teve o edital das pessoas trans, o primeiro edital exclusivo para a seleção de pessoas trans na graduação no Brasil. Foi algo que eu participei diretamente. Foi o primeiro do país, em 2018. Quando o presidente assumiu e soube do edital, imediatamente mandou cancelar o mesmo. E isso tudo me fragilizou, foi antes de minha ida para Portugal. Consegui emendas parlamentares para implementar um projeto de pesquisa com bolsas para as pessoas LBGT desenvolverem estudos sobre a população Trans: 15 bolsistas durante 1 ano e pegava o período da pandemia. Era um projeto que foi aprovado com recursos e tudo estava indo bem, na hora de liberar o recurso, o reitor foi pressionado pela ala bolsonarista. E, aí, todo o sacrifício que eu tinha feito foi jogado no lixo. E, depois, em uma reunião, era uma fundação que iria receber o recurso, as pessoas ficaram tão arrasadas que elas chegaram para mim e disseram: “Olha, nós fomos para uma

reunião e disseram que o projeto foi vetado por questões políticas”. Eu saí do Brasil arrasada. E que bom que eu saí, porque eu tive como respirar um pouco lá fora. Tive como ver de longe um pouco o que estava acontecendo, mas foi muito bom para fortalecer, porque eu estava muito fragilizada e voltei bem forte. Voltei forte, voltei com toda potência para poder desenvolver e continuar desenvolvendo o trabalho. Mas nós temos que ter essa consciência de que eu consegui superar por conta das redes de solidariedade. Não só brasileiras, mas também lá na Europa. E isso foi uma potência para poder superar todos os desafios. Nós temos que, sempre quando formos tratar desses momentos difíceis, lembrar também que existem momentos de conquistas. Esse é um momento em que nós estamos tendo grandes conquistas também. A própria questão da equiparação da LBGTfobia ao racismo é nesse período. Várias outras conquistas. A questão da suposta ideologia de gênero nas escolas que foi para o STF foi nesse período - agora que essa temática foi colocada e que conseguimos derrubar através do STF. Ao mesmo tempo que existe essa política de eliminação, que é a necrotranspolítica e até necroLBGTIpolítica, existem as forças que nos fortalecem e nós temos que nos apoiar nisso. Se fortalecer nisso e não ficar só nas lamentações. O que alimenta o bolsonarismo é exatamente o medo. Ele se fortalece, é como se fosse a vitamina de crescimento deles. Então, o

medo, essa essa fuga, essa entrega, esse terrorismo todo. Para você ter ideia, a defesa da minha pesquisa, no pós-doutorado lá em Lisboa, foi remota. E foi invadida por fascistas. A sorte é que a universidade era bem organizada, quando percebeu a invasão e a tentativa de boicote, imediatamente já removeram as pessoas, já atuou imediatamente, a instituição fez uma nota de repúdio ao que tinha acontecido e solidariedade a minha pessoa. Os movimentos sociais de lá também atuaram dentro desse sistema de repudiar o que ocorreu e de apoiar a pesquisadora com a temática. Então, assim, é o momento de ataque, né? Nós temos que estar preparados, preparadas, mas, ao mesmo tempo, ter a capacidade de enfrentar tudo isso, de buscar alternativas, de buscar uma forma de boicotar eles e elas. E como é que nós boicotamos eles? É nos articulando, é produzir mais conhecimento. Assim como eles e elas se alimentam do nosso medo, o que a gente faz é kryptonita para eles.

I KLEIRE - Isso me lembra muito a música da Gal Costa: temos que estar atentos e fortes, não temos tempo para temer a morte. Você escreveu um artigo chamado “a festa de formatura: desafio a jovens travestis”, poderia comentar um pouco sobre essa pesquisa e sobre os padrões mencionados, estéticos e sociais, comportamentais, e como esses

padrões afetam o ambiente da universidade, principalmente para participação das pessoas trans e travestis.

| LUMA - Esse [artigo] faz parte da minha tese. Inclusive, é a última parte da tese, logo no finalzinho, onde eu escrevo, sobre a questão dessa cerimônia, como foi e ocorreu essa cerimônia. Foi no ensino médio, na verdade, não foi nem na universidade, foi no ensino médio. E foi em uma época, também, diferente. Foi em 2012, quando eu estava realizando a pesquisa, foi uma das últimas observações. E eu fui participar da festa de formatura de uma pessoa travesti, no interior, do interior, do Estado do Ceará. O que eu estou querendo dizer com isso? Era em uma localidade dessa cidade. Então mais ainda no interior. A minha curiosidade era conhecer esses comportamentos, da presença de uma pessoa travesti em uma formatura, onde é um momento muito simbólico. A sociedade confraterniza aquele momento de colação de grau, no caso, conclusão do ensino médio. A família chega junto muito orgulhosa, os amigos, aquela confraternização. Essa que eu participei não teve nada disso e foi totalmente o inverso. Ela estava sozinha, ela me convidou. E ela estava naquela expectativa de que a família estaria lá, como ocorria com as pessoas cis e não tinha ninguém. Nem o namorado quis ir

com ela - que ela estava prevendo que o namorado iria -, o namorado não, a família não apareceu. Depois ela disse que soube que tinham dito que era vergonha ir com ela daquele jeito, de mulher e tal. Amigos, eram um ou dois. E eu fui no carro, levei ela, e eu perguntei “você vai para a festa?”, “vou para minha festa”. “Então vamos, nós vamos ser a sua família”. Foi o momento em que, na condição de pesquisadora, eu também tive que ser humana. Aí é a questão de quando eu falo em flexibilizar. Há momentos em que nós temos que flexibilizar essa questão da pesquisa. E tem como justificar tudo isso através das metodologias. A própria metodologia vai produzir essas aberturas, em uma pesquisa-ação, em que você não tem como ficar parado, porque exige uma tomada, uma iniciativa, sua. E eu não tive como me conter, de estar ali só como uma observadora, como uma pesquisadora, eu tive que atuar dentro daquele contexto também participando. Além de ser uma observação-participante, eu tive que adentrar ainda mais nesse contexto, porque eu passei a ser, também, como uma família, para ela não ir sozinha. Porque ela iria sozinha, independente de qualquer coisa que fosse acontecer, nem que ela fosse sozinha, ela iria. E eu achei aquilo bravo, porque era uma forma de resistência muito forte, no interiorzinho pequeno, e uma pessoa que trazia um olhar: “eu vou! Eu tenho esse direito e eu vou como eu quero e eu tenho que ir!”. E eu a acompanhei e foi bem

interessante, porque, quando chegamos, víamos as famílias, com seus filhos que estavam se formando, os pais muito alegres com as meninas se formando, os pais muito alegres com os meninos se formando. E, quando nós chegamos, todo mundo parou, né... Porque nós fomos em frente. E todo mundo indo e sendo chamado. E foi eu e meu esposo também. Meu esposo serviu também para acompanhá-la. Nós fizemos tudo que era necessário para ela não ficar sozinha. Não era justo ela ficar sozinha naquele momento. Então, participamos desse momento, ele aconteceu. Na hora que ela foi chamada, ela, super feliz, foi lá, recebeu, algumas pessoas a conheciam e ela foi bem aplaudida. E, isso foi interessante, porque, no outro dia, depois de tudo que tinha acontecido, algumas pessoas ficaram pasmas. Mas por que ficaram pasmas? Porque, na época, eu era a coordenadora. Eu coordenava 26 escolas, distribuídas em 13 municípios do Estado do Ceará. Eu era a coordenadora. Eu que era a “líder”, vamos dizer, eu que era hierarquicamente superior aos diretores das escolas. Então, os diretores das escolas eram subordinados a minha pessoa, porque eu já era a coordenadora da Secretaria de Educação do Estado, que funcionava na CREDE-10 - Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 10. E eles ficaram pasmos porque eu fui com ela. E ela é uma pessoa humilde, uma pessoa simples. E as pessoas ficaram, assim,

apavoradas na escola: “mas como até professores, até gestores?”. E ela foi e eu sinto, também, que ela foi também muito bem recebida por conta dessa presença. Quer dizer, ao mesmo tempo que eu fui como pesquisadora, eu fui também como ser humano. E eu atuei dentro desse contexto. Isso foi importante para a questão de mudança de paradigmas. Então, aquilo trouxe um aprendizado muito grande para quem estava presente. Foi um momento muito simbólico, em uma época que isso era bastante complexo. Hoje isso não é tanto, pode ter suas dificuldades, mas não tão acentuada como era no passado.

| KLEIRE - A pergunta que eu tenho a fazer é: durante a sua trajetória, que eu sei que deve ter sido uma trajetória de muita dificuldade, e também de solidariedade que você encontrou, teve algum episódio que você acredita que foi pontual na sua luta? Assim, um episódio que te marcou tanto que você pensou “eu não posso desistir agora” [risos]. Eu te pergunto justamente porque, com a sua fala, fez eu me lembrar desse episódio - até gostaria de compartilhar com você. [Entrevistadora compartilha um momento de sua vivência que foi optado ser retirado] Você falando dessa rede de solidariedade, e eu pensei, assim, como teria sido importante, para mim, ter te encontrado na universidade. Você teria sido a minha rede de apoio.

Bem, teve sim. E quando você falou, é gritante, né, que foi exatamente no momento que eu tive que decidir se eu continuava na educação ou se eu ia para a prostituição. Porque eu me prostitui já. Eu fui colocada para fora de casa.

Quando a minha mãe faleceu, meu pai me colocou para fora de casa. Então, eu fui expulsa de casa, eu sei o que é isso. E vivenciei, também, a prostituição. E eu tinha uma amiga que vivia em uma condição financeira melhor do que a minha. Eu sou filha de agricultores analfabetos, que viviam em situação de pobreza, e eu tinha uma colega que era neta de um ex-governador. E era uma história interessante, porque minha mãe vendia no mercado e eu ia com ela para o mercado, ela vendia comida, e no vizinho morava essa minha amiga, que era também uma trans, jovem, éramos jovens, nós fomos nos descobrindo juntas. E ela vivia uma condição, eu vivia a outra, e ela buscou a prostituição. Ela continuou a prostituição e eu continuei os estudos, mas nós continuávamos amigas. Ela foi para a Itália e eu continuei estudando. Fui fazendo a graduação, fui seguindo em frente e ela na Itália. Ela mora em Bréscia ainda. E eu passei no concurso quando eu fazia mestrado. Passei no concurso, eram quatro vagas para biologia, do Estado do Ceará, da Secretaria do Estado do Ceará. Só passou uma pessoa, e fui eu. Então, eram 4 vagas, só passou eu. E, na hora que eu ia atrás da lotação, diziam que não tinha vaga. Mas como que não tem? Eram quatro vagas e só passou eu. Como

que não têm vagas? Tive que denunciar a Coordenadoria da CREDE-10 e foi enviado um funcionário para fazer minha lotação, na cidade de Aracati, que era na rede estadual, mas era no município de Aracati. Foi feita minha lotação, ok, eu fui lecionar. E sempre que ia ser feita a minha lotação, o diretor chamava todos/as os professores/as, eu era a última. E ele fazia de tudo para professores de história aceitarem lecionar a disciplina de biologia, para não ter nem como me lotar. Então, ele fazia esse joguete. Teve um professor que, quando saiu, ele me falou: “o diretor queria, porque queria, que eu ficasse com as suas disciplinas. Eu não aceitei”. E... é isso, essa solidariedade, de alguém que chega e, você menos espera, e toma atitude que te surpreende. E é por isso que nós não podemos ser egoístas de acharmos que essa luta é uma conquista só nossa. Ela é de quem está do nosso lado, porque essas pessoas também sofrem as dores de estar nos apoiando. E, interessante, que foram sucessivas tentativas de retirada, e essa minha amiga falava comigo sempre, ela dizia “olha, Luma, larga isso. O que você ganha em um ano, eu ganho em um mês. Vem para cá, para Itália, vamos. Você vem para cá, você vai fazer o que eu faço, aqui, na prostituição. Você tem onde ficar, eu vou te receber e tal, não vai ter problema, larga isso aí. Como é que você aguenta essa humilhação, essa coisa toda. Isso não vale a pena!”. E aí chegou um momento que, como eu tinha passado

no concurso, eu tinha que ficar 2 anos em estágio probatório, de avaliação. E, quando eu estava quase terminando já, eu coloquei a prótese - que, antes, eu só tinha hormônio, já era um seio maiorzinho, mas não era tão elevado e eu resolvi colocar prótese. Nessa época, eu já estudava italiano, porque ela, de tanto falar comigo, eu já estava me preparando. Eu fazia italiano, ensinava em Aracati, fazia italiano e o mestrado, que, nessa época, eu também fazia o mestrado. Aí juntei o dinheiro, consegui, coloquei a prótese. E eu já imaginava: quando eu chegar na escola, eles já me perseguem de todas as formas, se eu chegar com a prótese, eles vão inventar alguma coisa, eles vão querer fazer alguma coisa. E foi justamente o que eu pensava. Só que eu trabalhava no laboratório também. Eu era a única habilitada para o laboratório de biologia. E talvez por isso eles tiveram que me engolir por muito tempo, né, mesmo quando eu ainda não estava concursada. E então eu usava uma bata. Passei a usar direto uma bata, que era exatamente para cobrir os seios. Eu passei a usar, inclusive, na sala de aula a bata do laboratório, já prevendo alguma coisa. E chegou um certo dia, já no finalzinho do estágio, eu acho que foi a última tentativa deles. Eu fui denunciada, à Secretaria de Educação do Estado, em Fortaleza, de que eu estava mostrando os seios na aula. Aí ligaram para mim da Secretaria, disseram que eu tinha recebido uma denúncia e que estavam apurando. E eu perguntei: “é oficial ou é

extraoficial?”. Elas disseram, é oficial. Pois, então, pronto, eu vou me apresentar. Marcou a reunião. Cheguei lá, era uma mesa cheia de gente, quando eu fui levei fotos, porque eu já imaginava do que se tratava. Levei fotos, levei um abaixo-assinado dos alunos, um abaixo-assinado feito pelos alunos colocando que não existia nada que eu tivesse feito que pudesse me prejudicar. Levei um arcabouço de provas. Eu mostrei lá para eles e foram me interrogando, fazendo questões e tudo. Eu fui apresentando, fui mostrando, eu contei as dificuldades que eu passava, que eu estava passando. Aquilo, pra mim, foi o xeque-mate da minha vida. Ou eu ia para prostituição ou eu continuava na educação. Ali foi a chave. E eu joguei tudo: vou fazer o que eu puder e se não for aceita eu já tenho outro rumo. Então, para a minha surpresa, também, as pessoas foram super solidárias, elas entenderam plenamente, elas disseram: “nossa, que absurdo o que você tá passando”. E disseram: “não, pode esquecer, está tudo bem, a gente entendeu, a gente viu tudo direitinho”. Eu até disse: “se vocês quiserem ir na escola, vocês podem ir falar com os alunos”. E eles disseram: “não vai ser necessário, não se preocupe, está tudo ok, nós vamos falar com a gestão da escola sobre o que estar ocorrendo”. Eles tiveram um diálogo com o gestor. Depois disso eu fiz um projeto, que foi em 2005, o Segundo Prêmio Ciências, do Ensino Médio. Eu apresentei um projeto que eu estava

desenvolvendo, que era o projeto PIM - Projeto intimamente mulher, que era sobre o exame ginecológico. Minha mãe morreu de câncer no útero, porque ela não tinha feito exame ginecológico, ela era uma pessoa que não tinha acesso às tecnologias e à saúde. E eu acordei um dia com essa coisa na cabeça, ela me dizendo que eu tinha que fazer algo para as minhas alunas não morrerem como ela. Eu fiz o projeto e no mesmo dia eu já corri, já escrevi o projeto, já fiz e já articulei com a secretaria de saúde e as meninas iam fazer exame ginecológico. Esse projeto foi crescendo. As meninas se descobriam com DST, até os meninos que tinham DST foram incorporados no projeto. As mães das meninas que nunca tinham feito, que eram agricultoras, assim como minha mãe, buscavam também, até professoras. Porque eu consegui um elo entre a escola e a Secretaria de Saúde. Eu consegui um dia exclusivo para atender as pessoas da escola. E foram descobertas várias doenças, meninas foram salvas. Foi emocionante. No encerramento do projeto, teve uma garota que chorou e disse “eu fui salva por você”. [silêncio]. Isso foi muito forte, porque eu senti que se tivesse salvado uma vida já teria valido. E foi muito lindo. E esse projeto eu escrevi para o Segundo Prêmio Ciências e, na época, já era o Lula e quem estava no Ministério, eu não me recordo o nome, mas quem fazia parte também do Ministério da Educação, era o Haddad. E, na premiação, em 2005, eu fui para Brasília, nós fomos

contemplados através do projeto, e eu recebi do Haddad a premiação. Ele não era o ministro, mas ele era, acho, secretário, alguma coisa assim, um assessor do Ministério, não me recordo. E até hoje eu guardo essa foto dele me entregando a premiação, o Segundo Prêmio Ciência. Foi a partir daí que tudo mudou, que eu vi que eu estou no caminho certo. Eu faço educação. Eu estou, inclusive, contribuindo para a transformação da sociedade, inclusive, salvando vidas. Então, eu não posso deixar isso aqui. Aí a vida seguiu. Mas foi um momento de ter que escolher para onde eu iria e foi muito difícil, mas deu certo. E você precisa saber de uma coisa: o prêmio era R\$ 20.000,00, na época, era muito dinheiro. E como eu cuidava do laboratório e nós não tínhamos um laboratório na escola. O conselho da escola, o conselho escolar, resolveu me homenagear. Eu nem sabia. E aí eles construíram um laboratório de ciências na escola e me chamaram para eu inaugurar. Na hora que eu puxei a faixa, era o nome da minha mãe. Foi um momento incrível e um momento muito mágico. Foi aí onde eu senti “eu estou no caminho certo”, porque essa magia toda e essa coisa toda acontecendo, é porque eu tenho muito a produzir, fazendo o que eu estou fazendo. Aí veio todo o contexto de estar no doutorado, de produzir a primeira tese, a primeira produção acadêmica de uma pessoa travesti, sobre pessoas travestis, em um espaço escolar e trazendo contexto não das grandes metrópoles, mas, também,

um olhar sobre as pequenas cidades, as de médio e pequeno porte e os pequenos interiores e localidades que existiam. Porque era uma ideia de que só existia travesti nos grandes espaços urbanos e, na verdade, essa tese mostrou que não, existem travesti na escola, não só na prostituição, e elas estão em todos os lugares. Agora, lógico, construções diferenciadas, cada uma utilizando as tecnologias que tem acesso.

| KLEIRE - Muito boa nossa conversa, para finalizar, eu gostaria que você deixasse um recado. Um recado, qual é o caminho? Se você acredita que o caminho é a solidariedade? Você acredita que esse é o nosso caminho?

| LUMA - Eu acho que nós devemos pensar no próximo, não só em nós mesmos. Nós não podemos ser o centro das questões. Às vezes, as pessoas me perguntam, muitas vezes, por que eu não estou no Twitter, no Instagram, nas redes. Primeiro, porque eu não tenho tempo, né. Eu tenho que cuidar do meu trabalho, eu tenho muita coisa para fazer. Não dá para ficar centrado o tempo todo no umbigo. Eu acho que a gente tem que produzir pensando também nas pessoas, e que esse resultado não é, necessariamente, ter uma marca de Luma, mas que ele venha e ele mude e transforme as vidas de quem está precisando, de pessoas travestis e transexuais.

Hoje eu tenho muito orgulho de, por exemplo, ter pessoas trans que passaram por mim, dentro da universidade, inclusive, que foram orientados e orientadas, e que estão aí fora, tendo grandes destaques a nível nacional, produzindo livros, artigos. E eu fico muito feliz, porque eu acho que é esse o nosso papel: não centrar na gente, mas potencializar as pessoas para que elas possam caminhar e possam continuar nossa caminhada. Então, sempre se fortalecer e buscar as redes de apoio solidárias, quer sejam pessoas LBGT, quer sejam pessoas cis, quer sejam pessoas evangélicas, pessoas ateias. Enfim, buscar essas redes de solidariedade, porque elas existem onde a gente menos imagina. Nós não podemos generalizar. Nós temos pessoas, inclusive, nos meios mais, às vezes, até conservadores, que também nos apoiam. Por incrível que pareça. Não existe uma regra, não existe. A questão é, conhecer a existência dessas pessoas e não só de um espaço que faz parte da nossa diversidade, mas de todos os contextos, todas as pessoas que são solitárias. Fortalecer a nossa caminhada para que seja possível superar todos os desafios que surgem no dia a dia, principalmente em meio a um governo que nos ataca e que quer ver a nossa morte. Que aciona totalmente a necropolítica para poder exterminar as pessoas que eles consideram descartáveis, pessoas que eles não consideram como humanas. Aí vem todas as pessoas que têm um histórico

de vulnerabilidade social no Brasil. Então, nós precisamos ter essa rede de solidariedade porque nós estamos no mesmo lugar. E não envolve só a questão da temática LGBT em si, são todas as diversidades e minorias ou populações minoritários que vivem um processo de negação nesse momento. A única forma que nós podemos produzir de reação é nos unirmos, porque unidos nós somos mais fortes.

“ Assim, muita rede de desinformação, de preconceito, de discriminação, circula a partir da internet.

Então, estar na internet, promovendo esse tipo de conteúdo, facilitando que as pessoas tenham acesso ao seu próprio passado, que possam fazer suas pesquisas sobre lesbianidade, eu acho que nesse sentido a gente pode dizer sim, que é uma forma de ativismo virtual. De certa forma, acho que acaba sendo também uma questão que tem um... Como eu posso dizer? Acho que é uma maneira segura de as pessoas encontrarem essa informação.

Paula Évelyn Silveira Barbosa

Entrevista com Paula Évelyn Silveira Barbosa

Entrevista e transcrição:
Kleire anny pires de souza
Isabel Ceccon lantas

| KLEIRE - Olá, tudo bem? Bom dia, hoje é dia 15 de junho de 2021, 8:23, do horário do Mato Grosso do Sul, e 9:23, do horário de Brasília. Hoje, nós estamos realizando a entrevista com Paula Évelyn Silveira Barbosa, representante, uma das fundadoras do arquivo lésbico brasileiro. Essa entrevista será publicada na Revista COR, na primeira edição. Paula, se você puder se apresentar brevemente para a gente, por favor.

| PAULA - Bom dia. Primeiro, obrigada pelo convite para falar para a revista. Bom, minha apresentação... Eu sou jornalista, me formei na UnB, depois eu fiz mestrado em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, e, atualmente, eu sou diretora do Arquivo Lésbico Brasileiro. Como a Kleire já falou, fui uma das fundadoras,

presidi a comissão de fundação, e estou aqui para compartilhar com vocês o que vocês quiserem saber.

| KLEIRE - Então, Paula, eu já vou passar para as perguntas. Essas perguntas foram elaboradas por mim e pelo pessoal do editorial e, também, dúvidas genuínas sobre o Arquivo para a gente ajudar, também, na divulgação. Como surgiu a ideia do Arquivo Lésbico Brasileiro?

| PAULA - Eu acho que, conforme eu fui terminando a minha pesquisa de mestrado – eu terminei em dezembro de 2019 –, foi me dando uma inquietação sobre o que fazer com o material que eu vinha reunido. Isso foi algo que eu compartilhei com as outras colegas de um grupo que a gente tinha, um grupo

informal no WhatsApp sobre imprensa lésbica. Nem todo mundo estudava comunicação ou jornalismo, mas, às vezes, usavam a imprensa lésbica como fonte. Então aquele era o tema que nos unia. Essa preocupação deixou de ser só minha. Para as outras, também foi uma questão pensar na continuidade das pesquisas. Particularmente, para mim, pesou muito, também, a questão de eu pensar que fui bolsista, né? A gente pode discutir todas as questões dos limites do financiamento de pesquisa no Brasil, mas eu não achava certo, também, que eu, tendo sido uma pesquisadora financiada com recursos públicos, reunisse uma série de materiais, que eu não conseguiria esgotar os estudos com a minha dissertação, e não tornar aquilo acessível. Principalmente considerando que, não só imprensa lésbica, mas lesbianidade em geral é um tema cujas fontes têm um acesso bem difícil. A partir daí, eu dei esse chacoalhão em algumas pessoas desse grupo, que eram mais próximas de mim, com quem eu tinha mais intimidade, e falei: “bom, então eu acho que a gente devia fazer alguma coisa para facilitar o acesso às fontes”. E a ideia de fazer o arquivo, com essa cara legal, com CNPJ, uma instituição formal dentro dos padrões exigidos por lei, foi, também, para dar uma proteção para aquilo. Porque, por mais que isso tenha surgido dessa iniciativa de um grupo de colegas pesquisadoras, a ideia era que aquilo se mantivesse por mais tempo. Aí, a gente

sabe, pegando a trajetória de grupos, não só grupos lésbicos, mas acho que grupos de ativismo no geral, às vezes, quando a gente não tem essa configuração de instituição, a gente não tem esse caráter permanente. E as coisas ficam desprotegidas, a gente não tem uma proteção legal, mesmo, uma proteção social daquele patrimônio, a garantia de que ele vai continuar sendo acessível e que vai resistir a desentendimentos, términos, etc.

I KLEIRE - Obrigada, Paula. A outra pergunta que nós elaboramos vai em direção também do seu trabalho publicado em 2019, “Trajetória da Imprensa lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo”. Você menciona muito nesse trabalho a ausência da produção intelectual que paute a imprensa lésbica. O Arquivo, de certa forma, também foi uma ideia para contrariar essa invisibilidade?

I PAULA - Sim, sim, acho que foi uma resposta coletiva ao apagamento ou à tentativa de apagamento, porque, principalmente agora, no atual momento que a gente vive, embora a gente não possa falar que imprensa lésbica ou lesbianidade sejam um tema que não provoque o interesse das pessoas – sim, provoca, mas não tanto quanto outros temas – também tinha a questão de disponibilidade de fontes.

Então, sim, tem o problema de fontes, mas o que a gente tem já poderia dar robustez para vários estudos. O Arquivo, de alguma forma, tenta responder a isso, falar, assim, “olha, sim, tentaram nos apagar, mas a gente está fazendo coisas e olha aqui o tanto de material que temos produzido”. É, basicamente, isso: uma resposta coletiva a essa tentativa de apagamento.

| KLEIRE - E essa ideia do Arquivo, a gente percebe que a memória lésbica é muito permeada de eventos de muita violência, em sua trajetória histórica, principalmente o desenvolvimento da lesbianidade no Brasil - é uma trajetória violenta, né? Você vê o Arquivo como uma forma de fazer justiça a essas violências que essas mulheres sofreram, uma certa forma de trabalho de memória, de justiça por essas mulheres que passaram por essas questões de violência e foram negligenciadas pela justiça do Estado?

| PAULA - Olha, eu acho difícil fazer uma afirmação tão categórica nesse sentido, porque é aquela coisa: justiça que demora não é justiça. Mas eu acho que é uma tentativa de impedir que outras violências assim aconteçam, principalmente se elas estiverem relacionadas à destruição de registro, destruição de memória, de acesso à cultura, de acesso à história. Acho que a gente não consegue mais reparar o que

aconteceu, mas a gente, de alguma maneira, está tentando fazer com que o nosso futuro seja diferente do que foi o passado. Então, tem relação, mas acho que fazer justiça, mesmo, acho que a gente não consegue, infelizmente.

| KLEIRE - Nesse sentido, a gente percebe que os arquivos são muito importantes, [são] um constructo para a produção de novas narrativas históricas e também para dar respaldo para outras pesquisadoras. O desenvolvimento do Arquivo, você sente que houve uma busca, uma procura, de pesquisadoras por ele? Você acredita que ele pode ajudar a aumentar essas pesquisas na área?

| PAULA - Eu acredito que sim. A nossa biblioteca virtual ainda não está pronta, mas algumas pessoas já entraram em contato pedindo materiais ou perguntando onde poderia encontrar, já que a nossa biblioteca ainda não estava disponível. E eu acho que isso é importante de várias maneiras. Uma é que, às vezes, até facilita para que as pessoas que se interessam por esse tema possam justificar e falar “olha, têm fontes, isso não é coisa da minha cabeça”. Também acho que é interessante porque mostra que nós temos feito coisas, apesar das tentativas de pagamento e, também, acaba sendo... Como eu posso dizer? De alguma forma, ele também pode provocar o surgimento de outras pesquisas ou de novas

dimensões para pesquisas que já estão em andamento, uma vez que a gente, finalmente, consegue dar uma publicidade maior e fazer isso de maneira mais acessível do que em outros períodos. Acho que muita gente que estuda ou estudou lesbianidade sabe como é difícil. Às vezes, você precisa se deslocar para ir em arquivos em outras cidades e, às vezes, os sistemas de busca não são muito claros, você descobre quase que por acaso que lá tinha alguma coisa falando sobre isso. Então, agora que tem essa especificidade, o Arquivo Lésbico, acaba sendo uma espécie de norte, né? Não posso dizer que a gente vai ter tudo, não é essa a nossa missão, mas o que a gente tiver a gente vai facilitar o acesso. Então acho que, nesse sentido, sim, pode facilitar novas pesquisas, pode provocar o interesse por novas pesquisas, novos temas. Eu mesmo queria ter pesquisado várias outras coisas, quando eu olho para o meu tema de mestrado, as coisas que eu fui esbarrando enquanto eu fazia a minha dissertação... mas não dá, você tem que escolher.

| KLEIRE - Indo nesse sentido que você menciona essas fontes e o Arquivo como uma biblioteca virtual, também. Eu gostaria de saber um pouco mais como foi a reunião desses arquivos, como esses arquivos foram reunidos, foram fontes pessoais que você conseguiu, doações?

| PAULA - Então, boa parte do acervo do Arquivo é resultado daquilo que o grupo que fundou reuniu enquanto fazia suas próprias pesquisas, TCC, dissertação, tese. É basicamente isso. Boa parte do acervo é composto por livros, principalmente livros acadêmicos ou, então, de literatura voltada para lésbicas. Para reunir esse material, é um pouco difícil dar essa resposta, porque a gente está nesse processo de catalogação e digitalização do acervo. Mas é basicamente isso: o que compõe o material do acervo, a parte central, são as coisas que nós reunimos enquanto a gente estava pesquisando. Se eu não me engano, a comissão fundadora teve sete pessoas, então, documentos, livros, etc. dessas oito pessoas. E tem, também, materiais que foram doados para a gente, de ativistas, por exemplo a Marisa Fernandes, a Bebeti do Amaral Gurgel. E, também, entrevistas. Entrevistas de história oral. Muitas de nós, que fazemos parte desse grupo que fundou o Arquivo, trabalhamos com essas entrevistas. E, aí, elas também se tornam um documento. Nem todo mundo disponibiliza depois a íntegra das entrevistas. Eu fiz isso na minha dissertação, mas nem todo mundo faz, não é uma obrigação. Mas esse material é muito interessante. E aí, a gente voltou a fazer contato com as pessoas que a gente falou, enquanto fazíamos as pesquisas, e pedimos autorização para liberar esses materiais no Arquivo - a ideia é que a gente tenha, também, um banco de história oral. Então, acho que esses são os principais

arquivos que a gente vai ter no nosso acervo.

| KLEIRE - Outra questão, é muito interessante pensar que antes do Arquivo, como você menciona, foi construída uma rede de apoio entre vocês, nesse grupo informal que você menciona. Você sente que o Arquivo, para além dele em si, se tornou um movimento, um movimento político de ativismo lésbico?

| PAULA - Não sei se eu posso dizer que ele se tornou. Eu acho que a própria ideia de que ele exista, quando a gente colocou as cartas na mesa e decidiu que iria ser, já foi uma ação política. Porque foi a gente decidindo que não ia aceitar mais que se falasse em apagamento, que as fontes fossem de acesso difícil, que outras pessoas que estavam fazendo pesquisas como as nossas passassem pelos mesmos perrengues. Eu acho que, quando eu estava fazendo a minha dissertação, eu fiz dez viagens, para entrevistar gente, para consultar arquivos. E eu fiz isso porque eu tinha ajuda da minha, então esposa, fiz isso por causa da ajuda dos meus pais, porque eu era bolsista. Só que não é todo mundo que faz isso, as pessoas não têm que passar por isso. Então, eu acho que a gente ainda está se dando conta da dimensão que o Arquivo vai tomar, ainda pode se tornar uma coisa política maior, como você fala na pergunta, mas essa ideia da gente se reunir e,

literalmente, falar um “não” para o apagamento porque agora vai existir um arquivo que é exclusivamente lésbico e que vai ser acessado de maneira gratuita por quem quiser já é uma ação política. Antes mesmo de se tornar essa coisa maior que a gente poderia dar o nome de movimento.

| KLEIRE - A composição do arquivo, das organizadoras, das fundadoras, dos colaboradores, ele é completamente feito por mulheres lésbicas ou tem adesão de outras pessoas do movimento ou para além do movimento?

| PAULA - O Arquivo pode ser integrado por qualquer pessoa que se interesse pelo tema ou que queira colaborar com a causa, de qualquer gênero, de qualquer identidade de gênero, de qualquer expressão de gênero, mas apenas lésbicas podem ter cargos de diretoria, digamos assim. Então, esse cargo que eu ocupo, que é de diretora-geral, o cargo de diretoria administrativa, financeira, a controladoria, tudo isso só pode ser ocupado por mulheres lésbicas ou pessoas, que se declarem lésbicas - nem todas as lésbicas se dizem mulheres [é o caso das pessoas não-binárias, por exemplo]. Mas isso é [porque] uma organização lésbica precisa ter o protagonismo lésbico, mas tem outras pessoas que não podem ser classificadas como lésbicas que estão no Arquivo. Por exemplo, o Caio C. Maia foi fundador do

arquivo, também, junto com a gente, ele é um homem trans. Ele foi uma lésbica por mais de 30 anos, mas agora ele é um homem trans. Embora ele tenha participado da fundação do Arquivo, ele não tem cargo de diretoria, [mas] isso não impede que ele faça coisas importantes, mesmo que ele não tenha cargo executivo nenhum. Tem mulher bissexual no nosso Arquivo, também. Então, isso não é um impeditivo. A grande questão é perceber quem está do nosso lado, quem pode nos ajudar, e reunir esforços, porque acho que a luta é conjunta. Acho que não faria sentido desprezar a colaboração de outras pessoas, que têm interesse em ajudar. É literalmente ajudar, não é tirar o nosso protagonismo. Então, acho que é basicamente isso. Agora, o Arquivo, além das funções executivas, de diretoria, que é muito mais uma coisa para cumprir as formalidades do que para parecer importante, como o nome dos cargos sugere, tem outras divisões. A gente tem uma comissão de acervo e patrimônio, que é o coração do arquivo, tem a comissão de comunicação e cultura e a comissão administrativa. Participar dessas comissões é uma opção das pessoas que integram. Então, se elas quiserem, podem participar e, por lá, elas também conseguem ter funções importantes. Por exemplo, a gente participou da Semana Nacional de Arquivos e, aí, foram pessoas que não tinham cargos que se encarregaram da gente participar desse evento. Então é isso, pensar que nos cargos de direção

estão as lésbicas, mas outras pessoas podem colaborar de outras maneiras a partir das comissões ou de maneira pontual com voluntariado.

| KLEIRE - Indo de encontro a isso, você sentiu uma boa adesão do movimento lésbico em relação ao Arquivo, tanto na divulgação? Lembrando que o Arquivo Lésbico é um arquivo virtual e ele tem uma página no Instagram que tem alguns bons seguidores e ele faz publicações diárias sobre questões ligadas ao Arquivo e até a sua divulgação. Então, reiterando a pergunta, você sente uma boa adesão, divulgação, do movimento em si?

| PAULA - Então, eu acho que ainda é complicado falar isso porque o Arquivo não está pronto, a gente só passou a ter uma “cara pública”. Então, a gente não tem uma biblioteca ainda para dizer “olha, tem várias pessoas acessando, tem várias pessoas dizendo para acessar, incentivando outras”. É complicado bater esse martelo porque a gente ainda não fechou, a biblioteca ainda está sendo desenvolvida pela programadora. Mas as outras coisas que a gente tem feito, participações em eventos, o próprio evento de lançamento do arquivo, isso é indiscutível: todo mundo que a gente contactou, seja as pessoas que a gente conhecia diretamente ou pessoas que a gente chamou só porque sabia que eram de grupos lésbicos, tinham uma atuação

importante. Todas elas foram unânimes em participar, em divulgar e tudo. E isso foi bem importante. Eu tinha muito receio de [o Arquivo] ser visto como uma iniciativa que fosse imatura, que não pudesse ser levada a sério, por causa da nossa idade, o fato de a gente não ter uma trajetória tão longa quanto a das pessoas que a gente estava convidando para participar. Tipo, é a ABL, LBL, sabe? E, pontualmente, algumas pessoas que não estão em grupos fechados, mas têm uma trajetória antiga, tipo a Marisa Fernandes. Então, eu tinha muito receio. E pelo fato, também, de o grupo que deu origem ao Arquivo ser um grupo de acadêmicas - não que acadêmicas não possam ser ativistas também, mas o que fez a gente chegar na ideia do Arquivo era a pesquisa. Não foi o movimento em si, a participação de grupos em si, mas isso não foi uma questão. Todo mundo que a gente contactou nos deu parabéns pela iniciativa e agradeceu e ainda bem [risos].

| KLEIRE - Você mencionou o ativismo virtual e, desde a crescente de produções digitais, vem surgindo um termo chamado ativismo virtual. Você vê o Arquivo como uma forma, também, de ativismo virtual, para além do seu espaço de memória?

| PAULA - Olha, eu nunca parei para pensar nisso, eu vou pensar nisso agora, respondendo você. Eu acho que sim.

Eu acho que pode ser visto, sim, principalmente se considerar também que o ódio às lésbicas, às feministas, às pessoas LBGTs, às pessoas, digamos assim, desses grupos considerados “minorias sociais”, entre aspas, se dá muito pelas redes. Assim, muita rede de desinformação, de preconceito, de discriminação, circula a partir da internet. Então, estar na internet, promovendo esse tipo de conteúdo, facilitando que as pessoas tenham acesso ao seu próprio passado, que possam fazer suas pesquisas sobre lesbianidade, eu acho que nesse sentido a gente pode dizer sim, que é uma forma de ativismo virtual. De certa forma, acho que acaba sendo também uma questão que tem um... Como eu posso dizer? Acho que é uma maneira segura de as pessoas encontrarem essa informação. Eu não estou sabendo, exatamente, que palavra dizer, mas, por exemplo, se a gente criasse um arquivo que tivesse uma sede física, colocasse aquilo no centro da cidade e colocasse lá: “Arquivo Lésbico”, isso podia ser perigoso para a gente, podia ser perigoso para os documentos, podia ser perigoso para as pessoas que fossem consultar. Então, também tem essa perspectiva do ativismo, mas que é um ativismo que, de alguma maneira, não te expõe quando você está tentando acessar. Acho que era isso que eu queria falar... Demorei um pouco para achar as palavras porque eu não sabia exatamente como pontuar essa questão, mas eu acho bem importante, porque, inclusive, às vezes

as pessoas se sentem ameaçadas com essa coisa de estar fora do armário. Imagina, você vai fazer sua pesquisa de TCC e, de repente, você foi tirada do armário porque todo mundo te viu entrando no Arquivo Lésbico.

| KLEIRE - Isso vai muito de encontro também com a questão propriamente do Arquivo que, lembrando para quem for ler a entrevista, que muitas mulheres não compravam a imprensa alternativa justamente por esse medo dessa exposição, de “olha, meu Deus, eu não vou comprar esse jornal porque vão achar que eu sou lésbica, vão saber que eu sou lésbica”. Então, é muito interessante também essa premissa do ativismo virtual, essa questão de o arquivo ser virtual porque cria um certo conforto também para quem tem curiosidade de saber mais sobre essa questão. Para finalizar, Paula, já para encerrar, como posso aderir ao Arquivo Lésbico, como eu posso me tornar uma colaboradora?

| PAULA - Então, normalmente, quando a pessoa quer se filiar ao Arquivo, a gente manda o estatuto para ela, para que a pessoa leia, saiba como a gente funciona, tenha noção do que faz cada pessoa que ocupa cargo na diretoria e os outros cargos que existem. Também, quais são os nossos princípios, porque acho que às vezes é óbvio, mas é sempre bom reafirmar essas coisas, que o

Arquivo não faz qualquer tipo de discriminação, seja de gênero, de raça, de religião, de capacidade. Então, às vezes isso precisa estar bem claro, porque, não sei, nem sempre as pessoas levam isso em consideração, acham que só a causa lésbica é importante, mas, não, nós sabemos que existem outras populações oprimidas e nós somos aliadas a elas. Isso é uma questão bem importante para a gente no Arquivo. Bom, depois que a pessoa dá uma olhada no estatuto, tira as dúvidas e tudo mais, a gente envia a ficha de filiação e a partir daquele momento a pessoa pode fazer parte, ela pode escolher fazer parte como uma colaboradora, assim, só de maneira eventual, mas aí ela não participa das decisões, das assembleias e tudo. E ela também pode se filiar como uma integrante efetiva, daí ela participa sim, não é obrigatório, né? Ninguém vai te odiar se você não tiver tempo para participar das reuniões, mas quando você quiser, quando você puder, você vai ter esse direito se você tiver escolhido se filiar nessa modalidade. Depois que você se filia, você pode compor as comissões que eu falei, de acervo, de comunicação, a comissão administrativa, pode não compor nenhuma, se quiser. E é basicamente isso. O Arquivo também tem uma anuidade, que é para manter os custos básicos, para pagar pela manutenção do site porque o site precisa ser feito, mas tem que pagar pelo domínio, pelo servidor, todas essas coisas. Mas tudo isso também é

negociado. A gente é um grupo diverso e a gente sabe disso. Então, tem pessoas que pagam anuidade integral, tem gente que paga metade, tem gente que não paga nada. Isso vai de acordo com as suas possibilidades, mesmo, não pensem “não tenho dinheiro, então não posso participar do Arquivo Lésbico”. Não, não pensem isso. Acho que é basicamente isso sobre como fazer parte. Tem o e-mail do arquivo:

arquivosbicodobrasil@gmail.com ou, então, o Facebook e o Instagram, as pessoas podem entrar lá, que é @arquivosbicobrasileiro, e pedir para a gente enviar o estatuto ou tirar dúvidas sobre como fazer parte, sobre como doar material etc.

| KLEIRE - Sobre a questão para além da colaboração, a colaboração financeira, existe algum método para se fazer essa colaboração, para ajudar financeiramente o Arquivo, existe alguma vaquinha, alguma conta bancária para fazer essas doações?

| PAULA - Sim, sim. Tem o PIX do arquivo, que é arquivosbicodobrasil@gmail.com, o nosso e-mail, vocês podem fazer doações de qualquer valor, e também podem usar esse mesmo e-mail para enviar comprovante, caso vocês precisem, para declarar no Imposto de Renda. No perfil do Arquivo, tem o post com os dados da conta bancária

([https://www.catarse.me/ArquivoLesbico Brasileiro](https://www.catarse.me/ArquivoLesbicoBrasileiro)), mas, se a pessoa quiser, a gente pode gerar um boleto, o que for melhor para pessoa.

| KLEIRE - Para também doações de materiais é o mesmo e-mail para contato? Para doação é só encaminhar o material? Como é feita essa doação?

| PAULA - Isso. Normalmente, as pessoas entram em contato com a gente por e-mail, aí a gente manda um termo de doação, que foi elaborado pela Ísis, que é a nossa integrante bibliotecária, junto com as advogadas do Arquivo. Então, a gente vê o que a pessoa tem para doar, em diferentes formatos, livros, documentos, revista, pôster, CD, filme etc. A pessoa preenche o que ela vai doar, que ela está cedendo os direitos para o Arquivo, para a gente usar na Biblioteca Virtual etc, assina, e aí está feita a doação.

| KLEIRE - Então, é isso, Paula, muito obrigada pelo seu tempo. Inclusive, se você quiser deixar uma mensagem para nossa Revista do arquivo para as pessoas que forem ler, pode ficar à vontade, também, para a gente finalizar. Muito obrigada.

| PAULA - Eu agradeço muito pela oportunidade de estar aqui, falando sobre o Arquivo e também sobre a minha pesquisa. É sempre um privilégio

poder compartilhar um pouco do que a gente tem feito, do que a gente tem construído, com outras pessoas. Queria parabenizar vocês também pela iniciativa de produzir essa revista. Acho que nem sempre foi possível fazer isso e agora a gente vive um momento muito particular, politicamente falando. E acho que em qualquer tempo já seria um grande feito, existir uma revista como essa, existir o Arquivo Lésbico, mas nesse momento em particular acho que se torna ainda mais importante porque a gente está, não só existindo, mas também dando visibilidade para as nossas produções, criando pontes com outras pessoas que são iguais a gente, ou que se identificam com as mesmas causas, e acho que isso é um ato de resistência muito importante.

| KLEIRE - Agora, aproveitando o gancho, você menciona essa questão do momento político que nós vivemos, o Arquivo sofreu alguma perseguição desde as eleições, a formação do Arquivo até agora, ele já sofreu algum caso de perseguição, alguma coisa nesse sentido?

| PAULA - Não, a gente fez a reunião, que foi a assembleia de fundação, no dia 19 de dezembro do ano passado, já tinha passado a eleição. Não sofremos nenhum ataque, nem direto nem pelas redes sociais. Não sei se é porque a gente não é tão conhecida, ainda, talvez

chegue o dia, mas ainda não, por enquanto o que a gente encontrou foram só pessoas ou apoiando ou curiosas para saber quando a biblioteca finalmente vai ficar pronta. Ainda bem.

